

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO "P" C/PROC : 060003/95- DE 1995

NATUREZA : REQ.P(C/PROC) 06-0003/95 DE 07/02/95

PROMOVENTE: VEREADOR MAURICIO FARIA

EMENTA :

Requer a Constituição de Comissão de Estudos para analisar o fenômeno das enchentes no Município de São Paulo.

ÍNDICE :

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ANALISAR O FENOMENE
DAS ENCHENTES NO MUNICIPIO DE SÃO PAULO.CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
6/10/2010 15:28:05

00000000693-96



OBSERVAÇÕES :

VOLUME II - paginas 341 a 810.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

obs: Enquete publicada no D.O.M de 21/05/95, arquivada na contra-capa

ARQUIVADO EM 02.4.96

REGINA APARECIDA BARRIOS
CHEFE DA SEÇÃO II

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
					03	

Folha n.º 341 do proc.

ORADOR 03

O funcionário

SEM REVISÃO**COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

Comissão Especial de Estudos, que visa analisar a situação das enchentes no Município de São Paulo.

Presidente: Sr. Vereador Maurício Faria

Membros : Srs. Vereadores

Vital Nolasco

Ana Maria Quadros

José Viviani Ferraz

José Eduardo Martins Cardozo

Hanna Gharib

Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo em 15 de maio de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Maurício Faria

(Memo nº 05/95 - CT.)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

ADJÚZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	DRADOR	CONT. APARTE
B3	1	morg.	CEE enchentes	15.5.95	O funcionario	

Folha n.º 342 do proc.
n.º 03.1295
DRADOR
O funcionario

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Vamos iniciar os

nossos trabalhos e convidamos para a Mesa, os nossos expositores de hoje, o Engº Renato Arnaldo Tagnin, representante da SBPC no Comitê da Bacia do Alto Tietê; Capitão Marcos Figueira, Coordenador da Defesa Civil do Governo do Município de São Paulo; Engº Ricardo Brandão, Coordenador do Programa de Operações em Áreas de Risco, na gestão da Prefeita Luíza Erundina; o Sr. Gezemiel Seluque, empresário e membro do Núcleo de Defesa Civil do Córrego Jaguaré. Esses os quatro expositores previsto para hoje. Tínhamos convidado também o Sr. Secretário das Administrações Regionais, Sr. Francisco Neto Martins, ele nos informou que estava com a agenda tomada, impossibilitado de comparecer pessoalmente e foi indicado o Sr. Rubens Elias para representar a Secretaria, mas também o Sr. Rubens Elias nos informou que não poderia comparecer e não tivemos a partir dessa impossibilidade do Sr. Rubens Elias a indicação de um substituto, ficamos sem representante da Secretaria das Administrações Regionais.

Teremos as quatro exposições iniciais, depois abriremos para os presentes que queiram fazer comentários prévios ou colocar questões e em seguida retornamos aos expositores para o encerramento.

Agradecendo a presença de todos, e em especial dos quatro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B3	2	morg.	enchentes	15.5.95	O funcionário	no

Folha no 343 do proc.
 de 19 95
 ORADOR 7 93
 O funcionário no

expositores, passo a palavra ao Eng^o Renato Arnaldo Tagnin. Gostaria de anunciar a ~~presença~~ presença do Vereador Vital Nolasco que é o relator e integrante da comissão e do Vereador Carlos Zarattini.

O SR. RENATO ARNALDO TAGNIN - Sou arquiteto e gostaria de colocar o seguinte, me foi pedido que relatasse um pouco o plano de contingência para situações de risco decorrentes de chuvas excessivas que foi elaborado na gestão da Prefeita Luíza Krundina. Qual é a história desse plano? A história desse plano é a seguinte, em 19 de março de 1991 ocorreu mais uma daquelas grandes chuvas e cheias sazonais que a gente está acostumado na Cidade de São Paulo e ocorre que a situação foi bastante calamitosa com os senhores devem se lembrar e se viu que transcendia em muito tanto o domínio territorial do Município de São Paulo como a competência explícita e específica do Município para tratar questões de inundação aqui. Desse modo a Prefeita vendo isso teve a clareza de envolver o governo do Estado na elaboração de um ~~plano~~ plano de trabalho conjunto, visando abordar essa questão. Como os senhores sabem a Constituição Estadual coloca muito claramente no art. 205, que a competência para administrar águas em todo o território paulista cabe ao governo do Estado de São Paulo, independente do tamanho do curso d'água, não só por isso, mas porque também estamos aqui submetidos a um regime e a um sistema hidro-energético de operação dos cursos d'água principais da Cidade



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ADJUNÇÃO	CONT. ADJUNÇÃO
B3	3	morg.	enchentes	15.5.95		

de São Paulo, da região metropolitana, dessa forma as cheias se deram basicamente ao longo do curso d'água dos rios principais, das marginais e dos afluentes que não puderam adentrar a essas águas a esse leito principal aí se deu a inundação. É curioso notar que na época a compreensão em especial dos órgãos de comunicação era de que o Rio Tietê enchia paradoxalmente porque os bueiros estavam sujos, é claro que é um componente ideológico interpretando de maneira ignorante esse fenômeno das águas, ao contrário das situações anteriores. Paradoxalmente, recentemente, nessa gestão se reconheceu que não são os bueiros entupidos que fazem encher e transbordar o Rio Tietê. Então, só relatando um pouco a reunião da Prefeitura com o Governador do Estado fez surgir um grupo de trabalho que foi integrado por técnicos do DAEE e da Prefeitura de São Paulo, de outros órgãos do Estado. Houve um primeiro elenco de obras e ações principais para se abordar a questão do enfrentamento do controle da inundação e desse elenco viu-se que havia necessidade de duas coisas, em primeiro lugar que esse elenco fosse crítico, hierarquizado, priorizado, dado que tanto a Prefeitura quanto o Estado arrolaram uma série de planos, projetos e obras que estavam em curso ou estavam sendo pretendidos ~~xxx~~ realizar por ambos. Isso ~~xxx~~ evidenciava de um lado a desarticulação entre essas ações, de outro que havia necessidade de envolver um contingente maior de forças políticas da região metropolitana que eram, além da Prefeita

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -


 Folha n.º 346 do proc.
 N.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
B3	4	morg.	enchentes	15.5.95			

le São Paulo os demais Prefeitos. Isso foi feito e numa reunião no Palácio do Governo, com o Governador Fleury e mais prefeitos da região metropolitana de São Paulo, foram deliberados 14 pontos que eu gostaria de ler rapidamente, porque acho que eles abordam uma questão que é recorrente e que hoje ainda temos aqui em São Paulo.

Os pontos que foram deliberados nessa assembleia conjunta foram os seguintes; 1- Reconhecer a bacia do Alto Tietê como prioritária também no Plano Estadual de Recursos Hídricos, esse plano abordava na ocasião apenas a Bacia do Piracicaba como prioritária, não por questão de gravidade, mas é porque as comunidades e os Prefeitos da região de Piracicaba se adiantaram na solução dos seus problemas. 2 - Assegurar aos municípios acesso permanente às informações e regras de operações de sistema hídrico do Alto Tietê como por exemplo níveis de água, operações do reservatório, vazões, bombeamentos, esquemas de decisão, além de avisos e informações dos níveis críticos e inundações. O que significa isso? Significa que até hoje a Eletropaulo não dá informação confiável, segura, precisa e em "on line" das suas regras operativas. Então, a cidade de São Paulo e outras estão sujeitas a represamentos, barramentos, bombeamentos, e que os critérios genéricos são colocados de uma maneira clara e objetiva mas os procedimentos operacionais do dia a dia e na boca da ignição das bombas a gente nunca sabe o que está acontecendo.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAS PARTE
B3	5	morg.	enchentes	15.5.95		

3.- Constituir grupo executivo do Estado e Municípios para o planejamento articuladas ações de defesa civil, segurança urbana, controle sanitário e epidemiológico. Deste ponto é que se originou todo um trabalho importante que depois vou me deter um pouco assim como o Capitão Figueira vai tratar desse assunto. 4. Executar programa emergencial de limpeza e desassoreamento de córregos atentando para as demais questões de saneamento. Os senhores sabem do problema de todos os cursos d'água não só os de ~~juguante~~ jugante, mas os de montante, os problemas de fluidez e de escoamento que são terríveis assim como as interferências com a questão de saneamento que faz com que as águas das inundações não seja somente água, é muito mais do que isso. ~~Gratidão~~.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 347 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DEPARTAMENTO
B4	1	Marcelo	CEEE	Enchentes	15.05.95	

~~Todos os problemas do problema de todas as cidades de água, não só de~~
~~justiça, mas até os de montante, problema de flúvia, de saneamento que~~
~~são terríveis, assim como as interferências com a questão saneamento,~~
~~que faz com que as águas das montanhas não seja saneamento água, é muito~~
~~importante isso~~

Criar consórcio entre os municípios envolvidos, ~~então~~
através de celebração com o Governo do Estado, ~~trazendo~~ para ação
permanente voltada para limpeza e desassoriamente de córregos e saneamen-
to.

Aqui já seria a desarticulação das ações, em especial
em que a atuação do Governo não se faria sentir, em especial nos córregos
de divisa, Pirajuçara, Cabuçu de Cima e outros, que os senhores conhecem
e que o Estado, por ~~se~~ serem administrados por mais de um município não
dá para tratar segmentadamente.

Autorizar institutos e entidades estaduais a ~~se~~ realizar
serviços de diagnósticos, prevenção, controle de inundações para os mu-
nicípios, elaborar projetos básicos de ~~se~~ drenagem dos córregos de divisa.

Isso significa o seguinte: os municípios, em especial os
menores, estão desaparelhados, sem suporte técnico, sem poder, inclusive,
~~fin~~ financeiro de contratar estudos como ~~se~~ os que são necessários, que vão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º

348

N.º

03

95

O funcionário

CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOB	CONT. APARTE
B4	2	Marcelo	CEE Enchentes	15.05.95		

desde critérios de dimensionamento de projetos, até ações e priorização científica, técnica clara dessas ações para fazer com que determinadas obras, em ~~determinadas~~ determinadas ~~haz~~ bacias, não prejudique nem os de montante e nem os de jusante, como hoje é recorrente e a gente ainda vê.

Realizar ações conjuntas de fiscalização para controle da expansão urbana, sobre áreas rurais, mananciais, vales e cursos de água principais de divisas.

Todos os senhores sabem que ~~a~~ a ocupação dos ~~fundo~~ fundos de ~~vales~~ vales aqui na região ~~metropolitana~~ metropolitana é recorrente, praticamente desde a ocupação e saturação das ~~cumeleiras~~ cumeleiras onde a ~~cidade~~ cidade foi formada, ela foi se espraiando para as ~~várzeas~~ várzeas e essa ocupação se dá não só como favela, como hoje se busca estigmatizar através da imprensa, mas através de indústrias, Jockey Club, Clube Pinheiros, todos os Shopping Center de São Paulo estão em alguma várzes. Então essa ocupação ocorreu, sempre foi consentida e ela sempre foi promovida através de expedientes de canalizar córregos e colocar avenidas de fundo de vale. É um equívoco que eu acho que a gente, de maneira crescente deveria ir apagando.

~~Outra~~ Outra questão é designar grupos técnicos de trabalho para detalhamento das propostas e recomendação contidas no re-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 349 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
B4	3	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

latórios da comissão mista Estado-Prefeitura, que era ~~que~~ aquele primeiro trabalho a que eu me referi, que era a justaposição de ações de ambos os governos.

A outra questão é ~~a retomada das obras~~ retomar e acelerar as obras da ~~a~~ bacia do Tietê, promovendo a visita de Prefeitos ~~a~~ da região a essas obras. Realizar seminários na Sabesp e apresentação de planos e ações.

Todos os senhores sabem que desde ~~em~~ Planasa ~~em~~ os municípios não tem tido a ~~oportunidade~~ oportunidade de exercer o seu poder concedente em cima do saneamento. Não só por isso, como também o BNH e as linhas de financiamento para saneamento foram escasseando, nós temos uma situação já bastante crítica, ~~a~~ notadamente em esgotamento sanitário. Fato é que leva a que os canais de drenagem, bueros, bocas de lobo, tudo seja para escoar esgotos e não somente águas pluviais. É bom que se diga que as ~~vasões~~ vasões de estiagem dos córregos são esgoto puro mesmo, porque está tudo impermeabilizado e não há nem a recarga a partir dos lençóis. Então é importante, estava colocado aqui, que os municípios ~~em~~ cobravam uma ação ~~incisiva~~ incisiva e objetiva da apresentação desses planos para os municípios por parte do órgão estadual, a Sabesp. É bom que se diga que o Projeto Tietê não existia nessa época. O Projeto ~~em~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 350 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B4	4	Marcelo	CEE-Enchentes	15 .05.95		

Tietê na realidade é uma revisão do Sanegram, que foi uma colagem de ações que foi feita a partir dessa pressão e aí surgiu o Projeto Tietê.

Solicitar liberação de recursos pleiteados perante o Governo Federal para a realização de obras de controle de inundações, saneamento .

Havia nessa reunião a presença do Secretário Nacional do Saneamento, na época acho que o Walter Aniquino, ele estava lá e aproveitou-se para convidá-lo a investir nessa situação que era caótica naquela época.

Dar ~~pt~~ prioridade a investimentos em habitação União-Estado e Município, na busca de resposta para ~~reloc~~ relocação da população habitante em áreas críticas ~~de~~ de inundação. Naturalmente não se basta fiscalizar se não se der alternativa habitacional, obviamente diferente das que hoje estão se apresentando.

Dar ênfase à questão do tratamento do lixo em âmbito metropolitano, dado seu envolvimento na problemática de saneamento e de controle de inundações,

Essa é uma questão crítica e que se trata disso desde a década passada. Houve uma interrupção de 83 para cá, por exemplo, a Emplsa parou de tratar desse assunto, a Cetesb não se apoderou desse assun-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 351 do proc.
N.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OF. ABOR. FUNCIONARIO	CONT. APARTE
B4	5	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

to, Mais recentemente foi feito um plano. Nós temos um problema sério de destino final de lixo. Não adianta retirar material de ~~uma~~ assoreamento, ~~uma~~ nós temos também problema para colocar material de assoreamento. Não adianta ter lodo estocado na ~~estação~~ estação de tratamento de água e esgoto ~~uma~~ porque nós também temos problema ~~de~~ de onde colocar o lodo e assim sucessivamente, até abranger a questão de coleta, depois de resolvida a questão do destino.

~~uma~~ Desenvolver campanha s de educação sanitária para esclarecimento sobre a interferência do ~~lixo~~ lixo nas questões de saneamento ~~nesses~~ desse processo. ~~uma~~ Buscar apoio do Governo Federal em iniciativa conjunta de modo a assegurar recursos na forma de financiamento ou a fundo perdido para diferentes programas de saneamento e drenagem.

Claro que outros municípios, especialmente São Paulo, tinha uma série de projetos que precisa viabilizar e no caso específico de São Paulo havia um boicote explícito da Caixa Econômica Federal em investimento já contratados junto ao BID, que é o antigo Procav, para a realização desse investimento. Então a Prefeitura teve que aportar mais dinheiro do que deveria por causa do boicote, em ~~função~~ função do desalinhamento ~~político~~ político entre o Governo Federal eo Governo Municipal.

Esses eram os pontos que fora colocados nessa reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 352 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTINUAÇÃO
B4	6	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

e a partir daí foram criados grupos de ~~trabalho~~ trabalho entre municípios e Estado para tratar dessa questão. Foram feitos grupos de trabalho que envolviam as diferentes sub-bacias de amplitude intermunicipal, envolvendo as ~~prefeituras~~ prefeituras e o ~~governo~~ governo do Estado e foram discutidas essas ações, como viabilizar estas e mais uma série de outras que provi-nham de questões críticas que os municípios estavam vivendo naquele pe-ríodo. Então, a partir daí, foram detalhados uma série de programas e es-ses programas alguns tiveram alguma continuidade e outros não tiveram nenhuma.

É importante frisar isso. Já que a gente trata e t em interesse em viabilizar soluções, mas dar encaminhamentos, o que ocorreu e não poderia se repetir ~~de~~ de maneira nenhuma é que um trabalho conjunto dessa magnitude tivesse ~~se~~ frustrados seus objetivos ao longo do processo, como, por exemplo, o ataque do Governo do Estado às questões de ~~desas-~~ soreamento de córregos de divisa, que eram ~~as~~ ações mais baratas, mais tranquilas que poderiam ser equacionadas a ~~em~~ curto prazo. Essas ações poderiam ter sido equacionadas, foram elencadas em ordem prioritária por tipos de vítimas, número de vítimas, ~~em~~ ocorrência, paralisações de tráfego, mancha de ~~área~~ área inundável e a partir daí isso poderia ter ~~de~~ sido viabilizado e não foi. Isso foi esvaziando, os municípios foram

	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Aceto	CEE-Enchentes	15.05.95		

de participar desses grupos. Isso reabeteu também na questão
tratou da questão emergial, ~~defensiva~~ não só ^{defesa} ~~emergencia~~ civil,
mas socorro, assistência e cuidados de saúde.

Outro plano que foi elaborado a partir das diretrizes
que tratava da defesa civil é o que se chamou de ^{Plano} ~~Plano~~ de Contingência
para situações excessiva. Depois, quem tiver interesse, eu posso mostrar
isso e deve haver outras cópias aí.

Virtudes e defeitos desse plano. Virtudes. Pela primei-
ra vez, ~~pr~~ pelo que tenho notícia, possam estar enganado, se juntou tan-
ta gente de órgãos estaduais e municipais de vários municípios para ~~xxx~~
~~xxxx~~ tentar tratar a questão da emergência e da contingência de forma a
envolver ~~xxxx~~ institucionalmente todos os interessados. Essa foi uma vir-
tude muito importante porque permitiu a gente dar uma olhada nas grandes
limitações. A gente sabe que institucionalmente, legalmente, a defesa
civil do Estado ~~xx~~ atua supletivamente nos municípios. Cabe prioritária-
mente aos municípios se ~~x~~ estruturarem para resolver suas questões ~~de~~ e
pendência a nível de abordar questões de ~~risco e de defesa civil, de se~~
~~gerar planos. Nos municípios de~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 354 do proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário
ORADOR
CONT. ABARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
B5	1	beth	enchentes XXXXXXXXXX	15.5.95		

de risco e de defesa civil, de segurança urbana. Mas, os municípios de pequena dimensão não tem essas estruturas montadas. Então o que se viu foi a necessidade de estimular, encorajar os prefeitos a fazerem isso. Do ponto de vista da Prefeitura de São Paulo pode-se dizer que ~~XX~~ saiu na frente, inclusive em relação ao Estado, em função de trabalhar no dia a dia, enfrentar essas situações tradicionalmente aqui. E a partir daí o que se colocou foi uma série de exigências, de rituais, de procedimentos e normas operacionais, desenvolvimento de pessoas em plantões, esquemas de comunicação que eu acho que vale a pena os Srs. darem numa olhada nisso aqui. Eu não vou entrar muito no mérito, o tempo é escasso, está chegando ao fim. E o que eu quero ressaltar desse plano, ainda como visões, é que, basicamente foram indicados como emergenciais os seguintes programas: programa alternativoX transportes, circulação e acessos que objetivava justamente resolver problemas de grandes congestionamentos e bloqueios das marginais, em especial das marginais mas também de outros locais importantes de São Paulo, quase todas as avenidas importantes estão em fundo de vale, então, calculem o problema; programa de salvamento e assistência aos cidadãos atingidos por inundações e escorregamentos ~~XXXXXXXXXX~~ que envolvia a questão de salvamento, socorro, e a questão dos abrigos, a questão das cotas de subsistência e a questão de



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
B5	2	beth	enchentes	15.5.95		

assistência propriamente dita, programa de desinterdição e limpeza das áreas afetadas que depois de ocorrido o evento precisa se resgatar, recuperar, inclusive reduzir o ritmo e a intensidade do contato e contágio das populações com aqueles elementos que estão contaminados. Hoje temos a leptospirose. A questão justamente do programa de controle epidemiológico e sanitário das áreas afetadas que a partir da desinterdição e limpeza, aqui envolve, inclusive o Governo do Estado, porque a gente vê que é a operação das barragens, das bombas é que ajuda a gente a desentupir um córrego que está à montante, muitas vezes, uma região que está abaixo da cota do que é adequado do ~~ponto de vista de drenagem~~ ponto de vista de drenagem. E um programa de comunicação preventiva e de orientação. Estava proposto para poder difundir informações tanto previamente quanto posteriormente a situações de inundações. Esse programa estava baseado, estruturado basicamente em duas coisas: um trabalho que a prefeitura havia tratado já há coisa de um ano antes o CTH - Centro Tecnológico de Hidráulica - ligado ao DAEE, mas à USP também, e esse trabalho consistia no seguinte: a gente receber informações antecipadas de chuva ou eminência de chuva e em que intensidade. Esse é um trabalho que é feito a partir do radar hidrometeorológico que está em Ponte Nova, no DAEE e ele rastreia as chuvas em um raio de 200 Km, ou 180 km e isso permite saber e acompanhar a evolução das nuvens, das



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Cano n.º 356 do proc.
N.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
B5	3	beth	enchentes	015.5.95		

frentes frias, dentro desse raio. Essas informações, que a Prefeitura contratou e pagou o desenvolvimento de metodologia para fazer essa previsão, está inclusive com equipamentos, rádios, para detalhar e aperfeiçoar isso, foi contratado somado à questão de informações meteorológicas que pegam, naturalmente, o âmbito maior, espacial, para se prever a chegada das frentes. É sobre isso que se baseava esse plano. Esse é o start, o ponto de partida desse plano e tem a virtude de dar uma linguagem, colocar um elemento de antecedência, colocar um dado de antecedência fundamental para quem trabalha com prevenção ou atendimento a situações de risco. E a partir daí, esse sistema teria boletins periódicos, durante novembro a março que eram muito frequentes e iam acompanhando toda a evolução das chuvas e eram comunicados a um sem número de órgãos do Estado e da Prefeitura. Da prefeitura era basicamente a defesa civil e o CET. E o Estado era a SEDEC. Esses órgão iam receber essas informações e eram encarregados de transmiti-las, no caso da Defesa Civil para as Regionais e núcleos que foram sendo criados no caminho e a CET as suas diretorias operacionais para ir resolvendo esse problema de transporte de fráfego e o CET também recebia a comunicação com os setores de transportes. No caso de 91 houve a interrupção de Metro e de trens, também. Então, houve a necessidade de conectar desvios, esquemas de transporte, sistemas de transporte. Então, é importante ressaltarmos que o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 358 do proc.
n.º 03 de 1995
O funcionário
LABRADOR COM APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABRADOR	COM APARTE
B5	4	beth	enchentes	15.5.95		

sistema previa o estado de observação que é de novembro a março e que previa plantões de 24 horas, os órgãos de previsão hidrometeorológica e naqueles que administravam as emergências. A divulgação de caráter preventivo à população durante esse período, nas chuvas de verão, checagem do material de apoio logístico para atendimento de ocorrências, cada um dos órgãos deveria se redimensionar para enfrentar isso e atualização constante em listagem de nomes, telefones, endereços dos responsáveis pelas medidas operacionais de apoio. Divulgação de boletins periódicos, informando sobre o andamento do plano e realização periódica de operações simuladas de acionamento. Isso era o que estava previsto. Dentro desse estado de observação se poderia entrar em três níveis de criticidade. O primeiro que é o estado de atenção. Todos esses estágios de criticidade eram decretados por SEDEC e COMEC. Era essa a incumbência. Estado de atenção significa que há informação sobre iminência de inundação e/ou escorregamento. Estava colocado escorregamento mas a questão não chegou a ser desenvolvida. Estado de alerta já identificava ocorrência de inundações. Estado de emergência já é uma situação de cheias generalizadas ou escorregamentos nessa amplitude e a cada um desses estágios havia uma série de normas e procedimentos a serem adotados pelos órgãos que foram ouvidos. E foram ouvidos dezenas de órgãos e foram estruturados a partir de um quadro referencial que dava o nome do órgão,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 358 de proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. PARTE
B5	5	beth	enchentes	15.5.95		

telefone, responsável, esquema de plantão, recursos humanos e materiais. E o nome das pessoas. Quer dizer, não havia desculpa com relação a estar ou não o responsável. Esse plano foi muito importante, dado o caráter da amplitude mas teve alguns problemas. Um dos problemas é aquele que me referi que os municípios se tornavam descrentes do apoio que o Estado poderia portar nesse trabalho porque já tinham visto esse filme de ter sido prometida apoio - e não foi - na questão banal que é a questão do dessassoreamento. É melhor que se diga: desassoreamento em áreas que fossem fáceis de fazer. Esse é um dos critérios para priorizar desassoreamento. Então, essa não participação prejudicou a ~~XXX~~ articulação do plano como um todo. A outra coisa que prejudicou é que o Município de São Paulo é que pagou o contrato do esquema de observação das sub-bacias. Então, esse trabalho foi estruturado para São Paulo. O Estado não aportou recursos para entender isso para mais municípios da própria região metropolitana. Outra coisa que prejudicou é que SEDEC e EMPLASA tiveram problemas de relacionamento e a EMPLASA quis capitalizar todo esse processo, sem ter qualquer ação mais executiva. Isso acabou esvaziando um pouco esse trabalho. Esvaziou nesse âmbito. Não esvaziou para a Prefeitura de São Paulo. A Prefeitura, vendo que esse trabalho de cooperação não andava internalizou ~~XXX~~ o processo e passou a trabalhar em quatro programas a nível interno. O primeiro programa era o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha. nº 359	Proc. nº 03
Orador	CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B5	6	beth	enchentes	15.5.95		

de ação emergencial que justamente abordava essas questões. O segundo era a ação preventiva que objetivava a questão da limpeza, manutenção, otimizava

~~um pouco de maquinismo que poderia ser... (reforma)~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADJ. 95
B6	1	Norma	Enchentes	15.05.95	O funcionário	

um pouco os mecanismos de fazer isso e tentar discutir um pouco com as regionais e quem fazia os serviços, tentando aprimorar essas questões, que é questão sanitária, de combate a roedores e todos esses problemas que temos aí de leptospirose, essas propostas foram desenvolvidas e algumas ações. Eu acho que cabe destacar que uma das ações muito importantes que foi desenvolvida, não digo no âmbito do plano mas na Administração, como um todo, também decorrente um pouco do plano, é que a região mais tradicionalmente atingida por leptospirose, que foi a bacia do Cabuçu de Cima em pelo menos cinco anos anteriores a 92, que tinha os maiores indicadores de incidência de leptospirose, sem a realização de uma obra sequer, esse número baixou para zero em 92 - zero - com ações pequenas de limpeza, controle de roedores, envolvendo comunidade, as administrações regionais de saúde, e as regionais, evidentemente. Então essa é uma das ações que foi trabalhada também a nível do plano, e foi trabalhada também em cima de um plano de abordagem da bacia do Cabuçu de Cima, aliás é uma dica que esse trabalho em cima da bacia do Cabuçu de Cima é um trabalho a ser visto e conhecido.

Então, o que ocorreu é que havia, além da ação preventiva, ~~ações~~ ações corretivas; ações corretivas eram obras e dimensionamento de projetos, revisão de projetos, revisão de critérios de cálculo. Eles eram



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
B6	2	Norma	Enchentes	15.05.95		

- tinha um trabalho contratado junto ao CTH também de um modelo matemático para cálculo de galeiras, de dimensionamento de galerias, que foi desenvolvido, e nessa época que foi contratado o trabalho do Cabuçu de Baixo, junto ao CTH, visando usar aquela bacia urbana como um laboratório para poder se testar posse(?) de infiltração, vazões, a relação chuva-vazão, que é importantíssima para calibrar tanto o modelo de previsão como para poder estar propondo obras e ações dimensionadas de acordo com a urbanização e as condições de cada bacia.

Esse trabalho parece que está terminando, ou terminou há pouco tempo.

A outra questão muito importante é a do trabalho de compatibilização das obras entre Estado e municípios. Era evidente que havia obras que se o Estado não desassoreasse determinados trechos dos cursos d'água principais, o Município poderia fazer a obra que quisesse no córrego municipal e que não ia dar.

A outra coisa importante que se diga é o seguinte: hoje nós temos uma situação típica que mostra como é demandado, ainda, esse trabalho de articulação da micro com a macro drenagem, tá? Nós ~~temos~~ temos aí um ~~programa~~ programa de canalização ortodoxo, que está saindo agora, do BID, e que ao invés de serem revistos os projetos, não, os projetos são ortodoxos, levar água, bastante, lá para baixo, sem atentar para que o



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CRADOR UNICIONÁRIO CONT. APARTE
B6	3	Norma	Enchentes	15.05.95	

programa de aprofundamento da calha do Tietê não chegou a 1/50 de sua meta física, não é? Então nós vamos estar carregando as vazões do sistema hidroenergético aqui, do Alto Tietê, e essas vazões o rio não vai ter para onde jogar. Então a gente tem de rever esses projetos. Aliás, essa era uma meta, e essa meta infelizmente não foi cumprida. Agora que os projetos devem estar sendo detalhados. Isso é uma coisa a ser cobrada, porque é muito dinheiro para gastar e essas obras têm de durar e têm de ser inteligentes, minimamente.

Outro exemplo que eu quero dar de ações corretivas que estavam sendo empreendidas era a situação, eram pequenas intervenções de baixo custo, e que algumas foram eficazes, como é o caso da Ponte das Bandeiras, aquele projeto foi feito ali que ~~minimamente~~ simplesmente eliminou uma enchente que já tinha décadas de idade, a um custo ridículo, ou seja, se buscava também aprimorar os projetos para não gastar em concreto, galerias moldadas, etc, o que poderia estar sendo feito com um mínimo de inteligência da engenharia nacional, sem pressões para gastar em metro cúbico de concreto.

Então, o outro programa chamava-se - ação permanente. Esse é o último. Ação permanente era a ação que objetivava planejamento urbano, objetivava tentar corrigir estruturalmente, não estruturalmente do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

363
03 de 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B6	4	Norma	Enchentes	15.05.95		

ponto de vista de estrutura de concreto, ou de aço, mas no sentido cultural, da apropriação do território, tá ? Então, o que é que propunha esse programa ? Bom, em primeiro lugar aportar ao Plano Diretor que estava sendo elaborado uma série de mecanismos, dispositivos, para poder trabalhar essa questão a nível mais macro, do planejamento envolvendo permeabilidade do solo, envolvendo, uma coisa que aliás graças a Deus tivemos, que é a lei de controle da erosão, que era mais uma questão que se trabalhou naquela época, a questão de fazer faixas non aedificandi, ao longo do curso d'água, parte disso entrou no Código de Obras, claro que isso precisa ser aprimorado, mas parte disso já está no Código de Obras hoje, e ação de proteção de várzes, por exemplo, a várzea do Tietê. Nós temos hoje a situação da Vila Pantanal, Vila Nova União, a Vila Nova União, diga-se de passagem, ela foi uma ocupação promovida pelo Governo do Estado, e que hoje já ocupa toda a área, inclusive atrapalhou um pouco a própria implantação da ETE de São Miguel.

Então ^{era} imprescindível trabalhar a questão das áreas de proteção ambiental, e delimitar essa área de proteção do que fora o Parque Ecológico do Tietê, e que foi sendo abandonada aos poucos, essa política — uma das propostas era a de retomar essas políticas.

A outra coisa foi a realização do concurso das águas. O concurso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha	364	95
	03	
ORADOR		CONT. APAR

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APAR
B6	5	Norma	Enchentes	15.05.95		

concurso das águas objetivou o quê ? O Município está sensível com os problemas que ele enfrenta tradicionalmente, desde, aliás, o Prefeito Figueiredo Ferraz a gente tem alguém da estatura de um prefeito colocando essa questão de que o sistema que a Eletropaulo dirige é um sistema que não interessa ao atual estágio de urbanização da Cidade, tá ? Precisa ser revisto e rediscutido. Então, trata-se do uso múltiplo das águas, dos recursos hídricos da região metropolitana do Alto Tietê, então a Prefeitura de São Paulo realizou um concurso de idéias, junto com a SBPC e junto com o Consórcio do Alto Tamanduateí, ^{Billings} ~~MINERVA~~ para ~~trabalhar~~ tentar trabalhar essa questão e tentar recolocar novas idéias. Foi uma resistência terrível de quem se encastelou e tem trabalho tradicionalmente com os órgãos que querem perpetuar essa tradição, mas se conseguiu um livro - recomendo a leitura - que aborda a questão do controle de inundações e outras idéias de despoluição de Billings, envolvendo também a gestão de recursos hídricos tal como está sendo iniciada agora, a exemplo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

Bom, esses foram os trabalhos que foram implementados, e eu paro por aqui, gostaria, ao final da discussão, eventualmente, de colocar algumas observações mais gerais, que vinculam a questão da defesa civil a todas essas e outras ações. É impossível a gente pensar a ques



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 363 do proc.
n.º 83 da 19-95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B6	6	Norma	Enchentes	15.05.95		

lá e vai ver o que aconteceu, tá ? É impossível trabalhar desse jeito.

O SR. MAURÍCIO FARIA(PT) - Obrigado, Arquiteto Renato. Eu passo a palavra, então, ao Capitão Marcos Figueira, Coordenador da Defesa Civil do Município de São Paulo.

O SR. MARCOS FIGUEIRA - Boa-tarde. Sou Capitão da ~~PM~~ Polícia Militar, e minha vivência em 20 anos de serviços é no Corpo de Bombeiros. Eu fui convidado a vir trabalhar na Defesa Civil em 04 de abril de 1990. Exerci a função de Secretário Executiva, e atualmente sou o Coordenador da Defesa Civil.

A Defesa Civil regularmente constituída tem origem no Decreto 26.188/88, na época do Prefeito Jânio Quadros, onde ele elaborou as normas de como deveria ser constituída a Defesa Civil. Então esse é o ~~meu~~ documento original da Defesa Civil.

Pesquisando os arquivos da Prefeitura, o primeiro plano de contingência sobreenvolvendo enchentes, datado do período 79/80, onde o Prefeito era o Dr. Reynaldo de Barros, foi o primeiro documento que procurou estruturar algo sobre como proceder em uma atuação emergencial sobre enchentes. De lá para cá, em 93, foi criada uma ordem interna do Sr. Prefeito, a Ordem 004/93, onde regulamentou a função da Prefeitura



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

366
03 1955
11

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B6	7	Norma	Enchentes	15.05.95		

no tocante à Defesa Civil, voltada exclusivamente para o período de enchentes, que transcorre de novembro a março.

~~XP 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1746, 1747, 1748, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 21~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

367 GO PR3C.
03 GO 10 95

MODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B7	1	ANA	Enchente	15.5.95		

E em 94, agora, o Secretário das Administrações Regionais criou um plano de contingência específico para sua Secretaria de como proceder no tocante a enchentes. Nos cinco anos que estou à frente da Defesa Civil, nós tivemos dois períodos críticos: em 91, como foi citado pelo Arquiteto Renato Taguini, onde 39.000 pessoas foram atingidas, e em 95 onde 42.000 pessoas foram atingidas. Foi o pior período que pegamos e se concentrou no período de fevereiro. Graças a esse plano de contingência, que já estava criado que conseguimos fazer frente a essa emergência.

Como a defesa civil está estruturada? Temos o telefone 199, de emergência, que funciona 24 horas, por toda semana. No corpo técnico temos 30 funcionários: da CET, profissionais da Prefeitura, policiais militares e guarda civil municipal. Esse elenco de profissionais faz frente à primeira emergência. O arquiteto colocou o problema do convênio que foi feito, o estudo que foi feito no governo passado entre Estado e Município. Nós tivemos a felicidade de participar do projeto na parte da defesa civil e na redação do projeto. Sua execução, infelizmente não teve sucesso. Então, acho, particularmente que para a solução desse problema temos de ter um plano de contingência, não só voltado para a parte de emergência como para a parte preventiva. Não podemos nos preocupar somente no período de novembro a março, mas sim durante o ano inteiro para se preparar para a emergência que virá seja em alguns

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

368
03
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
B7	2	ANA	Enchente	15.5.95		

meses, ou alguns anos, no período de janeiro ou fevereiro, mas com certeza ela vem. Infelizmente, o abacaxi acaba sobrando na mão do administrador regional, do engenheiro e dos assistentes sociais. Então, cabe a nós nos estruturamos melhor no todo, é o governo, a população, a iniciativa privada, para fazer frente a esse tipo de emergência porque todos vão sofrer. Único ganho de caso que tivemos, nesse estudo que foi muito bonito no papel, de redação, mas no aspecto prático não teve sucesso, foi o convênio que foi firmado entre a prefeitura e a Fundação Centro Tecnológico* de Hidráulica, que o município de S. Paulã é o único no Brasil que tem a possibilidade de fazer a previsão do índice ~~meteorológico~~ meteorológico. Esse convênio funciona até hoje e foi renovado pela atual administração. E foi melhorado em alguns pontos. Outro sucesso que tivemos: no ano passado foi instalados pluviômetros em todas as Regionais, então a previsão feita por radar neste ano vai poder ser aferida pelos pluviômetros. No dia 24 de fevereiro, deste ano, nós entregamos para cada Regional uma viatura da Defesa Civil. Essa viatura é equipada com material que pode fazer frente à emergência, não só com material como com pessoal treinado e qualificado para o enfrentamento; não só para o período de chuvas, mas para toda ação de emergência que pode acontecer no Município. Nesta última explosão que houve na Regional de Vila Mariana, as viaturas de defesa civil tiveram presentes, acompanhando e trabalhando na emergência. No telefone 199

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

- 369 03 95



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELH
B7	3	ANA	Enchente	15.5.95		

um sistema de rádio comunicação, isso agiliza demais o acesso ao local de emergência, então na medida que recebemos a informação transmite-se com rapidez. A gente faz esse intercâmbio de comunicação via rádio. Essa informação da previsão meteorológica transmite também para o Corpo de Bombeiros, para Defesa Civil do Estado, para CET e para Secretaria das Administrações Regionais.

Outro sucesso que obtivemos foi o envolvimento da população. Na Administração passada conseguimos formar o primeiro núcleo da Defesa Civil, onde se treina a população para fazer enfrentamento a várias situações. O primeiro núcleo foi implantado na região do Butantan, onde os representantes do núcleo estão aqui presentes, que tem um trabalho muito gratificante junto com a Defesa Civil. Atualmente estamos com 37 núcleos. Para se ter uma idéia no Japão existem quase 18.000 núcleos de defesa civil. Então, estamos bem aquém do ideal. E se não tivermos a contrapartida da população, a discussão muito clara com a população para se envolver na situação emergencial, o poder público sozinho não consegue fazer frente. A Defesa Civil quando é criada é o reconhecimento do próprio Poder Público, que sozinho não tem condição de fazer o enfrentamento, principalmente numa situação provocada por chuvas excessivas.

Além dessa trabalho, nós temos cursos voltados para a população, como a população deve proceder numa situação de emergência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

370
03
95
uff

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B7	4	ANA	Enchente	15.5.		

E vamos em qualquer local, qualquer comunidade, qualquer horário transmitir essa informação. É um manual didático de orientações para a população. Então criamos três cenários: como a população deve proceder numa situação de emergência, quando está no interior da sua residência, quando está na rua e na sua casa também. Então, damos instruções básicas à população de como proceder nessas emergências.

Para finalizar, acho que a importância fundamental é de um plano de contingência realista. ~~Não~~ Não podemos ser muito utópicos, temos de ser mais práticos. Um exemplo de praticidade, reforço as palavras do arquiteto Renato, foi o trabalho que foi realizado na Ponte das Bandeiras. Outro exemplo, foi o piscinão realizado no Pacaembu. Tem que ser obras objetivas e com eficiência, que resolvam. Obras muito discutidas, que a gente não consegue ter uma eficiência, é complicado demais e envolve um montante de dinheiro significativo e o retorno não é satisfatório. Basicamente isto que queria colocar. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Agradeço ao Capitão Marcos Figueira e passo a palavra agora ao engenheiro Ricardo Brandão, coordenador do programa de áreas de risco, na Gestão Luiza Erundina.

O SR. RICARDO BRANDÃO - Boa tarde a todos. É com satisfação que hoje estou aqui na Comissão Especial de Estudos sobre enchentes para colocar um trabalho que foi realizado entre 1989 e 1992,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 34 do proc.
N.º 03 de 85
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APROV.
B7	5	ANA	Enchente	15.5.95		

que cuidou basicamente das áreas de riscos, encostas e baixadas do Município de S. Paulo. Em primeiro lugar é importante a gente ter uma definição do que é área de risco. Área de risco é todo local sujeito a ocorrências de deslizamento, desmoramentos, movimento de terra em encosta, ou ainda aqueles locais sujeitos a acidentes de origem hidráulica como enchente e inundações. Esse trabalho foi iniciado em 1989, praticamente em fevereiro de 89, quando um deslizamento 50.000 metros cúbicos de terra fechou um trecho da Marginal do Rio Pinheiros por aproximadamente uma semana. Esse deslizamento ocorreu logo depois da Ponte da Cidade Jardim, no sentido Lapa-Santo Amaro. ~~exat~~ Isso ocasionou um prejuízo terrível para a população da Cidade e também para todos os veículos pesados — ônibus e caminhões — que se utilizam das marginais, como ponto de ligação entre sul, norte e nordeste do País. Isso colocado, nós passamos a conhecer, já naquela época o que era área de risco. Então descobrimos que em 1994 o IPT — Instituto de Pesquisas Tecnológicas já havia feito um trabalho detectando vários pontos de risco na Cidade de S. Paulo. Nossa primeira providência foi conhecer esse trabalho do IPT e procurar uma forma de parceria entre a Prefeitura e o Instituto de Pesquisa Tecnológicas. Nós fizemos então um convênio que abrangeu além das áreas de risco, várias outras áreas de atuação, como por exemplo, parte de vegetação, de meio ambiente, estudo de técnicas alternativas para os projetos que a Prefeitura



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	372	do proc.
N.º	03	de 1995
O funcionário	M	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
B7	5	ANA	Enchente	15.5.95		

pretendia implantar e muitas outras áreas de atuação.

~~Assinatura do Orador~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AF. 10
B8	1	regina	enchentes	15.5.95		

Esse convênio foi assinado no dia 25 de outubro de 1989 e no dia 24 de outubro de 1989, na véspera portanto dessa assinatura, nós temos o marco desse trabalho, o segundo acidente sério daquele ano, que foi o deslizamento da Favela Nova República. Foi na tarde do dia 25 de outubro de 1989, por volta das 17:30 horas, houve 14 mortes, sendo 12 crianças e 2 adultos. Esse deslizamento, esse acidente, de uma certa maneira, o IPT apontava já algumas áreas. E nós, no dia seguinte ao acidente, assinamos o convênio com o IPT. Obviamente, o primeiro trabalho desse convênio era justamente nos ajudar no plano de atuação em áreas de risco, que recebeu, na época o nome de: Programa de Trabalho em Áreas de Risco. Então, vou passar algumas transcrições para melhor visualização do que tenho a colocar e, com isso, vamos nos aproximando daquela história, que começou em 89 e durou até 92. (Pausa).

Bom, aqui nós temos a Cidade de São Paulo. Essa área pontilhada, aqui em cima e aqui em baixo, são áreas de proteção aos mananciais. Nós temos duas áreas críticas, que consideramos "as mais críticas", a região de Campo Limpo e a região da Freguesia do Ó. Nós temos, na região de Campo Limpo, aproximadamente, um terço das ocupações desordenadas das favelas na Cidade de São Paulo. Essas atuações em áreas de risco, foram espalhadas por toda cidade. Esses dois pontos que coloquei, estão localizados na Regional do Butantã, especificamente, tanto o desli-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Ordem n.º	374	Ass. proc.	
Fls.	03	Ass. 95	
O. de		CONT. ADARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUAC.	CONT. ADARTE
B8	2	regina	enchentes	15.5.95		

zamento da Nova República como a interdição da marginal, deslizamento da encosta. Só para termos uma noção histórica, na Folha de 20. de fevereiro aparecia o deslizamento da marginal do Rio Pinheiros; ali no canto, à direita, já o IPT aparecendo; mais abaixo, o estudo IPT aponta outras áreas de risco. E o segundo acontecimento então foi justamente o deslizamento da Favela do Morumbi, jornal do dia 25. E no dia seguinte, já no dia 26 a assinatura do convênio com o IPT. Então, esse é o registro histórico desse trabalho.

Muito bem, a Prefeitura então necessitava se organizar para dar continuidade a idéia que já vinha desde fevereiro. Quando chegou no final do ano, em outubro, a dificuldade primeira era: como atacar o problema. Esse trabalho é inédito, a Prefeitura sempre atuou simplesmente na parte corretiva e o arquiteto Tagnin colocou isso, e a Prefeitura sempre buscava simplesmente, aconteceu o acidente, ela ia e atuava. Não havia, e essa foi uma dificuldade muito grande quando nós entramos na administração em janeiro de 89, de descobrir o que tinha sido feito. Então, descobrimos alguns pontos, mas sempre na área corretiva, nunca na área preventiva. Então, a primeira providência, obviamente, é a organização. Aqui então era o esquema que encontramos na Prefeitura em 89, onde as três Secretarias principais, Secretaria das Administrações Regionais, Secretaria do Bem-Estar Social, a Secretaria da Habitação e Desen

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B8	3	regina	enchentes	1.5.5.95		

Folha n.º 375 do proc.
N.º 03 de 1995
O futuro... CONT. APARTE

volvimento Urbano; e a Companhia Metropolitana de Habitação, eram os órgãos da administração direta que estavam ligados a esse tipo de serviço. Cada um desses três órgãos, à esquerda, tinham suas unidades descentralizadas. No caso da SAR, eram as administrações regionais; no caso da Sebes, eram as supervisões regionais do bem-estar social, a Surbes; e no caso da Cehabs, eram as Abes, que são órgãos descentralizados. Então, a primeira dificuldade que encontramos foi em casas as unidades descentralizadas de cada secretaria geograficamente. Por que? Porque cada secretaria tinha sua unidade descentralizada que não coincidia geograficamente com a outra secretaria. Então, essa foi a primeira dificuldade, porque se nós pegássemos, por exemplo, uma administração regional de Santo Amaro, havia pessoas aqui de Santo Amaro, para as secretarias das administrações regionais, era essa a divisão que estava valendo. Já para a Secretaria de Habitação, por exemplo, a Santo Amato poderia ser uma outra divisão. E para a Secretaria do Bem-Estar Social, a unidade Santo Amaro poderia ser uma outra divisão, uma terceira divisão. Então a dificuldade organizacional foi a primeira que enfrentamos. O que foi feito para tentar contornar essa dificuldade administrativa? Foi simplesmente estabelecer um grupo de trabalho central, com elementos dessas quatro secretarias, obviamente tinha também elementos da defesa civil e da assistência militar. Mas neste caso, da assistência militar e da defesa ci-


 346
03
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B8	4	regina	enchentes	15.5.95		

vil, a atuação continuava, Só estou colocando aqui os órgãos que tiveram transformação na área da atuação, transformação administrativa. Então cada secretaria e a Cohab forneceu um elemento ou dois, para atuarem no grupo de trabalho central, que ficou ligado diretamente ao Gabinete da Prefeita; e cada unidade descentralizada, das secretarias, também fornecia elementos, e formou os grupos de trabalho locais. Foram 20, na época eram 20 administrações regionais. Hoje está em número de 25. Eram 20 administrações regionais e o coordenador desse grupo de trabalho local, era então o próprio Administrador Regional. Com isso, procurava-se então priorizar essa atuação, porque o próprio administrador regional ~~era~~ era o coordenador, e a importância desse assunto começava a ser delineada, a partir do final de 89.

Então, teve muitos aspectos de técnicos, políticos-sociais, econômicos, financeiros, orçamentários que a gente poderia colocar aqui. Especificamente, eu vou dar o exemplo de como foi formada a Favela Nova República e tentar fazer uma colocação no sentido do planejamento urbano. Aqui nós temos um perfil de um terreno, terreno qualquer, localizado geralmente numa área pública e de periferia, por isso mesmo, não sujeita à fiscalização, não sujeita aos olhos da imprensa ou da população em geral. Com o passar dos anos, esse terreno pode ser baldio ou abandonado, começa a receber entulho, lixo, material de deposição de qualquer tipo. Nós

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B8	5	regina	enchentes	15.5.95		

tínhamos casos registrados na Regional de Vila Maria, na década de 60, de uma área que uma empreiteira usou para fazer obra pública. Ela usou uma área pública, contratada, começo a despejar lá e formou. Vinte e cinco anos depois formou uma área de risco. Isso tem registro. E isso pode ser caminhão de lixo, pode ser obra particular, qualquer tipo, e o terreno começa a ganhar altura. Com o passar dos anos, o terreno continua, cada vez mais, sendo ocupado por lixo, por entulho, por bota-fora de construções pública e privadas. Decorridos mais alguns anos, nós temos uma ocupação. Obviamente com fundo econômico, que permeia esse tipo de ocupação desordenada, ~~mas começamos a ter os dois problemas gravíssimos que temos,~~

~~(volúmin)~~



RQDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONARIO	APARTE

B9 1 valéria cee enchen. 15.5.95

Mas começa a ter os dois problemas gravíssimos que temos, geralmente em encostas, que são os cortes aqui e os aterros. A pessoa corta e, sem nenhum critério, sem nenhuma orientação, sem nenhum investimento por parte do órgão pública, acaba transformando no que a gente conhece hoje como as favelas. E, finalmente, nós temos aqui o caso típico de favelas em encostas que acabam obviamente formando o que a gente chama de superfície de ruptura e esses barracos todos acabam ficando com risco de deslizamento, desmoronamento, etc. Uma conotação em relação à baixada é que normalmente a encosta é ocupada primeiro, a ocupação primeira é na encosta, quer dizer, os primeiros que chegaram na favela ocupam a parte longe dos córregos e os últimos que ocupam ficam próximas aos córregos. Então, nós temos aqui a definição do próprio IPT em relação às situações de risco, que são basicamente três. A primeira que é formada pela encosta, exemplo que acabei de colocar. Então, pode ser queda de barracos, que podem ser atingidos por movimentação de massa, pode ter um rolamento dessas pedras, cujo nome técnico é matacão, e atinge também os barracos e uma série de combinações desses fatores. Na parte debaixo, temos dois tipos de acidentes possíveis. O primeiro seria o alargamento, o nível do córrego, do ribeirão sobe e atinge o barraco. O segundo, e barraco aqui é entre aspas, porque necessariamente não pre-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B9	2	valéria	cee enche.	15.5.95		

Folha no 379 do proc.
de 03 de 10 95

cisa ser favela. Nós temos n casos em que não foi favela, foi área normal, particular, absolutamente dentro do perímetro urbano, rua cadastrada, etc. O segundo tipo recebe a letra s, é solapamento, ou seja, a força das águas, que vai comendo as margens dos córregos, come a margem e provoca a queda da moradia. Então, são esses dois tipos. O mais grave de todos os três é justamente a encosta, porque necessariamente não existe um aviso, existem sinais que podemos detectar e pode servir como uma base para a nossa atuação preventiva e até corretiva, mas a inundação é mais tranquila, porque só ocorre quando existe a chuva, há o aviso. E dentro desses dois tipos, o solapamento é o mais grave, é muito comum ouvirmos, não só em São Paulo como em outras cidades, que houve uma criança levada pela força das águas, um senhor de idade, uma senhora, enfim, quando dizem força das águas nós dizemos solapamento e também normalmente ocorre quando chove. Então, isso foi feito pelo IPT que foi contratado pela Prefeitura dentro daquele convênio. A primeira dificuldade consistia na remoção. Nós tínhamos que remover as pessoas, tanto de encosta como de baixada, para que pudesse ser feita uma ação corretiva, uma atuação de obra, uma atuação de limpeza de córrego, muitas vezes a máquina na margem do córrego precisava de espaço para poder trabalhar. Então, esse é um exemplo típico de um alojamento, que a gente não deve confundir com abrigo. O alojamento era em compensado de



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. DEBATE
B9	3	valéria	cee enc.	15.5.95		

madeira, mais ou menos 20 metros quadrados e tinha somente o mínimo essencial para uma permanência provisória. O abrigo em si já é mais utilizado pela Defesa Civil, já não supõe uma ação planejada. O abrigo é: aconteceu, vamos agir. Então, o abrigo pode ser uma escola, um salão paroquial, um clube, uma associação, qualquer coisa assim. Já o alojamento não, ele pressupunha uma ação planejada. Então, esse é um exemplo típico de como fazíamos esses alojamentos. Na época foram mais ou menos 3500 alojamentos desses para servirem às famílias. Muito bem, a parte de atuação em si destaco aqui a Favela do Jaguaré, que é localizada junto à Marginal do Rio Pinheiros, no sentido Lapa, Santo Amaro, em frente ao Ceagesp. Essa obra é possível ser vista por quem sai da Marginal para dentro, da Marginal não é visível. Então, a situação inicial que encontramos era esta: barracos em risco, com os problemas, esgoto lançado na encosta e aqui, uma coisa que mais acontece e o que dá mais prejuízo, a sequência histórica do mato que vai crescendo, da chuva que vem e desliza, do lixo que é lançado nas águas pluviais ou dos esgotos, do mato que cresce de novo e do lixo lançado e do novo deslizamento, e do esgoto, e assim vai. Então, nós tecnicamente não sabíamos como trabalhar com esse tipo de solo. Não havia parâmetros. Acho que o Renato colocou muito bem a dificuldade em criar novos parâmetros e essa era uma dificuldade concreta nossa. Inclusive, chamávamos esses solos de solos pós altera-

381
03 395



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	CRADORIA	CONT. APARTE
B9	4	valéria	cee enche.	15.5.95		

dos. Isso foi um trabalho apresentado em um congresso de Geologia porque a gente não conseguia trabalhar. Nada do que se conhecia de mecânica de solos se aplicava a um solo desse tipo, a um solo urbano. Nós pensamos num primeiro momento em fazer esse tipo de projeto, que simplesmente removia todos os barracos em risco e criavam plataformas aqui - bermas - de equilíbrio. Tira a terra daqui e colocava aqui. Tirava, removia a camada superficial de lixo - que nós imaginávamos que era superficial para colocar. Um problema técnico que esses solos nos impunham é que não era possível fazer sondagem. A sondagem que fazemos para ver que tipo de solo tem embaixo e o nível de água que tem no subsolo. Com esse tipo de problemaa isso não é possível. Além de ser uma encosta, o solo não tinha firmeza para os aparelhos. Então, tínhamos de primeiro iniciar a obra, fazer uma limpeza desse solo e aí fazer a sondagem. Só assim era possível. Então, isso foi uma dificuldade adicional para esse tipo de trabalho. O que nós vimos então era a impossibilidade de executar esse projeto. Obviamente, aqueles barracos aqui saíram para os alojamentos, as famílias foram para lá, mas não foi possível, porque as famílias não podiam ficar direto no alojamento, é um alojamento e não uma residência. Então, o que aconteceu? Tivemos de alterar o projeto e prever unidades habitacionais aqui e aaqui, porque não foi possível para aquelas famílias serem colocadas em programas habitacionais do Mu-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADO	CONT. ARTE
B9	5	valéria	cee ench.	15.5.95		

nicípio. Então, o que aconteceu? Nós criamos três plataformas, sendo as duas de baixo para as unidades habitacionais. Houve modificação de projetos, entre as quais o muro de Gabião(?) aqui no pé e uma área de aterro maior. Isso colocado, tivemos aquela chuva de 81, que também foi falada pelo Capitão Figueira, foi uma das maiores na cidade de São Paulo. E essa obra estava justamente na fase de começo de aterro, ou seja, todo aterro que estávamos fazendo começou a ficar absolutamente encharcado de água, então, tivemos de mudar de novo o projeto. E essa mudança foi justamente no seguinte sentido: criamos mais uma plataforma aqui, ficaram 4, e as unidades habitacionais, também em função disso, nós prevíamos unidades habitacionais sobrepostas escalonadas. Foi um tipo de solução desenvolvida para este local, especificamente para a Favela do Jaguaré - um projeto muito bonito, por sinal - que previa acessos laterais, a laje do teto era o piso desta, previa até ampliação. Foi um projeto muito bonito. Teve essas dificuldades iniciais que foram executadas. Um freio, porqu esse solo ficou encharcado - essa área hachurada aqui ficou absolutamente encharcada. O exemplo dessa casa, só para vocês terem idéia de corte como seria, ~~aqui a linha do terreno natural, aqui~~

~~projeto de~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORAÇÃO	CONTABILIDADE
BLO	1	emita	enchentes	15.5.95		

Aqui a linha do terreno natural, aqui a projeção das escadas, e aqui como é que elas ficariam com um pé direito de 2,80m, mais ou menos, em função do eixo 9,60 até aqui, mais 5,40, fazendo um total de 15 metros, da ponta do aterro a esta ponta.

Este projeto previa ainda na sua planta, uma solução bastante simples: sala, quarto, cozinha e banheiro, algo em torno de 30 metros quadros, e o esquema que se estava pensando era que as fundações das casas fossem feitas por contrato com construtora, e a edificação poderia ser feita através de mutirão. Isso é o que pensávamos na época. Recentemente eu vi que as plataformas onde pensávamos implantar essas casas, hoje elas são canteiros de obras da OAS. A OAS é uma empresa que está fazendo o Projeto Cingapura na favela do Jaguaré, especificamente. Então, esse projeto eu concluí obviamente que foi abandonado, não houve nenhuma continuidade, está-se partindo para edifícios, fora dessa área que nós fizemos esse trabalho. O que pode, eventualmente, se não for tomada nenhuma medida, voltar a ter ocupação e a ser uma área de risco, dentro de 5, 6 anos, ou até menos.

Então, cabe aí ficar um pouco atento para que esse problema não volte a se repetir.

O segundo, que eu cito aqui, é o exemplo da região de Ita-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT.	PARTES
B10	2	emira	enchentes	15.5.95		03	95

queta, zona leste de São Paulo, na Favela Maria Luiza Amerinano. Essa favela está situada num vale e isso mostra que tinha sido feito um trecho da avenida, depois um outro trecho da avenida. E precisava fazer uma ponte ou um aterro para unir as duas partes. Então, isso mostra exatamente em um corte dessa área, onde não tinham sido feitas nem a ponte, nem o aterro, a avenida era interrompida e continuava no outro lado. Essa era a situação inicial.

Depois, foi feita uma complementação dessa avenida, essa área ... (ininteligível) ... é o aterro, e deste lado ficou uma enconta. Então, a avenida neste sentido ficou unida, neste sentido ela tem ocupação e foi ocupada normalmente, e neste lado ela tem um vale muito grande. O desnível é enorme, cerca de 20 metros, e que não teve nenhuma intervenção da prefeitura.

Com o passar dos anos, essa enconta foi ocupada. Então, dezenas de barracos, bananeiras, e o mesmo problema de sempre. No fundo desse vale, bem a direita, havia um córrego. E qual foi a nossa prioridade, que era uma prioridade técnica? Atacar em primeiro lugar a enconta e, num segundo momento, atacar a baixada. Como foi feito isso? Remoção de todos os barracos, foram para os alojamentos, e fixamos o corte, tiramos esse excesso de terra com três plataformas: esta aqui e esta de



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B10	3	emira	enchentes	15.5.95	L	18

equilíbrio, apenas por funções técnicas, e esta que é a plataforma mais importante, que depois vamos ver por que. Esta é uma primeira etapa de obras.

Na segunda etapa, tínhamos a obra pronta, com grama plantada, a drenagem toda feita, as escadas hidráulicas e de pedestres. E por que fizemos escadas de pedestres, neste caso? Porque, justamente, foi uma obra com reocupação. Ou reacentamento. Então, fizemos sobrados para as famílias que moravam aqui, e esta plataforma debaixo ficou como rua de acesso. E o que acontece? O aspecto da realidade de uma favela é transformado e se incorpora à malha da cidade. Então, aqui acabava tendo caminhão de gás, acaba passando ambulância, polícia, carro da prefeitura, e com isso se diminui tudo, não só o risco, diminui acidentes, porque agora você tem esgoto, e esta era uma grande dificuldade nossa porque a SABESP considerava favelas como áreas não esgotáveis, quer dizer, a SABESP não fazia esgoto em favela, e acho que não faz até hoje, e este quadro é o que a gente procurou aplicar em muitos locais, não só no Jaguará e não só na Maria Luiza Americano. Obviamente, sempre que era possível.

Os benefícios que alcançamos podemos colocar da seguinte maneira: quando estamos fazendo obras de risco, não necessariamente as



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	PRADOR	Funcionário	CONT. PARTE
B10	4	emira	enchentes	15.5.95			

pessoas precisam voltar para as favelas. Elas podem ir para ~~as~~ conjuntos habitacionais, entrar na demanda da COHAB; O que procuramos fazer com as obras de reassentamento é garantir que a área não fosse recocupada desordenadamente, e dar uma destinação habitacional.

E quando fazemos uma obra de risco, o benefício é o mais importante, porque, na verdade procuramos salvar vidas. No caso dessas obras de reassentamento que são casas, ou sobrados construídos nas encostas, depois das obras de risco, seria dar o incremento na qualidade de vida, diminuindo a leptospirose, a marginalidade, a criminalidade, e outros subprodutos de uma intervenção planejada e corretiva que produz numa favela.

Quanto aos resultados desse programa, esse quadro cheio de números é só para mostrar alguma coisa. Queria que vocês atentassem aqui nesta segunda linha, que é a linha de Campo Limpo, depois a quarta linha, da Freguesia do Ó.

Em Campo Limpo, tivemos 14 laudos de risco, feitos pelo IPT. Ou seja, das 1592 favelas cadastradas na cidade de São Paulo em 1987, que é o último cadastro que temos, 240 foram consideradas de risco. Estas 240 são aqui distribuídas em todas as regionais. Dessas 240, 14 foram para Campo Limpo, ou seja, menos de 6% do total. Isso foi feito em



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
BLO	5	emira	enchentes	15.5.95		

89. E conforme o programa foi se desenvolvendo, nós percebemos que Campo Limpo era mais crítico do que pensávamos em 89. Então, Campo Limpo acabou tendo 14% das obras, apesar de ter 6% dos laudos. E o mesmo aconteceu com a Freguesia do Ó. Apesar de ter 8 favelas em áreas de risco, das 240 pesquisadas, ou seja, 7,5%, acabou tendo, no programa como um todo, 13% das obras.

Nós fomos aprendendo durante o desenrolar desse trabalho. Então, este quadro é para mostrar a situação.

Quanto aos investimentos, que foram feitos, o trabalho começou no final de 89, não foi possível, já não estava previsto no orçamento. Na época não se aprovou emendas necessárias para que pudéssemos iniciar o trabalho ainda em 89, não houve suplementação pela Câmara, e começamos o trabalho em 1990. E foram, em números redondos, de 4 milhões de dólares, aqui 5,5 milhões de dólares e, em 92, pouco menos de 11 milhões de dólares. Aqui deu um total de 20 milhões de dólares.

Para se ter uma idéia desse número, a cidade de São Paulo tem um orçamento de 3 bilhões de dólares anuais, ou 250 milhões de dólares por mês. Então, esses 20 milhões de dólares é 80% do orçamento da cidade no mês. O que foi gasto em 3 anos é o equivalente a 80% de um mês. Apesar de ser um número que podemos considerar muito pouco, foi a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 388 do proc.
N.º 03 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B10	6	emira	enchebtes	15.5.95		

única vez que se investiu com programação. Acho que este é o ponto fundamental com a programação.

Os gastos foram, em obras, 71%, quase 3/4. Esses 11% aqui é a parte de gerenciamento. A estrutura que criamos dos grupos de trabalho, teve o subsídio técnico de empresas especializadas em gerenciamento, que resultaram em 11% do total investido. Os projetistas foram 6%; serviços, 5%, e aqui serviços são um título ~~que encerramos a parte~~



Folha no	389	de pres.
No	03	de 95
ORADOR	JOSE	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B11	1	ant.	enche	15.5.95		

É o título que nós encontramos para designar coisas genéricas, por exemplo, limpeza de córrego. Não se trata exatamente de uma obra e não é um projeto. Então, essas intervenções de baixo custo elas estão aqui. No caso da Secretaria das Administrações Regionais onde eu trabalhava, elas aparecem aqui em serviço. 4% foram aqueles alojamentos para as famílias e 3% assessoria técnica e consultoria. Também foi a primeira vez que se investiu em assessoria técnica e consultoria para áreas de risco. Além de ser a primeira vez que trabalhou também tivemos algumas propostas que colocamos. Em muitos casos ~~em~~ contratávamos apenas os estudos de viabilidade. Não contratávamos o projeto nem a obra~~em~~, apenas o estudo de viabilidade que pudesse nos apontar qual a solução a ser encaminhada. Existe muito assessoria técnica e consultoria para grandes obras~~em~~, para hidrelétricas, barragens, represas, mas no caso de obras urbanas desse porte realmente a gente não tem registro de que tenha ocorrido alguma vez na Prefeitura.

Aqui é um quadro que nos dá o número de obras, no total foram 91 obras nesses três anos e aqui as classes de custo. Para termos uma noção de como procuramos quebrar a cabeça, literalmente, para conseguir baixar o custo da obra, aparece aqui, 50% das obras foram até 80 mil dólares, que para obra urbana da Cidade de São Paulo, para a prefeitura do interior é uma outra realidade, é considerado barato. Mais da



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B11	2	ant.	enche	15.5		

metade das obras e ~~quix~~ aqui, obras caras que a gente considerava mais de 500 mil dólares, teve 4 obras. Isso foi premissa do próprio programa.

Vamos passar para a parte de alides. Aqui está uma cena típica de uma face que saíamos do estágio inicial que era da ocupação para começar as obras. Aqui é a favela Fontoura, no Ipiranga, saindo as pessoas vão para os alojamentos ou casas vinha a remoção para começar as obras. Isso é interessante a gente ver porque na época, porque eu como engenheiro, era um choque ver essa cena, Aqui são os alojamentos feitos para a Freguesia do Ó, Jardim Damasceno, são asporções verdes com telhas brancas e aqui na frente tem o muro e aqui havíamos previsto uma parte para ampliação caso as famílias quisessem. Esta situação do Jaguaré, inicial, aqui no * fundo a Marginal e aqui essa encosta onde fizemos as obras. Percebiam os barracos. Aqui a declividade era naturalmente pela encosta, todas essas águas e aqui no canto tinha um tubo de água que ~~arenava~~ essa ocupação com o lixo jogado. O pessoal da favela chamava de cachoeira, porque quando chovia toda água descia por aqui. Aqui a obra pronta. A cachoeira ficava mais ou menos aqui. Aqui, essas primeiras plataformas não seriam ocupadas e as casas viriam nessas 3 plataformas. Esta é a favela Maria Luíza Americano, onde a gente observa toda ocupação horrível. A primeira etapa de obras após a remoção, onde já se vê a conformação das plataformas. Aqui uma fase intermediária do serviço. Percebiam a dificuldade de



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
B11	3	ant.	enche	15		

se fazer esse tipo de obra, a dificuldade técnica para você conseguir acesso para essa máquina, fazer o aterro e compactar o aterro. Aí a obra praticamente concluída. Aqui já é a favela de Iguazu, na Vila Prudente. Tinha acabado de ter um deslizamento, solapamento. Essa ocupação tinha mais ou menos 15 a 20 anos, ela divisa entre São Paulo e Santo André, em Vila Prudente, Aqui são os sobrados da Maria Luíza Americana, percebam os sobrados onde foram feitos a favela, aqui a plataforma de acesso, a avenida. Então é uma transformação da realidade, a segunda etapa que seria o vale, não temos notícias se foi continuado. Agora a parte onde havia solapamento e inundação, houve a remoção dos barracos, o desassoreamento do córrego, a proteção da margem. Esses tubos são da drenagem desses barracos, das águas pluviais e esgoto. Com isso além de melhorarmos o fluxo de água do córrego colocamos situação boa, a transformação de um local degradado para um local bom. Aqui foi construído um centro de convivência. Aqui um outro problema de enchente, é o córrego Taboão, Favela Raia do Carrão, na Moóca e um problema de encosta. Normalmente esses problemas estão juntos, o problema de enchente e de encosta no morro. Aqui uma fase intermediária onde se vê o plantio de grama e aqui o córrego. Aqui a obra pronta onde se protegeram as margens, fizemos a limpeza dos sedimentos e o plantio de grama.

Isso colocado fica apenas um registro. O ineditismo desse



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	4	ant.	enche	15.5		

programa da possibilidade de investirmos 20 milhões de dólares, fizemos um cálculo aproximado de 100 mil pessoas beneficiada, o que dá cerca de 200 dólares por pessoa. Este programa foi todo tocado com recursos próprios da Prefeitura. Tivemos a contratação de geólogos pela primeira vez. Em 91 eles começaram a trabalhar especificamente por causa desse programa e junto com as ações colocadas pelo arquiteto Renato, foi possível sairmos do zero, porque literalmente nos encontrávamos no zero e conseguir subir um pouco o nível de atuação. Obviamente teve envolvimento da comunidade, teve problemas internos da prefeitura não ter capacidade de agir com a presteza que a participação popular impunha. Apesar da situação de emergência, a burocracia não via como emergência. Não existia uma emergência burocrática, só existia emergência da realidade. A perspectiva que vejo para o plano de prevenção e contingência é, primeiro, a continuidade do que já foi feito, porque temos o segundo ponto que é o aperfeiçoamento e em terceiro uma vontade tanto da parte do poder público, Executivo, Legislativo, até mesmo Judiciário, e da própria população em conseguir se unirem e propor as novas soluções. Acho que a engenharia nacional tem condições plenas de conseguir isso e basta que existam motivações para que isso seja avançado.

Agradeço a atenção de todos vocês.

~~O Sr. Presidente agradeceu as palavras~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 393 do proc.
N.º 03 de 1995
funcionário
CONZAPORTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONZAPORTE
B12	1	Monteiro	CEE-Enchente	15.05.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Agradecemos então a exposição do engenheiro Ricardo Brandão e chamamos para fazer uso da palavra o Sr. Gezemiél Seluque, empresário e membro do Núcleo de Defesa Civil do Córrego do Jaguaré.

O SR. GEZEMIEL SELUQUE - Meu nome é Gezemiél Seluque, sou do Butantã. O Butantã é uma região privilegiada sob vários aspectos: nós temos escolas, boas escolas; nós temos hospitais, bons hospitais; nós temos equipe administrativa que tem sobrevivido a diferentes administrações, de boa qualidade; nós temos gente querendo acertar, gente fazendo o possível por acertar. Porém, nós temos um problema que vem judiando do Butantã há longo tempo. Gente, eu sou voluntário da defesa civil. A exemplo do Eduardo, que também é voluntário, não da defesa civil mas de outras organizações não governamentais que também estão lá no Butantã, nós sofremos de uma coisa muito chata: nós sofremos de angústia, o voluntário está na linha de frente. É o que acontece com a Regional.

Graças a Deus, hoje temos dois representantes de Regional, da minha Regional por sinal, a engenheira Rosa e o Manoel. São dois



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha h.o. 394 de proc.
N.o 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H12	2	Monteiro	CEE-Enchente	15.05.95		

sofredores que estão, volta e meia, conosco. Temos a imprensa do Buntã que está nos prestigiando hoje, o Zaratini aqui conosco, também é um dos testemunhos disto: entra administração, sai administração; entra plano, sai um plano; chega para nós uma promessa, sai uma promessa e, a cada ano, a imprensa está notificando isso, a cada ano pior do que a imprensa estar notificando isso, estamos aqui, como voluntários ou vítimas de uma inundação ou de um deslizamento. Horário esteve conosco nessa cena, Horário é uma das testemunhas vivas desse problema: essa inundação de 31 de março de 1992, na nossa região, foi a maior. Não temos um registro histórico, anterior e posterior a essa, em que tenhamos tido dez mil pessoas atingidas num único dia, dez mil pessoas que ficaram desabrigadas.

Como voluntário, isso faz ferver o sangue, tem que existir uma razão para que, ao longo de tanto tempo, isso continue acontecendo. Não é de graça. Afinal de contas, desde os egípcios antigos que mexemos com terrapalanagem, desde os egípcios antigos e anteriores a eles que nós mexemos com hidrologia, tem que existir algo mais. Será que é simplesmente um problema tecnológico? Será que é simplesmente um problema administrativo? Para todos que receberam uma publicação que está em cima da mesa, lá atrás, é a publicação da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Reunião n.º 395 do proc.
N.º 03 de 1995
ORADOR FUNCIONÁRIO CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO CONT. APARTE
B12	3	Monteiro	CEE-Enchente	15.05.95		

de Enchentes de 1983, vocês vão notar uma coisa curiosa, se tiverem o cuidado de ler com atenção: desde o século passado os problemas estão parecendo ser mais ou menos os mesmos. Não é para ler, não, que é muito cansativo, é para ler em casa e consultar o travesseiro.

Gente, nós começamos aqui... sumiu. É a vantagem de a gente ir ficando moço. Em 1817, nós começamos a ter registros de problemas nas mesmas áreas que acontecem hoje! Seria incompetência tecnológica? É falta de envolvimento da população? É falta de participação da imprensa? É falta de interesse das Administrações Regionais? O que está provocando esse tipo de coisa. Se vocês derem uma olhadinha no que aconteceu este ano e o que é reportado neste "slide", dá para reconhecer alguma coisa? Será que esse slide é tão desatual assim? Ou será que ele mostra uma realidade deste ano ainda? Quem esteve em qualquer Regional, quem esteve dentro da Defesa Civil, ou então em qualquer outro órgão assistencial ou emergencial, sabe que isso aconteceu este ano. E eu continuo perguntando a mim mesmo, perguntando aos meus botões, à minha consciência: o que nos leva à perpetuação de problemas assim?

Será que não somos capazes de manter bueiros limpos? Será que é simplesmente um problema cultural da gente obstruir os nossos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	396	do proc.
N.º	03	de 1995
ORADOR	funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
RI2	4	Monteiro	CEE-Enchente	15.05.95

bueiros? Será que é simplesmente um problema sócio-econômico de construirmos favelas aqui ou ali? Ou será que na minha rua no Butantã, que não é uma favela, na rua do Eduardo, que também não tem nada de favela, e no entanto nós temos dois metros, dois metros e pouco de inundação, nós dois ficamos competindo para saber quem é que tem uma inundação maior? O que leva a isso?

O Eduardo está ao lado de uma galeria, que foi construída e inaugurada recentemente. No entanto, Eduardo, qual é o ano em que você consegue ficar tranquilo? Se você me disser que consegue dormir de novembro a março, alguma coisa está errada. É o mesmo que acontece na minha região. Nós também não vivemos numa área de favela, estamos ao lado do Córrego Jaguaré, uma das regiões mais populosas do Rio Pequeno e, no entanto, ninguém consegue dormir tranquilo nesse período. E isso ao longo de tantas administrações, ao longo de tantos planos e tantos projetos.x

Neste slide está faltando campo visual, vamos sacrificar o seu título. De vez em quando vale a pena sacrificar o título, que já está subentendido, nós todos estamos participando desse problema. Não há dúvida que aquele relatório, uma centena de outros e de todos os que estivemos aqui falando a respeito deste problema, todos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 397 de 400
N.º 03 de 1995
O fl. 397 de 400



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTA APARTE
H12	5	Monteiro	CEE-Enchente	15.05.95		

nós falamos em problemas hidrológicos, todos nós falamos em problemas pluviométricos, todos nós falamos em problemas sociais, todos nós falamos em causas históricas, falamos ad indústria da enchente que existe em São Paulo, como existe a indústria da seca no Nordeste, existe, é inegável, há gente que perde muito dinheiro com a inundação mas há gente que ganha muito dinheiro também com a inundação, isso é um fato de região semelhante à nossa, tapar ou ocultar essas coisa é tapar o sol com a peneira.

Agora, além de tudo isso, o que será que cria essa perpetuação? O que garante que nada consiga mudar, de fato, um quadro semelhante a esse? Nós temos, ~~na minha humilde opinião, dentro de meu conhecimento, existe aqui dentro, na forma de uma comissão, que tem a função de estudar o problema, e mesmo problema que existe em outras partes do Brasil.~~

~~problema que existe.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 398 do proc.
N.º 03 de 1995
ORADOR JUNTAMENTO CONT. À PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR JUNTAMENTO CONT. À PARTE
B13 B33	1	Angela	CEE ENCHENTES	15.05.95	

na minha humilde opinião, dentro do meu coração, existe aqui dentro, na forma como tratamos o problema das inundações, o mesmo problema que existe em tantas outras áreas do Brasil.

É esse problema que leva, e vou tomar um único exemplo que todos vão reconhecer, ~~a criação de uma situação~~ a criar uma situação semelhante a esta. Este é o perfil da Avenida Jaguaré, o perfil plano-altimétrico.

Temos, neste ponto, a Rua George World (?); temos, neste ponto, a Rua da Cachoeira; temos, aqui embaixo, o rio Pinheiros. A canalização do Jaguaré vem sendo construída de longa data e sempre se previu taxas de ocupação do solo, taxas de ocupação totalmente aleatórias, a cada ocasião que se faz uma revisão, mas o importante é a criação de armadilhas semelhantes a esta.

Toda vez que se encontra uma precipitação suficiente para saturar a capacidade de drenagem das galerias existentes este ponto de elevação criado artificialmente pelo homem é capaz de criar, nesta região, ~~uma~~ uma área de bacia - e bacia, neste caso, não é hidrográfica, mas simplesmente de represa-, ou seja, criamos uma área de represamento e garantimos uma inundação de dois metros em conta redonda e, para sermos exatos, de um metro e oitenta e cinco.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 399 do proc.
N.º 02 de 1995
O funcionário *af*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Bl3	2	Angela	ENCHENTES	15.05.95		

Essa é uma elevação artificial, criada por órgãos da própria Prefeitura. E, mais embaixo, temos a Vila Godinho, onde vamos encontrar, novamente, uma outra área de represamento, vamos encontrar neste ponto, onde temos a Avenida Corifeu de Azevedo Marques, também mais alto do que a avenida. Então, toda vez que ocorre um nível de precipitação maior do que a capacidade para a qual a galeria tenha sido projetada, vamos ter, neste novo ponto, uma outra situação também artificial de represamento.

A Avenida Corifeu de Azevedo Marques também foi erguida e o bairro ficou a montante, abaixo do nível da avenida. E eu fico me perguntando: "O que leva um técnico a criar uma situação como esta? O que leva alguém a desenvolver um projeto de drenagem, mantendo a ausência daquilo que poderíamos chamar de "elemento de segurança".

Qualquer eletricitista, por mais amador que seja, sabe que é preciso colocar um fusível pois, caso ocorra uma sobrecarga, não ponhamos fogo na casa, apenas queime o fusível. O mesmo acontece numa situação como essa: caso ocorra uma sobrecarga da galeria por que inundar a casa deste ou daquele? Por que inundar os outros dois bairros. Por que inundar tantos outros que estão aqui

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR N.º	CONT. APARTE
B13	3	Angela	ENCHENTES	15.05.95		400 03 95 ff

em São Paulo? Este é um exemplo que se repete ao longo da Cidade. Todos aqueles que já trabalharam com a Comissão de Enchentes e com outras comissões que se formaram no passado são ~~mas~~ capazes de identificar pelo menos uma centena de casos iguais a eles.

E aí continua a velha pergunta: "Por quê?" "O que faz, o que leva alguém a projetar desta forma?", já que os conhecimentos hidrológicos, hidrográficos e de topografia, etc, e tal, são plenamente conhecidos, é estado comum da arte, não há necessidade de se contratar um desenvolvimento tecnológico para fazer isso. É estado comum da arte, faço questão de frisar.

Na minha cabeça de "tupiniquim burro" só fica uma resposta, é a certeza da impunidade. Alguém, entre todos nós que estamos participando deste congresso ou de outros, pode indicar uma única empreiteira que tenha sido contratada para projetar uma obra que tenha sido punida? Alguém engenheiro perdeu o seu ~~ta~~ diploma por ter feito um cálculo incorreto e que tenha criado uma situação de risco semelhante a esta da sua galeria? Alguém conhece alguma empresa que tenha sido obrigada a ressarcir os ~~ma~~ cofres públicos?

Se eu estiver certo afirmando que o problema maior está aqui a responsabilidade maior também muda de casa, ela deixa de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 401 do proc.
N.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONARIO	CONT. APRESE
BL3	4	Angela	ENCHENTES	15.05.95			

estar no Executivo e passa a estar no Legislativo. Há necessidade da criação e da simplificação da legislação existente, criação de leis específicas claras, com parâmetros bem definidos, mas ~~par~~ parâmetros e parâmetros genéricos, aplicáveis a uns sem ~~não~~ número de casos futuros, que sejam prospectivos.

Como disse um dos primeiros expositores na primeira reunião que tivemos neste congresso, ~~maximamente~~ o Dr. Cândido Malta Filho, ele me deu um exemplo que me pareceu luminar e gostaria de tomar esse mesmo exemplo como uma citação para o momento. Naquele dia ele disse: "É importante que se considere taxa de ocupação de 100%, taxa de impermeabilização do solo em 100%. Se estabelecermos em lei que a taxa de ocupação do solo é de 100%, não há margem para erro, não há por que a cada vez que se faz o reestudo de uma galeria mudar essa taxa de ocupação.

A minha galeria, por exemplo, lá no córrego do Jaguaré, começou com uma vazão prevista para 40 metros cúbicos por segundo; depois, ela foi elevada para 60 metros cúbicos por segundo, uma nova obra contratada; depois, ela foi elevada para 120 metros cúbicos por segundo e uma nova obra contratada; agora, ~~em~~ ela está sendo elevada para 180 metros cúbicos por segundo. E será que es-



Folha n.º	483	do pto.	95
n.º		de 19	
ORADOR	CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA
B14	1	Angela	ENCHENTES	15.05.95

tamos prevendo a totalidade da captação dessa bacia hidrográfica do Jaguaré? Quem nos garante ~~que~~ se daqui a cinco anos não teremos de contratar, novamente, um outro estudo, um novo projeto, etc. Aí vamos desapropriar, vamos mexer, e vamos acontecer até que se eleve a x taxa de vazão da galeria de 180 para um número ~~xxx~~ qualquer, que eu desconheço.

3 Se estabelecermos um número ~~x~~ genérico como esse, que o Dr. Cândido recomenda e cuja idéia encampo, ~~é~~ um número genérico, Não há margem para discussão.

Calcular daí para frente fica fácil. É simplesmente uma questão de se definir a nossa área pela precipitação prevista para a região que tudo bem. Daí para frente acaba a margem de discussão.

O que acontece é que, da forma como estamos, estamos criando margem para discussão. Assim, gente, qualquer advogado minimamente criativo é capaz de ar ~~x~~ nome a um juiz, ~~xxxx~~ é capaz de levar um processo para as calandras. E aí, o que vai acontecer? Nada, absolutamente nada, a não ser perpetuar o desespero das regionais, perpetuar o desespero das organizações não governamentais que estão ao lado, vai perpetuar o desespero de todos os voluntários que es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	403	do proc.
N.º	03	de 1995
PROD. INICIAL	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
B14	2	Angela	ENCHENTES	15.05.95	

tão envolvidos com a tentativa de ajudar em alguma coisa e, no ent tanto, nada será resolvido.

Vocês querem um exemplo? Ainda vamos voltar ao mesmo relatório porque, como eu sou parte do problema, eu vivo esse problema, posso ser pacional. Então, vamos voltar ao mesmo relatório para tentar ser pé no chão, tentar ser ~~tran~~quilo, tentar ser mais equilibrado possível.

Imaginem se alguém quiser reclamar um problema desse tipo, a quem ele vai recorrer? Este mesmo relatório coloca isto. Dá para reclamar alguma coisa? Dá para responsabilizar alguém? É possível, friamente, conseguir trabalhar com os pés no chão?

Estamos em cima de um terreno amorfo, pior do que aqueles pós-ocupados, que você falou. O que acaba acontecendo? Falta base, falta uma condição para se poder estabelecer um critério de trabalho.

E, para não cansar mais ninguém, porque já abusei ~~q~~ do meu tempo, todo barbudo é meio chato e eu não sou exceção à regra, ~~mas~~

~~conclusão~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 804 do proc.
N.º 83 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B15	1	Raimundo	ENCHENTE	15-5-95		

...vou colocar como sendo algumas sugestões que poderiam ajudar a tentar trabalhar no sentido da solução. Acho que cabe, na minha opinião,, ao Legislativo, nos seus 4 níveis, aí estou chamando Câmara Municipal, Câmara Estadual, Câmara Federal e Senado, a simplificar e simplesmente extinguir ~~xxxx~~ o emaranhado de leis que existem a respeito desses mesmos problemas. Com o emaranhado de leis que existem não há possibilidade de responsabilizar ninguém. Uma vez que se tenha revogado essas leis, assim há possibilidade de se criar leis específicas e que sejam prospectivas, leis reais, não as chamadas pseudo leis, aquelas que são feitas com um único objetivo de criar a possibilidade do advogado trabalhar com elas. Há necessidade sim de leis que estabeleçam parâmetros básicos genéricos e que sejam prospectivas e aplicáveis a um sem número de casos futuros e desconhecidos hoje. E determinar também, a tente, a penalidade. Não há a possibilidade de se continuar trabalhando como hoje; hoje a única coisa que se tem conseguido em SP é punir o erário público. Cada vez que alguém consegue uma indenização por deslizamento, por inundação ou por qualquer outra coisa que acontece o grande penalizado é o pagador de impostos, porque a responsabilidade acaba aí. Ela não caminha daí para frente; ninguém mais sabe o que levar para frente, nem



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B15	2	Raimundo	ENCHENTE	15-5-95		

tem como levar para frente. E daí, minha gente, se isso é verdade, cabe ao ~~Executivo~~ Executivo cumprir a lei e cabe à população brigar pelo cumprimento dessa lei. Enquanto existir Eduardos, Zaratineks e enquanto existir gente como vocês que estão, gente como todos nós que estamos aqui perdendo o nosso tempo, pensando um ~~p~~ bocadinho para tentar acertar nós temos chance de fazer alguma coisa. E isso somente é consequência do que, se nós podemos ou não acreditar nisso, porque enquanto estivermos nessa condição onde nem ao bispo temos como reclamar, nada poderá ser feito. Mas existe sim uma grande esperança. Qual é essa grande esperança? É a ~~na~~ existência de gente como nós, gente que certo ou errado tenta acertar; que certo ou errado, potente ou ~~impotente~~ impotente tenta fazer alguma coisa para, como você falou, salvar vidas, como costuma dizer o capitão Figueira, diminuir o sofrimento. Esse é o objetivo de todos que são chamados voluntários. Minha gente, muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Agradeço ao Sr. Gezemiel Selu-

que e abrimos, agora, a palavra para os presentes, sempre recomendando que aqueles que usem da palavra se identifique previamente. E a sugestão, então, é de intervenções breves em torno de 3 minutos, porque acabamos consumindo um tempo que foi muito importante, útil,

~~na exposição dos expositores, mas para que não haja um prolongamen-~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
B15	3	Raimundo	ENCHENTE	15-5-95

Folha n.º 406	
ORADOR	CONT. ATRIBUIC
0 funcionario	de 19 95

to excessivo da nossa sessão, então nós abreviaremos esta fase agora das colocações dos presentes. Estão abertas as inscrições com o Horácio ali. (Pausa) Vereador Zaratini ?

O SR. CARLOS ZARATTINI - Eu queria fazer duas perguntas rápidas aqui, Ex uma para o arquiteto Renato Tagnin. Você colocou, pelo que entendi da sua exposição, que os projetos de canalização hoje em estudo, em desenvolvimento a serem financiados pelo BID vão só representar um acréscimo no volume de água do rio Tietê, Pinheiros, Tamanduateí e que, portanto, sem a solução desses 3 rios a coisa fica..., não dá em nada. Então, queria entender, qual a sua opinião sobre essas propostas de contenção de água através de piscinões, essas propostas que estão aí sendo colocadas também. E queria perguntar para o Seluque/, sobre essa ~~questão~~ proposta da questão da responsabilidade, se no seu ponto de vista ~~essa~~ responsabilidade deve ser discutida do ponto de vista da confecção do projeto, do desenvolvimento do projeto e da obra ou se também pelo fato do não projeto, ou seja, pelo fato de não se procurar adotar nenhuma solução. Só essas duas perguntas.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Seria interessante que outras pessoas que queiram usar da palavra se manifeste e aí passaria a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El 5	1	Raimundo	Enchente	15-5-95		35

palavra para os expositores para as respostas às perguntas levantadas e isso já servindo também como elementos das considerações finais.

O SR. HORÁCIO - Para o Seluque, a exposição passional como ele mesmo se referiu na exposição dele eu achei fundamental para a gente ter um quadro de como alguém, um cidadão que participa do problema diretamente sente o problema todo. Mas achava importante, de qualquer forma, você fazer um breve registro da experiência que foi ~~fixa~~ feita no córrego Jaguaré, no sentido de prevenção da questão da enchente, como isso foi trabalhado, em palavras sucintas.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Bem, não noto mais ninguém que queira se manifestar? Gostaria, antes de passar a palavra aos expositores para as respostas e também para outras observações já a título de considerações finais, de dizer que nós hoje tivemos uma ausência que é sempre uma ausência importante nesses seminários, que é a ausência do representante, digamos assim, político da atual Administração, que seria o representante da Secretaria das Administrações Regionais. Nós temos tido uma dificuldade no seminário de contar com a participação de representantes da atual administração. Tivemos essa lacuna no seminário que exatamente tratava do ~~problema~~ programa de canalização de córregos, que está previsto para ser exe



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
Bl 6 2		Raimundo	Enchente	15-5-95			

cutado ainda no período de duração deste governo municipal. Eu gostaria de registrar mais uma vez que quando esta Comissão foi proposta ela foi, inclusive, aceita e aprovada por unanimidade pelos Srs. Vereadores, com entendimento e o compromisso de que os trabalhos da Comissão teria um caráter técnico e político-administrativo, não teria um caráter partidário e não se faria a disputa partidária no âmbito desta Comissão. Registro isso mais uma vez porque entendo que é imprescindível que os representantes da atual Administração, os representantes da orientação político-administrativa seguida pelo atual Governo que eles nos forneçam os seus dados, que informem à Comissão sobre qual é a visão, qual é a linha de trabalho da atual Administração. É evidente que temos aqui hoje o Capital Marcos Figueira, mas como ele informou, ele tem um papel técnico, não ~~papel político; ////////////////~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OP. ADOR. 1.º	CONT. APARTE
Bl7	1	dalva	Enenhentes	15.05.95		

(...) não é um papel político, ele inclusive é um profissional, o qual demonstrou aqui grande competência na sua atividade, que já vem trabalhando nisso desde ~~xxx~~ anos anteriores, e esperamos que essa equipe da qual, o Capitão Marcos Figueira, é integrante, ela continue o seu trabalho, independente das mudanças que ocorram na política municipal, porque se trata de um trabalho técnico que requer, inclusive, continuidade, mas de qualquer forma é ~~essencial~~ essencial para que a comissão tenha elementos de análises, até para posteriormente elaborar o seu relatório final que nós tenhamos oficialmente, as informações da atual administração e se houver ~~aprox~~ oportunidade que os presentes transmitam que o espírito da comissão, o ~~clima~~ clima dos trabalhos é esse que nós temos verificado há cada sessão, não existe nenhuma conotação política ou partidária nem qualquer conotação de natureza ideológica, que possa dar outro tratamento aos trabalhos, e é evidente de qualquer forma que em questões técnicas e em questões ~~políticas~~ políticas administrativas o estabelecimento do contraditório, num clima civilizado, com argumentos racionais, ele é muito importante, até para dar a Câmara de Vereadores, elementos de análise para que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B172		dalva	Enchentes	15.05.95		

Folha 410 de 410
92
95

a Câmara, enquanto colegiado possa informando as suas convicções. Então ele lamenta, hoje a ausência do representante da Secretaria das Administrações Regionais, e espero que no andamento dos trabalhos, nós possamos preencher essas lacunas, obtendo, ou a vinda de representantes da Administração, para uma sessão especial para que eles registrem quais são os planos, qual é a visão, qual é o ponto de vista, qual é o relato, de trabalhos do Atual Governo, e insisto apenas como elemento fundamental para a informação da comissão, e através dela para informação da Câmara de Vereadores. Dito isso eu passo, ou melhor antes de passar a palavra aos outros expositores, o Sr. Eduardo Leite, gostaria de fazer uso da palavra, e após ele, eu então passarei aos expositores para as respostas e considerações finais.

O SR. EDUARDO LEITE -

Sou mora-

dor do Jardim Jussara, nas margens do Córrego Pirajussara. Eu queria colocarmos que o Seluque, na sua exposição abordou dois itens, os quais eu acho que são de fundamental importância. Um, o problema da impunidade, quer dizer, gente tem procurado levantar que



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONJ. PARTE
B17	3	dalva	enchentes	15.05.95		

a causa estrutural mais importante das enchentes, é o desleixo administrativo, da forma mais ampla possível, desde de intervenção direta do Administrador, como do próprio técnico que projeta obras públicas, e esse desleixo administrativo baseado exatamente nessa impunidade colocada pelo Seluque, ele abordou, também um outro item, daí a importância, e com isso eu acho importante detalhar um pouco melhor o problema da organização da população do Jaguaré, justamente a organização da população, quer dizer a única maneira, o único caminho para si conseguir, pelo menos diminuir esse desleixo administrativo, é sem dúvida nenhuma a organização da população, a população organizada é que vai poder fiscalizar e berrar quando as coisas tiverem sendo executadas de maneira errada, nesse, córrego numa próxima reunião a gente vai detalhar mais, tem também, uma série de ~~desleixos~~ desleixos imperdoáveis, imagináveis, e que sem na época já existisse uma estrutura de organização de população que pudesse estar ali fiscalizando as obras, os projetos a serem executados, talvez a gente não vivesse hoje essa situação. Além das estruturas de defesa ~~civil~~ civil que de certa forma podem funcionar como caminho, como canal para organização da população, hoje

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B17	4	dalva	Enchentes	15.05.95		

a gente está experimentando, lá, o comitê de bacias. Existe uma lei 7.663, ue estabelece os comites de bacias, bacia do alto tietê, tem aí o seu comitê que preve uma participação popular nele, quer dizer a gente está tentando inaugurar sub comitês de microm bacias dentro da bacia do alto Tietê, essa bacia é algo genérico demais, onde a participação da chamada sociedade ~~mt~~ civil de dá de uma maneira muito genérica, é difícil encontrar uma ~~xxx~~ representação da sociedade civil para a bacia do alto Tietê inteira no entanto a bacia do Jaguaré, é muito mais fácil você ter, encontrar uma representação real para a população, assim como ~~xxxxxxxxxxxx~~ ~~xxxx~~ em cada uma das outras micro bacias. Então esse tipo de questão eu acho que é importante ser detalhada o que existe de experiência, e aí eu gostaria de fazer mais uma vez o que já foi feito ~~xx~~ pedir para ocê detalhar um pouco mais a organização da estrutura da defesa civil, além desse ~~xxxx~~ caráter fiscalizador quer dizer a organização da população consegue também ~~catalizar~~ ~~xxxx~~ consegue servir como catalizador do entendimento entre as diversas partes administrativas, que muitas vezes respondem a um a outro partido, e garantir a continuidade do processo administrati-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 413 do proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário
BRADOR CONT. APART. 11

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	BRADOR	CONT. APART.
B18	1	dalva	enchentes	15.05.95		

vo, quer dizer, sem a organização da população que é única que ~~permanece~~ permanece de uma administração para outra, fica difícil garantir essa continuidade. Então esses ~~aspectos~~ aspectos de organização de diversas formas que a população consegue encontrar para se organizar, devem ser mais detalhados e mais desenvolvidos.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Vamos passar a palavra o Sr. Roberto Rocheleques.

Roberto Rocheleques
O SR. ROBERTO ROCHELEQUES - Quanto a exposição do Sr. Seluque, queria fazer algumas colocações. A primeira é que os projetos feitos para obras, pela Prefeitura, não são feitos pelas empreiteiras. Eles são ~~feitos~~ feitos por firmas projetistas, especialistas nos assuntos, e aprovados e verificados pela própria Prefeitura. Portanto não há dolo no projeto. O senhor está querendo punir uma situação da qual não existe a intenção do erro. Quanto a esse fato de haver bicos nas ruas, os projetos que vem do Executivo, tanto da Administração passada, como da Administração presente, de execução de velas sanitárias, ~~existem~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APAR
B18	2	dalva	Enchentes	15.05.95		

onde se eliminam esses focos localizados de enchentes, é um número muito grande, tanto na administração passada, como na administração presente. Agora, do modo em que o senhor colocou a situação é de se perguntar, se punindo os médicos do País, se resolve o problema da saúde. E, creio que não. E também, ~~acho~~ acho onde o senhor diz que o senhor tenta acertar, então no caso onde o senhor ~~quer~~ tentar acertar e o senhor por acaso errar, então o senhor poderá ser punido.

O SR. MAURÍCIO FARIA -

Vou passar a pala-

~~passar~~ vou aos expositores, e informamos que teremos agora como sequência aos trabalhos da comissão vários seminários para estudos de casos, dia 22 de maio sobre o Córrego de Aricanduva, 26 de maio Córrego Pirajussara, e dia 29 de maio o Rio Cabuçu de Baixo. E no dia 5 de junho nós teremos um ~~seminário~~ seminário, com o tema: o Legislativo e as Enchentes, onde ~~teremos~~ teremos a oportunidade também de estar analisando questões levantadas pelo ~~seu~~ Sr. Seluque na sua exposição, verificando um ~~série~~ série de questões que dizem respeito a legislações que existem e que muitas vezes não estão sendo de-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
B18	3	dalva	Enchentes	15.05.95		

vidamente aplicadas, e as sugestões que devam surgir desse conjunto de seminários, e que essas sugestões terão que ser sistematizadas e apresentadas aos poderes constituídos, a própria Câmara Municipal e a opinião pública, como uma contri buição ao esforço D. |

enfrentamento da questão das enchentes. Lembrando também, que no seminário anterior, algumas questões levantadas foram também tomadas como o trabalho que está sendo feito há algum tempo para elaboração ~~de manuais técnicos~~ de manuais técnicos que sirvam de parâmetros para as obras, para os projetos de obras, ~~mas~~ o representante do Aricanduva nos trouxe uma série de fotos que nos mostram projetos como o do METRO ~~na linha que corresponde ao Aricanduva~~

~~Aricanduva, e outros projetos existentes no âmbito da Aricanduva~~

~~na, com a intenção de fazer uma série de folhas técnicas de projetos~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionario	CONT. PARTE
B19	1	morg.	enchentes	15.5.95			

o trecho que corresponde à Bacia do Aricanduva e outros projetos executados no âmbito do Aricanduva, em que há evidentes situações de falhas técnicas de projetos e que se espera, pelo menos também na opinião de um dos técnicos que aqui compareceu, que a elaboração de manuais técnicos que terão que ser obedecidos no parâmetros para diversas obras no sistema de drenagem, que essa medida que é considerada nos meios técnicos como importante, fundamental e básica, que infelizmente não existe esse procedimento no Município, que esse seja um fator de enquadramento dos projetos e das obras de algum parâmetros básicos para se evitar algumas soluções, ou obras que por fotos que nos foram trazidas elas têm algumas erros técnicos básicos. Então, passo a palavra aos expositores, faria uma consideração final, um agradecimento a todos presentes em especial aqueles que aqui compareceram para apresentar a Mesa as suas opiniões.

E gostaria de fazer um apêlo de público, para que aqueles que fizeram aqui exposições que implicam em materiais, texto, gráfico, que façam chegar com o máximo de brevidade à comissão esse material porque pretendemos fazer um dossiê, o mais completo possível e também esses materiais são essenciais para elaboração mais adiante de um relatório final da comissão. Passo a palavra, pela ordem ao arquiteto Renato Arnaldo Tagnin.

O SR. RENATO ARNALDO TAGNIN- Com relação aos projetos de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha No. 47
 03 de 95
 CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B19	2	morg.	enchentes	15.5.95		

canalização que são objeto de financiamento com o BID é bom que se diga, para começar, que o nome desse pedido de financiamento quando foi iniciado na gestão da Prefeita Luíza Erundina, era recuperação social e ambiental dos fundos de vale do município de São Paulo. Então, isso dá uma amplitude do tipo de abordagem que se pretendia dar a questão de controle de inundações, visto que como a gente observa há um mix de problemas sanitários, sociais, ambientais e sócio-econômicos que se verificam nessas locais. São locais de marginalização, segregação social tudo que de terrível pode acontecer está lá. Então, essa amplitude dá o caráter que tipo de trabalho é demandado dessas áreas, o título qualifica. E o pedido de financiamento foi estruturado para começar com base em projetos que a Prefeitura tinha em carteira, projetos ortodoxos, mas na medida da tramitação a gente tinha que adotar determinados pressupostos e custos para colocar para o pedido. Foram adotados os dimensionamentos desses projetos, que são os tradicionais, galerias, canalizações do sistema viário, etc. Na medida que o projeto corria foram iniciadas revisões e discussões visando adequar esses projetos. Ocorre que essa revisão não prosperou e o pedido foi sendo formalizado na presente gestão com base em obras de canalização e viário. É bom que se diga uma coisa, o BID acredita que mantenha hoje e no final da nossa gestão ele mantinha uma postura de viabilidade econômica dos investimentos com base no quanto a ad-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B19	3	morg.	enchentes	15.5.95		418 103 95

ministração poderia estar arrecadando em termos de recursos com a feitura daquela obra, Arrecadando diretamente hoje acredito que sobreviva ainda a despeito de se ter um projeto de lei que acho que valeria a pena desen- cravar, da gestão anterior, sobre uma nova forma de cobrar contribuição de melhorias, que é um instrumento que foi utilizado para avaliar o retor- no financeiro do projeto. A contribuição de melhoria era, acredito ser, cobrada em cima de obras de pavimentação, ~~na~~ que pode cobrar essa contri- buição e é cobrada por metro linear de testada dos lotes que são limitro- fez ao local pavimentado. Isso não vou entrar no mérito da origem do con- ceito ou da metodologia de cálculo, mas hoje isso e ontem claramente não valem, porque em primeiro lugar restringe a obras de pavimentação e em segundo lugar ela não distribui o ônus de acordo com o benefício gerado pela obra, ou seja, no caso da pavimentação e obras é pela relação do benefício que isso cria num determinado raio urbano e isso no caso da pavimentação. No caso da proposta de lei colocada na gestão anterior am- plia essa cobrança da contribuição de melhoria para outras obras e propõem a cobrança com base na exata dimensão da valorização das propriedades adjacentes até o raio onde essa benfeitoria fizer sentir esse benefício. Isso é facilmente avaliado e quem trabalha com avaliação sabe que isso repercute no mercado e é possível ~~omitir~~ omitir. Fix esse parâmetro para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -


 Folha n.º 419 do pro
 N.º 03 de 1995
 O funcionário. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
B 20	1	morg.	enchentes	15.5.95	

dizer como é e como poderia ser a contribuição de melhoria. Voltando ao assunto o BID exigia quase diretamente que junto com a canalização se fizesse o viário, porque é o viário que dá o dinheiro, a canalização não dá. No critério de cálculo da relação custo/benefício deles, que é extremamente limitado, o benefício é só quando entra dinheiro, não é remuneração a pagar indenizações, perda de horas de trabalho, perdas de vidas, gasto com hospitais, gasto com defesa civil, todo aparato governamental, com todas aquelas "caixinhas" que a gente viu aí de organogramas municipais, estaduais, etc. Então, essa já é uma limitação que provém do órgão financiador, mas nada é que não pode ser mexido, dá pra se mexer. Então, isso é um problema estrutural de financiamento. A outra coisa é de concepção de obra, porque de um lado existe adequação técnica com relação a escoamento, se essa água vem mais para baixo ou não e isso tem que ser feito, a avaliação expedita que foi feita, no final da gestão passada era que essas canalizações só teriam impacto absorvível se tudo o que o Estado deveria ter feito de aprofundamento das calhas dos cursos d'água principais tivessem sido feitos já pronto e acabado, que é aquela coisa de obra de drenagem de jusante e para montante. Não podemos aduzir mais água para uma área que já está, e os projetos mantêm essa característica de mandar água para baixo, mantêm, seja sob a forma de galerias fechadas

420
03
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B20	2	morg.	enchentes	15.5.95		

ou então viário com galeria no meio mantém. Acho que é uma briga excelente a gente entrar nessa questão para cobrar formas alternativas de resolução do controle de inundação nesses fundos de vale, uma delas é o projeto que foi feito na nossa gestão, eu participei, posso dizer isso, que é a contratação do projeto feito pela Temag, para o Pacaembu que em termos de custo físico era menos de um terço do valor do que estava sendo colocado como alternativa que era uma galeria de reforço ao longo de todo o Pacaembu, e imaginem parar a Av. Pacaembu. Agora, essa solução tem que ser estudada para cada bacia, não adianta é como o sr. Seluque falou, temos que entrar no mérito do cadastro físico, estudar e remover todas as interferências e existe viabilidade de se estar fazendo retenções a céu aberto. No Japão faz isso, eles gastam bastante em projetos e relativamente pouco em obras porque fazem bem o projeto. Então, existe a possibilidade de a gente criar áreas inundáveis com usos de lazer, de parques, de vegetação e não precisa colocar avenidas. Aliás as avenidas vão sendo colocadas nos fundos de vales por duas únicas razões, primeiro não é uma programação do que se deve ter em termos de transporte coletivo, prioriza-se o transporte individual e a segunda razão é onde é que cabe uma avenida aí? ~~Aumentar novamente a imputação de...~~

~~Estudar...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	03	do proc.
N.º	03	de 1995
O funcionário		
CONT. AS	TE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AS
B21	1	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

E aí entra novamente a imputação de culpa. Então os fundos de vale são os ~~que~~ únicos espaços lineares com determinada extensão a um custo baixo de desapropriação, mas não há nenhuma ~~uma~~ avaliação de custo-benefício amplo, com ~~xxx~~ ~~x~~ variáveis sociais, com variáveis ambientais, com tempos de recorrência e ~~xxx~~ danos que aquilo pode causar ao tráfego, já que não tem transporte coletivo, não há corredores segregados para transporte, os ~~xxx~~ anéis não se fecham a nível metropolitano, então você tem que cair naquela situação de vamos resolvendo por trechos. Então o viário ~~pa-~~dece dessa limitação setorial tanto quanto ~~pa-~~dece a drenagem, cada um só enxerga o que foi contratado e termina. O meu projeto vai dar ~~xxxxxx~~ ~~xxxxxx~~ estaca zero-zero à estaca trinta e seis, ponto. Esse é o escopo, eu entrego e acabou. Não dá. É o sistema viário, ~~x~~ é o sistema de transportes, sistema de drenagem, é o ciclo hidrológico que nós temos que estar trabalhando.

O eminente Professor Aziz costuma repetir que a região metropolitana é e foi um grande lago, um dos maiores lagos de planalto, que nós temos aqui em cabeceiras. Nós temos que tratar este território enquanto lago. Nós temos que começar a ver que a água vai ter que ocupar algum espaço e vai ~~x~~ ter que caber em algum lugar, não necessariamente em estruturas vultosas, vultosíssimas. O ~~piscinão~~ ~~piscinão~~ cabe em área fecha-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Nome	422
Nº	03
Assinatura	13/05/95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B21	2	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

das, que tenha que dar um uso qualquer. Mas ele poderia ser em outras áreas aberto, simplesmente aberto com usos e duas ou três vezes por ano a água se ~~nessa~~ acomoda ali, volta, vai e resolvida a questão também dos esgotos, porque o Projeto Tietê, todos ~~nessa~~ sabem, foi todinho projetado a nível governamental do estado, não houve ~~nessa~~ conversa com a Prefeitura, nenhuma das prefeituras. A ~~única~~ única conversa foi a seguinte, eu preciso desapropriar essa área n o parque ~~Novo~~ Novo Mundo porque eu preciso colocar uma estação de tratamento, então, Prefeitura, Prefeito, retire o pessoal que ocupou lá, ainda que tenha sido em amuência com a ~~Sabesp~~ Sabesp.

Por que eu faço esses ~~ganchos~~ ganchos? Para mostrar que o tamanho da encrenca é muito grande e ela tem que ser estudada na complexidade que tem, envolvendo quem de direito. Então essas obras, simples etc., etc. Bom, é só ver quais são os lugares, inclusive nesses relatórios anteriores aqui de 83, que as inundações causaram maiores ~~prejuízos~~ prejuízos pessoais e materiais? Quais? As áreas que tiveram obras. Quer dizer, quando a gente houve um secretário na televisão, tive oportunidade infeliz de ~~estar~~ estar junto no debate, dizendo que tivemos inundação porque nós temos não sei quantos quilômetros de córregos que não foram canalizados. Vade retro. Pelo amor de Deus, vamos piorar? Se é para fazer desse jeito então deixa quieto. Existe a política habitacional imiscuida na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 423 de proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
CONT. ARATE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARATE
B21	3	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

questão, quer dizer, é de bom tamanho. Por isso que é programa de recuperação social ambiental de fundo de vale é um bom emundiado para começar a conversa. Acho que vale a pena entrar numa revisão antes que seja tarde e ~~exigir~~ as próximas questões é que vão pagar o principal da dívida e ~~amortizar~~ amortização desse investimento que vai ser feito aqui e que novamente alguém vai dizer que resolveu definitivamente.

O SR. MAURÍCO FARIA - Dou a palavra ao Capitão Marcos Figueira, para seus comentários e considerações finais.

O SR. MARCOS FIGUEIRA - Quero ser bem breve. Primeiro quero agradecer o convite e mais uma vez estar reforçando a importância de se ter um plano de contingência. Mas um plano de contingência a nível global.

Concordo com o Renato quando fala em sistema. Tem que se pensar ~~nessa~~ dessa maneira. Esse plano foi feito em 91. Então o que me preocupa muito é gente como de Brasília estar sempre reinventando a roda, sempre produzindo no papel e ~~mas~~ com pouca eficiência operacional. No tempo de bombeiro a corda sempre ~~se~~ arrebatava do lado mais fraco e o pessoal que estava no operacional na rua, atendendo emergência e não havia um sistema completo que desse apoio para a gente.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	APORTE
B21	4	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

Acho que já está na hora das ~~ser~~ cobranças começarem a vir, as emergências vão ter um vulto maior ainda. Se a gente não pensar no nível de sistema envolvendo a região metropolitana a gente vai e star sempre fazendo intervenções pontuais e de duvidoso sucesso. Vai ser ~~xx~~ sucesso naquela localidade, mas vai estar transferindo o problema.

Então acho que um plano de contingência é fundamental para isso e se ter um cronograma de atuação para ~~x~~ se ter continuidade de trabalho, independente de que administração esteja, ter um trabalho técnico que seja respaldado em cima disso. ~~_____~~

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B22	1	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

Acho que o fundamental é isso . S'espero que não esteja ~~xx~~ reinventando novamente a roda. Estamos ~~para~~ a disposição para qualquer convite para estar sempre participando. Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Obrigado ao Capitão. Dou a palavra ao ~~Engenheiro~~ Engenheiro Ricardo Brandão para suas considerações finais.

O SR. RICARDO BRANDÃO - Agradeço uma vez mais o convite para ter podido participar aqui do debate. Acho que alguns pontos são muito importantes.

Em primeiro lugar, essa questão de ~~x~~ ~~XXXXX~~ encostas está diretamente ligada à questão da drenagem, porque o assecoreamento, essa terra que desliza ela acaba indo para a baixada, de alguma maneira ela vai para um córrego, ela vai para a boca-de-lobo, ela vai para uma galeria e acaba assoreando, o nível de terra acaba subindo lá embaixo e ~~XXXX~~ causa enchente. ~~XXXX~~

Então o fechamento que eu queria fazer agora é dizer que a questão de drenagem passa pelas encostas, o sistema, não adianta ver a questão da baixada, às vezes é a terra que chega lá e acaba inundando.

Muitos outros pontos foram aqui colocados, acho que fi

ca o debate aberto pra os próximos seminários que ocorrerão. Eu só que-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -


 Folha n.º 426 do proc.
 N.º 03 de 1995
 O funcionário CONT. 10/11/95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PR. DQR	CONT. 10/11/95
B22	2	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

ria dar uma consideração sobre o Japão, que você colocou, ~~xx~~ Renato.

Tem uma história que as obras no Brasil e no Japão, o mesmo tipo de obra demorava exatamente o mesmo tempo, ~~xxxxxx~~ em média dez anos, só que o custo nosso era 20 vezes maior. Aí foram verificar porquê. Aí descobriram que no Japão eles passavam ~~xxx~~ sete anos planejando e três anos executando e no Brasil ao contrário, nós planejamos três anos e passamos sete anos executando. Então eu acho que esse novo conceito, novo entre aspas, de planejamento integrando, de nós investirmos nesse planejamento integrado, é fundamental e que eu acho que o instrumento primordial para isso é justamente esta Comissão, que nos coloca como grandes planejadores urbanos, desde os técnicos envolvidos até a população, a defesa civil, todos nós temos que planejar as nossas ações e otimizar todos os recursos.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Muito obrigado. E passo a palavra ao último expositor, o Sr. Gezemiel Seluque.

O SR. GEZEMIEL SELUQUE - Iniciando, eu gostaria de esclarecer ~~xxx~~ dois pontos que para mim são fundamentais. O primeiro, eu pertencço a duas organizações que são totalmente apartidárias, também não sou filiado a partido político nenhum. A defesa civil é uma organização totalmente apartidária, os ~~problemas~~ problemas permanecem indepen-

Folha n.º 427 do proc.
N.º 03 de 995
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. (PARTE)
B22	3	Marcelo	CEE-Enchentes	15.05.95		

É notório, é público e certo, o projeto é sempre feito por uma empresa especializada. Dentro desse raciocínio, eu gostaria de ~~parar aqui e dizer, quando você fala em punir os~~ projetistas e punir médicos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 428 do proc.
N.º 03
O. H. 10/10/95



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B23	1ª	beth	enchentes	15.5.95		

Eu vou lhe dizer o seguinte, eu sou empresário no Rio Pequeno, um
queno empresário. A minha origem ié controle de qualidade. Eu passei
durende 20 e poucos anos da minha vida trabalhando como gerente, as-
sistente, consultor técnico, só dentro dessa área de controle da quali-
dade. Há alguns anos se começou a falar da lei do consumidor. Todos
nós que temos uma empresa, independente do tamanho, começamos a morrer
de medo. Todos nós começamos a pensar que no dia seguinte estaríamos
fechados, desde o bazarzinho da esquina, até o açougue, ou até quem
sabe o restaurante que teria que fazer prova que não foi a macarronada
dele que deu a diarreia que matou a Zezinha. E nem tampouco que a mi-
nha máquina tivesse provocado o acidente na fábrica de não sei quem.
Hoje, passado o susto inicial, a lei do consumidor é para nós uma gran-
de ferramenta de trabalho. Hoje, qualquer empresário minimamente inte-
ligente a usa como ferramenta de marketing. Eu faço isso e tenho certe-
za que todos os meus companheiros fazem exatamente a mesma coisa. Aque-
les que não estiverem fazendo isso estarão saindo do mercado, mais dia
menos dia. Então, o medo da punição não deve ser encarado assim, deve
ser visto com responsabilidade como uma forma de progredir. Hoje, in-
clusive, existe uma nova tendência em que todo o empresariado entrou
de cabeça. E que também nada mais é do que assumir responsabilidades
claras e que cria os manuais a que o Sr. se referiu e todos os que es-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

429
03
95



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B23	2	beth	enchentes	15.5.95		

tão na mesa também falaram. Os famosos manuais técnicos. É a ISO 9.000. todos nós estamos fazendo o possível e o impossível para buscarmos a certificação da ISO - 9.000; por que não também a nível público a gente começar a pensar numa Iso - 9000 ou coisa que a substitua? Se nós não buscarmos a responsabilidade nós nunca conseguiremos fazer nada. A responsabilidade é a mola propulsora da criatividade. É a mola propulsora da solução. Enquanto não existe responsabilidade a gente busca panacéias. A gente busca bodes expiatórios, a gente busca soluções ideológicas, a gente busca, muitas vezes, fazer um teatro. Isso eu concordo plenamente com você. Acho que você está certíssimo em dizer: não leva a lugar nenhum. A gente não vai sair, vamos continuar chovendo no molhado e daqui a 200 anos estaremos discutindo exatamente as mesmas coisas, talvez um pouco mais graves, porque como eu peguei esse relatório, se você pegar os outros anteriores aqui na Câmara pode-se notar que a situação não mudou muito. Na realidade, existe sim um agravamento, hoje temos mais encostas com problemas, hoje temos bacias mais graves, conceituações cada vez mais calamitosas. O trânsito é testemunha disso e assim por diante. Com respeito ao que o Zaratinni perguntou a grande responsabilidade entre projetar errado e simplesmente se omitir, não dúvida, que a omissão é um pecado muito maior do que qualquer erro técnico que alguém possa querer cometer. Se o erro técnico foi cometido com boa intenção



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B23	3	beth	enchentes	15.5.95		

é erro na expressão da palavra, existe sempre um memorial de cálculo, existe todo um trabalho onde a gente está apoiado e a gente tem condição de explicar onde foi que aconteceu. Graças a Deus na engenharia a gente não tem assim, grandes luminares ou magos da engenharia. Acho que é uma das poucas profissões do mundo em que se vive batendo no peito e dizendo "minha culpa" é o homem técnico. O técnico está sempre disposto a aceitar que errou, está disposto a partir ~~apaxaxa~~ para consertar o erro cometido desde que ele tenha sido casual. Há os erros que não são tão casuais assim. Atrás desses erros que não são tão casuais assim é que a sociedade civil tem, mais do que o direito, a obrigação de buscar e de fazer cumprir a legislação existente. Daí porque, volto a insistir, cabe às Casas Legislativas, uma responsabilidade muito grande, de se cercar de pessoas tecnicamente competentes para elaborar os manuais técnicos que sejam, realmente prospectivos, que possam se aplicar a um sem número de casos futuros e desconhecidos. Sejam absolutamente genéricos, mas não sejam dissertativos que permitam trabalhar em cima da dissertação e não chegar a lugar nenhum. Já é tempo da gente começar a reconhecer que a língua portuguesa é dissertativa. Isso cria para o legislador brasileiro uma dificuldade extremamente grave. Se nós fôssemos um pouquinho mais sintéticos, isso é PVC, isso é couro, isso é mesa, isso é madeira, a gente poderia ter condição de chegar aquele



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B24	1	beth	enchentes	15.5.95		

ambiente comum, que a gente está muito bem acostumado, de fazer contas. Já na língua portuguesa é difícilimo da gente estabelecer. Isso é um tipo de PVC e este é outro. Nós da área técnica é fácil. A gente simplesmente vai fazer ensaios e definir que tipo de PVC é esse e que tipo de PVC é aquele. Mas que aqui está o grande desafio para os homens da área legislativa da virada do século. É acabar com as leis dissertativas e transformá-las em leis absolutamente sintéticas. Se nós conseguirmos uma legislação sintética poderemos fazê-la cumprir. Enquanto ela for dissertativa como é hoje não haverá possibilidade porque a gente encontrará sempre um gancho em algum lugar para poder contornar alguma situação mais delicada. É diferente do que nós dois estamos acostumados a fazer que é uma conta. Se a minha raiz quadrada de dois for diferente da sua raiz quadrada de dois, um de nós temos coisas erradas pelo caminho. Nós dois falamos uma língua muito parecida. É igual, somos técnicos. O Horácio e o Eduardo pediram-me que fizesse um pequeno histórico de como surgiu o movimento lá no Butantã. Há movimentos no Butantã de longa data. O nosso movimento iniciou-se em 1990, com a inundação de março. Foi uma inundação no dia 9.3. às 16 horas e uma outra inundação no dia 13 de março, sábado, também por volta das 17 horas. Com essas duas inundações pegaram a Regional do Butantã totalmente desprevenida. O Regional estava acabando de chegar, era



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B24	2	beth	encebntes	15.5.95		

uma nova equipe, a inundação chegou e nós da população queríamos simplesmente matar todos os que lá estavam. O mínimo que queríamos fazer com eles era matá-los. Não existia outra coisa na cabeça da gente. Passado aquele impacto da primeira semana nós começamos a perceber que matá-los pura e simplesmente, não iria resolver muita coisa, que teríamos novos horácios lá, se não fosse esse seria um outro e alguém estaria sempre ocupando o mesmo lugar. Chegamos à brilhante conclusão que nós tínhamos de conviver com aquela ~~essa~~ administração que estava colocada ali assim como teríamos que conviver com as próximas que viriam. Aí, como existia um grupo que sentiu maciçamente o problema, esse grupinho teve condição ~~essa~~ de começar a conversar primeiro entre si e depois com a regional. Graças a Deus, naquela ocasião, encontramos eco. Nós batemos e a porta se abriu. E descobrimos que isso é uma rotina. Independente de quem esteja ocupando uma administração regional, ou quem esteja ocupando um órgão público, desde que a gente bata levando uma hipótese de solução a ~~essa~~ porta tende a abrir. Se a gente estiver trabalhando tecnicamente há possibilidade de conversar. Se a gente tenta trabalhar ideologicamente não há a menor possibilidade de conversar. Levanta-se uma barreira na frente e a coisa acaba descambando e daí para frente se desmancha completamente. Durante 1990 foi um verdadeiro aprendizado para nós. Éramos máia dúzia de uma vila muito pequena. Nossa vila, chamada de Jardim Iva

— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 433 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
PRADOR CONT. ABARE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	CHADOR	funcionario	CONT. APART
B24	3	beth	enchentes	15.5.95			

na é composta de simplesmente 4 ruas com um comprimento médio de duas quadras. É algo bastante pequeno. Isso permitiu trabalhar com mais facilidade. ~~XXXXXXXXXX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

434
03
O funcionário
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. FOLHA
B25	1	Norma	Enchentes	15.05.95		

Depois, nós ~~temos~~ temos uma igreja próxima, que é a Igreja de São Patrício, onde nós pudemos também usar com muita facilidade as instalações dessa Igreja para nos reunirmos, etc e tal. São ~~estas~~ felicidades que aconteceram para nós e que permitiram que a gente ~~fosse~~ fosse se organizando e criando uma estrutura mínima. Essa estrutura nada mais era do que uma estrutura de reivindicação, se eu disser que é diferente, estaria sendo injusto. É uma estrutura de reivindicação e de informação, a gente bate na imprensa do nosso bairro para dar as informações daquilo que nós estamos fazendo, tentar veicular aquilo que pensamos e aquilo que nós fazemos. E batemos à porta da Regional e das diferentes secretarias para levar as nossas reivindicações.

No final do ano de 1991 nós tivemos conhecimento da Defesa Civil, e para a nossa felicidade, o primeiro núcleo da Defesa Civil foi instalado no Butantã, exatamente na nossa região. Se em dezembro de 91 nós instalamos no Butantã o primeiro núcleo de Defesa Civil, em março de 92 nós tivemos a maior cheia da nossa região. Foi o nosso batismo de fogo. O nosso grupinho, a Regional, a Defesa Civil e as diferentes secretarias, passaram a semana inteira ~~trabalhando~~ cuidando disso. Como eu disse anteriormente, foram 10.000 pessoas atingidas. Na época nós distribuimos, na nossa região, cerca de 15.000 cestas básicas e uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 435
11.03.95
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
B25	2	Norma	Enchentes	15.05.95		

porção de outras coisas mais. Há inclusive algo que a gente, volta e meia, quando fala nisso, a gente se ~~tem~~ penitencia, pelo fato de a gente estar naquela ocasião mais organizado, a região do Jaguaré foi privilegiada com respeito a outras regiões do próprio Butantã. Isso se deveu a quê? À nossa imaturidade, à nossa inexperiência. Nós tínhamos um ano e qualquer coisa de experiência, que estávamos trabalhando como sociedade civil, tínhamos simplesmente quatro meses como núcleo de defesa civil, e nós fomos colhidos por essa situação. De lá para cá, o que aconteceu? Nós começamos a tentar trazer mais gente para esse tipo de movimento, sem querer que essa gente que fosse chegando engrossasse as nossas fileiras. A idéia que ficou na nossa cabeça é a de que era mais válido nós termos várias associações, em diferentes regiões, que pudesse ser vistas como elementos fiéis de balança para cada problema que acontecesse e nos dessem informações reais e seguras a cada situação.

Hoje nós ~~temos~~ temos a associação do Eduardo, temos a ~~SAVAP~~ SAVAP, temos uma série de outras que estão começando a somar. Isso está trazendo para nós um risco menor de cometermos erros graves como cometemos no passado.

Para contar para vocês uma experiência grave que nós corremos, uma experiência até de certa forma desastrosa, ainda no ano de 1993, portanto todo mundo sofrendo o impacto da inundação de 92, nós recebemos uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 436 do proc.
N.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ADJUNTO CONT. ABANTE
B25	3	Norma	Enchentes	15.05.95	

das primeiras informações do radar de que nós teríamos uma chuva forte. O que nós fizemos, na melhor das intenções? Comunicamos ao Eduardo, à Conceição e a uma porção de outras pessoas esparramadas ao longo do Butantã, que nós teríamos uma chuva forte naquele dia. Vocês são capazes de imaginar o que aconteceu? Primeiro, quase que todo mundo foge do ~~XXX~~ Butantã! Literalmente, quase todo mundo morre do coração, todo mundo quer fugir, todo mundo quer levar os ~~XX~~ filhos para fora, etc e tal, e depois todo mundo fica extremamente desapontado: não ~~XXXX~~ choveu!

Vejam, faltou o quê? Maturidade, politico-técnica-emocional nossa, para trabalharmos com o problema. Mas só existe um jeito: é a tentativa e erro. Acho que Deus, quando deu para nós a inteligência e quando deu para nós um método de treinamento que ele instituiu deve ter sido esse: tentativa e erro, a gente vai tentando acertar e vai tropeçando no meio do caminho. De vez em quando nós matamos alguém de susto. Quantas vezes nós matamos, ainda hoje, a Regional, quando informamos: olha, tem um talude caindo. Sai todo mundo correndo para ver o tal do talude. De repente a equipe técnica descobre que o problema não é tão sério assim, muitas vezes um pequeno muro de contenção resolve o problema. Outras vezes chegam à conclusão de que o problema é ~~mais sério do que nós estamos imaginando e todo mundo sai atrás dela~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

437
03
5

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CRADOR	CONT. APORTE
B26	1	Norma	Enchentes	15.05.95		

para tentar resolver. Mas eu acho que a grande coisa que nós conseguimos nesses anos de sofrimento comum foi dar para determinados órgãos públicos a imagem de que existe uma meia dúzia de pessoas tentando acertar, gente em quem se pode confiar.

Hoje, quando, dessa meia dúzia de associações que se formou no Butantã, alguém liga para uma regional, ou liga para a Defesa Civil, ou liga para uma secretaria, alguém dentro dessa secretaria sabe que está encontrando alguém do outro lado da linha que está tentando ser o mais frio possível e que está tentando simplesmente reportar que existe um problema iminente, e que, junto com essa secretaria, ou regional, ou com qualquer outro órgão, estará tentando resolver o problema. Eu acho que esse foi o grande mérito do movimento popular que surgiu no Butantã.

O grande mérito é, primeiro, nós conseguirmos ter sido totalmente apartidários. Segundo, termos conseguido ser, evitar de sermos donos da verdade; temos vários movimentos no Butantã, hoje. Terceiro, termos conseguido um mínimo de credibilidade em diferentes órgãos da Prefeitura; quando falamos, quem está do outro lado da linha, além de nos conhecer sabe que é alguém que está tentando acertar, ninguém que está fazendo política partidária ou simplesmente tentando se eleger como vereador na próxima legislatura, nada disso, são pessoas que estão tentando

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B26	2	Norma	Enchentes	15.05.95		

tentando contribuir de alguma forma para o bem comum da região.

Espero ter respondido as questões colocadas e agradeço principalmente a chance de poder estar aqui, e esperamos ter somado, de alguma forma. Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FARIA(PT) - Muito obrigado. Então, está encerrada a nossa sessão. Convidamos a todos para a próxima. Obrigado.

* * * * *



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

Folha n.º 439 do proc.
N.º 03 de 19 95
Orador: [assinatura]
CONT. APARTE

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão Especial de Estudos, que visa analisar a situação das enchentes no Município de São Paulo.

Presidente: Sr. Vereador Maurício Paria

Membros : Srs. Vereadores

Vital Nolasco

Ana Maria Quadros

José Viviani Ferraz

José Eduardo Martins Cardoso

Hanna Gharib

Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo em 22 de maio de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Maurício Paria

(Memo nº 05/95- Comissões Temporárias)



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 440 do proc. ELABORADOR: O3 CONT. ADICION. 3 O funcionário
A1	1	morg.	CEB Enchentes	22.5.95	

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Vamos iniciar mais uma reunião sobre o problema das enchentes. Quero agradecer ao Engº Canholá, que gentilmente vem a esta sessão da comissão, já havia comparecido anteriormente. Hoje estaremos tratando o primeiro estudo de caso, que é exatamente a questão do Aricanduva. Sempre temos hoje presente o Sr. Hilton Milan, representante do Movimento de Enchentes do Córrego Aricanduva, o Engº Aluísio Pardo Canholi, representante da Tm Themag Engenharia e gostaria de informar que convidamos também para atuar como expositor o Engº Ricardo Fratic Basso que responde pelo expediente da Administração Regional do Vale do Aricanduva, Vila Formosa, ele foi convidado para esta sessão e chegou a confirmar a sua presença, em contato telefônico com a nossa assessoria, no entanto, fomos comunicados no início desta tarde de hoje que ele não mais poderia estar presente, informou que por razões relacionadas a problemas familiares e não tivemos a indicação de um representante da administração regional para substituí-lo. Gostaria de nesta oportunidade renovar aqui oficialmente o apêlo e o raciocínio de que é essencial que nós tenhamos a presença de representantes da atual administração municipal, nas sessões da Comissão Especial de Estudos sobre Enchentes. Cabe lembrar que esta comissão de estudos foi aprovada por unanimidade pelo Plenário da Câmara Municipal de São Paulo, ela foi aprovada, porque todos os Vereadores entendiam que ela não tinha um caráter político partidário, ela tem um caráter técnico e político administrativo e é essencial que os representantes da administração enviem aqueles que possam apresentar as propostas e a linha de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
A1	2	morg.	Enchentes	22.5.95	O funcionário	

Folha n.º 441 do proc. 4295

ORADOR: O funcionário

CONTAPARTE: [assinatura]

atuação do atual governo municipal como um elemento fundamental a ser considerado nos trabalhos da comissão. Mas, infelizmente temos tido essa realidade, que em vários seminários nossos o representante previsto da atual administração municipal por variadas razões não têm comparecido. Isto novamente hoje ocorre e entendo que isso é uma lacuna importante que vai se acumulando nos trabalhos da comissão e insisto pelo menos ao que diz respeito ao programa de canalização de córregos que foi objeto de um seminário anterior e também no qual deixou de comparecer o representante da administração, este programa de canalização de córregos terá que ser informado oficialmente à comissão de enchentes, eventualmente ou por um relatório escrito do Executivo ou com a marcação de uma sessão especial, uma sessão extra dos trabalhos da comissão e que ouvimos o representante do governo municipal a respeito do programa de canalização de córregos. É um programa fundamental dentro das iniciativas da atual administração, são 13 córregos para os quais está prevista canalização, há uma série de controvérsias a respeito da política de canalização de córregos na história da cidade então é essencial que tenhamos esses dados, assim como seria importante hoje a presença do Sr. representante da administração regional da região do Aricanduva.

Posto isto, eu passo a palavra ao Eng^o Aluísio Pardo Canholi, agradecendo mais uma vez a sua presença para que nos exponha qual é o projeto da Themag em relação ao Aricanduva. Obrigado ao Eng^o Canholi.

O SR. ALUÍSIO PARDO CANHOLI - O estudo que foi feito pela Themag Engenharia, por solicitação da atual administração em época um pouco anterior à grande enchente que teve na cidade de 94, após os esta-



Folha n.º	442	do proc
N.º	03	de 1992
GRAFONOMEÁRIO CONT. DEPART.		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRAFONOMEÁRIO CONT. DEPART.
A1	3	morgue	Enchentes	22.5.95	

dos que foram feitos a gente fez a seguinte proposição para a Prefeitura que aquele problema fosse atacado o que a gente chamou de plano de ação para controle das enchentes no Aricanduva. numa primeira fase após todos os estudos hidráulicos que foram feitos dos cadastrados e tudo, a gente propôs a ampliação de capacidade de vazão no trecho final do canal, aquele trecho entre o Córrego Rapadura e o Tietê, ele é um canal que possui uma capacidade teórica bastante elevada, cerca de até o Rincão de 200 m³ por segundo, mas que por efeito de uma série de obstruções que foram colocadas no canal como algumas vigas que foram colocadas para a construção da linha do Metrô e das tampas que também foram colocadas ao nosso ver erroneamente faz com que uma estrutura de largura média de 13 metros que é um canal do ponto de vista de canalização urbana bastante grande, não consiga, como ele não consegue hoje veicular uma vazão acima de 100 m³ por segundo no trecho inferior e abaixo de 100 m³ acima da Radial Leste.

Então, foram adotadas essas conclusões, foi feito um projeto, um estudo de quais obras deveriam ser feitas para se ampliar a capacidade de vazão da própria calha existente. Isso foi uma chamada medida de curto prazo. Essas propostas foram como não envolvem desapropriações, acredito eu, e tem um custo bastante razoável, foram aceitas e encaminhadas para financiamentos do BID e agora já se encontram em fase de concorrência para a sua construção.

numa segunda fase também considerada medida de curto prazo nós recomendamos a implantação de barragens para retenção de sedimentos e amortecimento de cheias no trecho que ainda está em fase que agora se encontra numa fase de grandes situação expansão urbana que é aquele tre-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADANTE	CONT. APARTE
A2	1	morg.	enchentes	22.5.95		

Folha n.º 443 do proc.
N.º 03 de 1995
ORADANTE: [assinatura]
CONT. APARTE: [assinatura]

cho acima daquele cruzamento do Aricanduva com a Av. Igatemi, que eu vou falar um pouco mais detidamente um pouco mais a frente.

Numa terceira fase, quando essas duas obras já estiverem em operação essas obras consigam um controle ao nível de chuva de dez anos, na terceira fase isso já está sendo feito o estudo a nível de projeto básico, a duplicação da capacidade de vazão no trecho final.

Então, digamos assim, destas três fases estão duas, a atual administração já está se mobilizando a fase um com construção das obras com financiamento garantido do BID, as empreiteiras em número de dez, já apresentaram as suas propostas e para a segunda fase já se encontra em processo de desapropriação as áreas para construção dos reservatórios.

Com relação àquela fase inicial, acho que dá pra todo mundo entender, este trecho pintado de vermelho é o trecho em que a galeria é fechada. Quem conhece o Aricanduva sabe que um pouco a jusante da chegada do Córrego Rapadura, no início da Av. Aricanduva, o canal foi colocada uma tampa que serve de suporte para algumas artérias viárias. Tem dois defeitos que precisam ser corrigidos, um o canal apesar de ser com tampa não é revestido, é canal que possui vigas a cada três metros, isso sem dúvida introduz uma perda de carga grande. A segunda coisa é que a quantidade de sedimentos que desce o Aricanduva é bastante elevada porque em vários trechos da área de drenagem temos um ritmo intenso de construções desce lama, barro, sedimentos pelo canal que por causa dessas tampas não pode ser retirado. Num certa época foram construídas tampas e rasgadas mias isso implica numa atividade tão complexa como se fossem desgas

dentro dessa canalização que possui 13 metros de largura por 4 de altura



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OFICINADOR	CONT. PARTE
A2	2	morg.	enchantes	22.5.95		

o que faz com que essa operação de desassoreamento seja muito difícil e ela não é feita, ou se é feita, é realizada junto a esses buracos que foram construídos lá o que dá do ponto de vista hidráulico não traz nenhuma melhoria, porque são pontos localizados. Estamos para se ganhar a altura útil do canal porque essas vigas neste ponto tem um metro e 60 de altura para uma altura útil de 3 metros, então, se construiu um canal de 4 metros e meio e se retirou da sua parte útil 1,60 metros. É isso que estamos retornando ao canal com a retirada dessas vigas, isso se refere principalmente a esse trecho da rua Manoel Graça até o final daquele trecho onde se tem as vigas de travamento elevadas.

Então, entre o início da canalização fechada até a primeira abertura que nós temos um pouco antes na rua Manoel Graça junto a travessia ferroviária, essas tampas vão ser todas retiradas, o canal vai voltar a ser um canal a céu aberto, por duas razões, uma que a gente consegue aumentar a capacidade útil do canal pelo aumento do tirante de água e a segunda coisa é que se permite sempre a retirada dos entulhos, porque também tem uma indústria de bota fora grátis que é jogar os entulhos na calha do rio, uma coisa bastante frequente ali, então, quando se retira essas tampas fica mais fácil a retirada desse material, através de um equipamento convencional. Até a esse respeito vão ser construídas, já consta do projeto e vai ser construídas uma série de rampas desse tipo, são rampas de acesso que permitem a limpeza do canal por pé carregadeira, alguma coisa desse tipo.

Este trecho todo aqui que hoje possui tampa vai ficar o canal revestido e aberto, ele não vai ter mais aquela viga e nem lage de



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário COM. PARTE
A3	1	not.	enchentes	22.5.95		

cobertura. Ele vai ser revestido, então, ele vai andar mais rápido e vai ter uma capacidade de vazão maior e com essas rampas que são neste ponto com três flechinhas, aqui neste trecho que é o trecho crítico vamos ter cinco rampas que vão facilitar enormemente o acesso de limpeza.

Vamos voltar aqui, os pontilhões, todos os baixos vão ser altos, sem exceção, tanto os da Av. Aricanduva e da rua Manoel Graça, da Celso Garcia, da Ismael Dias, todos eles vão ser altos. Esse projeto está sendo feito em comum acordo com a CMT, de forma a ser combinar bem a solução hidráulica com o sistema viário como um todo dado que o canal do Aricanduva vai voltar a ser rio como ele sempre foi aliás.

Então, aqui está a série de obras que vão ser feitas para se conseguir, não vou dizer ampliar a capacidade, mas retornar à capacidade original. Outro ponto crítico que reduz enormemente a capacidade de vazão é a chegada do Córrego Rincão, que chega junto a linha do Metrô. O córrego

Rincão, pode não parecer, mas ele possui uma área de drenagem considerável, que vou mostrar para vocês aqui, ele recebe toda vazão do córrego Camelinha, essa área toda aqui, isto aqui é toda área de drenagem do Aricanduva, esta área aqui é área do Rincão, ele pega o Córrego Camelinha, ele lá se encontra com o Rincão e ele desemboca no Aricanduva junto ao muro da linha do Metrô. Ele tem um pico para 25 anos de 140 metros cúbicos por segundo e para 25 anos nesse ponto o Rio Aricanduva tem 227 270. Ele é praticamente 50% do Aricanduva e quem já esteve na foz do Rincão sabe que ali não tem nenhuma estrutura especial, ele chega de topo sem nenhum espaço para se acomodar às duas contribuições. Então, isto aqui, esse ponto é crítico que reduz muito a capacidade de vazão da canalização do Ari-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário CONT.
A3	2	morg.	enchentes	22.5.95		

canduiua, porque nós temos tanto as obstruções das vigas do Metrô como a chegada do Rincão, que também foi canalizado pelo Metrô, com altos picos de vazão, praticamente com tempo de concentração, quer dizer, praticamente, coincidindo os picos, sem nenhuma caixa e alguma coisa que pudesse harmonizar a chegada, causando uma grande perda de carga que se propaga para cima. Quer dizer, se não se trata desse ponto convenientemente, o Rio Aricanduiua fica bloqueado ali pelo Rincão. Nesse ponto para contornar esse problema, ~~uma solução é a de se fazer uma caixa de retenção, que é uma~~

~~maneira de se fazer, digamos assim, uma variante, que é a seguinte, fazer~~

~~uma canalização, uma canalização de concreto, de alvenaria,~~

~~de concreto.~~

447
03
Dy 5

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
44	1	dalva	22 Enchentes	22.05.95		

(...) nós vamos fazer o que eles chamam de "Bay Pass", que é um a ponte de safena, digamos assim, umalariante que é o seguinte: hoje o rio rincão, chga assim, essa daqui é a canalização fechada do Aricanduva, o córrego Rincão entra assim, entre de topo sem nenhum cuidado hidráulico, aqui nesse ponto nós temos três coisas aqui ruins que realmente forma umagrua gargalo para passagem do Aricanduva, por aqui, uma são as vigas aqui do METRÔ e da rede, que são bastantes baixas dentro da canalização. Hoje 'passa só isso aqui. Bom, nós temos as vigas, temos uma grande galeria que vem pela Radial Leste, que é essa galeria aqui, e que joga lá, e temos a chegada do Rincão. Então esses três fatos reduzem muito a capacidade de vazão do Aricanduva provocando todas aquelas enchentes aqui para cima, para a Radial Leste, do Rio Tietê para cá e a Av. Aricanduva para o lado direito. Reaproveitando uma antiga ponte que tinha na Av. Radial Leste, que é essa ponte do antigo Rio, ela vai ser reativada e aí então será possível de se construir essa ponte de safena, de "Bay Pass". Quer dizer, dessa forma a gente consegue passar uma capacidade de vazão maior com níveis d'água mais baixos, não atin-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 448 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	2	dalva	Enchentes	22.05.95		

gindo as vigas, essa região aqui a chegada do Rincão vai então contar com uma área de mistura maior na chegada do Córrego Rincão. Isso aqui tudo vai ser objeto de estudo hidráulico em modelo reduzido na USP, nós vamos ensaiar isso tudo, vai ser construído um modelo e todo o desempenho hidráulico vai estudado sobre o modelo, do ponto de vista hidráulico uma situação de várias partições de fluxos então tem que ser estudado em modelo reduzido. Então aqui são as seções típicas dos dois canais operando, ~~uma~~ o gargalo que hoje é representado pelas interferências com vigas, a chegada do Rincão, ~~xi~~ vai ser resolvido com a construção desse Bay Pass. Isso já consta do atual projeto, e já está com suas obras em processo de licitação. Só para mostrar um corte, de cima o canal Aricanduva no trecho do Rapadura até o Tietê, isso aqui são as seções. Esse é o gargalo que eu falei para vocês. Tem vigas aqui, as quais tiram um metro e meio, um metro e sessenta da capacidade útil da vazão de acaha. Essas aqui são as ~~as~~ tampas, são tampas, e essas não as vigas de travamento que são visíveis até a Celso Garcia, nesse trecho tem uma rua, que é a rua Manoel Graça, e daqui para cá já não é mais uma rua, elas são imprevisíveis. Isso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 949 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AP. TE
A4	3	daiva	Enchentes	22.05.95		

aqui mostra, que para passar 300 metros cúbicos por segundo nós temos que ~~revestir~~ revestir o fundo e senão alterássemos essas vigas, essa daqui é a ~~lâmina~~ lâmina d'água, ela se chocaria, como ela se choca com as vigas colocando o ~~canal~~ canal em ~~uma~~ carga indo para as ruas. Todas essas vigas aqui vão ser levantadas para uma posição fora dessa linha d'água dos 300 metros cúbicos por segundo. Então com essas obras vai se conseguir com esse trecho entre o ~~Rapadura~~ Rapadura e o ~~Rincão~~ Rincão, se consiga uma vazão de ~~duzentos~~ duzentos metros cúbicos de água por segundo, que nas condições atuais ~~corresponde~~ corresponde aproximadamente a uma vazão de 10 de período ~~de~~ de retorno. E no trecho Rincão Tietê, vai passar por 300 m^2 por segundo, então nas condições atuais, uma ~~máxima~~ vazão de 100 anos do Rincão é mais ou menos $100m^2$, então esse trecho passaria a conter uma ~~vazão~~ vazão de $300m^2$ por segundo, que nas condições atuais deve ~~corresponder~~ corresponder a um tempo de recorrência por 10 anos. A nossa bacia de drenagem tem $100k^2$ como eu já falei, essa bacia se ela for ~~totalmente~~ totalmente desenvolvida, e urbanizada, ela se assemelha muito a bacia do Ribeirão dos Meninos, que também tem uma área de drenagem cerca de $100k^2$ só que hoje



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	450	do proc.
N.º	03	de 1995
O funcionário		

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
AA	4	dalva	Enchentes	22.05.95		

nós temos picos no Ribeirão dos Meninos, da ordem de $400m^2$ por segundo, então é o seguinte, se hoje nós estamos tendo vazões de cerca de 200, 160, é porque toda a bacia ainda não está toda urbanizada, quando ela tiver urbanizada, e a canalização que ~~xx~~ é pior ainda, subir mais ainda, porque ela só está pronta até Av. Rag Shof(?) próximo ali do Ribeirão das Pedras, quando ela subir, você vai ter picos bastantes maiores lá, então fica aquele circulo ~~x~~ vicioso, que você constrói obras, a cidade cresce, a canalização e a impermeabilização vão aumentar os picos e você não nunca vai chegar em lugar ~~minimax~~ nenhum quer dizer, você vai sempre ter que sempre renovar a canalização para um pico maior de vazão. Tendo em vista que o fato de $40K^2$ ainda da bacia, ~~quax~~ o que se chama do Iguatemi, São Mateus, etc.. está em um grande processo, digamos, num processo bastante rápido de urbanização, basta ver as fábricas de blocos e de cimento e lojas de material de construção que lá tem, podemos notar que daqui uns cinco anos, praticamente toda essa região aqui, inclusive, contém projetos da COHAB, vai estar totalmente pronta, e impermeabilizada. E aí agravando ~~mx~~ mais ainda os picos lá. Por isso que nós recomenda-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 451	de 500
N.º 03	de 05
O. L. de 1995	
CONF. APAR. 05	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APAR.
A 5	1	dalva	Enchentes	22.05.95		

nos que agora se faça reservatório aqui nessa região que vão ter duas funções básicas: uma é conter os sedimentos que estão descendo dada essa intensa intensa movimentação de terra que está tendo por aqui. Basta ir lá para ver isso. É intensa essa movimentação de terra por aqui para implantação de conjuntos habitacionais, e indústrias, loteamentos etc.... E tão esse reservatório em uma fase inicial, eles vão ter uma função básica de conter sedimentos, e assim preservar toda a canalização ~~xxxx~~ adjacente(?) quem viu essa última operação de ~~uma~~ desassoreamento que foi feito, viu lá os milhões de metros ~~cúbicos~~ cúbicos de terra que saiu de dentro do canal do Aricanduva. E como segunda função eles vão conter cheias, mas principalmente quando toda essa área ~~x~~ aqui já estiver, urbanizada, então fazendo com que aquelas obras lá embaixo possam ter uma vida útil maior. Então essas são as três fases que a TEPLAG propôs a Prefeitura, e que foi aceite, e tanto a parte da implantação dos reservatórios como das ~~reformas~~ reformas, que no nosso conceito aumentaram bastante a capacidade de vazão, porque tem alguns nós que é preciso ser ~~retirados~~ retirados, e estão agora em processo de implantação pela Prefeitura. Era isso que eu queria apresentar para os senhores. obrigado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 952 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário CONT. J. A. R. T. E.

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. J. A. R. T. E.
A5	2	dalva	Enchentes	22.05.95		

O SR. NILTON MILAN Primeira-mun-

te quero deixar bem claro, que nada tenho, pessoalmente, em con-
trário ao Atual Sr. Prefeito da Cidade Sr. Paulo Maluf. Muito
pelo contrário, devo parabenizá-lo em alguns pontos, porque a inun-
dação na região do Aricanduva começou desde a Administração Mário
Covas, e de lá para cá passamos por Covas, Jânio, Erundina, e em
muitas reuniões que foram feitas para administrar esse problema
infelizmente apenas, tudo ficou no papel, agora pelo menos parece-
mos, que isso vai se tornar uma realidade. Alguém poderá pensar e
perguntar, as obras para o Aricanduva já foram anunciadas, e são
de conhecimento público, então porque a comissão do Aricanduva
se faz ~~presente~~ presente nesta Casa. A razão é simples, porque há
vinte anos atrás do no Vale do Aricanduva, também aconteciam
grandes inundações das quais eu já era vítima, e naquela oportu-
nidade, o então Prefeito Maria Lúcia, e pelo seu ~~assessor~~ ante-
cessor Dr. Prestes ^{de} ~~mais~~, foram feitos vários estudos, para a então
canalização da enorme ~~trecho~~ trecho do Aricanduva, com o objetivo de
~~cont~~ conter essas enchentes. O trabalho da construção do Canal do
Aricanduva foi feito por firmas nacionais, e o resultado qual
foi? Aí está. As enchentes voltaram e se fazem presentes, entre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 453 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
CONT. ARQUIV. 1

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQUIV.
16	1	dalva	Enchentes	22.05.95		

gando bens materiais e até coifando vidas, como é do nosso conhecimento. E por que isso aconteceu? Porque lá no passado os engenheiros daquela oportunidade achavam que o que se fazia então, estava certo, e hoje está provado que não está tão certo assim. ~~Muito~~ Tanto é que nós vimos aí slide através da Companhia Temac, na pessoa de Dr. Aluizio, que vão ser feitos ou introduzidas reformas em atual canal de Aricanduva. E por quê essa reforma? Porque a princípio foram feitos com erros. Agora a razão que nós estamos aqui é que queremos saber das ~~as~~ autoridades municipais, das firmas que fazem projetos, no caso da Temac, ~~mas~~ das firmas que vão participar desta comissão, o que de fato vai ser feito para que este erro não se repita, para que não seja feita mais um a vez uma obra provisória, e sim uma coisa definitiva, porque é uma obra caríssima, e está em jogo o alto dinheiro do povo, além dos prejuízos que causam as enchentes. Eu pediria ainda, que ~~Dr. Aluizio~~ ^{Dr. Aluizio} ~~respondera~~ respondesse para nós duas perguntas: a primeira pergunta: o segundo canal, de reforço que vai de um certo trecho de Tietê até a parte do começo da enchente na região da Vila Manchester, está descartado ou é viável para os próximos anos?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 454 do proc.
N.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	REVISOR	CONT. APARTE
A6	2	dálva	Enchentes	22.05.95			

O SR. ALUIÍSIO PARDO CANHOLI — Eu —

queria responder sua primeira indagação, que é: porque reforma e não construção do segundo canal. Nós consideramos que o canal existente pode ter uma capacidade de vazão muito maior do que aquela que ele tem hoje. Então nós achamos que é muito mais lógico e muito mais econômico para todos que a gente, porque a gente tire a máxima quantidade de vazão da estrutura existente, porque seria um contra senso nós não reformarmos aquilo que pode ser reformado e já partíssemos para uma obra nova, daí, sim ou então que nós realmente estaríamos repetindo os erros que já foram feitos na cidade em vários outros pontos. Então eu acho assim: porque fazer novas desapropriações para se construir um segundo canal que vem sendo planejado para 100 metros cúbicos por segundo, só, se no canal existente, desde que corrigir aqueles problemas todos que eu já falei que se se constitui no gargalo você pode aumentar a capacidade de vazão dele, de pelo menos mais 100 metros cúbicos por segundo. Eu acho que que por outro lado é impossível, vamos conseguir o máximo que podemos conseguir de um investimento que o povo já fez lá. E numa segunda fase,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 455 do proc.
N.º 03 de 1995

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABOR	funcionário	CONT. APARE
A6	3	dalva	Enochentes	22.05.95			

referente a segunda pergunta, se a gente conseguir a capacidade do ~~canal~~ canal para trezentos, mas se a bacia continuar desenvolvendo como ela está com um ritmo ~~de~~ bastante intenso, eu acho que logo, logo, se não tomarem ~~nenhuma~~ nenhuma medida com esses reservatórios e algumas outras medidas que eu acho que deveriam ser tomadas já, nos canais que vão ser canalizados nos afluentes, nem 400 metros cúbicos por segundo de capacidade vai compatível com as vazões que vão chegar lá. Tão rápido quanto a ocupação urbana, daquela área de 40K2, que eu já mostrei se passar, mas rápido ainda, se você não tomar nenhuma outra ~~medida~~ medida preventiva do controle de vazões, nós vamos ter que construir o segundo canal do Aricanduva. Mas que não ~~vai~~ vai do Rapadura ao Tietê só. Por que? O nosso déficit, vai começar muito antes. Quem sabe na Av. Itaquera, outro canal vai ficar precisando de uma capacidade ~~há~~ mais. Então está sendo o estudo a nível de projeto básico do segundo canal, mas é muito mais sensato que se melhore a capacidade do canal existente, porque é muito mais rápido, inclusive a obra custa muito menos. ~~-----~~



Folha n.º	956	do proc
N.º	03	de 19 95
Adm.º	Adm.º	CONT. APART.º

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ADON.º	CONT. APART.º
A7	1	Monteiro	CSE-Buchente	25.05.95		

e, se não se tomarem as medidas preventivas a nível de toda a bacia, rapidamente vocês vão precisar de um segundo canal, sem dúvida nenhuma lá.

O SR. _____ - Uma outra pergunta: essas modificações do Sistema Aricanduva, que a Thamag sugeriu à Prefeitura, se permita que assim fale, o senhor prevê que isso deverá começar para quando as suas obras, obras separadas, os lagos e, embaixo, o tamponamento do rio.

O SR. ALUISTO PARDO CARHOLI - Isso aí não está sob minha administração. Isso aí está sendo feito pelo Ceprocav, no caso da reforma, que é órgão da Secretaria de Vias Públicas, e no caso dos reservatórios está sob administração da Emurb. O que eu sei é que a concorrência para as obras de melhoria estão saindo, já foi feita, se encontra agora em processo de julgamento. Então, deve sair rapidamente o nome da empreiteira que vai construir as obras. E no caso dos reservatórios já foi publicado no "Diário Oficial do Município" a desapropriação das cinco áreas. Esse aí é o, digamos, estado atual

em que se encontram essas obras, o andamento dessas obras.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	457	do proc.	
n.º	03	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARTE
17	2	Monteiro	CEE-Enchente	22.05.95		

O SR. _____ - Uma terceira e última pergunta: já aconteceu... melhor dizendo, o primeiro lago, partindo do Rio Tietê, Aricanduva acima, o primeiro lago de retenção fica a aproximadamente treze quilômetros do Tietê, é ali nas proximidades da confluência do Iguaçu com São Mateus, é por ali mais ou menos. Já aconteceu que choveu forte desse lugar para baixo, que dizer que nesse caso o lago não ia envolver em nada na melhoria, porque choveu do lago para baixo e deu enchente em nossa região e não foi pouca. Pois bem, com a duplicação ou o aumento da vazão do Aricanduva obviamente a água se escoará mais depressa, mas não está descartada uma enchente, ao meu ver. Mas desse lago, distante a treze quilômetros do Tietê para baixo, tem vários afluentes que jogam as suas águas no Aricanduva.

Por sugestão da Comissão Aricanduva, o senhor deve ter visto ali, no lado do painel, uma idéia que se façam nesses afluentes, nesses pequenos córregos, ou córregos de porte médio, que ainda no seu lado vão ser construídas avenidas expressas de fundo de vale, se este é o nome correto, por que então não fazer nesses córregos pequenas retenções de água para que ela desça para o Aricanduva num espaço de tempo maior? Como é que o senhor vê essa sugestão?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

458 do proc.
03 de 19 36
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	3	Monteiro	CRE-Enchente	22.05.95		

O SR. ALUISIO PARDO CANHOLI - Essa sugestão coincide em gênero, número e grau com aquilo que eu já falei. Eu sou, digamos assim, o introdutor dos reservatórios na cidade de São Paulo, então só posso ver com muito bons olhos isso. Isso aí é verdade, quanto mais você contém o escoamento próximo da fonte você está economizando para jusante. Eu até sugiro que esse tipo de sugestão seja encaminhada diretamente ao Secretário de Vias Públicas, que também é um grande defensor desses reservatórios. Agora, o que nós somos atacados na mídia, pessoas achando que os banhistas que vão frequentar os reservatórios, como eu acabei de ler vindo de uma pessoa do nome do arquiteto Cândido Malta, faz com que a gente se sinta dando murro em ponta de faca. Então, eu até gostaria muito que vocês encaminhassem essa sugestão que vão ter todo o meu apoio perante o Secretário, sem dúvida nenhuma, principalmente nos córregos que já fazem parte do programa de canalização, como o Ribeirão Anhumas, o Machados e onde você pode adaptar.

Tem um custo isso, eles vão custar mais caro, logicamente que tem um custo, mas acho que é válida essa sua sugestão e que deve ser encaminhada ao Secretário de Vias Públicas, que vai receber, eu acredito, de braços abertos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 459 do proc.
N.º 03 de 1905

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
A7	4	Monteiro	COM-Enchente	22.05.95		

Eu acabo de receber uma cópia de um pedido, tem um termo técnico aqui, do jargão aqui da Câmara que eu, como sou técnico, não estou muito acostumado. de uma Vereadora, Ana Maria Quadros, que fez um ofício ao Secretário de Vias Públicas pela não construção do reservatório de Águas Espraiadas. Então, quer dizer, fica muito difícil a gente começar a discutir sem que tecnicamente todos conheçam o, digamos, o que é um reservatório, para que serve um reservatório, como ele é feito e tal. Então, acho que isso vem realmente em boa hora. Façam essa recomendação ao Secretário de Vias Públicas.

O SR. - Pois não. Agradeço a resposta e também à Mesa pela oportunidade de ter usado da palavra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - O Sr. Hilton Milan, completando a exposição dos representantes do SOS Aricanduva.

O SR. HILTON MILAN - Cidadãos, me parece que a acústica não está boa, pelo menos para mim. Dá para entender bem? (Pausa) Meu nome é Hilton Milan. Eu tinha dez anos de idade quando na escola que eu estudava, olhando para o Córrego Rapadura, hoje negado pela Prefei-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ord. n.º	460	do proc.	
N.º	03	de 19	95
O funcionário			



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
A7	5	Monteiro	CEE-Enchente	22.05.95		

tura com promessa de executar obra imediatamente; ele continua chamado vilão pela imprensa, mas um filho de Deus, um coletor de águas que deságua no Rio Aricanduva. Ao ver aquele córrego, que havia chovido, vi um garoto que foi levado pelas águas, estava segurando uma moita e sua bolsa batia nas águas, ele foi levado porque não suportou o fluxo das águas. Naquela tempo eu nem entendia o que era morte, mas não me sai da cabeça, durante 69 anos que tenho agora, e luto por isso porque esse garoto que morreu pela irresponsabilidade de alguém quem sabe está me intuindo a defender a cidadania de um povo referente às inundações.

Temos naquele quadro, e antes disso eu quero enaltecer a "Gazeta do Tatupé", o único órgão de imprensa da região que teve a dignidade de colocá-lo à nossa inteira disposição, onde podemos ver várias matérias, porém não todas. Ao Romão as nossas felicitações e tem qui um Vereador presente que conhece bem que é o Romão.

Estive na Itália dias atrás, fiz dois anos de economia, embora baixo o salário, porque fui da Força Aérea Brasileira durante vinte anos, fui preso político, cassado por ter esta postura de defender o mais fraco, o mais humilde, o mais sofrido. Aqui estou, portanto, representando uma Comissão que tem vinte e três nomes, meu nome



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 461 do proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A8	1	Monteiro	OEE-Enchante	22.05.95		

não consta na relação. Porém, tendo tempo, tendo possibilidade, consegui liderar esse grupo que me autoriza a falar tudo aquilo que está por dentro de mim. No tocante a isso, dista: esse garoto morreu, apontei para aquele quadro, ali vemos uma fotografia de dois jovens, de 20 e 15 anos, que em 1985, no tempo do Prefeito Mário Covas, morreram afogados caindo com um carro Volkswagen por uma das aberturas hoje ainda existentes, porém com tampas a serem removidas, segundo informações. Esses garotos caíram em virtude de uma empresa ter sido contratada para uma limpeza, para um desassossegoamento na parte coberta, que aqui foi citada, não executou o trabalho e deixaram seis meses essa abertura criminosamente abandonada, onde um carro com dois jovens, porque havia chovido naquele instante, caiu numa das grandes aberturas deixadas sem sequer uma sinalização.

Portanto, está por dentro de mim o sofrimento daquela família porque hoje, pelo garoto menor, o Marquinho, a Prefeitura paga um quinto do salário mínimo durante o tempo em que ele completar 25 anos. O garoto do volante, o Armandinho, a Prefeitura pagou três meses um quinto do salário mínimo porque ele ia casar daí a três meses. Não entendo essa justiça e para evitar que se pratiquem tantas injustiças e tanto sofrimento e tanto desgosto e algumas mortes es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 462 do processo
N.º 03
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
18	2	Monteiro	CME-Enchente	22.05.95		

tou aqui tomando uma atitude para que muita coisa seja feita para que não continui aquilo que nós vimos sofrendo até agora.

Ali naquele painel deveria ter muito mais papéis, muito mais fotografias. Portanto, as mentiras ali acrescentadas por jornais de grande tiragem dizendo que o Rio Aricanduva vai ser aumentado duas vezes mais a vazão pelo Prefeito Paulo Kaluf porque, infelizmente, ele não conhece o Rio Aricanduva como nós conhecemos, muito mais do que os móveis de nossa casa. Mais tarde, eu daqui a pouco, apresentaremos as fotos com erros de construção detectados não por nós, pelo engenheiro Kokeio Ebara (?), professor da USP, fazendo um relatório em 1985. Ele diz: "As obras do Rio Aricanduva foram a maior vergonha da engenharia nacional." Nós, ouvindo-o na Assembleia Legislativa, procuramos saber quais os erros e vimos, detectamos, que é falta de respeito à natureza e quem desrespeita a natureza deve pagar as consequências e não a população sofrida, carente, pagante de impostos, responsável pelo seu dever e exigindo os seus direitos.

Em vista disso, eu passarei neste momento os slides mostrando os erros de construção e solicitando, e dizendo ao Aluísio aquilo que deve ser feito, embora não queira atrito com ninguém. Sou uma criatura educada, porém tem aquela princípio de defender o mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha	463
N.º	03
DATA	22.05.95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
A8	3	Monteiro	CEE-Enchente	22.05.95		

humilde nem que seja para perder a minha vida. Fui da ONU na África, em missão de paz, fiquei lá seis meses, fui para defender também a liberdade de um povo e defender uma democracia, não apoiando uma ditadura. Portanto, eu vou passar os eslaides para começar aquilo que está por dentro de nós. (Pausa) O pessoal está entendendo a minha voz ou não? Dá para entender bem? (Pausa)

Item primeiro: o nosso símbolo. É uma vestimenta que vai na nossa cabeça, ou daqueles que querem usar, tendo cabeça para poder usar e tendo um princípio moral e ético para isso. Podemos ver "SOS Aricanduva - Canal paralelo de reforço do Córrego Aricanduva." Atrás da foto, podemos ver dois erros de construção não respeitando a natureza, fazendo um afunilamento como podemos ver na foto mais abaixo. A natureza não cobria córrego nenhum. Isso me foi dito inclusive pelo engenheiro Socolo (?), que nos convidou para uma reunião e nos deu um projeto, posteriormente, com vinte e oito cópias,

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
110	1	ent.	enche	22.5.95	O funcionario	

Folha n.º 464 do proc.
N.º 03 de 19 95
ORADOR
O funcionario

Pela primeira vez na prefeitura encontrei alguém que tem a dignidade de ser chamado meu superior, aquele que eu pago imposto e ele recebe o meu salário, nos deu cópias, estudamos o projeto. Posteriormente entendemos que deveria haver modificação, ou seja do lado esquerdo do rio, a partir do córrego Rapadura até o rio Tietê. Descobrimos uma passagem antiga que onde hoje passa o atual rio embaixo da Radial da S. Ketrô e da rede Ferroviária Federal, onde mostrei como cidadão que o engenheiro das obras da canalização do córrego Rapadura disse quando terminarmos essa obra vocês vão morrer afogados. E eu ouvi outro engenheiro falar, nem quero saber o que vai acontecer quando de forte chuva. E aconteceu aquelas mortes ali citadas, porque o rio deveria ter sido respeitado a natureza, quando ele chegasse ao rio Tietê, desrespeitaram a natureza fazendo com que a 5 quilômetros do Rio Aricanduva ficasse na mesma largura da desembocadura do rio Tietê. Será que o rio Tietê nasce dessa largura? Será que o Aricanduva nasce daquela largura? Será que o rio Amazonas nasce daquela largura desaguardo no Oceano Atlântico ou tem afluentes semelhantes a uma avenida onde passam só carros mas em virtude das travessas que ali entram tem que ir alargando, não aprofundando, levantando tem que respeitar a natureza. Aquela desembocadura, pela primeira vez na história uma comissão estuda, analisa gasta dinheiro em favor de um povo sofrido na exigência de que cumpram obrigações, que não mintam, que não apenas no córrego Rapadura chega lá, o último foi Antônio Sampaio, que canalizaria o córrego em 3 meses, continua o projeto de 1978 completamente abandonado. Aqui em baixo temos a marginal Tietê junto ao viaduto Aricanduva, note uma coisa aqui está o rio Tietê o grande rio de São Paulo que felizmente existe para que as águas de São Paulo sejam recebi-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A9	2	ant.	enche	22.5.95		

das por ele. Vejamos a saída do rio Aricanduva, na mesma largura que vem acima, 5 quilômetros ou mais, eu, Edmundo, que foi o primeiro elemento em 1994, na grande inundação de 5 de fevereiro, onde curiosamente a montante não foi tão baixa quanto foi a jusante, ou seja, a parte baixa não chegou 2 metros mas a montante na av. Itaquera mergulhou na parte mais baixa, onde um casal morreu afogado dentro de sua casa, será que a natureza permite que faça uma canalização com a mesma largura da montante até a jusante? Erro da engenharia ou bandalheira política, porque a empresa faliu mas foi fazer obras no Iraque. A partir da Av. Celso Garcia, onde termina a parte coberta, criminosamente deixada, citada pelo Retano Zuglo que disse, Deus não cobriu os rios, o homem não pode cobri-los desde que façam igual ao que fizeram no Tamanduateí, uma avenida em cima, essas vigas foram ali colocadas em 1979 quando da canalização do rio para fazer uma avenida que hoje seria completamente inútil (ininteligível) uma travessia pela Celso Garcia o elevado, mas pelo traçado começaria até a Celso Garcia. O Dr. Aloisio falou que as vigas têm 3 metros de distância uma da outra, essas podem ter, porém as vigas da parte coberta têm 1,80 entre elas e não 3 metros porque felizmente conhecemos o rio Aricanduva melhor que a disposição de nossa casa, no desvio do guarda roupa e a mesma coisa sou capaz de fazer ao longo do Aricanduva andando de olhos fechados. Essas vigas podem ser removidas, somente que se olharmos à direita temos, um sobrado que fica na ponta de uma dessas vigas, pergunto, essa viga será deixada ali porque tem sobrado com as paredes em cima dessa viga ou vão derrubar o sobrado? Será que essas vigas aí estão para fazer uma avenida? Ao longo do rio Aricanduva na parte coberta tem vigas transversal e longitudinais, como tem 12 metros

O funcionário	
de 19	no proc.
Folha No 0366 95	



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A10	1	mt.	enche	22.5.		

de largura ela forma retângulos de ,180 m, por 3,80m, para fazer tampo-
namento a engenharia manda isso. Aqui tem viga longitudinal? É mais um
erro de construção de quem jogou muito dinheiro na conta de alguém. O ini-
cio, estando no chamado Triângulo das Bermudas, esse apelido foi dado por-
que os carros ficavam cobertos totalmente de toda área do chamado triân-
gulo que fica entre a rede ferroviária federal junto ao metrô e à linha
variante e o próprio córrego. Depois de 50 dias, em 1994, quando o Pre-
feito Paulo Maluf anunciou nos gritos quero as máquinas aqui segunda-fei-
ra porque senão demito todo mundo. Realmente demitiu uma funcionária que
no dia da grande inundação de 5 de fevereiro estava em Campinas, porque
era um sábado. As máquinas vieram. Duas máquinas sugadoras cujo cano des-
cia para água nas tampas removidas, onde 1985 rebentaram para fazer aquele
aberturas e executar um desassoreamento que não foi executado. As máqui-
nas vieram e ficaram pousadas sobre a água o cano da máquina e ela su-
gando a água. A máquina é olhar para baixo na abertura e um cidadão com
uma enxada batia no entulho e a enxada voltava. Será que há uma mola a
embaixo? Não. Era um enorme carpete de 4 X 4. Na minha volta vi um rapaz
embaixo com uma botas, com uma pá na mão tentando trazer o entulho na
boca do cano. Se o rio tem 12 metros de largura e por 1.300 metros de
comprimento, será que ele teria durante 50 dias, 3 ou 3 meses de trazer
o entulho em toda aquela área embaixo da boca que apenas uma sugadora de
água se dito por um próprio representante da Nagano que se encontrava
numa reunião junto com o Aloisio. As máquinas saíram e foram colocadas
do outro lado, o cidadão com a máquina ligada, na parte aberta, sentado
na mureta, perguntei, companheiro o que faz essa máquina aqui? Essa má-
quina suga água. Realmente ela estava sugando água. Me dirigi a outra



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
AlO	2	cnt.	enche	22.5		

máquina, fixaram um canalzinho ao lado da mureta do rio porque havia chovido e em consequência, abriam a torneira da máquina e a água voltava para o rio. Desasoreamento não faz tirando água. Aquela a máquina só poder ser utilizada quando há um bueiro, ela põe a mangueira e na frente tem uma peça metálica de bronze que tem um furo à frente e para trás tem 5 orifícios, quando coloca no cano da boca do lobo, ou da galeria, aquela que está na frente vai entrando pela força e as demais vão levando a mangueira até onde é devido. Essa mangueira é puxada e aí entra em jogo a máquina sugadora comandando naquela canto, nesso, nesso, para que seja tirado o entulho, mas não todo entulho, porque um paralelepípedo um saco plástico que pode ter, tudo aquilo que for pesado não passaria. Para nossa surpresa as máquinas foram embora, foi colocado uma placa, temho a foto conigo, desasoreamento do córrego Aricandiva, se ~~estiver~~ ~~na máquina sugadora~~ ~~é que coloca~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
All	1	emira	enchantes	22.5.95		

máquinas já foram embora, como é que coloca agora uma placa,....(ininteligível)... o serviço daqui a pouco, o que já tinha começado a fazer, sem respeito à Comissão. E hoje os senhores podem ver, olhando para aquele painel, ou para as fotos aqui apresentadas, quanto realmente ela lutou em favor de que fosse feito obras, sem ser faraônicas, mas úteis à população.

Parte descoberta, parte aberta que liga à parte coberta.

Ali nós vemos..., aqui passa a Rede Ferroviária Federal, linha variante. Como a que eu vi na fábrica, os caminhões tinham que passar por aqui, fizeram esta ponte, ou melhor, esta abertura, e a ponte. E se fere a natureza, ou não fere, onde se viu... me dá a impressão de que isso é um funil. Todos que ^{fazem café} ~~são~~ sabem, que a hora que colocamos a água que está no fogo, sem molharmos para o condor, ela vai transbordar e vai sujar nossa pia, e é via ficar menos água naquela que recebe o escoamento. Portanto, a altura dessa viga tem que ser tão forte, e não somente essa viga, essa é a primeira viga da parte coberta que vai desse trecho até a Av. Celso R Garcia, onde se encontram mais à frente aquelas travessas enormes.

Outra foto: Notem bem, aqui é abertura, início(a) de vale que vai sair naquela outra que vimos agora. Notem...(ininteligível)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 469 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
111	2	emira	enchentes	22.5.95		

depois de 10 milhões de dólares jogados nas costas de alguém,...(ininteligível)...no entanto a água está fluindo para cá. Ora, se ela vem para cá, nesta altura que batem essas vigas, encontra à frente aquele afunilamento, não somente colocar a viga, e sim todas as vigas que seguram o tampão ali se encontram semelhante lombadas em uma avenida, onde temos que ir devagar, em consequência o trânsito vai ficando parado lá para trás. Agora, a mesma coisa, se um cidadão, um esportista, correr numa área, ele vai encontrar...(ininteligível)..., ele tem que ^{ir}baixando, uma por uma, e não vai manter a mesma velocidade, com a água é a mesma coisa. Água não pode ter atrito, se tiver atrito, pode ficar mais lenta em seu corrimento.

Essa é aquela por onde a água entra. Podemos notar a altura daquela viga, em relação ao piso, é muito mais alta.

Surpreendentemente, após o desassoreamento não realizado, colocaram uma placa que era para desassorear. Fizaram 5 cortes e as transversais, sempre sendo que aqui tem duas vigas, longitudinais, como já disse antes, que formam retângulos de 1,80m por 3,80m. Por que cortaram as vigas? Com britadeiras, depois terão que cortar com maçarico, e aqui tem 3 fileiras de terra de mais polegada, 7,16 e 3/8. Cortar com maçarico, antes pergunto: onde foram parar aquele concreto que se encontrava

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 970 do proc.
N.º 03 de 1995
GRADOR O funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	O funcionário	CONT. APARTE
111	3	emira	enchantes	22.5.95			

nossas linhas, agora...(ininteligível)... Claro que estão lá embaixo. Foi somar...(ininteligível)... como vimos agora na foto anterior, onde via-se em torno das clamas. Isso porque a empresa ...(ininteligível)... ali se seja alojou, fez acompanhamento, porque ela queria desassorear. Não tinha contrato, não tinha nada, e o desrespeito pela nossa comissão é tanto que tudo que elas falam(?),(ininteligível)... que vão fazer, ninguém se digna a procurar-nos e sim vão nos procurar em 1996, quando houver novas eleições.

Saída das águas por baixo do metrô. Ela está vindo, passando por baixo da rede ferroviária, que fica para cá, passando por baixo do metrô, embaixo da Radial, e embaixo do jardim que enfeita(?) a Radial e a linha do metrô. Será que é difícil de entender, engana-se com a imagem? Aqui embaixo também tem um afunilamento, e ou eu sou muito tolo, ou então televisão errada, porque essa parede abre um pouco para a direita, e um pouco para a esquerda, e aqui ...(ininteligível)... que têm vigas também superiores, se vendo uma ponta delas aqui.

Quatro pontaletes(?) que haviam em ...(ininteligível)... colocados para segurar a caixa quando quiseram, o viaduto, para segurar essa coluna aí em cima, fizeram pontaletes e cortaram, e não cortaram bem lá embaixo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	471	do proc.
N.º	03	de 19-95
ORADOR	Dr. Cláudio	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
III	4	Amira	enchentes	22.5.95

Todo o material flutuante ou semi-flutuante que prende por aqui, prende lá, e lá, vai assoreando, felizmente para o Rio Tietê, e repondo e não indo para o Rio Tietê.

A máquina sugadora, falei com esse rapaz ~~da~~ da casa foto para ele, e ele me disse: "Esta máquina suga água". Note bem as grossura das vigas e a distância que está existindo, ~~maximamente~~ quando disse que elas têm — que Deus me perdoe — 3 metros de distância uma da outra. E com 1,80m. Foi por uma dessas aberturas que caiu aquele carro, não por essa. Completamente fechada para que talvez o demônio atraísse alguém e pagasse com a vida, e fosse se unir a ele e não com Deus.

Do lado de cá, já próximo à casa do...(ininteligível)...

cuja casa dá 2,37m da sua casa. E o primeiro caso de leptospirose em 94. Em 5.2.94. Felizmente, para nós e para ele, a minha esposa trabalha no hospital, e orientou-nos que ele procurasse o Dr. Euflio Ribas, o Hospital do Tatuapé, não quite culpa ninguém de lá, pensando que era uma coisa insignificante, ele voltou para casa. Depois, ele procurou realmente ao Dr. Euflio Ribas, eu fui visitá-lo com um nó na garganta, com tanto sofrimento dentro da família, pela irresponsabilidade do passado, infelizmente não do presente. Aqui a parte, por onde passa o metrô, essa parede é que protege o metrô. Essa viga, segundo os engenheiros, e outros não,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 972 do proc.
N.º 63 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
112	1	emira	enchentes	22.5.95			

dizem que faz parte da estrutura do metrô, tem 4 vigas como essa. Só que pergunto, não me respondem. E na parte que está correndo as águas, que é encastrado a essa, porque essa é um leito antigo, não tem vigas transversais dessa terça(?). Diz que não pode removê-las. Note bem, essa parte está existindo, desde 1979 quando fizeram o novo canal que fica encostado a essa. Será que ninguém da prefeitura entendeu, ou viu, que abandonaram um túnel dessa natureza, pode servir até em para as marginais? Realmente, com informações, faziam trocas de tráfego embaixo para dentro dessa área.

É claro que agora, segundo o projeto que nos deram, nós mostramos que deveria ser aproveitada essa passagem. Minimizaria também uns 5 milhões de dólares a menos, aproveitando um canal existente. Esse projeto já foi descartado.

Mas, o engenheiro da Makano(?), eu dei para ele, como a minha que fiquei, uma cópia do projeto que temos naquele quadro. Ele agradeceu e fomos juntos para ver essa obra. Ele se chamava ... (ininteligível) ..., e eu perguntei: "Essa viga pode ser removida?" "Claro que pode". Claro que ele tinha interesse na obra, pois eu dei o projeto a ele. Mas, quem tem a dignidade de falar pode, ou não pode porque vou abrir mais à frente um, vou ter que fazer tudo embaixo de novo, aumentando em



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OPERAÇÃO	CONT. ADIC.
412	2	enira	enchantos	22.5.95		

milhões de dólares, ou milhões reais, para que ele possa, realmente, ganhar mais e o povo pagar ~~mais~~ mais imposto.

.....: esse metrô está passando no mesmo lugar da foto que vamos ver daqui a pouco. Note bem, aqui o triângulo das Bermudas que está ligado àquelas fotos anteriores, onde mostra aquela abertura.

Note bem a altura, me parece que o metrô pega um terço, acima ou metade. Tem mais um aterro ali, e tem mais a parede que é mais alta, e tem a calçada. Note bem, Triângulo das Bermudas, a parte ^{tão} baixa em relação ao metrô, seria o mesmo que um dia ligássemos a nossa televisão, o nosso rádio e dissessemos: "não sabemos porque o pão de açúcar está inundado, e o mar está seco". É o que nós vamos mostrar agora.

Outra imagem ao lado oposto, já na Rodial Leste, podemos ver o Viaduto Aricanduva muito importante, faz ligação do anal viário, razão pela qual foi canalizando o Rio Aricanduva, é muito movimento, muito trânsito. Nesta linha, vemos o metrô, no mesmo nível dos carros. Será que houve milagre: aqui subiu, lá baixou, e lá subiu? Não, é porque a Rede Ferroviária Federal, que ligava a Estação Sebastião Gualberto, ou Quinta Parada, até a Estação da Rua Júlio Colapo, era um rebaixamento onde cruzava o rio, ou, se o rio está cruzando por uma área, cruzando por uma rua, ou por uma avenida, é claro que a natureza mandou que esse

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 474 do proc.
N.º 03 de 19 85

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
A12	3	unim	enchentes	22.5.95			

canal fosse feito pela natureza naquela região mais baixa. O que aconteceu? Para fazer o metrô, para fazer a Radial, não pensaram, e tem ali escrito quando fala "quando terminarmos essa obra, vocês vão correr afogados" Aterraram a Radial, chamada... (ininteligível)... Quando a água transbordava aquele pouquinho, ~~alagava a rua (segundo)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 415 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
113	1	regina	enchentes	22.5.95		

ela corria pelo mato, ia embora, ia para o grande rio Tietê. Com o aterramento, e na ocasião teve gente que quis, porque via-se carlinhões e canhões de terra vermelha chegando, sabíamos que iam aterrar, mas não sabíamos que o metrô ia ser impecilho para aquela região onde, o povo da nossa região, todos os homens e mulheres da região, dizem que a causa de hoje suas casas estarem inundadas, é o metrô. Não é o metrô. Aqueles irresponsáveis que, de certa maneira, disseram a mim, a nossa preocupação é com o metrô, enchente é com a Prefeitura. Mas será que o ser humano faz distinção entre a Prefeitura e o Estado? Ou a Federação? Ou a outros países? Somos todos filhos do mesmo criador.

Volta. Volta. Não, a outra.

Note bem, os carros passando comprovam que o lado de lá, a parte baixa, como vimos agora, não dá inundação porque a água não chega até lá, não consegue chegar lá. Tenho aqui um documento que o Jânio Quadros assinou um decreto de desapropriação daquela área, quando o engenheiro do BID ali esteve, e ao subir nos trilhass da rede ferroviária, olhando para aquela parte baixa habitada, disse: tudo aqui tem de ser desapropriado e temos de fazer um grande lago. Mas ele é do BID e o BID me parece que não é brasileiro, mas as empreiteiras são. O triângulo foi desapropriado em algumas partes, para fazer uma alça de acesso, para quem vem pela Avenida Celso Garcia, passa-se pela alça em direção a Itaquera,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
114	2	regina	enchentes	22.5.95		

Folha no 476 de 503
03 de 05 95
ORADOR CONT. APARTE

São Matheus, etcêtera, mas nunca mais foi feita alça nenhuma. E hoje, após uma reunião com o administrador regional da Penha, ele disse: eu vou fazer um lago lá no triângulo, porque tem área que pertence à Prefeitura, área desapropriada. Para surpresa nossa, fez um campo de futebol. Ao invés de aprofundar, fazer um lago, fez um aterro e hoje está lá, para quem quer ver, um campo de futebol que se fizermos cálculo, largura, comprimento e altura, deve dar, mais ou menos, ~~cerca~~ 200 metros cúbicos de terra e essa terra está substituindo o espaço das águas.

Ararico Silveira(?). É uma rua, como podemos ver, a Radial está aqui e notemos essa ponteira de grama, um grande gramado realmente completamente abandonado, era gramado, hoje é uma mata que as empreiteiras vão lá, a cada 15 dias, começam a cortar mesmo não tendo nato. Quando também poderia ser feito um retentor de água, que é uma zona, como podemos ver, totalmente habitada, mas uma parte completamente abandonada, como notamos. Bem, havia os carros de quem mora na rua. Quem entrava para a direita, sentido Itaquera, ou para a Penha, ou para o centro. Só que hoje têm cinco degraus, o que comprova que vieram aterrando já mais acima e não apenas naquela parte baixa, onde cruza o rio. Claro que hoje inunda seguramente até a altura desse carro, porque as águas que correm aqui, caem nas bocas-de-lobo e iam para o rio, mas como tem dificuldade caírem ~~XXXXX~~ de ~~claras~~ no rio, refluxa mais ainda, e sobem nas ruas. (Pausa). Aquela



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
113	3	região	enchentes	22.5.95	

ponta do granado, é esse granado aqui. Notemos que aqui passa carro e vou pedir a atenção do Adilson. Adilson, o engenheiro Zokoy Uehara(?), em 1985, fez um relatório e Xuxa disse: desmontamento da parte coberta desde que não nam com o sistema viário. E isso tudo, segundo informações, vai ser rompido, porque o rio está aqui em baixo e ficará aberto. Quer dizer, essa chegada de milhões de carros, talvez milhares, vai ficar sem a possibilidade de passagem porque será um córrego aberto. Notemos, a subida para lá. Será que essa mancha d'água não indica que aqui ficou água parada? Por que? Porque levantaram o caminho das águas, aterrando sobre o córrego e faz com que elas corram em sentido contrário, pelo asfalto.

Canalização com a parte coberta, onde vemos a foto da ponte que cruza, pela Júlio Colago(?), indo até aquela parte. Na avenida, podemos notar os carros, lá em cima, e a viga(?) está aqui em baixo. Segundo engenheiros, ali chegam com as grandes chuvas 220 metros cúbicos de água por segundo, mas ao baterem nessas vigas — e eu estou cansado de ver, de ficar ali olhando, ver batendo —, telefone para o Triângulo das Bermudas e digo: corram! E eu não sou xodax meteorológico, aquelas idiotices que falam sobre ela. Eu conheço xodax, eu fui da FAP vinte anos. Note bem: adentra e vão bater na lombada(?) superior até o Rio Pietsê. Claro que o fluxo das águas diminui em muito. Chegando próximo agora no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 478 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
113	4	regina	enchentes	22.5.95		

lado mais próximo, nota-se a grossura da viga em relação aos carros, nota-se a altura da água, sem chuva, e a viga. Portanto, é um desrespeito à natureza. Pegando mais perto. (É que encolhi algumas fotos nas arrel). Aqui é a placa de inauguração de 1979. Claro que de lá para cá as enchentes pioraram. Mário Covas esteve conosco na beira do rio, destruiu nessa mureta e disse: "não sei porquê, depois dessa grandiosa obra, as enchentes aumentaram". Hoje eu posso dizer para ele tudo aquilo que sei, que coloquei nos jornais, são mais de trinta matérias, da Gazeta do Itaipé. Desembocadura do R. Rapadura, a água é verde, era amarela, era vermelha, e é a irresponsabilidade das regionais, da Prefeitura, que permitem que ela retire a água do Rio Aricanduva, próximo a casa do Artur, na Rua Paqueta, levando para a fábrica, no montante do Rio Aricanduva, melhor dizendo, Rio Rapadura, e volte nessa cor depois de tingir roupas, terminando aqui em 90 graus. Do lado oposto, aqui em cima, tem um trecho coberto, até a Rua Comendador Gil Pinheiro. É claro que de lá, o tamanho é o mesmo, então eu já vi várias vezes, porque vou lá de madrugada, quando me telefonam dizendo: será que a minha casa vai inundar? Eu vou de madrugada para lá e vejo que a água não consegue entrar, porque o volume é muito alto, eu tenho as fotos de lá, infelizmente não são alides, isto é, as águas não conseguem entrar, porque é muito volume, muito alto, em relação a essa desembocadura. Quando vão na desembocadura, que estamos aqui,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 479 do proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário *Am*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADIANTE
114	1	regina e enchentes		22.5.95		

o rio subindo, até essa altura ou até menos, há uma briga porque cada um quer entrar mais rápido do que o outro. Háis acima, Avenida Itaquerá, onde morreu um casal dentro de sua casa a noite. A desembocadura da Rua Otávio Vas do Nascimento(?), cujo nome não esqueço, os moradores reclamam que quando não tinha canalização e nem a Avenida Marginal, que a água desviava para a esquerda, assim mesmo no sentido do Rio Aricanduva, do Córrego Aricanduva. Mas com a canalização e com a elevação das bordas do rio, para fazer a Avenida Aricanduva, ficou dessa maneira, dando a 90 graus. E reclamavam que a causa da inundação naquela área era esse defeito. Notemos aqui o asfalto que é retido, porque a água vai levando entulho, vai levando assoreamento para a frente e a grande vítima é o Tietê. Note bem, agora estão fazendo um trabalho, que prefiro não comentar, mas quero convidar o Presidente da Comissão e mais alguém da Câmara — inclusive o Vereador Antônio de Paiva Monteiro Filho, que está presente — para fazerem uma vistoria, verem o que está sendo feito. Aquilo que poderia ser uma correçãozinha, está sendo completamente diferente. Note a altura. A água entra por esses prédios(?), que estão os carros, e lá atrás, é a Rua Inajá, é uma bacia onde as águas chegam a cobrir uma casa. Mas a frente, o assoreamento. Embora tenha estado uma máquina aqui, máquina daquela que eu não sei o nome, mas que abre a boca e vira. Está lá ali, com provado e continua assoreando alguns pontos. Mas para frente temos a cur

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
114	2	regina	enchentes	22.5.95		

Vai o o assoreamento ocorre sempre na parte interna da curva, e não na parte externa, porque tem mais violência a correnteira das águas. A Avenida da Itaquera, onde o cidadão ao assinar o contrato, para fazer a correção daquela saídinha que nós vimos, disse: eu assinei, mas não tem nada a ver com a... (palavra ininteligível), mas eu tenho certeza que quando a água orgulhar pelo asfalto vai se repetir a mesma coisa. Realmente, onde se viu um cruzamento, e eu estive na Itália e na Espanha, fui estudar enchentes e inundações, fui saber como feita a cidade de VENEZA Venetia, não tem, em qualquer parte do Planeta, como o nosso Tietê com as pontes elevadas, onde têm muito trânsito nas marginais. Imagine se o Tietê tivesse as suas travessas dessa maneira, pararia São Paulo inteira. Mas note a altura que nós temos o note a baixura das vigas. É a baixura de quem não respeitou a natureza. Estive lá com um rapaz, parapléico, de cor negra, distinto, digno e disse: eu tenho contado para essa gente que devia ser ponte elevada, e não dessa maneira. Morreu um casal em Ipagi, morreu na is um garoto que foi amaldiçoado. Esse trabalho está sendo feito na rua que citou agora a ponte, para fazer uma correçãozinha, para desviar a galoria para o Rio Aricanduba, à esquerda.

Facaembú,

~~Manoel~~ Eu sempre critiquei obras faraônicas, não posso e não devo criticar porque não conheço, mas fotografei. Ao chegar no Facaembú, o o Aloisio pode comprovar, tem uma feira e pensando que eu fosse

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º 481 do proc.
N.º 03 de 1995
O func. 11.110 CONT. APART. 1

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
114	3	região	enchentes	22.5.95		

repórter, ao perguntar para um feirante, ele me disse: "me informaram
que com essa grande chuva que deu em São Paulo, ainda não está iniciada
conclusão (expressão dele), e reteve [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 982 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
Al5	1	Raimundo	CEE Enchente	22-5-95	227	

... 40% do valor estimado ser quando estiver pronto. Expedi e foi fotografado. E vi essa cena: realmente ainda não terminado, tem outras fotos, no entanto reteve 40% do ~~xxx~~ volume a ser retido quando estiver pronto.

Firenze
~~Firenze~~ (?)

~~Firenze~~ na Itália, quando falava para engenheiros que ao se canalizar um rio deveria ter rebaixamento feito, digamos, meio metro de altura, ~~x~~ 40cm, não importa e faz uma espécie de retentor de entulho, não retentor de água e depois a máquina chegaria e tiraria o entulho de lá. Firenze (?) é assim. Casaulmente, pela vontade de Deus talvez, quando acordamos pela manhã, estamos no hotel, ~~olhamos~~ olhamos para o rio e vimos a imagem que imaginávamos: sobre o rio viga transversal para repor o entulho, caso exista, ~~x~~ lá não existe e as águas formando, ~~que~~ aqui tinha uma ~~x~~ senhora pescando, espelho d'-água, mergulhando, se oxigenando pelo ar; uma segunda viga a frente, mais oxigenação das ~~á~~ águas para que ela seja realmente menos impuras ou até muito melhor do que pureza.

Outro símbolo. Agora acaba o rio Aricanduva. Infelizmente estou procurando contato com Mário Covas para ensiná-la: não se deixe iludir por empreiteiras. Estão falando em fazer diques embaixo de ponte. Eu digo: vamos aumentar a área inundável, aumentando a ~~á~~ á-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 483 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A15	2	Reimundo	CEE Enchente	22-5-95		

rea habitável. Fácil. Se a nossa casa, o nosso quintal enche meio metro de água, se fazemos um poço ali ao lado, um buraco e essa água vai ficar ali nós ficamos em seco; aumentamos a área inundável. A água aceitaria mudança de local. Hoje falam que a bacia foi inundada, porque o nordestino chegou, porque o nordestino devia ir embora de São Paulo, do Sul. Eles não são culpados, aquelas áreas foram vendidas por alguém e aprovada pela Prefeitura. Hoje não é mais o favelado, é muita gente trabalhadora e de bem que habita o lugar sofre com as tantas inundações.

Notem bem, agora o símbolo está sobre umas folhas que para nós significa áreas não habitáveis. A Avenida, hoje, chamada Artur Senna, ou seja Trabalhadores, vemos aqui o pedágio — eu fui com o Artur fotografar. Pedágio. Ora, o pedágio ele corre a partir de Guarulhos ou da Barragem da Penha numa cerra (?) completamente abandonada e pela natureza a terra tem que ser aproveitada pelos seres humanos e irracionais como um meio de vida própria. As áreas têm que ser utilizadas nem que seja para plantio, para residência ou para reter as águas, que é o caso dos chamados retentores de água.

Notem essa cerra horizontal (ininteligível) Colocando uma próxima a outra, nós vamos ver junto ao pedágio tem uma área

completamente abandonada, milhares e milhares de metros quadrados

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 489 de pag. 95
Fls. 03 de 95
Câmara Municipal



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ZAPATA
115	3	Raimundo	ENCERRAR	22-5-95		

não sendo utilizados para nada. Lembremos, que está no jornal de ontem, vamos aumentar a área ~~xi~~ inundável, aumentando a área habitável.

Outra foto. O Artur, também vítima de inundações (ininteligível), minha casa enche de água. Olhando ao longo está o rio. Infelizmente, tinham outras fotos mais claras, mas dá para se vê que toda essa área é arenosa. Segundo se sabe da história, havia um oceano entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, uma área enorme e essa região, como no Tatuapé também, é toda areia e veremos mais tarde porque. Ora, o rio passa aqui, ele está tão atarrado, não com entulho, mas por terra levada pela própria natureza das águas, vai sedimentando ao longo dele e vai ocasionar o que? Que o Panta nel que todo mundo vê pela televisão foi vítima da irresponsabilidade de ^{possuem} de que não ~~possuem~~ que ~~está~~ atarrando a jusante é claro que a montante vai sofrer como ocorre ~~nessa~~ com a Barragem de Edgar de Souza (?) e Rio Pinheiros.

No outro lado da pista, notem a área enorme, completamente abandonada. Espero que o Cevals me atenda e possamos discutir esse assunto. Ele que não entre na mão de fazer diques embaixo do ponte.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 485
N.º 03
O funcionário
ORADOR
CONT. ARTE

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARTE
115	4	Bairrada	enahente	22-5-95		

Areia. Nesse lado ao constrói um estação de tratamen-
to de esgoto. Essa área não é para construir os prédios, foi tira-
da aqui quando cavaram o solo para fazer estações. Uma área tão av-
nosa serviria aí para doar as para construir para os pobres, para os
famintos -casas, moradias.

Notem bem, aqui vemos na gr pequena largura, o rio não
demorou aquela borda não, ele demorou toda sua extensão, a menos
que seja pedra. Tirar areia daqui, claro que fizeram com (ininteligí-
vel) que não deixaram nem de lá uns 20 metros cubos talvez, quando
as águas chegam aí, completamente abandonadas. A Trabalhadores fica
para cá. Ao longo da Rodovia Trabalhadores está chamando Parque Eco-
lógico, que tem a barragem da Penha para manter o nível da água para
muito do Parque Ecológico, onde tem barquinho e assim por diante. Por-
que está tão seco aqui? Lá embaixo podemos ver água. Porque se a ca-
beceira do Rio Aricanduva quando não passa certamente cidades, ela pas-
sa em uma mata rural e como tem muito barro, as águas descendo pelos
morros vão retirando naturalmente a terra e vão sedimentando nessa ex-
tensão por porque tem uma barragem a frente.

Outra foto. Mostrando que ao longo da rodovia, aqui es-
tamos perto do bairro de São Miguel Paulista, que entre a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 486
N.º 03
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. ABASTE.
115	1	Salimando	enchente -	22-5-95		

cidade e a Trabalhadores é uma área enorme completamente abandonada. Vemos São Miguel lá, aqui está a avenida e no meio, bem longe está o rio e tem essa área completamente abandonada. A mesma coisa, com exceção. Aqui vemos um pequeno lago. Como é que permanentemente ali tem um lago mesmo sem chuvas? Porque a natureza é sábia, o lençol freático está lá embaixo. Se aprofundarmos essa área, mais metro ou um metro ela vai lá fluir, então porquê que não aproveitar também essa área. Então, note bem um lago permanentemente, sem que alguém tivesse retido água para ele.

Mais a frente ou mais atrás, não me ricordo, processo que a área completamente abandonada que poderia ser utilizada para reter essa água ao longo do rio Tietê e nunca embaixo de pontes ou embaixo de prédios ou embaixo da própria avenida, Marginal Tietê. Novamente, mais a frente, vendo mais próximo, as aves que dentro da água, agora estão em seco. Lembro que um dia uma reportagem do Pantanal, onde estive com o Artur e nós teríamos sido a possibilidade de não permanecer 30 dias naquele local, porém inga ninguém se interessou por nos ouvir.

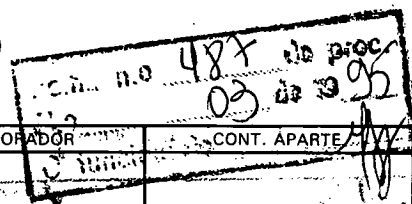
É claro que permitindo, se alguém com a vassoura empurra o pó para lá, lá vai ficando mais alto do que para cá, batendo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
116	2	Maurício	enchente	22-5-95		



Vou encerrar dizendo, espero que todos tenham ouvido bem a minha voz, porque sei que o meu não é perfeito. Vamos adotar em todo Brasil talvez, aumentamos a área inundável, aumentando a área habitável. A água é um bem da natureza, não devemos mandar ela embora e depois reclamar da seca, utilizemo-la como Deus nos manda, muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FARIA — Agradeço a exposição do Sr. Hilton Hilan e abre a palavra aos presentes, anunciando que estão conosco os Vereadores Vital Molasses, que era membro o relator da nossa Comissão, Antonio Paiva e a representante da Vereadora Ana Maria Quadros. A Vereadora Ana Martins esteve conosco não há poucos instantes atrás acompanhando os trabalhos e neste momento não se encontra no recinto, mas está acompanhando nossos trabalhos.

Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Paiva.

O SR. ANTONIO PAIVA MONTEIRO FILHO — Boa tarde a todos. Quero inicialmente cumprimentar o nobre Vereador Mauricio Faria pela iniciativa tão bem oportuna no sentido de propor esta Comissão sobre as enchentes da Cidade de São Paulo. Quero cumprimentar o Hilton Hilan, e na sua pessoa cumprimento todos os nossos amigos e amigos do Vale do Aricanduva. Cumprimentá-lo por essa dedicação, esse e es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 488 do proc.
N.º 03 de 1935
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRA-PARTE
Alc	3	Enimado	enchento	22-3-35		

pírito público, essa solidariedade com o ser humano. Nós que vemos da região ~~minha~~ tantas tragédias, desgraças acontecendo no leite, no rio Aricandava. Ouvimos com atenção as suas colocações e todos sentiram o conhecimento que o Hilton tem sobre a matéria : o acompanhamento de muitos anos que ele vem fazendo em benefício da nossa região. E vimos e descaço de vários governos que passaram por aí e recentemente esse governo quando ele bem colocou o problema daquela empreiteira que teve lá para solucionar o problema do leite do rio. Até agora à Comissão, se for possível, convidá-los para esclarecer onde houve a limpeza no rio e quanto foi gasto com aquela limpeza, porque isso nos ~~preocupa~~ preocupa muito. Passamos lá por diversas vezes e não vimos nada.

Mas queremos deixar registrado aqui também o nosso ~~compromisso~~ ^{também} e tenho certeza que os demais Vereadores desta Casa, em todas as oportunidades que tivemos, em cobrar do Prefeito e do Secretário de Vias Públicas quanto a realização dessas obras. Em 5 de fevereiro de 1934, me recorde muito bem, às 7h da manhã, estive na casa do Sr. Prefeito e só chegamos ao local às 13h da tarde e o compromisso dele assumido e até a presente data não cumprido, ~~mantendo-se assim~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ordem n.º 489 do proc.
de 12 de 1995
COM. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
A17	1	beth	enchentes	22.5.95		

Mas, temos certeza, como bem colocou o projetista da empresa Themag, que já estão sendo licitadas as obras e não houve empenho de palavra, esperamos que ela seja cumprida, que essas obras deverão se iniciar em setembro. Não sou técnico, não sou engenheiro no assunto. Eu acho que deverão, espero que solucionem o problema porque muitas vidas já foram levadas de lá, tanta desgraça, tanto prejuízo para a nossa comunidade, esperamos que, definitivamente, resolva-se o problema do Aricanduva. Quero, mais uma vez, cumprimentar a todos de Vale do Aricanduva pela luta e dedicação que vocês têm tido em obter para a nossa região uma solução que venha resolver definitivamente o problema.

O SR PRESIDENTE (Maurício Faria) - Obrigado, nobre Vereador Antônio Paiva. Tem a palavra o nobre Vereador Vital Nolasco.

O SR VITAL NOLASCO - Eu queria cumprimentar aqui o pessoal do SOS Aricanduva. Não pude chegar mais cedo porque hoje participei da posse do Conselho da Comunidade Negra no Palácio dos Bandeirantes. Ainda pude pegar um pedaço da exposição. Só queria dizer duas coisas. Primeiro, essa obra do Aricanduva mostra a total ineficiência do Poder público do nosso país. É um absurdo uma obra que, fala-se, já se gastou 10 bilhões de dólares e que não resolveu o problema das inundações da região. É o dinheiro público que foi jogado fora. Segundo, a luta da comunidade no sentido de prevalecer o seu direito.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 490 do processo
M.o 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART. 1
A17	2	beth	enchentes	22.5.95		

Penso que só dessa forma, e eu acompanho a luta do pessoal do Aricanduva, desde 1989, quando, na Casa, instalamos uma comissão e debatemos o problema das inundações na cidade. Então, não é de hoje que o pessoal vem batalhando e vem lutando para ver se acha uma solução para o problema do Aricanduva. Oxalá que a gente some esforços e que essa atividade da Comissão possa ser também um passo na busca dessa tão esperada solução para o pessoal do Aricanduva. Parabéns aos companheiros do SOS Aricanduva.

O SR PRESIDENTE (Maurício Faria) - Obrigado ao Vereador Vital Nolasco. Estão abertas as inscrições para o uso da palavra.

O SR HORACIO GALVANESE - Engenheiro Canholi, a exposição feita pelo Sr. coloca a questão do tamponamento do Aricanduva. Foi colocado que a proposta é de destampá-lo novamente para que o fluxo das águas seja com maior naturalidade. Porém, tivemos, inclusive um debate aqui que tratou da questão da finalização dos córregos e avenidas de fundo de vale. Hoje a gente vê outros córregos, como por exemplo, o Pirajussara, que está sendo feito, que se pretende fazer uma finalização, um canal paralelo, na verdade uma galeria auxiliar, e é o que está sendo feito no Córrego do Jaguaré. Será que a gente não vai ter que enfrentar problemas num futuro próximo, quer dizer, quando a gente



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A17	3	beth	enchentes	22.5.95		

opta por soluções tampenadas. Quer dizer, os problemas técnicos que possa gerar. Mas ainda assim, em função do que a gente viu aqui e se optando ainda por solução tampenada e com previsão dos desgastes e recursos que acabam indo rio adentro, para um futuro próximo isso terá que ser alterado?

O SR. NI ALUISIO PARDO CAVALIOLI - Cada caso é um caso. Há casos em que se tenha que optar por uma galeria fechada por n razões. Você teria um custo de execução muito alto, etc. Agora, se você não disciplina o uso e ocupação do solo, se não tiver uma coleta de lixo boa, se não tiver uma legislação, inclusive que tenha penalize quem precisa, você vai ter sérios problemas de assoreamento nos nossos córregos e quando você tem um galeria fechada você não limpa mais, fica ~~impossível~~ difícil limpar. Do ponto de vista hidráulico as seções abertas suportam deságue maior do que as galerias fechadas. A partir do instante em que uma galeria entra em carga a capacidade de conduzir vazões dela cai abruptamente. Então, são esses dois fatos que sempre levam em conta para se você adotar uma galeria fechada quanto uma galeria aberta. Na cidade de São Paulo o que eu noto é que sempre se utiliza galeria fechada como uma forma de se jogar o esgoto para debaixo do tapete. Acredito que como não se tem esgoto e como se sente muito cheiro, pode perguntar, nenhum morador de beira de córrego concorda que você canalize o córrego aberto.



Proc. n.º	492	do proc.
2.º	03	de 1995
ORADOR	funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
	A17 4	beth	enchentes	20.2.5.95	

Então, dentro desse quadro todo acho que é isso que realmente se levou antigamente a se fechar. Do meu ponto de vista, do ponto de vista hidráulico, que é a minha especialidade, eu acho que, com exceção dos casos em que a desapropriação possa representar um peso muito grande, porque realmente, quando se faz uma secção aberta você vai gastar mais, acho que se deve sempre optar por secções abertas.

— Gravação abafada, dificultando a audição. —

O SR HILTON MILAN — Ao explicar o que foi dito quero convidar o Presidente da Comissão com seu auxiliar, com o Aluísio, se for o caso, a visitar, a conhecer, ao longo do rio Aricanduva, fotografando, para que o redator possa realmente fazer o relato semelhante àquele de 1983 a quem entreguei uma cópia, para Toninho Paiva, Vereador, como amigo, para que faça um relatório com fotografias daquilo que vão assistir. Tenho em mãos um mapa da região do Aricanduva. Vou afirmar, perante o Aluísio, aquela retenção das águas que vão comar 5 1.720.000 m³ será muito retenção, embora eu concorde que as águas terão que ser retidas, como disse, aumentando a área inundável, aumentando a área habitável. Mas, mexendo no documento, quero lhes mostrar aquilo que parece que gozam com a gente, como se fôssemos idiotas. Em 1994 no dia 14 de setembro, mandei para a Prefeitura, protocoladas, perguntas sobre o que seria feito no Rio Aricanduva, depois de ler, ouvir, tantas mentiras e tantos absurdos. Imaginem



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
418	1	beth	enchentes	22.5.95		

no dia 15 de dezembro, após voltar da viagem, protocolei novamente. O prazo para entregarmos era 40 dias. Escabi depois de 90 dias, depois de tanta insistência, o que prova a irresponsabilidade de funcionários que não tem dignidade para desempenhar função e receber o salário de nosso povo. Imaginemos: Prezado Sr..... e por aí afora. Vou ler apenas um trecho: Prestem bem atenção no que se refere ao córrego Rapadura e canal de reforço de Aricanduba, o grupo executivo de programa de canalização Geprocave ofereceu-nos os seguintes elementos relativos ao volume estimado e à distância aproximada de cada reservatório. Só faço a pergunta uma vez que o Prefeito disse "no Rapadura começa essa semana!" Aos gritos. Eu detesto grito. Falo alto e claro para que todos possam entender. Só que muita gente me perguntava: "Como é, já começou a obra?" E, infelizmente, os mais ignorantes, vendo uma canalização ao longo do Tietê com a placa: tronco de esgoto de depuração do Tietê. Se eu perguntei o que será feito no Rapadura e mais abaixo no Aricanduba, me falaram sobre o quanto vão reter de água lá para cima! Quer dizer, o projeto que vocês têm em mãos, que profuseram na mudança está no lixo. Eu telefonei para a Companhia Queirós Crsini. Muito digo um Sr. me disse: Milan, nós fizemos o projeto, entregamos à Prefeitura e ela nos pagou. eles podem fazer o que quiserem pondo fogo ou rasgando. Essa é a razão pela qual eu me irrita. ~~SENTEI~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
118	2	beth	enchentes	22.5.95	O funcionário	

Folha n.º 499 do proc

N.º 02 de 1995

CONT. APARTE

Sou um cidadão com endereço de respeito. Quando vem o meu imposto vcu no banco e pago. Não Sei reclamar do abuso que vem referente de um ano para outro. Na Itália aprendi. Consultei um órgão de lá, como foi feito em Veneza. Lá me disseram: aqui o povo sabe de tudo, e povo participa de tudo que tem que ser feito para o bem da população. A mesma coisa vi na Itália. Quero pedir, Maurício, por favor, vá conhecer a nossa área. Nosso colega vai fazer o relato. O Rádio 83 mostra muito bem e serve como alguma coisa a ser seguida. Acompanhe-nos, vamos juntos e faça o seu relatório em relação ao que entenderem e não aquilo que ouvirem. É só.

O SR PRESIDENTE (Maurício Faria) - Obrigado, Sr. Milan. De

minha parte informo que aceito o convite, como Presidente da Comissão para visitar e na oportunidade estarei avisando e consultando os Srs. Vereadores para escolhermos uma data que possibilite que o maior número de vereadores participem dessa visita. Então, está aceito o convite. ~~Expte~~ Solicito ao Sr. Milan que entre em contato com o Horácio para agendarmos a visita. O último inscrito é o Eduardo. Não temos a Região ainda. Eu colocaria uma questão, Engenheiro Carholi, aqui tem o xerox de uma matéria, passada pela imprensa, trazida pelo Sr. Milan onde o Engenheiro EMILASE Secretário Executivo da Programa de Canalização de Córregos da Prefeitura diz o seguinte: ele falava, na matéria,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

folha n.º 495 do proc.
fl.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRABACIONÁRIO	CONT. APARTE
A18	3	bath	enchontos	22.5.95		

das obras, referentes ao A Picanduva, mas consta um trecho entre aspas

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONTE A PARTE
A19	1	Norma	OEE-Enchentes	22.05.95	N. Faria	

Quando o Tietê enche ele não recebe mais as águas do Aricanduva, mesmo que este esteja canalizado. ...--(incompreensível)--... E na mesma matéria ele afirmava que a obra -- no caso, a obra referente ao Aricanduva -- só será eficiente se o Estado E fizer o aprofundamento da calha no local onde o Aricanduva encontra o Rio Tietê.

Então eu indagaria ao Engenheiro Canholi a respeito dessas afirmações do Engenheiro Azi, e como é que vê tecnicamente essa questão da relação entre as obras no Aricanduva e a junção do Aricanduva com o Tietê.

Bom, passo ao Eduardo. Depois no final eu te dou um tempo, Canholi, aí você... Está bom.

O SR. ALFÍSIO PARDO CATHOLI -- Bom, então só vou responder o seguinte, quer dizer, aqui é a foz do Aricanduva no Tietê, quando estive rem ~~lançamento~~ passando 300m³ por segundo, para não ter represamento o Tietê tem de estar mais ou menos numa quota a 721,80 por aí, tá ? Se o Tietê tiver, lá naquele ponto, acima da 721, por aí, então ele realmente vai reduzir bastante a capacidade de vazão do Aricanduva, qualquer que seja a galeria ou o canal que você tenha construído, principalmente no trecho que vai da Colso Garcia para jusante, que é onde você tem quotas bastante baixas, não é ?



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PROPOS	CONT. APARTE
A19	2	Norma	CEE-Enchentes	22.05.95		

Folha n.º	497	do proc.
N.º	03	de 1995
O Funcionário		

Então o que ele está se referindo ^{até} aí, com bastante propriedade, é que realmente, o Tietê este ano, por duas vezes, esteve na foz do Aricanduva acima da quota 724, tá ? Só que o tempo de concentração não é, ou é muito mais longo do que o tempo de concentração, quer dizer, a hora para chegar o pico de vazão nele é bem mais tarde do que o tempo para chegar o pico do Aricanduva, tá ? Então nunca você vai ter uma coincidência de picos entre o máximo nível atingido pelo Tietê e a máxima vazão que teria de passar pelo Aricanduva, mas as áreas baixas que você tem ali no Córrego Maranhão, por exemplo, são muito mais - que é esta área aqui - são muito mais afetadas pelas cheias do Tietê do que do próprio Aricanduva, isso daí é verdade, e, digamos assim, isso você só corrigirá quando você aprofundar a calha do Tietê. Na Radial Leste para cima o efeito do Tietê é praticamente nenhum, porque você está já bem acima da quota 726, tá ? Então o efeito lá em cima - mas localizadamente, embaixo, é verdade isso que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria-PT) - Passo a palavra ao Eduardo, depois à Regina. E proponho, então, que nós caminemos para o final aqui da nossa reunião. O Eduardo fala, a Regina fala, e depois eu dou a palavra ao Camoli para que ele comente as várias questões levantadas, particularmente pelas lideranças do Movimento SOS - Aricanduva.



Folha n.º	498	do proc.
N.º	03	de 19 95
funcionário		
CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	3	Norma	CEE-Enchentes	22.05.95		

O SR. EDUARDO - Bom, na intervenção do Engenheiro Canholi foi colocado como período de retorno, após as primeira e segunda fases desse projeto, um período de dez anos, e no Pirajussara, pelo menos, a gente tem adotado como ponto básico da nossa luta que qualquer obra, daqui para a frente, qualquer obra hidráulica, daqui para a frente, construída em região densamente povoada - densamente povoada para São Paulo é quase que piada, quer dizer, isso daqui a gente não pode considerar, em hipótese alguma, como não sendo uma área densamente povoada, seja feito prevendo-se um período de retorno de mais de cem anos, perdão, período de retorno de cem anos, bem mais do que os dez anos citados.

Então eu pergunto: essas obras teriam um caráter digamos quase que emergencial, prevendo outras de retenção de água, de tal forma que ampliasse o período de retorno desse trecho canalizado e que agora está sendo aberto ?

O SR. ALDÍSIO PARDO CANHOLI - Olha, não existe, em parte nenhuma, um conceito rígido de que período de retorno - que no final das contas você está falando em custo/benefício, está falando de risco, não é ? O período de retorno, digamos, o certo ou errado, o ótimo ou o bom. Por exemplo, na Inglaterra, hoje, não se admitem obras de dre-

Folha n.º 499	N.º 03	95
ORADOR	CONT. APARTE	



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	4	Norma	CEE-Duchentes	22.05.95		

drenagem para períodos de retorno acima de cinco anos. Por que ? Por que custa muito caro você, no cotejamento de custo/benefício, a sua obra para atingir vinte anos ou 25 anos, ou 50 anos, custaria dez, vinte, trinta vezes mais ~~mais~~ caro do que uma obra para dar um nível de garantia de dois anos, tá ? Então, não existe, quando você fala, eu vou adotar período de retorno de 100 anos, vai, desde que no seu cálculo do custo do seu risco seja viável você investir para ter um risco de ~~de~~ 1% ao ano, que é o seu risco, assim, para uma certa obra que você construa com período de 100 anos.

Vamos dar um exemplo, se você hoje quiser construir a calha do Tamanduateí para um período de retorno de 100 anos, a sua calha teria de ter uns 60 metros de largura, então custaria quanto ? Bilhões de dólares. Então você não vai ter como dar esse nível de garantia para ...

— Falha na passagem da gravação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 500 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AP. BIE
A20	1	Norma	CEE-Inchentes	22.05.95		

(...) de ampliar a calha para ter essa garantia. O que tem de ficar claro é o seguinte - o que tem que ser sempre colocado e não é - é qual é o nível de garantia que está associado com a sua obra, é isso que nós estamos fazendo. Então, essa obra aqui remete a um nível de garantia de dez anos, você tem 10% de risco, em média, em cada ano, de que venha uma vazão maior, tá ?

Se você quiser levar isso para uma vazão de 25 anos, você vai ter de pegar todo o canal do Aricanduva e passar para uma vazão de 350 metros ~~metros~~ cúbicos por segundo, não adianta pegar um trequinho ali do canal do Aricanduva e chegar para você falar: - não, agora estamos com um nível de risco de 25 anos. Não, porque a água vai vir pela rua e você vai ter inundação do mesmo jeito, tá ?

E outra coisa, não adianta você ter uma parte da sua obra com uma capacidade de vazão elevada e ter um gargalo que não passa vazão nenhuma. Então, com essas obras aí você consegue de uma maneira uniforme proteger a bacia para as condições atuais, para um período de retorno de dez anos.

O SR. EDUARDO - Na realidade a minha pergunta não se referia a ampliar a vazão do canal, eu acho que realmente não podemos lutar pela ampliação, pura e simples, das vazões, quer dizer,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A20	2	Norma CEP-Enchentes		22.05.95		

Vol. n.º 501	do proc. 03
Fl. 0	de 19 95
PR. 03	CONT. APARTE

nós temos um limite máximo que é o CEASA, no CEASA não passam mais do que 700 metros por segundo, então se a gente juntar 300 do m Aricanduva, mais 300 do Pirajussara, mais 500, 600, 700, sei lá, não passa, não é? Então não adianta, mas ampliar o período de retorno desse canal aumentando a retenção de água, quer dizer, obras, mesmo que pequenas, esparramadas em número muito grande, que sejam capazes de reter a água nas bacias, digamos, reproduzindo a situação de São Paulo há 200 anos atrás, quando essas canalizações existiam(?) -(aparte conjunto)-

O SR. ALVÍSIO PARDO CANHOLI - Concorde plenamente. Eu acho que a gente deve - quando você tem, no caso, por exemplo, do Aricanduva, que a gente tem enchentes lá cinco, seis vezes, a cada ano, por aí, então quando você fala que vai passar para o risco de a cada dez anos você ter uma parece um nível de garantia adequado. Só que isso a gente está sempre falando para as condições de urbanização atuais. Então eu acho - e até já disse aqui no outro debate que teve sobre reservatórios, que a saída é essa mesmo. Não se pode deixar a Cidade crescer sem que se tomem algumas medidas para que se contenha o escoamento de água, isso, sem dúvida nenhuma, estou totalmente de acordo com isso, quer dizer, não se consegue, não se deve aumentar o nível de garantia simplesmente aumentando a capacidade de vazão de canal, isso é evidente, estou



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A20	3	Horna	CEC. Pachentes	22.05.95	Folha n.º 583 do REC. n.º de 19.95	

totalmente de acordo com a sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Haurício Faria-PT) - Passo a palavra à Regina, que representa a Vereadora Ana Maria Quadros.

A SRA. REGINA - Bom, uma das minhas questões é referente um pouco na complementação que ele ven falando, que você disse que a Bacia do Iguaçu tem cerca de 400 quilômetros quadrados - 440 ? Ah, 40, que seja quarenta quilômetros quadrados, e com um processo de urbanização bem rápido. Uma curiosidade minha, quando se faz um projeto dessa convergadura é pensado no potencial construtivo, pelo menos dessas bacias que estão sendo cogitadas, se está se falando aqui que você tem dez anos de prazo, vamos dizer, para poder estar pensando, a longo prazo, como seria isso ? Porque a gente tem um potencial que já está determinado por lei, isso, é evidentemente, mais cedo ou mais tarde vai estar acontecendo, depende de algumas coisas que a gente não pode agora estar prevendo, mas o potencial existe, não é ? Então é uma curiosidade minha: se quando se faz um projeto desse tipo se se está pensando nisso.

A outra coisa - que você também falou - sobre os quatro reservatórios, que eu fiquei mais curiosa ainda, que é a questão do pisciñão cinco, é feito com a água, esse reservatório vai estar com água do es-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 503 do proc.
N.º 03 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
A20	4	Norma	CEC-Dachentes	22.05.95			

seguro mesmo ? Com tudo aquilo que a gente sabe que...

O SR. AIDÍSIO PARDO CAMOLLI - Agora eu sei que nós estamos, di-
gamos, discutindo tecnicamente na linha correta, e não naquela linha do
ofício que eu me referi, da Ana Maria Quadros para o Secretário.

Ei tenho o maior prazer de receber você, a hora que você quiser,
a hora que você quiser, eu te dou o endereço, a gente pode mostrar inclu-
sive como está sendo feito o projeto do reservatório de Águas Esprai-
das, tá ? Então, quando você quiser, entre em contato comigo e eu
tenho o maior prazer de explicar para vocês.

Tem uma dúvida aí, quando a gente fala de período de retorno de
dez anos, nós não estamos falando que a próxima cheia de Aricanduva é
daqui há dez anos; não é isso; E nós estamos falando que a probabili-
dade, o risco de acontecer uma cheia em cada ano é de 10%.

~~100% porque a probabilidade de acontecer uma cheia em cada ano é de 10%.~~

~~para um período de dez anos, a probabilidade de acontecer uma cheia é de 10%.~~

~~que vai acontecer uma cheia em cada ano, a probabilidade é de 10%.~~

~~temos de fazer uma obra de saneamento, a probabilidade de acontecer uma cheia é de 10%.~~

~~temos de fazer uma obra de saneamento, a probabilidade de acontecer uma cheia é de 10%.~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
A321	1	Marcelo	CBE-Enchentes	22.05.95		

Hoje é de 100%, porque todo ano tem quatro ou cinco enchentes lá. Você vai passar para um nível de garantia de um risco de ~~que~~ 10% em cada cheia, em que venha uma vazão maior.

Então, por exemplo, uma chuva de duas horas, com período de retorno de dez anos é uma chuva de 60 milímetros. Então esse é o nível que a gente pode garantir que até uma chuva de 60 milímetros em duas horas, ou 100 milímetros em 24 horas, não vai haver as cheias, as enchentes no Vale do Aricanduva. Se vier uma ~~em~~ chuva maior do que isso vai ter alguma coisa.

Não tem nada a ver se daqui a dez anos... É uma forma tecnicamente, até tenho autocritica quando você fala período de retorno de dez anos, de "x" anos, eu acho que para a pessoa leiga fica uma coisa muito confusa. Mas quero dizer, penso assim, quando você ouvir dizer que uma certa obra é para 25 anos de período de retorno, quatro vezes 25 é cem. Então é 4% de risco em cada ano dela ser superada. Quando fala em dez anos, dez vezes dez é cem, então é 10% de risco, numa forma mais simples da gente falar.

Naquele trecho temos 40% da bacia do Aricanduva, que ainda estão, digamos, rarefeita, mas em intenso processo de urbanização. Então quando a gente tem como ferramenta, a gente consegue a partir de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 305 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário CONT. APART. 04

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRABER	CONT. APART.
A21	2	Marcelo	CEE-Enchentes	22.05.95		

uma dada chuva calcular que vai ter num determinado ponto, de acordo com a capacidade de infiltração que uma certa área tenha. Então eu posso fazer cálculos supondo que aquela área está com uma capacidade de infiltração muito alta ou muito baixa. Quando ela se ficar totalmente ocupada ela vai ter uma capacidade de infiltração baixa. Então eu consigo prever qual vai ser o volume e qual o pico de uma cheia para uma determinada chuva. E aí eu posso comparar as duas coisas.

Então, digamos, de acordo com os nossos cálculos se você hoje preventivamente instalar esses cinco reservatórios lá, por mais que você coupe a região, na saída do último reservatório você vai ter uma condição muito parecida com a condição que tem hoje lá, ou até menos.

Então aquilo que foi dito, que esse um milhão e meio de metros cúbicos, eu não entendi bem, Milan, você achou pouco ou achou muito? Esse um milhão e meio de metros cúbicos não é para a condição de hoje. Isso é para aquela condição quando você tiver aqueles bairros inteiros implantados lá. Você vai realmente precisar, Milan. Você tem 40 quilômetros quadrados, que é 40% de toda bacia.

O que tem que ficar claro é o seguinte: você vai estar sempre correndo atrás, o cachorro correndo atrás do rabo se você faz obras e não deixa urbanizar, deixa canalizar. Tem que fazer uma obra maior, maior e maior se você não entra com alguma medida preven-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 006 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. PARTE
A21	3	Marcelo	CEE-Enchentes	22.05.95		

tiva.

Agora, esses reservatórios, como estão muito longe da Radial Leste eles não tem nenhuma função de reduzir os picos na Radial Leste. Eles conseguem reduzir picos até avenida Itaquera, como já falei isso em "n" reuniões que já fui do S .O.S. Aricanduva. Todo mundo sabe disso. Agora, eles têm a função básica de se controlar aquilo que até você colocou nos seus vários slides, que é muito grande o massoreamento lá e se gasta muito dinheiro para se desmassorear, mesmo não conseguindo resultados muito bons, principalmente nos trechos em que se tem tampa.

O que você não falou é que no trecho do córrego Rapadu para cima foi retirada muita ~~terra~~ terra e você não falou. Isso é verdade. Eu não sou representante da administração, mas foi retirada milhares de metros cúbicos de terra do ~~canal~~ canal. O negócio é o seguinte, não adianta retirar neste ano, porque no ano que vem vai estar tudo lá outra vez. Por isso que precisamos ter as bacias de contenção de sedimentos. Isso é fundamental que se tenha lá.

NILTON MILAN - Eu pediria a palavra, uma vez que o Aluísio me citou.

Aluísio, depois da parte coberta, realmente ali teve

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
121	4	Marcelo	CEE-Enchentes	22.05.95		

Folha n.º 407 do proc.
N.º 03 de 1995
ORADOR: Marcelo CONT. APART: DM

uma draga. Como chama a draga que tem boca? Eu tenho em casa uma pedra, de mais ou menos meio quilo, britada, chamada número 5, a parte em toda extensão do rio, até em frente quem conhece aquela empresa, o Carrefour, ela é feita embaixo, com vigas também transversais e com essas pedras entre elas. No planeta inteiro tem que ser realmente concretada, na América, na Itália, na França, Espanha, é feito de acordo com o nível da máquina que vai passar. Se a máquina também entrar no a'parte coberta e tiver o ângulo de 30, 40, 50 graus, sei lá, ~~chamamos de~~
~~sentido de~~

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 508 do processo
de 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADAPT.
A22	1	Marcelo	CEBEnchentes	22.05.95		

ela vai empurrando no ex mesmo sentido, porque e mais para a frente ela será ~~uma~~ renovada. Eu vi essa máquina, eu estive lá.

Quando a máquina batia fazia um barulho enorme. Eu fui para o maquinista e disse para o maquinista e disse: "Aqui embaixo tem pedra entre as vigas". Quando ele tirava as pedras voltavam, não para o mesmo lugar, ele nem sabia onde por. Hoje pode se verificar montículos e montículos através da parte aberta onde passa essa máquina, completamente ainda assoreada.

Por informações de pessoas que moram a beira do rio, eu vi lá para cima também, muita g terra. Mas o volume de terra, mesmo que fosse comprada uma terra fértil, uma terra importante, ou cimento não valeria dez milhões de dólares.

Havia um fiscal da Prefeitura, da SVP e conversávamos. Mas acima ela é com pedra, chamado enrocamento, ou gabiano, tem aquela terra ao lado, e ele me falou que também tinha no fundo. Como se tem uma tela no fundo atravessando o rio? E aquilo a máquina vai pegar, claro, vai enroscar naquela terra que é igual da galinheiro, levantar e derubar a borda. Aquilo não fez parte de onde ~~ela~~ fala nesse jornal que eu digo, e perguntei para o jornal, disse: "Pergunte ao Sr. Prefeito onde o córrego consumiu dez milhões de dólares?" Ninguém respondeu e certa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 509 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
AR2	2	Marcelo	CEE-Dechentes	22.05.95		

mente a imprensa não perguntou, porque sentimos que a imprensa está muito bem ligada com certos grupos que enriquecem. numa entrevista uma senhora, me contaram, que o fotógrafo perguntou: "Dona -e deu o nome- a senhor acredita que vão fazer essa obra?". Ela falou: "Acredito. Estão prometendo". Chega a repórter e fala: "Tem muito rabo preso nisso. Não vão fazer".

Acredito que vão, mas eu quero Aluísio, que respeitem a cidadania, que os elementos da Prefeitura, como fazia Renato Zuculo, o Adilson e outros, falem conosco no mesmo idioma, o meu idioma é português e felizmente escrevo muito nesse jornal. Felicito a Gazeta do Tatuapé, que continuará nessa luta, apoiando o que merece e criticando o que merece.

Para encerrar, uma das matérias que eu fiz agora, disse: "S.O.S. Aricanduva e as quatro democracias, duas conhecidas, terceira a crítica, o direito de criticar, e abortiva, o direito de abortar o político que ao prometer não cumpre e quando faz é errado".

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Tivemos o uso das palavras pelos presentes, várias vezes também os representantes do S.O.S. Aricanduva usaram da palavra, então passo para as considerações finais, dando a palavra para Aluísio Pardo Canholi, agradecendo mais uma



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A22	3	Marcelo	CEE-Enchentes	22.05.95		

vez a presença dele aqui, assim como de todos os demais presentes.

Para as considerações finais, tem a palavra o engenheiro Canholi.

O SR. ALUISIO PARDO CANHOLI - É vou deixar claro que a Themag não tem tomado parte nem nas obras que foram construídas, na década de 70, que são as obras que estão aí, ela não teve nenhum vínculo, nem com as obras do Metrô e tão pouco com toda canalização que foi feita posteriormente do canal do Aricanduva. Então a gente sempre teve total liberdade para fazer, de uma certa forma, uma análise de como ela foi feita, totalmente livre porque não tínhamos nenhum vínculo com nenhuma obra, com nenhum projeto que se referisse ao Aricanduva.

Sobre o nosso ponto de vista, ponto de vista técnico, econômico e dos prazos de execução dada a situação de emergência pública, que é o Vale do Aricanduva hoje, nós achamos que essas soluções que a Themag estão colocando e que foram aceitas pela administração, representam o que você pode fazer em curto prazo e com bom resultado de desempenho hidráulico, sem embargo de nenhuma outra solução que se queira colocar, porque as soluções que estão sendo colocadas não impedem que no futuro se construa um canal paralelo, se re-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º	do proc.
A22	4	Marcelo	CEB-Enchentes	22.05.95	N.º	03 de 19 95
					ORADOR	CONT. APARTE
					funcionário	

force o canal, se construa um túnel, já como já ouvi etc.

O que tem que ficar claro é que as soluções vão aumentar ~~significativamente~~ significativamente a capacidade de vazão em curto prazo e a um custo baixo e não vão, de forma nenhuma, impossibilitar que outras obras possam ser feitas lá.

Pelo que a gente ~~se~~ pode ver nessa apresentação que foi feita pelo Sr. Milan, os grandes problemas lá são as pontes muito baixas, o excesso de vigas. Quando eu falava de viga com espaçamento de três metros eu estou me referindo às vigas de fundo e não às vigas das lajes de cobertura. Então a gente vê que em relação a esse problema o Sr. Milan concorda que ~~a~~ aquela obra foi construída com alguns vícios que nós estamos agora querendo retirar e que, sem dúvida nenhuma, deve melhorar muito o problema de vazão.

Quanto ao córrego ~~rapax~~ rapadura, naquelas obras que eu estava falando ali eu não disse, mas quem tivesse lido, aquela galeria vai se duplicada. A galeria do Rapadura vai ser duplicada.

Era isso que eu queria dizer. ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º ORADOR	do Pres. CONT. APARE
A-23	1		enchentes	22.5.95	0	funcionário

Nós sempre estivemos à disposição e continuamos à disposição de todos para qualquer sugestão. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Obrigado, Engenheiro Canholi ,
obrigado a todos pela presença. Estão encerrados os trabalhos de hoje e estão todos convidados para a próxima sessão da comissão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Proc. n.º 513 do proc.
N.º 03 de 13.95
F.º 1
CONT. APART. 1

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APART.

SEM REVISÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**Comissão Especial de Estudos que visa analisar a situação
das enchentes no Município de São Paulo**

Presidente: Sr. Vereador Maurício Faria

Membros: Srs. Vereadores

Vital Nolasco (Relator)

Ana Maria Quadros

José Viviani Ferraz

José Eduardo Martins Cardozo

Hanna Gharib

**Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de
São Paulo, em 26 de maio de 1995.**

Solicitante: Sr. Vereador Maurício Faria

(Memo nº 05/95 - Comissões Temporárias)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A1	1	dalva	Enchentes	26.05.95	O funcionario	

Folha n.º 514 do proc. 03 de 1995

O SR. PRESIDENTE (Maurício Paria) - N'os já fi-

zemos várias reuniões, analisando os vários aspectos da questão de enchentes na Cidade, as causas das enchentes, e nesses debates anteriores nós tivemos a presença de especialistas e representantes de comunidades. E dentro da programação da Comissão de Enchentes, nós também, tínhamos a intenção de fazer estudos de casos, ou seja, debater determinadas situações graves na cidade, que envolve o fenômeno enchentes. Tivemos na semana passada, uma sessão dedicada ao Aricanduva, onde procuramos debater suas questões propostas existentes para o Aricanduva, ouvimos os representantes das comunidades locais, e hoje então, o nosso estudo de caso é o Córrego Rio Pirajuçara. Nós havíamos convidado para participar como expositores o Sr. Jorge Luiz Manatelles Ferreira, Administrador Regional do ~~Butantã~~ Butantã, o Sr. Alberto Zanella, Supervisor de obras da Ad. Regional de Campo Limpo, eles representariam as duas administrações regionais que atuam na área do Pirajuçara. Nós temos aqui a presença do Sr. Alberto Zanella, e o convidaria para tomar assento na mesa e até o momento não temos ainda a presença do Sr. Jorge Luiz Convido, também, para participar da mesa o Sr.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRANDE FUNÇÃOÁRIO CONT. APARTE
A1	2	dalva	Enchentes	26.05.95	

Eduardo Leite Ribeiro do Movimento contra enchentes do Jardim Jussara; Dra. Ilda Cântara Franci, Médica Veterinária do Insti. de Saúde do Butantã e o Engenheiro Kokei Uehara Prof. da Escola Politécnica da USP. Temos a presença do nobre Vereador Vital Molasoc, integrante da Comissão.

Vamos dar início a nossa reunião passando a palavra ao Sr. Eduardo Leite Ribeiro.

O SR. EDUARDO LEITE RIBEIRO - Boa tarde!

Fui designado para representar hoje os moradores do Vale do Pirajuçara nesta discussão. Nós ~~reunimos~~ selecionamos alguns temas para abordar, e deprecadamente talvez tome um pouco de mais do que os quinze minutos, que normalmente são destinados há cada orador.

Nós vamos abordar o seguintes temas: ~~as~~ causas gerais das enchentes do Pirajuçara; Organização dos Moradores; ~~situação~~ situação da bacia; critérios ~~pretendidos~~ pretendidos pela população para novos projetos e obras emergenciais.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INCIDENTE	CONT.	ANEXO
Al	3	dabm	Enchentes	26.05.95				

Vamos começar tentando mostrar, mesmo que esquematicamente, para poder dar uma visão um pouco geral do problema das águas na Cidade de São Paulo, que tem sido o tema, e muita coisa que eu vou falar e já foi discutida em ~~umas~~ sessões anteriores, mas hoje pela ~~primeira vez~~ presença de representantes da população, seria interessante reprisar alguns pontos. Nos como moradores do Pirajuçara, como alagado do Pirajuçara, o membro do movimento, se sente bastante recompensado pelo fato de que na discussão do Pirajuçara, a gente tem o maior ~~maior~~ número de participantes nas reuniões até agora. Isso mostra uma conscientização da população no sentido de participar da solução dos problemas que os atingem. Esse mapa representa a Grande São Paulo, essa área amarela aqui é São Paulo, propriamente dita, com os municípios mais ~~maiores~~ encostados da cidade, uma área já povoada, e essa área branca é uma área menos povoada. Praticamente toda essa área pertence a chamada bacia o alto Tietê. Toda água, toda chuva que cai por aqui, acaba ~~se~~ ocorrendo e passando aqui pelo córrego, aqui está A Marginal do Rio Tietê, MARGINAL DO do Rio Pinheiros, então ela corre por aqui e desce pelo Rio X Tietê para o inte-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADOR	CONT. A PARTE
A1	4	daiva	Enchentes	26.05.95		

rior do Estado de São Paulo. Essas áreas azuis são represas, são rios, e lagos. Com exceção daquelas ali que pertencem a outra bacia, todas essas áreas azuis pertencem a e sa mesma bacia que tem que ~~xxx~~ desaguar aqui através do Cebolão para o Tietê abaixo. Então do ponto de vista da natureza é isso que acontecia, chovia em qualquer ponto dessa região, a água escorria ou pelo Pinheiros ou pelo Tietê, e acabava indo Tietê abaixo. Atualmente já há muitos anos, nós temos uma estrutura da ELETROPAULO contruída pela Companhia Lhth, que visava inicialmente o aproveitamento dessas águas para ~~xxxx~~ geração de energias elétricas aqui em Cubatão numa usina ~~x~~ chamada Henry Borden, isso era feito da seguinte maneira, as ~~águas~~ ^{águas} era bloqueadas por uma represa chamada ~~Edgar~~ Edgar de Souza, que existe por aqui, de tal forma que o nível das águas pudesse permitir que a água do Rio Tietê entrassem através do Rio Pinheiros, o Rio Pinheiros foi canalizado com um ~~desnível~~ desnível muito ~~grande~~ pequeno e de ponto em ponto existe um degrau, com bombas elevatórias. A água que vinha pelo Rio Tietê e devia descer para lá, era desviada para o Rio Pinheiros bombeadas neste ponto, bombeadas em outro ponto por aqui e despe-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
A2	1	dalva	Enchantes	26.05.95		

jada para dentro da Represa Billings, que é essa grande área azul aqui. Aqui no final, já no alto da serra, esta região escura coincide com o alto da serra, então aqui nessa ~~região~~ região ela desce entubos para a represa Henry Borden que fica aqui assim, quer dizer esse pequeno trecho significa um desnível de 800 metros de altura, permitindo portanto a geração significativa de energia elétrica lá em baixo. Esse sistema, funciona também em dias de chvas passadas para tentar evitar que as áreas mais baixas sejam alagadas. Os rios foram gradativamente sendo canalizados, o Rio Tietê antigamente era um rio tão ~~tanxix~~ tortuoso nesse trecho, quando ele, quanto ele ainda é daqui por diante, quer dizer, fazendo voltas as mais intrincadas possíveis, vem volta, desce, aqui ele era ~~xxx~~ assim, e pela necessidade de ocupação, dessas áreas, ele acabou sendo retificado. Então o que acontece a água de chuva que caia por aqui, levava muito tempo, passando essas voltinhas todas até chegar no Cebolão e até ecoar pelo Tietê abaixo. E atualmente com esse trecho canalizado, todo ele canalizado, a água desce rapidamente aqui, então chegando nesse trecho há um volume muito maior do que o suportando pela calha do Rio Tietê, ~~xxx~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADORUNCIÓARIO	CONT. ARARTE
A2	2	daiva	Enchentes	26.05.95		

isso daqui então seria altamente inundado. Então em situações como estas, as bombas da ELETROPAULO entram em ~~maxima~~ operação a todo vapor, levando a água para dentro da Billings, então parte da água escoa pelo Rio Tietê para o interior de São Paulo, e parte da água é bombeada aqui para dentro da Billings. Então esse sistema tem ~~um~~ dois ~~seu~~ objetivos: ~~o~~ I - regularmente, bombear a água, digamos em volume ~~um~~ menor, normal, para dentro da Billings, para que ~~exista~~ ela seja despejada para ~~uma~~ baixo e gerar energia elétrica, e em dias de chuvas pesadas acionam mais bombas do que nos dias normais, para retirar o excesso de água que chega aqui que não consegue descer p Rio Tietê. Isso acontecia dessa maneira até 1992, a partir da Constituição nova do Estado de São Paulo, foi colocado lá ~~um~~ item em que foi proibido a utilização desse sistema em condições normais para gerar energia elétrica lá embaixo. Porque afinal de contas, o ~~sistema~~ esgoto de São Paulo não é tratado, existe no máximo, em algumas regiões, alguma canalização que despeja no córrego mais próximo. Então o ~~seu~~ esgoto vai de córrego em córrego, e chega no Rio Tietê e no Rio Pinheiros. Então quando se bombeia a água para dentro da ~~Billings~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. / PARTE
A2	3	dalva	enchentes	26.05.95		

Billings para gerar energia lá embaixo, a gente está bombeando esgoto para dentro da Billings, e isso vai destruindo a Billings gradativamente. Então hoje movimentos populares, por pressões, etc. no sentido de impedir que esse esgoto fosse bombeado para dentro da Billings, e ~~mas~~ atualmente é essa norma que prevalece, condições normais não é permitido bombeamento para dentro da Billings, e só é permitido em condições excepcionais, quando chove, quando as previsões de vazão aqui são grandes, ou quando acima de 160 metros cúbicos por segundo, ou quando o Rio Tietê está, se não me enganam 30 cm acima da altura normal, então esse sistema é ~~acionado~~ acionado emergencialmente para despejar esse ~~excesso de água~~ excesso de água dentro da Billings. Bem! Nós não temos uma posição firmada, clara, como movimento de moradores a esse respeito, porém a gente tem cada vez mais questionado esse critério de proibição do bombeamento de água do Tietê e Pinheiros para dentro da Billings somos todos evidentemente contra a população, contra a destruição de mananciais hidráulicos, porém, raciocinamos da seguinte ~~mancira~~ maneira, se você não joga o esgoto aqui para dentro, você vai jogar o esgoto aqui para baixo, você vai destruir mananciais hidráulicos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 521 do proc.
N.º 03 de 1995
ORADOR: ... CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	4	dalwa	enchentes	26.05.95		

ou de água, aqui para baixo. Eu por coincidência, além de morador ribeirinho do Pirajuçara, sou também morador ribeirinho do Tietê, bem lá para baixo. Eu sou do interior e meus pais tinham uma casa em Itapui que fica às margens do Rio Tietê, na Usina de Bariri. E após a proibição do bombeamento foi assim extremamente rápida a deterioração daquela ~~represa~~ represa, como também das outras ~~represas~~ represas também. Então essas represas que foram construídas no Rio Tietê, lá no interior de São Paulo, eu acompanhei isso de perto desde adolescente praticamente, eu tinha uns 15 ou 16 anos de idade, quando as usinas foram prontas, elas levaram mais de 20 anos para ~~começar~~ começar a atingir o equilíbrio ecológico. Elas inicialmente quando se fecharam as barragens, foram inundadas áreas de vegetação, aquilo tudo ~~apodrecendo~~ apodrecceu, a água ficou uma coisa pavorosa, os peixes morreram, ~~sobrou~~ sobrou apenas piranhas ~~existia~~ riscos de entrada na água por causa do ataque de piranhas, etc..., e muito aos poucos aquilo foi atingindo um equilíbrio ecológico, e utilmente era possível pescar nessas lagoas. Eu não sou lá um pescador mas de vez em quando, mas as pessoas da região que pescavam, chegavam a pescar pirarucu, como outros pei-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PRADOR	Funcionário	CONT.	PART.
A3	1	dalva	Enchontes	26.05.95				

xes que não me lembro o nome, em quantidade bastante razoável. As
 represas passaram a ter vida, chegamos a ter na nossa região
 ariranha, a ariranha ~~que~~ precisa de muitos peixes para ~~se manterem~~
 sobreviver. Aquela porco de água, um ~~rebanho~~ ^{rebanho} de 50 a 60 animais.
 Quer dizer, voltou a ter alguma vida, aquela represa. E hoje isso
 está sendo destruído. Recentemente houve uma mortalidade de peixes
 muito grande, as piranhas passaram a prevaler, e na ~~prática~~
 na praia pública de Ext Itapui houve um ataque de piranhas a duas
 crianças, as quais foram hospitalizadas e a partir daí, foi in-
 terditado o ~~seu~~ uso da praia, isso recentemente após, de se deixar
 de bombear a água aqui para dentro. Então no mínimo é uma questão
 discutível, vamos salvar a Billings, nós precisamos dela sem dú-
 vida, mas as ~~matéreas~~ ^{matéreas} custas de destruir outras represas aqui
 para baixo? ^Porque não manter o sistema e salvar a Billings as
 custas de tratar o esgoto da cidade de São Paulo, quer dizer,
 construir estruturas de tratamento de esgoto, que não permitam que
 essa poluição danifique dessa maneira as represas. Nós reivindicá-
 mos como movimento de moradores no mínimo um relatório de im-
 pacto ambiental para verificar ~~quase~~ realmente esse, deixar de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Processo n.º 523 de 1995
03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
A3	2	dalva	Enchentes	26.05.95		

bombear a água para a Billings não está significando um prejuízo maior ainda para essas ~~regiões~~ regiões rio abaixo. Porque nós queremos abordar essa questão, porque a cidade de São Paulo, depende para o resto da sua vida desse sistema de bombeamento, não digo para o resto da sua vida, mas pelo menos por muitos anos, até que se construam estruturas hidráulicas capazes de resolver os problemas das águas, o problema de chuvas pesadas em toda essa região atualmente chveu pesado e por isto desta região já não cabe aqui a água passando pelo Tietê abaixo, então nós temos que bombear para dentro da Billings, para se ter uma ~~idéia~~ idéia, a vazão aqui no Tietê é de 700 m. Cúbicos por ~~segundo~~ segundo, a vazão dessas bombas, existe a usina de tração, que é essa primeira usina que tem vazão de 280 m. cúbicos por segundo, e ou ra aqui de 385, em Peregreira, tudo isso capitando a água que vai ~~chegando~~ chegando no Rio Pinheiros, e despejando dentro da Billings, quer dizer ~~que se~~ a gente deixa de bombear isso daqui, aquela vazão passa ~~mas~~ onde só cabia 700, e que não tem sido suficiente ~~quer dizer~~ todo o ano isso daí cria problemas, 4, 5, 6 ~~vezes~~ vezes por ano, de vazão de água, nós teríamos mais do que o dobro, uma vez e mais desta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	524	do proc.
N.º	03	de 1995
ORADOR	funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	3	dalva	enchentes	26.05.95		

água vagando por aqui, do que vaza atualmente um-acréscimo de 80%, enquanto não forem criadas estruturas de retenção das águas por aqui, que segurem as águas que não deixam as águas escoarem rapidamente para o Cebolão, nós vamos depender dessas bombas e para essas bombas funcionarem elas tem que estarem permanentemente sendo mantidas, quer dizer, se gastam dinheiro na manutenção dessas bombas. Então se fosse possível gerar energia aqui em baixo, isso facilitaria, esse dinheiro poderia ser usado na manutenção, na ampliação desses sistema de bombeamento. Eu digo se fosse possível, porque nós não temos essa certeza, não sabemos se realmente despejar o Tietê lá para baixo, é melhor do que despejar para a Billings. Apenas questionamos isso. Exigimos um relatório de impacto ambiental para que se possa com clareza resolver essa questão, o que prejudica mais? Despejar o Tietê para dentro da Billings, ou despejar o Tietê para o interior do Estado de São Paulo. De qualquer maneira esse sistema de bombeamento, para nós é bastante claro, que tem que ser mantido, tem que ser preservado, tem que ter manutenção permanente, para que possa ser usado, e tem que ter até que ser fiscalizado pela população. Atualmente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 525 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
CONV. APARE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. APARE
A3	4	dalva	Enchente	26.05.95		

quando chove, nós temos lá uma estrutura, que tende a ser de defesa civil, que tenta prever se vai ou não ocorrer enchente na nossa região, e uma das informações importante é como ~~estão~~ andam as operações da ELETROPAULO, quer dizer está sendo feito o bombeamento, não está sendo feito, e a gente não consegue obter essa informação, a gente não tem acesso as informações, acesso a fiscalização desse sistema de bombeamento. Então umas das coisas que a gente reivindica é acesso, a fiscalização da população neste sistema para que a gente possa ter certeza que ele está sendo operado corretamente, que ele está sendo mantido corretamente, que não está ~~se~~ entupido, e assim por diante. Quer dizer, que medidas eficazes estejam sendo ~~tomadas~~ tomadas para a manutenção disso daí. Para se ter uma idéia do problema, da dificuldade de vazão, aqui de 700 m. cúbicos por ~~segundo~~ segundo, nós temos aqui o Aricanduva, o qual foi discutido na semana passada, ~~mas~~ só o Aricanduva significa uma vazão de 300 m. cúbicos por segundo, após as obras que estão sendo realizadas dentro do Rio Tietê, logo do lado dela, nós temos o Cabuçá, que também despeja uma montanha de água, temos a ~~freguesia~~ freguesia do Ó, temos Tamanduatã, que é enorme, temos Pacaembu, Jaguaré, Pirajuçara,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 526
N.º 03
Funcionário: 00
ORADOR: [assinatura]
CONT. ANTE: [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
A3	5	dalva	Enchentes	26.05.95		

temos águas espalhadas, Morro do S, Córrego do Sapateiro, são todos correios que hoje tem problemas de enchentes, para resolverem o seus problemas teriam que aumentar mais a vazão, despejar mais água ainda no Pinheiros e no Tietê, fica uma situação absolutamente impossível, quer dizer não passa aqui de jeito nenhum. Se chove pesado, só numa dessas bacias, já é o suficiente, para não caber a água aqui. Agora se chove pesado nas duas, então, nem pensar, situação semelhante a gente vai ver, é vivido aqui na nossa bacia do Pirajuçara, existem dois rios que compõem que é o rio Poá, mais o Pirajuçara, quando chove pesado numa das bacias, a gente já tem dificuldades já no trecho já canalizado, quando chove na outra, também tem dificuldades, e quando chovem nas duas é enchente monstruosa, como foi a última dia 2 de fevereiro. Então esse sistema aqui, por enquanto depende da operação das bombas, e mesmo com as bombas ainda é insuficiente, não consegue drenar toda a água que chega. Poderíamos pensar, vamos aumentar a vazão do Tietê, e despejar mais água lá para baixo, quem viaja, que passa por esta estrada dos romeiros, que Santana do Parnaíba, vai acompanhando o Rio Tietê



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE
A3	1	dalva	Enchantes	26.05.95		

por aqui, pode passar por lá e vê que com essa vazão de 700, você olha para cima das ~~árvores~~ árvores tem saquinhos plásticos de leite lá em cima, na copa das árvores,, quer dizer, mandar mais água para baixo, significa ter que refazer tudo isso daqui, porque se não Santana do Paranaíba vai ficar de baixo da água. A usina que existe em Itu, vai rodar com a quantidade de água que chega. Então pensar em aumentar a vazão, da cidade de São Paulo, significaria ter que trabalhar tudo isso daqui e chegar no mar, lá do outro lado, porque se for aumentando, aumentando as vazões, não tem solução. Então para nós fica cada vez mais claro a necessidade de conter as águas nas bacias, quer dizer, cada uma dessas bacias, tem que ter estruturas de contenção de águas, que segurem a água dentro da bacia, quando chove pesado, e que depois vai soltando a água lentamente, como era na natureza, o Rio Pinheiros era também um rio todo cheio de alças mais acentuadas ainda que o Rio Tietê, quer dizer a água para ir ali da Cidade Universitária até o Cebolão, levava um dia para chegar lá, hoje ela chega em 30 minutos, eram tantas as curvas, que já foi citado que a Casa do Professor Kokei hoje, quer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 538 do proc.
N.º 03 de 1955
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
A4	2	dalva	Enchentes	26.05.95		

dizer, dentro de um loteamento, ela está exatamente ~~mostrando~~ em
cimado antigo leito do Rio Pinheiros, quer dizer o Rio Pinheiros
saía da ~~Rxx~~ região onde é hoje, o seu leito canalizado, e entrava
na Cidade Universitária, City Butantã, aquilo era tudo várzea
do Rio Pinheiros. ~~Rxi~~ Digamos, a sociedade vai lá, olha aquela
várzea grandepedemos ocupar isso daqui e canalisa o Rio para poder
aproveitar as várzeas e isso faz com que a água começa chegar ~~xxx~~
mais rapidamente lá para ~~xbaixo~~, então começa a dar problemas de
enchentes aqui em ~~kate~~ baixo. Nós também, vamos canalizar o nosso
rio, rapidamente, a gente chega a lá, isso que está em vermelho
aqui é a Bacia do Pirajuçara, é ~~xxxxxx~~ a nossa bacia. É mais ou
menos isso que está lá no mapa. ~~xxxxxxx~~ Aqui nós temos o Rio
Tietê, descendo e indo para o interior do Estado de São Paulo-,
aqui nós temos o Rio Pinheiros, Guarapiranga, a Billings, e aqui
está a bacia do Pirajuçara, essa bacia é composta pelo Pirajuçara
~~xxxxxxx~~ propriamente dito, com uma série de afluentes, e pelo
Poá, que é o seu maior afluente. Esse trecho dessa junção do R'
Poá, com Pirajuçara até o Rio Pinheiros, já existe canalização
quer dizer, dentro da Cidade Universitária, é um canal a céu aberto.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	3	dalva	Enchentes	26.05.95		

é um canal aberto, porém canalizado. E aí a gente começa a discutir
 mais de perto um dos itens que a gente colocou, que são causas
 gerais de enchentes, porque é que existe enchente na cidade de
 São Paulo. A gente levanta como causas, 1ª - critérios de projetos,
 com que critérios são feitos os projetos, um dos problemas é um
 chamado período de retorno — depois eu vou conversar um pouco
 sobre isso —, e outro são as estruturas fechadas os ~~canais~~ canais
 fechados, você constroa um ~~canal~~ canal embaixo da terra, tampa, e
 córrego tem que passar ali por baixo, e constroa uma avenida em ci-
 ma. Esse dois critérios, são um dos grandes responsáveis pelos
 problemas de enchentes na cidade de São Paulo. Outro, é o desca-
 so administrativo ~~criminoso~~ criminoso, ou seja volta e meia, nessas
 obras públicas, critérios políticos ou de politicagem são ado-
 tados ao invés de critérios técnicos, existem lá uma solução técnica
 e de repente politicamente é melhor fazer isso do que aquilo, porque
 agrada aqui, agrada ali, ou porque essa empreiteira faz, etc...
 O descaso administrativo criminoso, é o segundo causador de ~~uma~~
 enchentes na cidade de São Paulo. Terceiro causador, são erros também
 criminosos de projetos e de execução de obras. Esses pontos vamos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	4	dalva	Enchentes	26.05.95	O Funcionário	

Folha n.º 580 do proc.
 No 03 de 1995
 ORADOR: O Funcionário
 CONT. APARTE: 128

abordar cada um deles , na nossa bacia, porém o que existe na nossa bacia se repete em todas as outras, e tivemos discussão do Aricandiva, na semana passada e os problemas são muitos semelhantes, até os erros de engenharia são semelhantes. Um outro problema é a falta de educação ambiental, esse problema foi levantado aqui pelo professor Kokei em uma das primeiras reuniões aqui, e isso nos parece cada vez mais fundamental, quer dizer a educação ambiental, em todos os aspectos, em todos os níveis que a gente pode imaginar, desde a educação ambiental mais óbvia, que é não jogar lixo dentro do Córrego, ~~quantos problemas ambientais~~

~~de que natureza~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 153 do proc.
N.º 53 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARE
A5	1k	Raimundo	Enchente	26-6-95			

... quanto mais um caminhão de pneus usados ou coisas maiores ainda, quer dizer, esse aspecto da educação ambiental, até a educação ambiental dos próprios projetistas que insistem em fazer projetos desse tipo, vamos canalizar o rio para resolver o problema. Vamos aumentar a velocidade das águas para que ela vá embora rapidamente e não inunde mais essa região, mas ela vai embora rapidamente e vai inundar lá na frente. Quer dizer, não dar para a gente criar critérios diferentes dos naturais, não dar para a gente começar a inventar mágicas por aqui, porque a gente atrapalha ali na frente e esse problema de educação ambiental dos projetistas não dá para usar a seguinte desculpa: é, mas há anos atrás não se pensava nisso. Foi dito aqui também nos debates, 1925 existiu um engenheiro ou passou, viveu na cidade de São Paulo, trabalho na cidade de São Paulo, fez propostas para a cidade de São Paulo e me fugiu o nome e não estou achando aqui, mas que fez a primeira proposta de canalização do rio R. Tietê - Saturnino Brito. Então, o primeiro projeto de retificação do Rio Tietê para ocupação das margens, porém no seu projeto inicial, a gente acabava com as curvas do Rio Tietê, mas criava aqui duas represas grandes, dois reservatórios grandes que ~~maxima~~ serviam justamente para acumular água, quer dizer, chove pesado, não existem



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	2	Raimundo	Enchente	26-6-95	O funcionário	

Folha n.º 537	do proc.
N.º 02	de 10 95
O funcionário	

mais as curvas e que temos que fazer? Segurar a água e depois saltar essa água lentamente. Bom, mas aí vem a especulação imobiliária, fala, opa, ~~xxx~~ retificar o rio Tietê, usar toda aquela área para a gente comercializar, ótimo, só ~~xx~~ não gostei daquelas duas represas ali que vão ~~xxxx~~ ocupar muita área, dá para tirar isso do projeto? E lá vai e tira do projeto, quer dizer, entra aquele primeiro problema, critérios políticos, interesses econômicos a modificar projetos, então nós não teríamos os problemas que temos hoje no Rio Tietê se o ~~xxx~~ projeto Saturnino Braga tivesse sido..., ou pelo menos os problemas seriam menores, quer dizer, a gente teria como reter a água e hoje isso é uma área ocupada, sai caríssimo, é ~~diff~~ difícilíssimo chegar lá e falar, olha, temos que construir aqui uma represa, temos que segurar água aqui, quem a ~~gxxx~~ gente vai desapropriar? Complicado. Se lá, em 1925 tivesse isso sido previsto e tinha gente falando, quer dizer, estava lá Saturnino Braga explicando para as pessoas, olha, não podemos deixar a água ir correndo pra frente.

Bom, então, essa é a educação ambiental, como disse, vai desde não jogar lixo ~~dentro~~ dentro do córrego até projetar de acordo com a realidade da natureza. E um outro aspecto que foi levantado pelo Seluque, que é um morador do Jaguaré, que é o córrego aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 533 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	3	Raimundo	Enchente	26-6-95		

do Jaguaré, pertence à população organizada do Jaguaré, colocou na última reunião também como um dos problemas a certeza da impunidade, quer dizer, todos esses absurdos são construídos, projetados, são executados, se gasta verba pública em projetos mal feitos, em projetos mal executados. A população passa a sofrer ~~enche~~ enchente que não ~~x~~ sofria. Na região que eu moro, vou mostrar aqui fotografia, antes da construção do canal, tinha enchente, sem dúvida, tinha inundação, mas inundação de 30cm, de 40cm aí vem a Prefeitura e constrói um canal; hoje nós temos 2 metros e meio de água, quer dizer, realmente é um absurdo você gastar verba pública para piorar o problema da enchente e no entanto fica todo mundo impune. Nessa hora, São Pedro jogou muita água, não tem jeito. E fica a culpa para São Pedro, não dá para processar São Pedro e fica por isso mesmo, quer dizer essa impunidade administrativa é talvez a causa mais importante. E para combater isso a única maneira é esta aqui: a população se organizando, a população passando a acompanhar cada movimento da administração pública no seu pedaço.

Dias atrás estiveram lá no ~~em~~ nosso bairro uns técnicos observando, examinando as ~~áreas~~ áreas, porque inclusive, vou falar daqui a ~~pouco~~ pouco, mas a gente tinha incumbido a SVP de fazer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha-n.º 544 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	4	Raimundo	Enchente	26-6-95		

lhar o canal perto de casa, olhar o córrego, olhar o campo de futebol que tinha por ali e imediatamente foram abordados por moradores: o que estão fazendo aí, o que é, a que se deve essa verificação, o que deixa de ser? Dois dias depois estávamos fazendo uma reunião da comissão do bairro e chegou a informação, olha, o pessoal teve aí, técnicos estiveram observando o canal, o campo de futebol para isso, para aquilo outro. Então, a gente tem que começar a fazer isso, quer dizer, acompanhar a ação do poder público antes mesmo que ela se inicie, quer dizer, os caras vão pensar em alguma coisa, vão olhar o bairro como está a gente já está sabendo que foram lá olhar, o que está acontecendo, o que está sendo projetado para cá, será que está bom, será que não está bom? A única maneira de fazer a administração pública funcionar ou consertar o mau funcionamento da administração pública é essa daqui. Daí a importância muito grande que a gente vê nesse tipo de reunião, quer dizer, a gente agradece, incentiva que esse tipo de coisa exista com mais frequência na Cidade de São Paulo, quer dizer, que a Câmara Municipal como representante da população ofereça esse tipo de oportunidade a que exista esse tipo de debate com participação de população sobre todos os problemas e não só problema de enchente. Quer dizer, é ~~mesmo~~ necessário fazer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Forma n.º 235 do p.º 2
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
A5	5	Raimundo	Enchente	26-6-95		

isso com a educação, com saúde, com transportante. É assim que a gente vai conseguir resolver. Então, esse problema da impunidade só pode ser resolvido dessa ~~maneira~~ maneira.

Gostaria de falar um pouco sobre a organização dos moradores, como é que isso evoluiu, em que pé está, como estamos hoje. Então, após a enchente de 29 de março de 92, que foi uma enchente bastante grande, maior do que essa de 2 de fevereiro, digamos, a primeira reação da população foi a revolta - em determinados pontos foi ~~maior~~ maior, no meu bairro, por exemplo, foi muito maior desta vez, mas da outra vez pegou a bacia inteira de uma maneira mais intensa e desta vez algumas regiões como a de vocês, são do Campo Limpo e nós lá no Jardim Juçara tivemos uma enchente muito pior, a gente precisa inclusive analisar por que isso, por que dessa vez a gente teve pior e dali para baixo foi uma enchente muito menor. De qualquer maneira, desta vez, choveu muito menos do que da outra vez, a intensidade da chuva foi menor. Então, em 92, ~~após~~ após a enchente, a primeira reação foi a revolta, quer dizer, a revolta, jogar coisas na rua, chamar o administrador quase que pegar o Administrador a paulada, quer dizer, na época era o Bedi o administrador regional do Butantã e teve a coragem de ir participar de uma reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 1536 do proc
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PÁG. 1
A5	1	Raimundo	26-6-95 Enchente	26-6-95		

no nosso bairro, quer dizer, realmente quase apañhou -teve até que alguns moradores esventraram no meio da conversa, tentar diminuir a revolta da população naquele momento. A partir daí foram organizadas ex espontaneamente em muitos bairros comissões de moradores, o que vamos fazer, ~~ix~~ vamos reclamar, vamos acionar a Prefeitura, não vamos acionar a Prefeitura e acabamos organizando uma manifestação que serviu para colocar em contato essas diversas comissões, então a manifestação teve uma importância não só para chamar atenção dos poderes públicos, mas uma ~~ix~~ importância para a própria organização do movimento, quer dizer, foi na preparação dessa manifestação que a gente entrou em contato com os outros bairros e acabamos formando uma comissão de bacia do Pirajuçara, que organizava moradores desde a Cidade Universitária, que está aqui, até o final do trecho canalizado, que é aqui. Aqui está a planta da nossa bacia inteira. Aqui está o Rio Pinheiros - o córrego aqui na Cidade Universitária é a céu aberto, vem correndo por aqui, aqui já é canalizado desde aqui, canal, canal, canal, termina o canal aqui. E aqui entra canal aberto de novo, Poá, indo para o Embu e o ~~ix~~ Pirajuçara vindo para cá e o Poá vindo para cá. Conseguimos organizar essas comissões nesse trecho canalizado que, por coincidência foi o trecho que, na enchente anterior, sofreu mais. Quer dizer, na enchente anterior



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 537 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PÁG. 1
A6	2	Raimundo	Enchente	26-6-95		

aquela trecha teve uma enchente pior do que aqui para cima, então aquele trecho lá, talvez por isso tenha se organizado mais rapidamente, mas enfim foi constituída uma comissão dessas comissões, com representantes dessas comissões e que vem desde então acompanhando a intervenção dos peões públicos. Quer dizer, a partir daí a gente passou a ~~xxx~~ atuar junto aos organismos do DAE, Prefeitura de São Paulo, Eletropaulo, SABESP, ~~xxx~~ pressiona dali, exige obra daqui e conseguimos as primeiras obras - ~~xxxxx~~ a Administração Regional do Butantã licitou a limpeza das galerias da Av. ~~xxxxxxxxxxxx~~ Coxin-
gi, que é esse primeiro trecho, que é o trecho, sob o ponto de vista de sujeira o mais complicado, que é o que estava mais ~~xxxx~~ assoro-
do. Essas foram as primeiras obras emergenciais que a gente conse-
guiu. Depois disso conseguimos constituir no DAE um ~~xxxx~~ forum de
bacias do Pirajuçara. Esse foro de bacia do Pirajuçara eu acho que
é um exemplo que tem que ser adotado por outras bacias. Então, era,
digamos, ~~x~~ um organismo informal do DAE, que reunião além da Comis-
são de Moradores, todos os organismos públicos que têm intervenção
na bacia. Então, a gente conseguiu reunir lá o próprio DAE, dirigin-
do o Forum, a Prefeitura de São Paulo, a Prefeitura da Cidade Uni-
versitária, a Prefeitura do Taboão, a Prefeitura do Erbu, a SABESP,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 538 do proc.
N.º 03 de 1995
GRADUACIONÁRIO CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUACIONÁRIO	CONT. PARTE
A6	3	Raimundo	Enchente	26-6-95		

ganheiros e a Comissão de Moradores e ali se começou a discutir os problemas, quer dizer, ocorre enchente no Pirajuçara, o que a gente pode fazer de imediato, quais são as obras emergenciais que a gente pode fazer para melhorar isso daí. Foram feitas algumas coisas que eu vou discutir daqui a pouco e conseguimos a elevação das pontes da Cidade Universitária, a contratação do canal da Cidade Universitária e a partir daí houve mudança no Governo etc. e esse fórum acabou perdendo um pouco o fôlego. Com a enchente de 2 de fevereiro de 95 novamente as coisas começaram a andar de novo, a população novamente retomou aquela mobilização de forma mais intensa e conseguimos de novo constituir esse fórum de bacia. Hoje esse fórum de bacia se situa, ~~deixa~~ se caracteriza de uma maneira um pouquinho diferente do que na 1ª. primeira etapa, quer dizer, existe, hoje legalmente um organismo que se chama Comitê de Bacia do Alto Tietê, quer dizer, cada bacia, o Estado de São Paulo se divide de acordo com as bacias e em cada bacia dessa existe um comitê com a participação dos diversos organismos públicos que atuam na bacia e mais representantes da população. Então, esse comitê existe, mas é um comitê da bacia do Alto Tietê inteiro, ~~em~~ muito distante da gente, quer dizer, como é que vai ter representação da população, se é uma população tão extensa assim. Em última análise, a representação



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A6	4	Bairundo	Enchente	26-5-95		

dessa população & toda é a Câmara de Vereadores, mas é mais do que isso, porque pega outros municípios, mas então tem um representante da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, tem o representante talvez do Clube de Engenharia, enfim, são mais ou menos pinçados.

O nosso comitê tem a pretensão de se constituir como um subcomitê desse comitê de bacias, quer dizer, um comitê só desse pedacinho aqui, reunindo os organismos que intervêm nesse pedaço e a população, então aqui é mais fácil da gente participar, é mais fácil da gente acompanhar os problemas e quem sabe, com as outras bacias se organizando dessa maneira a gente acabe tendo um Comitê de bacia do Alto Tietê representativo das diversas microbacias. Isso eu acho que é um passo muito importante e que devemos divulgar e conseguir que as outras bacias se organizem e dessa maneira, se reúnam os moradores das diversas bacias para lutar pelas causas mais gerais.

Houveram manifestações novamente e a extensão dos contatos com Campo Limpo e Taboão da Serra. Então, hoje a gente tem aqui representado moradores desde o ~~lugar~~ o Campo Limpo, Taboão da Serra até a Cidade Universitária.

Uma outra evolução da organização dos moradores é que até então a gente fazia uma intervenção apenas a nível de pressão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 540 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
ORADOR CONTAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
A7	1	Reimundo	Enchente	26-5-95		

assinados — hoje nós não só participamos do Comitê de Bacias, mas como estamos também nos preparando para atuar num outro nível, que é o nível judiciário, quer dizer, estamos nos preparando para ingressar com ações populares que obrigem, em ~~ter~~ determinado momento, o poder público a executar determinada obra ou que consiga verba para uma determinada obra que o poder público está até querendo fazer, mas não pode desviar verba porque o Tribunal de Contas cai em cima. É outra esfera de atuação que a gente ~~passa~~ passa a atuar também.

Vou começar passando algumas transparências que têm apenas o objetivo, inicialmente, de discutir aquela questão que eu coloquei no começo, que era o período de retorno de 10 anos. Quer dizer, um dos critérios ~~das~~ das obras executadas pela Prefeitura é que essas obras devem prever a maior chuva de últimos 10 anos ou não exatamente isso, mas a chuva que normalmente acontece a cada 10 anos. Quer dizer, naqueles anos em que não chove nem muito nem pouco a gente pode chamar de a chuva mais provável, quer dizer, aquela chuva que ocorre nos anos normais. Existem chuvas mais pesadas que costumam acontecer só de 10 em 10 anos. Existem chuvas mais pesadas ~~que~~ ainda que só ocorram de 20 em 20 anos, de 50 em 50, de 100 em 100 anos. Então, as obras na Cidade de São Paulo são construídas prevendo um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 541 do proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário
GRADOR... CONT. APARE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARE
A7	2	Raimundo	Enchante	26-5-95		

período de retorno de 10 anos. Isso significa admitir que, no mínimo de 10 em 10 anos, cada praça da cidade de São Paulo conviva com esse tipo de coisa, conviva com casas destruídas pelas águas, com aquela imundice mostrada na outra transparência que para nós que somos moradores é muito claro, a gente sabe exatamente o que é isso. Então, aqui uma casa não só suja, mas semidestruída. Aqui outra casa também semid-estruída numa imundice absoluta, quer dizer, admitir que a nossa sala, o nosso quarto, que o nosso banheiro acabe dessa maneira só pode passar na cabeça de alguém que nunca viveu esse problema. Quer dizer, esse quarteirão, no meu bairro, ficou sem nenhum muro, todos os muros foram destruídos, a população teve que conviver com as casas abertas até conseguir reconstruir isso daí.

Então, quer dizer, é uma coisa absolutamente inaceitável. Intervenção de população tem dessas coisas a gente se emociona, mas é inaceitável que se admita que de 10 em 10 anos aconteça isso daí dentro das nossas casas. Então, um dos pontos básicos que a gente exige é período de retorno de 100 anos; as obras têm que ser executadas prevendo a maior chuva dos últimos 100 anos. Isso significa que a gente ainda tem a probabilidade de 1% de acontecer isso a cada ano, em cada bacia. Quer dizer, o período de retorno de 10 anos significa



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INICIA	CONT.	ABRIL
A7	3	Enimando	Enchente	26-5-95				

que a cada 10 anos a nossa bacia vai sofrer isso. Nós temos 20, 30, sei lá quantas bacias na cidade de São Paulo, então todos os anos vai acontecer isso em alguma bacia. É absolutamente inadmissível. Na reunião sobre o Pirajuçara o técnico que esteve aqui representando a TEMAG colocou claramente, eu perguntei de novo, porque fiquei espantado, não podia imaginar que tivesse acontecendo isso, mas as obras do Aricanduva estão hoje sendo projetadas prevendo um período de retorno de 10 anos, quer dizer, é admitir que no Aricanduva vá acontecer isso daqui de 10 em 10 anos, no mínimo. Quer dizer, é absolutamente inaceitável.

Então, isso daqui mostra o antigo canal da Cidade Universitária; este menor aqui que aparece é o antigo canal da Cidade Universitária. Essa estrutura aqui é a parede do canal novo, então dá para ter uma idéia da diferença de tamanho entre as duas coisas. Esse canal tinha uma vazão de 120m^3 por segundo, o canal antigo. Porém, sobre o canal foram construídas pontes na entrada da Cidade Universitária que penetravam o canal e que reduziam essa vazão para 90m^3 por segundos. Isso é pouco, isso é muito, não sei, não sou técnico, mas quando foram fazer as contas é esse canal aqui o necessário, um canal de 360m^2 por segundos, quer dizer, isso daí já seria, digamos, um erro inadmissível, mas lá, foi proje-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 543 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
CONT. APARTE

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A8	1	Raimundo	Enchente	26-5-95		

tado há 30, não sei quantos anos atrás, a bacia não estava impermeabilizada, era mato, era árvore e tudo isso retinha água lá em cima e o cidadão projetou o canal errado. Ótimo, agora está sendo reconstruído?; agora, depois disso vem o canal do trecho da av. Caxingui, que está logo acima daquele; já se sabendo que aquele era pequeno, foi construído novo canal com vazão para $150m^3$ por segundos. Foi construído com 150 e o de 90 continua lá até hoje, quer dizer, como é que eu posso, rio a cima, construir um canal de vazão de 150 que vai chegar ali embaixo e ter que caber num de 90, quer dizer, isso já não é mais falta de previsão, isso já não é mais erro de cálculo. Isso é crime administrativo, quer dizer, é sujeitar os moradores da Cidade Universitária, entre eles o Prof. Kekel que está aqui e outros moradores, sujeitar aquele pessoal a enchentes enormes, porque vai, agora, chegar a $150m^3$ por segundos ali e não vai caber no de 90, vai transbordar, vai acontecer com a casa de todo mundo isso daí. Bem, aí veio mais um Governo e projeto o canal da Eliseu de Almeida, que está acima da Av. Caxingui. Bem, aquilo é pequeno, agora vamos construir um com 190 e está lá, o canal da Eliseu tem 5km e $190m^3$ por segundo, mais abaixo a av. Caxingui estrangula para 150; mais abaixo estrangula para 90, quer dizer, é uma coisa absurda, só depois da enchente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 544 do p.º cc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
A8	2	Raimundo	Enchento	26-5-95		

emergenciais foram levantar as pontas da Cidade Universitária para passar um pouco mais de água embaixo, para a gente aguentar 2, 3 versões até que fosse construído o canal novo com 360, mas ainda temos ali uma obra, que é a da Av. Caxingui, com 150, que também vai ter que ser destruída, vai ter que estender o canal da Cidade Universitária até emendar com o canal da Elisa. Ora, isso é desleixo administrativo, isso é crime administrativo, isso a gente pode chamar de diversos nomes. Esse daqui é o canal da Elisa de Almeida. Ali são moradores, fizemos uma excursão canal a dentro para verificar qual é a sua situação. Isso aconteceu há uns 30, 20 dias atrás. Fotografamos etc. Essa é a altura do canal. Ali é um trecho assersado. Logo ali atrás se vê um tubo de esgoto enorme, isso está grudado na parede do canal, está embutido na parede do canal, no concreto. Isso é desleixo administrativo, isso é crime, constroi o canal, fecha e deixa lá embaixo um negócio de desse tamanho, quer dizer, como se a água pudesse passar por ali sem se preocupar com nada. Quer dizer, é aquele mesmo negócio grudado no concreto. Quando se faz o dimensionamento do canal, quando se faz o cálculo do canal existe um chamado índice de rugosidade das paredes, quer dizer, a parede é lisa, é rugosa, como é que — para caber os tais $190m^3$ por segundos seria a parede lisa, olha como é a parede do canal. Quer dizer, aqui é outro,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 545 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário *ey*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTIDA
A8	3	Raimundo	Enchente	26-5-95		

já não é mais aquele. Aqui é um esgoto que chega aqui na galeria e não se deram nem ao trabalho de quebrar esse pedaço de tubo, cheio de pontas, cheio de ~~os~~ tubos. Aqui é uma montanha de sujeira na entrada do canal. Então, acima desse ponto o ~~maior~~ rio não é canalizado — canalizado, mas as paredes já caíram, e já desmoronou, não existe mais nada, vou mostrar fotografia. Então, o rio vem largo e para entrar no canal ele tem que ficar estreito. Então, nessa beirada aqui a água não passa correndo na direção do canal, ela vem lá de fora para entrar aqui assim dentro do canal, então acaba acumulando sujeira nesse ponto. Isso daqui reduz a capacidade do canal em muito, todo tipo de sujeira é encontrado lá dentro. Isso daqui é um guard-rail de uns 8 metros de comprimento, quer dizer, estruturas que caíram rio a cima, que ficaram dentro do rio por 3, 4 meses até que veio uma chuva e levou para baixo do canal. Então, o canal fechado a gente não vê isso, se ~~argueixar~~ o canal fosse aberto a população chegava lá, opa, precisa limpar. Isso está lá embaixo, como limpar isso daí, são 7 km de canal fechado sem nenhuma janela para inspecionar. Isso não só foi crime administrativo no projeto, mas continua sendo crime administrativo deixar o canal desse jeito. Logo depois da enchente de 2 de fevereiro nós enviamos uma carta, fizemos um abaixo-assinado

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 546 do proc.
Fl.º 03 de 13 95
O func.º *Ag*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.º
AB	4	Raimundo	Enchente	26-5-95		

Dutentão, recomendo uma resposta da qual Regional, ~~da~~

~~Atende, além, inclusive a impugnação, a qual~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRUPPO	funcionário	CONT. APARTE
A9	1	ANA	Enchente	26.5.			

Folha n.º 517 do proc. N.º 03 de 1995

GRUPPO funcionário CONT. APARTE

Uma cartinha bonita dizendo, "olhamos fizemos a inspeção, o canal está limpo". O canal é autolimpante, a velocidade da água é suficiente para limpar ao canal. Entramos lá e fotografamos. Quer dizer, ter um guarda-rail de oito metros, tem aquela montanha na entrada, tem aqueles tubos de concreto. Isso daqui é logo acima do canal, quer dizer, da galeria fechada. Então, isso daqui é muito mais largo do que a galeria, foi já tudo destruído por aqui, não é? e provoca o arraste de toda essa sujeira, mais o que vem de cima para dentro do canal. Aqui outra fotografia dá para perceber um negócio monstruoso que vai necessariamente criar problema lá dentro, um negócio de fibra de vidro, sei lá para que serve isso daí, mas tem uns seis metros, sei lá. Isso entrando, bloqueia, começa a parar sujeira. Aqui ainda esse mesmo trecho do canal, a situação das bordas do canal. Aqui se vê um pedaço da rua Cedrolândia, uma rua que existiu há tempos, 200 metros antes do canal, foi sendo corroída pelo rio, e caiu dentro do rio. As casas estão caindo dentro do rio, e não se toma nenhuma providência. A SBB diz que agora contratou uma empresa para refazer a rua. Existe um detalhe importante: em cima dessa rua, tinha um caminhão abandonado há uns 10 anos, esse caminhão caiu junto com a rua dentro do rio, permaneceu dentro do rio por meses seguidos sem que ninguém tirasse ele lá de dentro. No dia dois de fevereiro o caminhão foi arrastado para dentro da galeria. Quando entramos esperávamos encontrar o caminhão ali; desgraçadamente ele não está nos primeiros 300 metros da galeria, ele está mais para o fundo ainda; não tivemos coragem de entrar mais para o fundo. Mas um caminhão permanece no leito do rio, na boca da galeria por meses e não é retirado. Isso é desleixo, é crime administrativo. Então, por isso que a gente coloca como uma das causas estruturais das enchentes



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
A9	2	ANA	Enchente	26.5.		

o desleixo administrativo, o crime administrativo. Aqui a mesma rua Cedro-
lândia e uma casa que foi levada pela última enchente. Os moradores foram
retirados pelo teto da casa, minutos antes de a casa desmoronar. Existem
outros problemas rio acima que os moradores de cada região não mostrar
e que estão incluídos nas obras emergenciais. Como obras emergenciais a
gente coloca a conclusão das obras da Cidade Universitária, ainda este
ano, a abertura das janelas na Av. Eliseu de Almeida, especialmente nas
curvas e na foz dos afluentes, a limpeza das galerias da Av. Caxingui e
da Eliseu de Almeida, a ^{reforma} ~~reforma~~ do canal da Eliseu de Almeida para aca-
bar com aqueles tubos de concreto, aquelas pontas que impedem o fluxo da
água, incluindo o trecho aberto acima da Intercontinental, esse trecho
até a rua do caminhão, para que a água possa se organizar antes de entrar
no canal. Então, ela adquire velocidade antes de entrar no canal e não oca-
siona aquele problema de vir largona e ter de entrar no canal apertado,
o que acaba criando sujeira e dificultando e diminuindo a velocidade dela.
Conteção das margens e desassoreamento do leito do canal aberto, no trecho
do Campo Limpo e Taboão da Serra. Esse trecho será mostrado com fotogra-
fia os piores pedaços dele. Estrutura de defesa civil que possa acompanhar
inclusive as operações das águas realizadas pela Eletropaulo. Queremos
solidificar uma estrutura da defesa civil que permita avisar a população
com mínimo de antecedência. Para se ter uma idéia: na enchente de dois
de fevereiro, o Carrefour foi avisado com certa de duas horas de antece-
dência, e avisou no microfone para os fregueses presentes retirarem os
carros do subsolo. Então, a notícia chegou no nosso bairro dessa maneira.
E a seleção de áreas propícias a retenção de águas. Que se seleccione já
áreas que ainda existem livres para que se possa reter água rio acima.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.?
A9	3	ANA	Enchente	26.5.95	funcionário	5

Folha n.º 549 da 1ª sessão
N.º 03
funcionário

Caso contrário, a gente tem que destruir também a galeria da Eliseu para caber toda aquela água. Se a gente consegue reter água, a gente salva essas estruturas existentes e não cria problemas maiores para o rio Pinheiros e para o Rio Tietê. Eu acredito tem colocado, com muito mais tempo que eu esperava, as questões.

O SR. MAURÍCIO REGIO — Primeiro quero parabenizar os Vereadores por essa iniciativa e agradecer aos moradores e vários representantes de sociedade amigos de bairro, que se encontram presentes.

Vou mostrar o trecho do Córrego Pirajuçara, o nível de assoreamento que ele está e a deterioração que tem ao lado dele, principalmente na parte erosiva. Esta é a ponte na Francisco Morato, logo você caminhando em direção ao bairro. A gente vê que ela é uma ponte antiga; esse foi tirado há uns quinze dias, agora sem ter nenhuma chuva e a gente vê que a cota é bem baixa. Aqui a gente vê o depósito de acúmulo, ocasionado pelas enchentes. Esse pontilhão é na Estrada de Campo Limpo, onde a Prefeitura, inicialmente acabou fazendo alguma contenção. Mas a gente percebe claramente que há muito não há uma limpeza e você vê muito detrito acumulado. Aqui a gente vê um caso típico ocasionado a partir da enchente do dia dois, e das sucessivas enchentes que ocorreram, você vê o muro de contenção que caiu no leito viário. Ali em cima a gente vê claramente o aspecto da erosão que destruiu a quadra. Isso aqui fica no fundo da Sharp, logo que você entra na Estrada de Campo Limpo, que é uma indústria. Essas fotos foram tiradas basicamente nesse trecho em questão, só para que a gente mostrasse um painel, em que nível está e qual a nossa preocupação, tendo em vista que a água na última enchente do dia dois chegou a três metros e tivemos coisa muito triste, que foi perdas de vidas



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
ALO	1	ANA	Enchente	26.5.95		<i>[Signature]</i>

humanas. Inclusive, temos aqui um companheiro que estava com a esposa grávida e pegou leptospirose. Isso é um exemplo típico do que está acontecendo lá hoje: a erosão acaba destruindo uma via pavimentada, e a gente vê o nível de assoreamento como está. Para vocês terem uma noção, nesse chuva que houve há tempo, chuvinha de inverno, as ruas constantemente acabam sendo cheias. Isso é um veículo, que está no leito viário, há muito tempo. São fotos tiradas por moradores. Isso é outro exemplo do estado que está o muro de arrimo. Só para terem uma noção: esse é o lado de S. Paulo e esse o lado de Taboão, porque esse córrego serve como divisa de município. Essa é uma das grandes preocupações que temos: a partir do dia dois, da enchente, o Prefeito Buscarini está procurando recompor a parte do município, e nossa parte seria esta. Então, a nossa preocupação é que até o verão se faça uma limpeza, nós vamos servir como uma represa, porque temos em vista esse muro que está sendo executado. Esse é o pontilhão de um afluente. Você vê que só se a pessoa passar deitada aqui.

Sras e Srs., Vereadores, a grande preocupação do Campo Limpo, tendo em vista a maioria dos moradores que vieram aqui, deixaram o trabalho deles aqui, é que a gente não consegue mais dormir preocupados com as chuvas. Já estamos em junho e sabemos que limpeza de córrego é um negócio complicado, ~~mas~~ somos leigos, mas percebemos que se não houver um trabalho conjunto de limpeza, você não resolve o problema. Não estamos aqui para atacar nenhuma administração. O problema de enchente é sério, em São Paulo, sempre houve enchente. O que pedimos para as autoridades é que se faça a limpeza já do córrego. A comunidade está à disposição para ajudar no que for preciso. E em paralelo que se faça um projeto definitivo para que se resolva os problemas. As coisas não sejam feitas



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. VARIÉ.
ALO	2	ANA	Enchente	26.5.95		

em etapas sem ter um planejamento global, como o Eduardo já colocou. Muito obrigado e agraço a atenção.

O SR. - Só uma questão que não chegamos a falar, é a seguinte: nós falamos no período de retorno de dez anos, é o que existe como norma na Prefeitura; período de retorno de 100 anos, que é o que a gente pretende. O campo Limpo vive uma situação de período de retorno de um mês, de 15 dias. Na última enchente que teve em Campo Limpo foi com uma chuva de 15 mm. AS estruturas construídas no Pirajuçara deveriam aguentar chuvas até de 60, 80mm. Uma chuva de 15 mm faz o rio transbordar no Campo Limpo. Uma situação absolutamente inadmissível. Nós precisamos de obras urgentes, além do projeto global para a bacia inteira, além das áreas de contenção, que futuramente — que espero seja no próximo ano — vão contribuir para diminuir o problema das enchentes e aos poucos resolver; nós precisamos de obras agora, para o próximo verão. Limpar os trechos do Campo Limpo é coisa que precisa ser feita já, limpar as galerias da Av. Caxingui, da Eli-seu, precisam ser feitas já. E temos muito pouco tempo. Então, a gente* faz um apelo veemente para que essas medidas sejam tomadas com a máxima agilidade possível. Estamos à disposição para auxiliar até com as tais ações populares; não tem verba, não pode sair porque não tinha no orçamento, vamos entrar com uma ação popular, para justificar o desvio de verba para essas obras emergenciais. Mas elas têm que ser realizadas até dezembro.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Quero anunciar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Taboão da Serra, Luiz Carlos Albuquerque Olandino, quero convidá-lo a vir para Mesa. É uma satisfação a presen-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
Ala	1	ANA	Enchente	26.5.95		

ça de um colega vereador de um município vizinho.

Nós fomos flexíveis com relação ao uso do tempo porque era necessária essa exposição dos representantes do Movimento de Enchente do Jardim Juçara. Passa a palavra à Dra. Ilda Cintra Franci, Médica Veterinária do Inst. Saúde do Butantan.

A SRA. ILDA CINTRA FRANCI - Boa-tarde. Vou colocar aqui todos os agravos em saúde que ocorreram nas imediações do Pirajuçara, como vocês podem ver a coisa é bem complicada. Só para situar o distrito do Butantan, no Município de S. Paulo, como vocês sabem ele está localizado na região Oeste do Município, com cerca de 365.000 habitantes. Temos 56.4 km quadrados e contamos com 60.000 favelações. O distrito é cortado por dois córregos, já abordados, o Pirajuçara e o Ribeirão do Jaguaré, que também para nós a saúde é um córrego que causa um número de agravos, em saúde, muito grande. Por ser uma ^{região} ~~região~~ de saneamento básico muito precário, uma região com uma quantidade grande de favelas, é uma região, para nós, bastante complicada.

Quero mostrar com esse gráfico a relação que existe entre o índice pluviométrico e os casos de leptospirose. Vocês vão ouvir falar muito em leptospirose agora porque é o principal agravo relacionado a enchente. Nessas ocasiões ocorrem também surtos de hepatite, de diarreia, febre tifóide, gripe, doenças respiratórias etc. Mas o mais sério é a leptospirose. Então, a gente vai falar um pouco mais sobre essa doença. Vocês podem perceber, temos nos picos maiores, os períodos de chuvas, então, será verão, primavera, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Nesse período a gente observa o aumento de casos. Durante o inverno, outono, que seriam esses trechos aqui, quase próximo do eixo inferior, nessa



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	DE ADJUNÇÃO	CONT. APART.
ALL	2	ANA	Enchente	26.5.		

época ocorrem casos endêmicos — que são relacionados com falta de saneamento básico. São pessoas que vivem em favelas, em situações precárias de saúde, então, nesse período é inevitável que ocorram esses casos, porque são pessoas que moram em locais que não existe rede de esgoto. O que quero chamar atenção é que esse pico, nessas épocas, esses casos de leptospirose são devidos às enchentes. Então, nessa época não ~~tem~~ existe classe social escolhida pela bactéria. Nessa ocasião, desde o pessoal do Butantan City até áreas nobres como Gáringui são acometidos pela leptospirose por conta de que ela não escolhe nível sócio-econômico, é só você estar bem de saúde, entrar na chuva, para tirar seu carro, suas coisas, e você pode contrair a doença.

Eu vou mostrar aqui a frequência acumulada de casos de leptospirose dos anos de 83 a 90. Esses casos, os vermelhinhos, são aqueles que ocorrem devido a condições de moradia extremamente precárias. São casos onde a pessoa tem contato com o reator. São casos da endemia, porque ocorrem durante o ano. Agora, esse amul e esse pintadinho, que seriam os casos de leptospirose devido ao contato com lama, são casos que poderíamos evitar, se fosse feito tudo que o Eduardo colocou. Se a gente pudesse trabalhar em cima disso a gente iria evitar todos esses casos que estão nessa coluna. Sô só para dar uma recordada, a leptospirose, é uma doença relacionada à urina de animais, principalmente do reator, que alberga a leptospira no trato genito-urinário, e o solo ao ser contaminado, e a pessoa ao estar em contato com essa água ou lama, sofre a penetração da bactéria pela pele, mucosa nasal e bucal. Outra coisa preocupante é a questão da pele íntegra, porque se a pessoa permanecer por um período considerável dentro da água, essa bactéria pode pene-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNDIONÁRIO	CONT. APARTE
Al2	1	ANA	Enchente	26.5.95			

tratar pela pele íntegra, a pessoa não precisa ter feridas, é só ela ficar muito tempo dentro da água contaminada. Essa doença é extremamente grave. A doença é uma zoonose, doença transmitida por animais, e ela acomete principalmente os roedores, mas outros animais domésticos também estão dentro dessa cadeia. A distribuição é universal. Nos países desenvolvidos ela é uma doença ocupacional. Quem contrai essa doença são trabalhadores de arroz, cana(?) ou trabalhadores da rede de água e esgoto. No nosso meio, ela tem, além desse caráter ocupacional, ela está estreitamente relacionada com a baixa qualidade de vida. É isso que o Eduardo colocou, é uma constatação desse setor, a questão da grande quantidade de lixo, do entulho que propicia a proliferação dos roedores, porque embora estejamos realizando coberturas de áreas de risco, com desratização mês a mês, é muito difícil que o roedor vá comer o veneno, se existe grande quantidade de lixo, de alimento. De modo geral, a faixa etária dos indivíduos acometidos são principalmente adultos jovens, de 20 a 40 anos, que são as pessoas que vão atuar na enchente, renovando. É justamente a faixa etária mais produtiva da nossa sociedade. São indivíduos que ao entrar na água, em questão de minutos, já sai com a bactéria. A incubação seria de algumas horas até 26 dias. A média de modo geral é 15 dias, mas uma pessoa com até mais de 20 dias pode desenvolver a doença. Então, para nós é extremamente difícil fechar, correlacionar a doença com a questão da enchente.

Com relação ao quadro clínico ela apresenta desde formas bastante leves como gripe, até formas graves, quando a pessoa pode ficar icterícia, amarela e vai apresentar hemorragias pulmonares, insuficiência renal; quer dizer, o rim para de funcionar, miocardite, e isso pode levar a pessoa à morte. Esse quadro mais grave, que é a síndrome de Weil



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	LABOR	funcionário	CONT.	APARTE
A12	2	ANA	Enchente	26.5.				

então, 5 a 10% dos indivíduos acometidos, tem essa forma extremamente grave da doença. De forma geral, dentre as pessoas que acometem a doença, quase 20% delas pode morrer. Letalidade é relação de pessoas que morrem, das pessoas que estão doentes quantas poderão morrer. E o coeficiente de mortalidade da leptospirose é bastante alto, quase 20%. A incidência da leptospirose no distrito do Butantan está aumentando ano a ano. Esses números representam o número de casos de leptospirose por 100.000 habitantes. Em 86 tínhamos um coeficiente de apenas 2.19 habitantes com casos de leptospirose por 100.000 habitantes. O número de casos foi aumentando, até que em 92 tivemos um coeficiente extremamente elevado. Para vocês terem uma idéia, no Butantan, que foi a região mais acometida no Município, tivemos o coeficiente de 10,04; no Município de S. Paulo todo teve um coeficiente de 1.75. Quer dizer, o Município ficou aqui em baixo e o nosso explodiu, foi lá para cima. Para ilustrar melhor, vejam vocês, aqui estamos colocando os casos de leptospirose desse ano de 92, e acho que vocês devem se recordar da grande chuva do dia 29 de março de 92, quando tivemos um surto na região do Ribeirão do Jaguaré. Então, num único dia, 29 de março, nós tivemos 32 casos, sendo que desses 32, sete foram do Pirajubará — num único dia.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRAD. N.º	CONT. N.º
Al	1	regina	enchentes	26.5.95	funcionário	

Folha n.º 556 do Prad
N.º 02
CONT. N.º 02

Bom, durante o ano, na epidemia, tivemos mais dois casos relacionados com a enchente, mas seria assim: em janeiro, fora desse período, e tivemos mais alguns outros casos.

Voltando, como vocês podem ver, 93/94 foram anos em que as chuvas não foram muito,,, foram amenas. E este ano de 95 está demonstrando que vai dar muito trabalho para nós, aqui, porque o coeficiente do ano de 95 foi de 6,1, inclusive está mais acima aqui. No caso, é 6,1 de casos confirmados. Nós sempre trabalhamos com casos confirmados, porque se formos trabalhar com casos suspeitos, essa coluna sobe ainda mais. Este ano tivemos 6,1 casos de leptospirose confirmados, ou seja, um coeficiente bastante elevado sendo que estamos ainda trabalhando os dados dos casos suspeitos. Então, esse coeficiente pode se elevar até 13,6, pode se elevar bastante porque não conseguimos fechar. Esse é um trabalho demorado.

Em relação aos casos deste ano, 95, tivemos até agora 22 casos confirmados, sendo que destes 17 ocorreram por enchentes. Nós tivemos no Pirajuçara 9 casos. Desses 17 casos que ocorreram na região, tivemos 9 confirmados na região do Pirajuçara, mais dois casos, que vocês devem conhecer, ali na Favela Alessandro Bibiena, lá no Jaqueline. Tivemos também outros dois casos. Tivemos 9 mais 2, seriam 11; e tem mais dois casos a serem confirmados na região. Quer dizer, esse número pode subir ainda



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
AL3	2	regina	enchentes	26.5.95		

da, (Pausa),

Olha, esse mapa está meio confuso, vamos tentar entender o que temos para mostrar. Temos aqui Ribeirão do Jaguaré e as áreas em amarelo são as de enchente, onde ocorrem alagamentos. Aqui está o nosso Pirajuçara. Bom, 92 tivemos, mais ou menos, mais de trinta, foram trinta e dois ao todo. (Pausa). Menos sete, vinte e cinco. Tivemos 25 casos aqui no Ribeirão do Jaguaré relacionados à leptospirose. Só que aqui as condições de moradia são bem piores em comparação com a região do Pirajuçara. Temos muitas favelinhas aqui, os indivíduos literalmente moram dentro do vale do Ribeirão do Jaguaré. E aqui não era de se esperar que tivéssemos essas enchentes porque não existem todas as favelas, todas as condições do Ribeirão do Jaguaré.

Aqui, em marrom, são os sete casos confirmados do ano de 92; e em verde, seriam os casos deste ano, de 1995. Ainda tem mais dois, que nós não colocamos, confirmados, ou seja, temos esses seis confirmados mais dois aqui na Favela do Jaqueline, onde há um córrego que é afluente do Pirajuçara, dois a serem confirmados; e mais alguns outros que estamos estudando.

Para finalizar, vocês podem imaginar para nós, do sistema de saúde, o impacto que é uma enchente, a quantidade de ações que são desencadeadas nesse período. Como vocês podem ver, a maioria dos casos são



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADOR	CONT.	PAGE
Al 3	3	regina	enchentes	26.5.95			

atendidos na rede ambulatorial, e continuam sendo acompanhados pela rede, pelas UBSs. Agora, um grande número desses casos vão para internação, são internados nos hospitais. E o custo da internação é muito elevado. De modo geral, um indivíduo internado por leptospirose fica em torno de uma semana internado. E muitas vezes, de modo geral, na UTI. E existentes procedimentos de saúde, nessa época, extremamente caros que são realizados, como a diálise renal, a ventilação pulmonar. Então, o custo dessa internação é extremamente alto e nesse momento de crise, a gente poderia também evitar. Entretanto, não são apenas as ações nos hospitais e nas Unidades de Saúde que são encadeadas. Existem vários técnicos, de vários setores, das unidades de saúde que são alocados nesse período. Fazemos uma série de visitas domiciliares, inspeções na área, e a equipe de zoonose realiza desratização para cobrir o foco da área, com custo extremamente elevado. Se a gente considerar todo gasto dos diversos funcionários, cerca de oito funcionários, viaturas, e os produtos utilizados, que são extremamente caros, e, muitas vezes, na grande maioria, são importados e utilizados no combate aos roedores, o custo é enorme.

É superimportante ainda lembrar, não esquecer dos outros agravos que já relacionei, que seriam: já hepatite; diarreias; febre tifóide; e até cólera, se ela chegar, com certeza, irá aparecer pelo Pirajubará. Assim, no final de tudo: quem são os mais prejudicados nisso tudo?



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELH.
Al4	1	regina	enchentes	26.5.95		

São justamente os desabrigados, porque na época de confusão o que ocorre? Ocorre que essas famílias são alojadas em escolas, creches, em condição de confinamento muito grande que levam a ocorrer outras doenças ainda, doenças respiratórias. Então, o que pode ocorrer ainda desses casos? XUX Tuberculose, que são de vias aéreas superiores, otites, bronco-pneumonias, outras viroses. É importante citar porque aqui está escrito "hantan vírus" (7) é um vírus que está entrando, também transmitido por roedores, e tem sido observado que sua maior ocorrência, os surtos epidêmicos, também ocorrem em época de enchentes, quer dizer, é extremamente relacionado a essa questão toda. É importante também lembrar todos os outros acidentes que ocorrem, também relacionados às enchentes, como acidentes com pessoas que se cortam na hora da remoção dos móveis, botijão de gás que estoura. Assim, temos toda problemática dos indivíduos que estão alojados nas escolas, isso é superimportante de lembrar. Nós até hoje estamos com famílias que não conseguimos devolver, não se conseguiu devolver para suas casas. Estão nas escolas e essas escolas sem aulas. Quer dizer, é uma situação extremamente complicada, tem vários desdobramentos.

Para concluir, o que a gente quer dizer é que além do alto custo social, onde estão envolvidas todas essas perdas materiais, perdas de hora de trabalho, tudo mais, do sistema de saúde, existe a questão dos óbitos. A questão do alto custo que as enchentes ocasionam para o gover-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al4	2	regina	enchentes	25.5.95		

no e para nós, a sociedade. Era só isso que eu tinha para colocar. Muito obrigada. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Muito obrigado Dra. Ilda.

Eu conversei com o engenheiro Kokei Uehara e entendeu que já vem dando assessoria técnica na condição, inclusive, de morador, aos movimentos da região. Ele entende que a primeira explanação, feita pelo Eduardo, já incorporou muitos elementos das palestras que têm dado a grupo de moradores e vai se reservar para fazer comentários, posteriormente, se necessário.

Então, passo a palavra ao Sr. Alberto Zanella, Supervisor de Obras da Administração Regional de Campo Limpo. Pediria, por favor, brevidade e, em seguida, abriríamos a palavra aos presentes.

O SR. ALBERTO ZANELLA - Boa tarde meus amigos. Nós somos da Regional de Campo Limpo. Eu estou há dois anos na regional, sou engenheiro da Prefeitura há 20 anos. E nós nos defrontamos com um problema realmente muito grave em Campo Limpo. Se Butantã vive um problema, colocado como foi aqui, eu acho que Campo Limpo só tem de levantar as mãos para o céu, porque se nós tivéssemos uma solução, como tem o Butantã, com parte dos córregos canalizados, os pontilhões sendo elevados, suas moradias protegidas, de uma forma ou outra, acho que grande parcela da população de Campo Limpo estaria agradecendo. O fato é que dois erros não fazem um acerto.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARTE
Al4	3	regina	enchentes	25.5.95		

E Campo Limpo necessita urgentemente de providências. Gostaria de transmitir aos senhores que nós temos uma última correspondência, vinda de Geprocav(?), órgão que trata de canalização de córregos, essa correspondência é recente, e nos dão conta que o projeto de canalização do Córrego Pirajuçara está sendo tratado como prioridade pelo Governo Municipal. Está passando por uma fase de licitação pública para contratação dos projetos, e, posteriormente, fará parte de um conjunto de obras, etapas de obras, realizadas desde a nossa divisa com o Butantã até a Rua Aborígenes, onde nasce. O fato é que o Córrego Pirajuçara não pode ser tratado como um caso isolado. Faz parte de uma bacia hidrográfica muito grande de rios. Para os senhores terem uma idéia, dentro de Campo Limpo, somente dentro de Campo Limpo, temos 45 quilômetros de córrego, que contribuem, que jogam água dentro do Pirajuçara. São 45 quilômetros! O Rio Pirajuçara tem, desde sua nascente até sua divisa com o Butantã, só dentro de Campo Limpo, 11 quilômetros de extensão. Eu disse: 11 quilômetros! E esse rio está com 80% das suas margens ocupadas por moradias. Ele tem nas suas vertentes, no lado de Campo Limpo, 90% das ruas pavimentadas. Isso significa dizer que a velocidade das águas, que lá nos anos 40 demorava algumas horas para chegar ao Pirajuçara, hoje chega em questão de minutos. Basta uma leve chuva de 15 milímetros, e a velocidade das águas, por não ter onde penetrar, correm para o Pirajuçara, e dá inundação, dá alagamento



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A14	4	regina enchentes		26.5.95		

to. E os alagamentos são provocados basicamente, em toda São Paulo, pela impermeabilização do solo. Regiões onde nunca houve alagamento, hoje dão alagamento. E o que podemos fazer? Vamos deixar de fazer pavimentação? Vamos deixar de fazer galeria? Vamos deixar de fazer moradia? É isso que o povo precisa? Não é! O que o povo precisa é conviver pacificamente com a natureza e nós estamos pagando hoje pela nossa imprudência. A natureza é sábia. O rio tem suas margens, tem sua várzea porque inunda. Lembre-se que no Egito, o povo do Egito, viveu milhares de anos com o Nilo, usufruindo com as benesses da inundação do Nilo. Ele inundava e o povo plantava nas margens. E o que nós fazemos hoje com os nossos córregos? Eles inundam, nós vamos lá, retificamos, plantamos conjunto habitacional do lado, fazemos asfalto, impermeabilizamos. Ora, estamos sendo imprudentes. Mas uma coisa é morar na cidade do século XX e outra era viver 3800 anos atrás. É preciso ter inteligência para se viver numa cidade como São Paulo. O companheiro disse que se faz cálculo hidrográfico para período de recorrência de 10 anos. Dez anos se faz para galerias. Córregos de médio porte, faz-se para 25 anos, córregos de grande porte, faz-se para 50 anos. E o Rio Tietê, período de recorrência de 100 anos. Então, vejam, por que se adotam essas políticas de se fazer períodos de recorrência diferentes para situações semelhantes? Porque se nós fossemos fazer um córrego com período de recorrência para 100 anos, teríamos de desapropriar para,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A15	1	regina	enchentes	26.5.95		

Folha n.º 53 de 100
N.º 03 de 100
O func. 03 de 100
proc. 03 de 100

pelo menos, duzentos metros de cada margem. Teríamos de deixar fazer muitas outras obras, porque o custo seria um absurdo de caro. Hoje já se tem uma nova mentalidade a respeito do córrego, a respeito da água. Não se faz mais córregos fechados, há entendimento de que os córregos tem de ser abertos. Não se tem mais hoje a possibilidade de jogar as águas na bacia do Pinheiros, ou do Tietê, sem que esses córregos, esses grande rios. Tietê e Pinheiros, sejam tratados de uma forma diferenciada pela comunidade, pelo Estado, pelo Município.

Então, pensa-se fazer grandes piscinas, como é o caso do Piscinão do Pacaembú. Quem é que moraria no Pacaembú e gostaria de ter um córrego, no meio da avenida, a céu aberto? Poucas pessoas antigamente pensavam assim, ninguém quer ter o esgoto na porta da sua casa. E o córrego canalizada, aberto, continua sendo o esgoto a céu aberto. É por isso que em alguns bairros, em algumas comunidades diferenciadas, a comunidade exige o córrego fechado. Mas nós lá do Campo Limpo estaremos satisfeitos se o córrego for feito a céu aberto. Concordam?

Bem, meus amigos, a verdade é a seguinte. tenham em mente que o Córrego Pirajubarã é farente de todos os outros que a gente tem visto, é um córrego que não permite uma limpeza integral. Somente 35% dos córregos pode ser limpo, alguns pontos isolados. Nós temos no córrego 27 pontos de enchentes, são pontos localizados de enchentes. Por que enche o Piraju



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
A15	2	regina	enchentes	26.5.95		

para? ENCHE por vários motivos: impermeabilização do solo; é a favela na beira do rio; é o gabarito dos pontilhões baixo; é o estrangulamento do córrego, feito de uma maneira ou de outra. Porque o proprietário que compra um terreno na beira do rio, ele quer mais é aproveitar sua terra. Então ele faz o muro da sua divisa, se possível, se a Prefeitura deixar, no meio do córrego. Muitas ~~vezes~~ vezes a gente não deixa, mas quando a gente chega, já é tarde. Muitas ~~vezes~~ vezes a gente não quer um loteamento clandestino na beira do rio, mas é inevitável. Hoje convivemos com situação semelhante a Represa do Guarapiranga. Quem é que vai tirar aquele povoão que invadiu o Guarapiranga e não tem onde morar? Onde vão colocar essa gente? Onde vamos colocar as 420 favelas de Campo Limpo? E 70% delas está na beira do Pirajuçara. Então, temos de arrumar uma situação de equilíbrio, não podemos ser radicais. Nós queremos a canalização do Pirajuçara? Claro que queremos, mas temos de fazer a coisa paulatinamente, não podemos radicalizar nossas posições. O Pirajuçara tem sido limpo todos os anos.

* * *

- Manifestação dos presentes, vãos.

* * *

O SR. ALBERTO ZANELLA - Eu sabia que vocês iriam se manifestar.

Eu sabia.

O SR. presidente(Mauricio Faria) - Pessoal, vamos respeitar a



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. PARTE
A 15	3	regina	enchentes	26.5.95		

palavra do orador, depois eu abrirei a palavra e vocês poderão apresentar as críticas.

O SR. ALBERTO EARELLA — Eu disse para vocês uma coisa importante, vocês vão me ouvir: que o Pirajuçara, do córrego inteiro, Pirajuçara, eu só consigo limpar 35% dele. O resto do córrego, eu não consigo limpar, não consigo entrar com máquinas. Olha, eu tenho ali os contratos, acumulados, eles estão à disposição de quem quiser consultar na secretaria ou na regional. De 1991 até hoje nós limpamos 101 metros cúbicos de sujeira do rio. Significa dizer que, em números teóricos, fizemos uma limpeza de 4 metros de profundidade ao longo de todo córrego. Ora, mas vocês tiraram toda sujeira? Nós tiramos essa sujeira, acontece que o córrego traz muita sujeira, o que você limpa hoje, na primeira enchente, às vezes nem precisa da enchente, acumula novamente. Nós limpamos pontos estratégicos. Eu falei que ele tem 27 pontos localizados de enchentes. Nós limpamos alguns pontos desse rio. Mas é a mesma coisa que vocês limparem um banheiro da casa e não limpar a sala; limpa a cozinha, mas não limpa o quarto; a casa não fica limpa. O córrego é a mesma coisa, também não vai ficar limpo totalmente. E nós sofremos os efeitos disso. O que a Administração pode fazer? Se ela não pode entrar na beira do rio, o que fazer? É manter o sistema de limpeza, e estamos hoje limpando o Pirajuçara em alguns trechos. Provavelmente, não seja o trecho que o senhor mora, mas nós limpamos



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A15	4	regina	enchentes	26.5.95		

nos ali, Jardim Iracema, a semana passada; estamos limpando na Vila Améri-
ca; limpamos lá na confluência.

* * *

- Manifestação dos presentes.

* * *

O SR. ALBERTO ZANELLA - Olha, eu levo vocês lá e podem fotogra-
far a limpeza do Rio! (Após dos presentes);

Está aqui, eu tenho fotografias, eu trouxe para vocês verem.
Essas fotografias que eles trouxeram são verdadeiras, mas as minhas tam-
bém são.

O SR. VITAL NOLASCO - Eu queria pedir licença e sugerir o se-
guinte: para que possamos dirimir as dúvidas, sugiro que a população e o
Zanella marcassem aqui hoje uma data, amanhã ou depois, para que fosse no
córrego uma comissão, para verificar onde está sendo limpo o córrego.

* * *

- Manifestação dos presentes.

* * *

O SR. VITAL NOLASCO - Não, mas ele está dizendo que está sendo
feito. Então, poderia marcar hoje, o pessoal iria com ele, mostraria, de
fato, se está sendo feita ou não a limpeza.

O SR. ALBERTO ZANELLA - Estamos à disposição, estamos diariamente



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADOR	CONT. APARTE
Alô	1	regim	enchentes	26.5.95		

te na regional, diariamente. (Burburinho dos porresentes). Eu acho que todas as vezes que a comissão esteve presente no Gabinete do Administrador, foi recebida.

O SR. ALBERTO PRESIDENTE (Maurício Faria) - Sr. Zanella, eu acho que seria mais produtivo o senhor fazer sua exposição e depois as pessoas usam da palavra, porque se ficar uma discussão paralela, não produz. Então, o senhor apresente seu raciocínio e evite, por favor, polemizar diretamente, e organizamos depois para que as críticas sejam apresentadas com raciocínio.

O SR. ALBERTO ZANELLA - Então, em 92 nós limpamos 19.200 metros cúbicos de sujeira do rio, em 91, melhor dizendo. Em 92, 32 mil metros cúbicos. Em 93, 25.220 metros cúbicos. Em 94 está andamento limpeza de mais de 25.500 metros cúbicos. E nós já temos alguns trechos limpos, o processo de contratação das obras está em andamento e nós vamos limpar, até o final do 1º semestre, o restante do que nos compete fazer. O fato é que nem tudo é possível fazer. Nós gostaríamos de limpar o Pirajugara inteiro, gostaríamos de fazer muitas coisas no Pirajugara, como em outras partes de Campo Limpo, mas não é possível. Este ano não recebemos recursos adequados para poder fazer limpeza no córrego, mas estamos fazendo o que é possível, fazendo o que é possível. É que aqui não estão os moradores que foram beneficiados com a limpeza este ano, acredito que se estivessem aqui, estariam



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al6	2	regina	enchentes	26.5.95		

confirmando as minhas palavras.

O que a gente tem para informar é exatamente isso: o córrego é extenso, não permite uma limpeza total, o córrego permite 35% da sua extensão toda. E o que a gente pediria é a colaboração da comunidade porque muita sujeira é depositada dentro do rio, com certeza muita sujeira é jogada lá. Não sei se posso dar a palavra.

* * *

→ Manifestação dos presentes.

* * *

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Pessoal. (Pausa). Pode, pode.

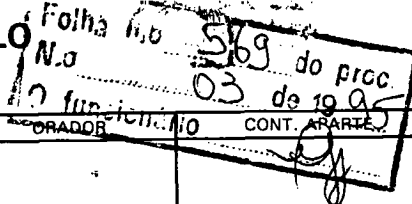
Mas é melhor, para evitarmos um bate-boca, polêmica, os senhores poderiam se inscrever... (Aparte dos presentes fora do microfone).

* * *

→ Os presentes se manifestam fora do microfone.

* * *

O SR. ALBERTO ZANELLA - Convidaria você a comparecer na regional para irmos juntos no local. A semana passada, recebemos a visita do pessoal do Jardim Iracema, da Rua Ramona, foi limpo 300 metros de córrego. É. (Os presentes fazem perguntas, falam concomitantemente). Jardim Iracema, 300 metros de córrego. Limpamos um pedaço, a confluência das Avenidas, da Rua Alves dos Santos, o primeiro trecho a ser limpo, há 60 dias



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQUIV.
ALC	3	regina	enchentes	26.5.95		

foram tirados 400 metros de limpeza do córrego. Fizemos limpeza atrás da Sharp, 150 metros; nós fizemos limpeza na Vila América, não sei o nome da rua, 500 metros. A Rua Sibrão(?) não foi limpa este ano ainda.

* * *

- Os presentes fazem questionamentos, falas concorrentes.

* * *

O SR. ALBERTO ZANELLA - Então, está lá limpo o córrego e não adianta a gente dizer que não foi limpo, foi limpo, está lá.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Sr. Zanella, é melhor o senhor completar o raciocínio, eu pediria, por favor, que os senhores ouvissem e depois a gente abre a palavra organizadamente, as pessoas apresentam suas críticas. Ao final, então...

Olha, pode se inscrever com aquele senhor que é secretário da Comissão, funcionário da Câmara.

* * *

- Pergunta da plateia fora do microfone.

* * *

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Não, não. Ele é funcionário da Câmara, (Risadas). Não, é para organizar os trabalhos.

O SR. ALBERTO ZANELLA - Estamos recuperando as ruas, quem quiser ir ver lá, pode ir à regional. São mais 300 metros de córrego.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 540 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário CONT. APARTE
A16	4	regina	enchentes	26.5.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) — Antes de abrir as inscrições, darei a palavra ao Vereador Vital Nolasco, porque ele tem toda uma atuação na região, tem algumas informações a dar, alguns elementos a colocar. E depois, já com a lista aberta com aqueles senhor, todos podem se inscrever, todos poderão apresentar seus pontos de vista.

Vereador Vital Nolasco.

O SR. VITAL NOLASCO — Bom, eu não vou tomar muito tempo porque penso que a população tem de estar participando, colocando seus problemas.

Tem algumas informações que gostaria de passar aos companheiros, para que acompanhássemos como é que a Administração tem nos respondido à população a cerca do problema do Pirajugara. Eu tenho resposta de requerimento que encaminhei à Secretaria de Vias Públicas, e eles dizem, na resposta datada do dia 13.3.95, colocam o seguinte: 1ª) as obras de canalização do trecho de ~~PIRAJUGARA~~ jusante entre a Avenida Vital Brasil e Rio Pinheiros, estão em andamento com previsão de término para setembro de 95. 2ª) ~~Requerimento nº 1.234 de 1994, encaminhado à Secretaria de Vias Públicas, para a construção de uma ponte sobre o Rio Pinheiros, no trecho entre a Avenida Vital Brasil e a Rua...~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
117	1	emira	enchente	26.5.95	vital	

No trecho montante, entre a Ex. Av. :Vital Brasil e Estrada do Campo Limpo está em fase de licitação o projeto básico de canalização e sistema viário, devendo as obras ser licitadas no segundo semestre de 95. Esse ofício é assinado pelo Sr. Milton Bastos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Vias Públicas. Foi um ofício que ele mandou, respondendo a uma solicitação que fizemos.

Tem também uma outra comunicação porque a há muito tempo que estamos pedindo ao Secretário de Vias Pública, audiência para que nos receba como comissão representativa do Pirajussara. E oficieí a ele, dizendo que já que por telefone ele não respondia, pedi por carta, um ofício. Não vou ler todo o ofício, que é muito grande, mas no final do ofício, que ele repete basicamente essas informações que já falei, ele diz o seguinte: "Por oportuna, esclarecemos, que o Exmo. Sr. Secretário de Vias Públicas, Dr. Reynaldo Emíldio de Barros, encontra-se à disposição da Egrégia Câmara Municipal de São Paulo, por meio do Ilustre Vereador Vital Nolasco, que deverá entrar entrar em contato pelo telefone 239-4991, a fim de ser designada a data oportuna para a audiência que solicitarem".

A data de 10 de março, entrei em contato com esse telefone várias vezes, e pessoalmente fui à Secretaria de Vias Públicas, tentar ver se viabilizava essa audiência. Hoje mesmo, antes de começar es-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
117	2	emira	enchente	26.5.95	vital	

ta audiência, resolvemos ligar para a Secretaria de Vias Públicas. Falei com o Chefe de Gabinete, não o Sr. Milton, mas o outro chefe, que me esqueci o nome, e coloquei que o pessoal do Pirajussara estava aqui, que a Câmara estava fazendo uma sessão da sua comissão de estudos, e que seria interessante que a Secretaria de Vias Públicas pudesse estar enviando algum técnico, ou abrir ao próprio Secretário para que pudesse vir prestar informações à população.

Ela ficou de me responder no máximo em 15 minutos, e até agora não respondeu. Liguei no gabinete e não respondeu.

E para finalizar, demos entrada a vários pedidos, até informação de vários moradores aqueles que ainda não o fizeram, junto à Secretaria de Governo, estamos de posse do número dos processos, que há vários processos com pedidos de indenização, fizemos reuniões com moradores do Parque Esmeralda e adjacências, e baseado na Lei 11.341, demos entrada na Secretaria de governo,, está protocolado, pedindo indenização de perdas, porque entendemos e depois poderíamos o pessoal do Butantã, porque entendemos que existe essa lei que garante que os moradores podem se ressarcir do prejuízo em função de inundações que a prefeitura tenha conhecimento. E baseado também na Constituição Federal.

Todos esses processos que tínhamos em mãos já demos entra-

Folha n.º 573 do proc.
Al.º 03 de 1995
ABOR. Funcionário CONT. APARTE 9



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A17	3	emira	enchente	26.5.95	vital	

Eram essas as informações que tínhamos para fazer.

A primeira inscrita é a Sra. Ester.

Mas, estruturalmente, a gente está de 87 para cá. Inclusive fizemos uma grande assembléia na época do Governo Luiza Erundina, e o colocamos os 3 prefeitos juntos ali na Escola do Parque Esmeralda, colocamos Luiza Erundina, o Prefeito Armando Andrade, que era o Prefeito de Taubão, e o prefeito do Embu, E lá foi feito, pelo menos, um trato com a



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT.	APARTE
117	4	emira	enchentes	26.5.95	ester		

com a associação, tinham, mais ou menos, uns mil moradores, várias entidades, tinha a comissão do Taboão, do Embu, de todos os bairros que sofriam enchentes, e inclusive convidados muitos comerciantes, pequenos industriais, a Sharp mandou um representante na época, e lá foi feito um trato nonosco que o Córrego Pirajussara seria canalizado no Governo de Erundina.

E foi feita uma comissão para acompanhar o projeto. E acompanhamos, tem a Vilma, a Lídia, que fazem parte dessa comissão, e acompanhamos e o projeto saiu de fato no governo de Erundina.

Levamos esse projeto até Brasília. Vilma foi junto com Vital, e a Lídia, levaram até Brasília esse projeto. Esse projeto está na Caixa Econômica Federal, mas não saiu de lá. Está parado lá.

Então, entra o Governo de Maluf, e na campanha do Maluf ele falou durante 15 dias na televisão que o Pirajussara seria canalizado. E ontem eu vi o programa do Maluf, fiz questão de assistir, e ele não mencionou o Pirajussara. Ele mencionou um monte de córregos, mas o Pirajussara não estava no meio. Então, questiono este governo, que vem, promete e não cumpre. A população é que sofre, que fica sem a sua geladeira, sem sua televisão, sem suas coisas. Sei porque acompanho, moro no bairro, ajudo os moradores e na época das enchentes eu sei o quanto eles sofrem.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
ALQ	1ª	enira	enchentes	26.5.95	ester	

E o povo fica meio desacreditado, entra governo e sai governo, e o Pirajussara fica na promessa,

E nós hoje viemos para cá e esperávamos que alguém da Secretaria estivesse aqui, e estivesse aqui com um projeto, porque já faz um mês que o Reynaldo de Barros encontrou comigo e o Vital e nos falou que o projeto estava praticamente pronto, que iria sair a licitação e que dentro de 10 dias marcássemos uma audiência que ele nos mostraria o Projeto e daria uma cópia para nós. Inclusive falamos "Olha, não era melhor o senhor ir no bairro, a gente junta a população e o senhor os técnicos mostram o projeto?" Ele falou, então: "Então, marca uma audiência que conversemos". E estamos pedindo essa audiência com o Vital até hoje, e não saiu.

A minha proposta é muito clara, eu acho que tudo o que foi falado estamos de comum acordo, eu inclusive conheci alguns trabalho do Batantã, da USP, mas nunca conseguimos entrelaçar o trabalho, porque esse pessoal que está aqui são das vilas que estão organizadas. Não é de hoje que estão organizadas, mas já estamos organizados há mais de 6 anos, nas nossas vilas, e no dia a dia, unindo, protestando, e fomos para a rua jogar os móveis, e eu estava com este companheiro fazendo protesto, mandando com a imprensa no meio, com a água até aqui, correndo risco de pe-



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
ALB	2	emira	enchentes	26.5.95	ester	

gar uma leptospirose, e a gente sofre tudo isso junto com vocês. Agora, temos que nos juntar, companheiros. Vocês são do Butantã, é um outro nível, mas é, no fundo, sofrem as mesmas consequências, porque a enchente é a mesma, tanto para o rico, como para a pobre e para a classe média. então, temos que nos juntar numa luta só. Eu entendo o Pirajussara como uma luta só. Aqui tem várias entidades que estão brigando pelo mesmo objetivo, e não tem a entidade lá não sei onde brigar sozinha, a outra brigar não sei onde. É tudo uma coisa só. Pirajussara é um só. Ou aprendemos a nos unir, a juntar dentro da USP até o confin do Judas, ou não vamos sair do papel. Esse negócio de um grupinho brigar com o outro porque está com este ou aquele político, chega disso. O Pirajussara precisa de todos os políticos unidos para a canalização. E não para resolver o endividador(?) do político. Porque tem muito político que usa vocês na época da eleição e depois não aparece mais lá. Só aparece quando faltar 6 meses, 1x ano para poder fazer suas bases. Ai, vem com comissão, com alôes e com o diabo. Mas, quero ver no dia a dia ali junto com vocês brigando ano a ano. Passar 4 anos, brigar os 4 anos até sair. Isso, eu proponho aqui uma unidade em cima desse Pirajussara. Não vamos dividir mais. Nau-ricio quer assumir, vamos nos unir. PMDB quer assumir, vamos nos unir com o PMDB. Todo mundo que quiser somar, vamos somar e vamos canalizar o Pi-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
118	3	emira	enchentes	26.5.95	ester	

rajussara, que o Pirajussara tem voto para todo mundo.

Tem ou não tem? (Palmas)

Agora, precisamos nos unir e sair daqui com uma proposta concreta. E a minha proposta concreta é a seguinte: eu não ia propor isso hoje, mas acho que não dá mais tempo. Nós todos hoje baixamos lá no Reynaldo e queremos o projeto, ver esse projeto. Se vocês toparem, vamos para lá agora. Eu topo ir para lá, mas não sei se ele vai nos receber. Mas, pelo menos, vamos fazer uma tentativa, ou então, outros companheiros vão falar aqui e a gente tira uma proposta de data para baixar no Reynaldo, com 2, 3 ônibus e queremos que esse projeto já lícitado e iniciar, e não mais no papel. É isso.

O SR. MAURÍCIO FÁRIA - Obrigado, D. Ester, eu fui flexível com o tempo dela, porque ela tinha... (ininteligível)...

A SRA. ESTER - Esqueci de falar porque me aprofundei na canalização. Agora, a limpeza tem que ser feita todo ano. E, diga-se de passagem, na época do governo da Erundina, era limpo. As máquinas estavam lá e não só limpavam, porque não adianta só limpar, tirar os pneus, aquelas coisas que a gente já conhece, tem que aprofundar o córrego, e isso não está sendo feito.

O engenheiro colocou que as máquinas foram. Foram. Alpiás,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al8	4	emira	enchentes	26.5.95	ester	O funcionário

Folha n.º 518 do proc. 03 de 1995

O funcionário

iniciou no Taboão e ficou uma semana parada, eu fui para a Regional com a comissão, com a Dilma, falamos que as máquinas estão lá de enfeite, não estão trabalhando, e queríamos saber se é pago por metro, por hora, ou por que que é, ou se está ganhando dinheiro do povo a empreiteira levando sem trabalhar. Aí, foi chamado o engenheiro e ele falou "não, vamos ver". Era um japonês, e o Alcides falou: "Vai lá saber porque que a máquina está parada". Ele falou "Mas, isso não é coisa minha, tem que ser do empreiteiro, do fiscal, não sou eu". Falou isso o Sr. Kiochi. Aí, depois que fomos lá, no outro dia a máquina estava funcionando. Mas, funcionou alguns dias, acho que uma semana, depois foi tirada, e de fato foi para o Jardim Nadir, e também muito pouca coisa foi tirada de lá, e agora sumiu. Tem que limpar desde o Taboão até o final do Embu. Tem que refundar, no mínimo, 2 a 3 metros para que o povo possa diminuir as enchentes. Não adianta só tampar o sol px com a peneira, tem que refundar o córrego.

O SR. MAURICIO FARIA - Obrigado, D. Ester, agora Izilda.

A SRA. IZILDA - Moro na Rua Martinho Lutero e quero questionar o senhor engenheiro se a limpeza que está sendo feita no Pirajussara está a contento da população. Está a contento dos seus interesses pessoais da Regional? ou da população?

Gostaria que ele respondesse.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	1	e nira	enchantes	26.5.95		

O SR. _____ Eu queria que a senhora esclarecesse o que são interesses pessoais?

A SRA. IZILDA - Para manter a limpeza na Regional, porque a limpeza não está sendo feita a contento. O que a Ester falou é verdade, os caminhões ficaram lá embaixo na Rua Alves dos Santos, eles saíram mal sujos com alguma terrinha.

O SR _____ - A senhora não me respondeu o que são interesses pessoais.

A SRA. IZILDA - Você conseguir manter o seu emprego. Porque você sabe que você é pago pela população.

O SR _____ - Eu entendo, sou funcionário há 20 anos da prefeitura, e não preciso da limpeza da Pirajussara para manter emprego.

A SRA. IZILDA - Você precisa sim, porque você tem que mostrar serviço.

O SR _____ - Não vamos politizar. Os meus interesses pessoais não estão em questão. Você está um pouco nervosa, e não vou aceitar sua crítica como interesses pessoais.

A SRA. IZILDA - Tudo bem, é um direito que você tem em sua defesa.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
A19	2	emira	enchentes	26.5.95		

Folha n.º 580 do proc. N.º 02	CONT. A PARTE
U. func. 00000	

O SR. ALBERTO Zanella - Eu quero dizer...

O SR. MAURICIO FARIA - Izilda, eu pediria que temos tido uma situação que nas reuniões da comissão de enchentes invariavelmente os representantes da administração municipal não têm comparecido. Então, nesse particular, devo agradecer a presença do Sr. Alberto Zanella, que está aqui recebendo as críticas. Isso é uma relação democrática, a população criticou, agora a crítica deve ser feita administrativamente. Questões de natureza pessoal, que possam atingir a pessoa, pediria que a senhora por favor, colocasse a crítica no campo administrativo, porque senão, acho, se sou de oposição, sou um vereador do PT, mas acho que é positivo que o Sr. Alberto Zanella tenha vindo aqui, sabendo que iria ser criticado, e está aqui aceitando responder às perguntas. Então, pediria que a senhora fizesse a crítica administrativamente.

A SRA. IZILDA - Agora, gostaria de saber de que forma isso está sendo feito, é por empresa contratada?

O SR. ALBERTO ZANELLA - Agradeço as suas palavras, Vereador.

Digo que o Pirajussara sempre foi contratado por volume de material retirado de dentro do rio. Não é por hora, nem por metro, mas por volume.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
119	3	emira	enabentes	26.5.95	zanella	

Então, nem sempre as coisas ~~são~~ são como eu desejo, ou como a comunidade deseja. Elas são da forma como são possíveis. Nós temos limites, então, eu gostaria de limpar o Pirajussara desde a sua nascente até à sua lançamento no Rio Pinheiros, mas não ~~o~~ tenho possibilidades. E sou impedido por vários motivos. Sou impedido pelos aspectos físicos, como falei. A margem, 70% da margem do Pirajussara está ocupada, e de outra forma, temos que equilibrar: um ano limpa-se um pedaço, no outro ano, outro trecho, e no ano seguinte, outro trecho. O que não temos possibilidade é de limpar tudo todos os anos. Então, no ano de 93 limpamos um pedaço do Pirajussara; em 94, outro trecho, e agora em 95, estamos limpando um outro trecho.

A SRA. IZILDA - Mas, aquele trecho que foi limpo, recentemente, na Heitor Alves dos Santos, não está a contento. Tem gente que passa por lá todos os dias e está vendo, ele não está a contento.

O SR. ALBERTO ZANELLA - Mas, foi o que foi possível. Eu não posso aprofundar um córrego demais porque ele afunda a rua. E depois, ele ~~e~~ carrega toda a sujeira do trecho que não está limpo, para o trecho mais baixo.

A SRA. IZILDA - Não é na questão do aprofundamento que estou falando. É o seguinte: a sujeira, na maior parte, é lançada, fica nas



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al9	4	enira	enohentes	26.5.95	isilda	

Folha n.º 582 do proc.
 No 03 de 1995
 O funcionário

margens, e fit vem qualquer churvinha e retorna, e fica aquele processo.

O SR. ALBERTO ZANELLA - A Alves dos Santos está totalmente resolvê-la.

O SR. MAURICIO FARIA - Só uma questão, é que provavelmente outras pessoas vão também criticar o plano da limpeza. Então, se cada pessoa ~~vai~~ que criticar, estabelecer uma polêmica com o Sr. Zanella, vamos gastar muito tempo. Então, a senhora, eu pediria que formulasse a sua crítica: não está sendo feita a limpeza no trecho tal, etc. e tal, e ele vai anotando essas críticas, e depois ele vai ter um tempo para estar respondendo essas críticas.

A SRA. IZILDA - Eu posso questionar lá na Regional?
 Eu paro um dia do meu trabalho e vou lá na Regional conversar com ~~o~~ o senhor. O senhor me atende?

O SR. ALBERTO ZANELLA - Claro, nós atendemos às terças e quintas, todos os meses e semanas a Regional está aberta à população. O Administrador recebe, eu recebo, todos nós estamos lá à disposição. E, diga-se de passagem, estamos recebendo muito mais do que o antigo ~~foi~~ administrador, que nem recebia a população.

A SRA. IZILDA - Veja bem, o prejuízo que temos no Pirajussara não é tanto o financeiro, mas é mais o ~~aspecto~~ moral. Prejuízo mo-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Folha n.º 583 do proc. N.º 135	CONT. APARTE
AL9	5	emira	enchentes	26.5.95	1milda	O funcionário	

ral é muito maior. Você tem boa casa, boa família, tem toda a sua vida constituída ali. De repente, você vê 2 metros de água na sua casa. E o Zanella falou que foi feita uma limpeza. Na região onde moramos não foi feita, não está a contento, e estamos com problemas imenso de ratos, e já pedimos e a prefeitura até agora não se manifestou.

O SR. MAURICIO FARIA - Dr. Zanella, o senhor vai ter um tempo depois para responder. Pediria a D. Izilda que encerrasse.

Vamos chamar o Sr. Carlos.

O SR. CARLOS - Eu concordo com o seu engenheiro e também concordo com a senhora que acabou de falar. Concordo com ele quando ele fala que 70% do rio não pode ser ocupado, é pelas pessoas?

~~Representante da comunidade~~ O SR. ALBERTO ZANELLA - São moradias, são fábricas, várias situações, mas 70% dele está com a margem ocupada.

O SR. CARLOS - Porque eu sou uma das pessoas que ocupa a beirada do rio, e estou como representante de mais ou menos umas 40 famílias. O rio, de fato, teve algumas máquinas, mas não chegaram a fazer serviço. E o que quero saber é se tem algum projeto para manejar essas pessoas que estão ali na margem do rio para outro lugar, e como seria isso? Isso o que eu gostaria de saber.

O SR. MAURICIO FARIA - Eu peço ao Sr. Zanella que anote

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
129	51	enira	enchentes	26.5.95	O funcionário	mauricio

Folha n.º 184 do proc.

ORADOR CONTAPARTE

O funcionário

mauricio

isso e depois eu dou um tempo para ele pegar as questões, uma a uma e dá uma resposta pelo menos breva. Se por acaso ele se esquecer, o senhor lembra a ele, na hora em que ele tiver a palavra.

Agora, o Sr. Hilton Milan, que é um líder do Movimento de Moradores do Córrego do Aricanduva, que vive uma outra situação, semelhante a outra região da cidade, e tem comparecido sempre à nossa comissão de estudos.

O SR. HILTON MILAN - Representa a maior vergonha da engenharia nacional, a canalização do Córrego Aricanduva.

Eu nunca pensei que projetassem projetos, ferindo totalmente a natureza, canalizando um córrego a 5 quilômetros, e na montante e também na jusante, 5 quilômetros é um desrespeito à natureza. A água, ao correr, ela vai ~~des~~ desmontando as bordas, porque é de terra. Em concreto, ela passa e vai encher o Rio Tietê, porém deixa muita coisa atrás, ~~ex~~ inundando as residências, que antes... (ininteligível)... mas, pela irresponsabilidade da prefeitura, desde há muito tempo eu tomai nota de 11 itens do que falava o Ednardo. Eu tenho um livro na cabeça, eu tenho a minha história, eu vi um garotinho de 10 anos ser levado pelas águas. Eu também tinha 10 anos. Posteriormente, salvei uma criança pela irresponsabilidade da prefeitura, no tocante aos itens aqui citados,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. RPAITE
A20	2	emira	enchentes	26.5.95	ninton	O funcionário

Folha n.º 35 do proc. 1297

O funcionário

~~xxxxxxxxx~~ vou me ater apenas ao último, em virtude do tempo.

Quando se fala em limpeza, temos também no Rio Aricanduva três ~~casos~~ casos: primeiro, me perdoem a clareza, mas é um desrespeito à comunidade, um desrespeito ao cidadão, não comparecerem aqui para representarem a prefeitura, EMURB E VIAS PÚBLICAS. Se escondem, semelhantes a ladrões, atrás de alguma coisa para assaltar uma criatura. E sem moral. Isso é desumano, é anticristão. No tocante à limpeza, eu tenho em casa um documento onde a prefeitura em 1985 contratou máquinas, inclusive 14 basculantes. Simplesmente as máquinas não apareceram. Aborrecido com aquilo e uma funcionária, digna de ser uma funcionária, me mandou pelo correio toda a cópia do contrato, um contrato de milhões, e máquinas não compareceram. E o córrego Rapadura, que desagua no Aricanduva, está totalmente sujo, porque quando se calque(?), mato desse lado, mato daquele, não se está limpando coisa nenhuma, está se permanecendo lá embaixo as bactérias, a sujeira, o entulho e tudo isso deveria ser jogado na casa do prefeito, quando ele é o prefeito.

* Segundo, máquinas, não, mas o contrato de uma empresa em 1985, similar uma limpeza com milhões de cruzeiros, no Rio Aricanduva, na parte coberta, onde, em virtude de tentar novo contrato, apesar de não terem realizado o desassoreamento, 2 jovens de 15 e 20 anos morreram

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
120	3	emira	enchentes	26.5.95	ninton	

afogados pela irresponsabilidade da bandalheira ali ocorrida. Deixaram 25 aberturas, que eu fotografei, e que as punha no jornal, na Gazeta local, quando 3x 2 garotos caíram com o carro dentro de uma dessas incríveis aberturas ali existentes, e onde o Vereador Walter Feldman, naquele tempo, ao chegar perto, saiu com medo, porque eram apavorantes realmente. E 2 jovens morreram.

Em 1994, ano passado, a empresa Nakano ali esteve contratada com 10 milhões de dólares e não executou o trabalho. Ficaram 50 dias com 2 máquinas sugadora, com tubos de 9 e 8 polegadas no topo da água, dizendo que iam retirar entulho. Eu sabia tenho tudo, eu fiz um relatório para o Prefeito Maluf, relatando 85 e 94, simplesmente não me responderam porque estão com o rabo preso.

Pedi informação à imprensa, solicitei à imprensa, 4 jornais de grande tiragem, protocolei, registrei no Correio e nenhuma delas me respondeu, onde eu digo "Pergunte ao Sr. Prefeito onde foram consumidos 10 milhões de dólares?" É tudo mentira, e ninguém suporta mais. Eu não suporto mais, eu tenho um livro na cabeça sobre tudo isso, no tocante ao Rio Aricanduva. Talvez vá ser a maior vergonha, novamente, da engenharia nacional, quando vem um engenheiro que não pertence à prefeitura, que não pertence a nada, mas representa a sua firma, propondo, in-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A23	4	emira	enchentes	25,5 95	nilton	

sistindo, exigindo que seja feito, embora seja inutil, vai ser realizado. Eu protestarei sempre, sim. Eu não concordo, não aceito que venham empresários, ou projetistas dando ordens, e a prefeitura dizendo amém, pois todos nós repartiremos o dinheiro desse povo que paga imposto.

Teria muito mais, mas vai cessar porque o tempo é curto.

Agradeço a todos, e devemos nos unir, enquanto o povo não for unido, eles não tratarão como seres humanos. E desumanos são eles que Deus não os perdoará e os castigará em nome do povo. Tenho dito.

O SR. MAURÍCIO FARIA — Obrigado, Sr. Nilton

O senhor Sérgio.

O SR. SÉRGIO EDUARDO PEREIRA — Sou relações públicas da Sociedade Amigos de Bairro Vila Campo Limpo. Desculpa-me se não sou tão eloquente quanto às demais pessoas que oraram aqui na frente, mas eu tenho dúvidas e queria perguntar a essa comissão.

Uma das dúvidas é com relação à Billings. Vamos travar uma luta dos inundados com a luta dos Verdes, que nos proíbe de bombear água para a Billings, mas podemos passar por enchentes. É isso o que estou entendendo daqui.

Outra coisa também é o Projeto Tietê, que ninguém tocou nesse assunto aqui. Costaria também da presença do Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 58 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário DA



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABRETE
A20	5	enira	onchentes	26.5.95	sergio	

do Taboão, para estar denunciando ali no Jardim Maria Helena, que há um,
não sei como adjetivar, um bota-fora, lixo, que ~~o pessoal está jogando~~

~~XX~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	1	a nt.	enche	26.5.95		

Folha n.º 589 do 2.º de 3.º de 1995

O pessoal está jogando o lixo lá em cima. Além de poluir o ambiente está deslocando o rio do seu leito. As margens do Taboão também estão sendo preparadas para moradia, o que não deveria acontecer e já que essas áreas não estão sendo habitadas, já estão preparando para que seja retida a água do Pirajugara ou piscinões. Eles estão preparando o loteamento que existe ali atrás e esse lixo que existe na encosta do Jd. Helena. Outra coisa que a doutora falou com relação aos casos de leptospirose. Nessas números inclui também os números que são atendidos em hospitais particulares? Acho que vai elevar bem mais esse número. Na região de Campo Limpo a maior parte da população atingida pela leptospirose não foram os favelados, foram pessoas que pagam seus impostos e que tinham o direito de... Ao invés de estar gastando com saúde esse dinheiro está sendo empregado na limpeza do córrego. Acho que não foi gasto nenhum dinheiro, nesta Administração, com a limpeza do córrego. Quanto à ocupação das margens, a gente não sabe o que é mais (ininteligível) Se ocupa as margens do rio com moradia, como acontece atualmente, ou com lixões como ocorre na Francisco de Holanda que margeia um dos afluentes do Pirajugara. Aquilo está se tornando um lixão a céu aberto. Outra coisa que queria falar seria para os vereadores, não sou técnico, sou morador, já que o nosso município está sofrendo com essas enchentes, deveriam colocar no currículo escolar, pelo menos na área municipal, a educação ambiental. É uma sugestão para os vereadores. Quando ao senhor a Zanella que desse mais informação a respeito da limpeza porque realmente nessa administração a gente está vendo muito pouco sendo feito no Campo Limpo, não só no córrego como em todas as áreas. Até certo ponto acabam desrespeitando as autoridades devido ao descaso que está acontecendo na nossa região.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	COM. PARTE
A21	2	ant.	enche	26.5.95			

O SR. MAURÍCIO - Quero perguntar a título de esclarecimento. É sabido que a Prefeitura de São Paulo através do Bid conseguiu 300 milhões de dólares e tem mais 200 milhões disponível em caixa do próprio orçamento, tendo em vista que o Pirajurara não foi contemplado, solicito aos vereadores se há possibilidade de intervirem e tirar uma verba emergencial para que se possa fazer uma limpeza mais profunda e adequada, como o enge. Zamella colocou, há o problema de disponibilidade de verba específica para esse tipo de trabalho. A segunda pergunta seria dirigida ao representante do Administração Regional. Tendo em vista que eles estão efetuando algumas limpezas e essas fotos mostradas foram tiradas por moradores não faz 15 dias, gostaria de convidá-lo para que no próximo dia 5, no DAE, ele aparecesse com cronograma para que possamos efetuar a limpeza tendo em vista que lá existe espaço físico para que a limpeza seja feita mecanizada. Obrigado.

A SRA. MAURINA MOREIRA - Eu Moro na rua Armondo Helio Figueiredo, que julgam como favela, mas não é porque não tem barraco, tem terreno particular. Esse senhor disse que está limpando. Disse que não limpa porque as máquinas não passam. No final do ano passou uma rede de esgoto, com aquelas máquinas escavadeiras, não é a mesma que tira do rio? (fala fora do microfone) Foi limpa porque quando a Erundina estava, era limpo e não acabava. Ela vai acabar se o senhor deixar, porque cada anelante que dá e não for limpa ela diminui a largura dela e vai sumir. O lixo, a gente foi na regional e disse que passa lixeiro. Nunca passou. O que vamos fazer com o lixo? vamos comer? Temos que jogar o lixo em algum lugar, tem que jogar no rio. Rato, não é mais rato não, é elefante. No



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	3	ant.	enchente	26.5		

quintal da gente tem rato. O que vai acontecer? Vamos morrer doente porque os ratos vão comer com a gente no prato, porque o capim está crescendo, o lixo está lá a rua está desmoronando. Temos móveis, como entra os móveis lá? O caminhão baú entra lá. O lixeiro não passa lá por quê? Quando deu enchente como deu para eles passarem e pegar os móveis, que agora, o lixo, não dá. Se você deixar desse jeito não vai dar para passar nem um carrinho de mão, ainda mais um caminhão de lixo. Nem remédio para matar rato estão colocando mais.

O SR. CUSTÓDIO MIGUEL - Eu queria saber se tem algum representante da regional do Butantã aqui,

O SR. MAURÍCIO FARIA - Infelizmente não temos nenhum representante da regional do Butantã. Convidamos o Jorge Luiz Monastério Telles Ferreira, administrador regional, ele confirmou que viria mas não compareceu. Aliás, tem ocorrido seguidamente na nossa Comissão. Os representantes da Prefeitura, em geral, confirmam a vinda, mas à última hora ou enviam ofício, ou fazem telefonema e apresentam uma determinada alegação para não comparecer. Nesse sentido já elogiei a presença do Sr. Alberto Zanella que é uma exceção, porque normalmente não tem havido esse comparecimento e vamos ter, na Comissão, de passar a uma outra atitude, de apontar essa postura de não colaboração de desrespeito da Administração com a Comissão de Enchente porque isso está afetando os trabalhos da Comissão. Nos faltam informações. Por exemplo, tivemos uma sessão só para o programa de canalização de córrego. O êxito desta sessão dependia da presença de alguém da Secretaria de Vias Públicas que confirmou a pre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 599 do processo
N.º 8 de 1995
2.º funcionário
CONT. APART. 1

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
A22	1	ant.	enche.	26.5		

sença, convidamos outros técnicos que vieram para um debate de nível, pretendíamos, sobre o programa de canalização de córrego e, no entanto, à última hora o representante da SVP não compareceu e isso criou um buraco que até agora não temos um quadro de informações oficiais sobre o programa Geprocav (?). Agora com o ofício enviado ao Vereador Vital Nolasco, anteriormente, com as informações do Sr. Zanella, consta que o Geprocav estaria incluindo o projeto de canalização do Pirajuçara. Mas, precisamos ter essa informação. Isso é oficial? Está dentro do programa de canalização de córregos? Inclusive ele está me apresentando ofício nesse sentido. Mas como foi assinalado por uma moradora, o Prefeito ontem, num programa de televisão, mencionou os projetos de canalização de córregos e não mencionou o Pirajuçara. Precisamos de uma informação oficial. As informações que temos tido sobre os projetos para certas áreas, são informações das empresas de projeto que estão trabalhando para a Prefeitura. Tivemos a presença de engenheiro Canholi, da Temac, que nos apresentou aquilo que provavelmente será feito no Aricanduva, mas ele representa a Temac, não a Prefeitura diretamente. De qualquer forma ele nos trouxe alguma informação, mas há uma distorção, porque quem deveria estar informando é a Prefeitura e não a empresa contratada para desenvolver o projeto.

Me estendi um pouco para informar o senhor. Infelizmente, o Sr. Jorge Luiz Monatério Teles Ferreira, apesar de convidado e ter confirmado a presença, não compareceu.

O SR. CUSTÓDIA MIGUEL - Peço desculpa e aguardo uma oportunidade para fazer minha reclamação.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADONCIONÁRIO	CONT. APARTE
A22	2	ant.	enchê	26.5.		

A SRª. CÉLIA REGINA -Gostaria de fazer minhas perguntas ao representante da Administração Regional. Uma seria referente a enchentes. Gostaria de saber quais são as medidas emergenciais que a administração adota quando ocorre uma grande enchente como houve dia 2 de fevereiro, porque pelo o que eu pude presenciar não houve um atendimento à população que ficou quase um mês dormindo no térreo, em cima de jornais. Infelizmente passaram daí 20, 30 dias, um colchonete para uma família onde havia 6, 7 pessoas dentro de casa e até mesmo a nível de alimentação. Outro ponto é que o senhor colocou que a população infelizmente vai ser obrigada a conviver com a natureza. Tudo bem, conviver com a natureza, mas a enchente já é demais. Acho que vamos ter que estar brigando. (fala fora do microfone) Sim, é a nossa natureza. Mas, não acho justo. Vamos viver com a natureza nadando, ou seja, tenho uma piscina perto da minha casa que posso estar usando a hora que bem entender e convidar a vizinhança. Outra coisa, referente ao atendimento que o senhor colocou que a Administração está sempre aberta. As terças e quintas a nível populacional, ou seja, tem 300 pessoas lá dentro todo mundo querendo falar e ninguém consegue falar nada. Eu fui lá e outro detalhe quando acontece um imprevisto num sábado você vai ter que aguardar até terça-feira para fazer a sua reclamação. Aconteceu o fato de uma enchente que foi dada num sábado. Passamos o sábado e domingo com aquele mau cheiro insuportável na porta, a regional mandou limpar a metade da rua. Eu moro na Martinho Lutero, mandou o começo da rua e o final dela ficou. Na segunda-feira, aquele sol, você não aguentava ficar dentro de casa por causa do calor e não podia sair para fora devido o mau cheiro. Estive na regional fiquei sentada durante duas horas aguardando o Sr. Alcides me atender



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
A22	3	ant.	enche	26.5

Folha n.º	594	do processo
ORADOR	CONT. APARTE	95

que não houve um retorno dele, tive que levantar a voz, me alterando, para conseguir uma resposta de vocês. Não houve um atendimento, sem contar que já havia feito a reclamação que uma das funcionárias simplesmente não anotou. Me deu o número de uma reclamação que cheguei lá não existia. Eu mandei uma carta a nível de associação, faço parte da associação de Campo Limpo, com fotos, devido um terreno baldio que há do lado de minha casa onde tive que solicitar a zoonose para fazer a desratização o lixo já invadia a calçada, está praticamente colado ao muro da minha casa. Também não fui atendida até agora.

Gostaria de fazer uma pergunta a ela que ela colocou os 20 casos de leptospirose, se foi só na região do Butantã, porque na região de Campo Limpo tivemos 36 casos. (fala fora do microfone)

O SR. NAURÍCIO FARIA - Só para esclarecer, a Dra. Ilda é médica veterinária do Distrito de Saúde do Butantã. Ela foi convidada não no sentido, a nossa intenção não era mostrar um quadro global, mas mostrar a gravidade com exemplo, sem entender que a situação no Campo Limpo não seja tão ou mais grave. Era apenas para trazer para as pessoas dados de uma médica veterinária sobre a gravidade do fenômeno das enchentes no aspecto saúde.

O SR. NILSON - Gostaria de fazer uma proposta. Está o presidente da Câmara do Taboão, e realmente lá o rio é divisa de município, agora o Sr. Zanella diz que tem vários trechos que a máquina não entra. Seria possível do lado que a máquina não entra e lá no Taboão entra, seria feito uma limpeza através de Taboão? Porque afinal de contas a



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
A23	1	ant.	enche	26.5

Folha n.º	595	do proc.
N.º	03	de 1995
ORADOR	O funcionário	
CONT.	APARTE	

enchente não dá só em São Paulo e Taboão vem colocando pilares e mais pilares jogando a enchente para São Paulo. Seria viável isso? Seria possível fazer um acordo entre São Paulo e Taboão para minimizar esse problema, pelo menos para conseguir essa limpeza?

O SR. ANTONIO ROCHA NUNES - Queria fazer uma pergunta ao engenheiro. Primeiro que temos umas famílias na beira do córrego que a máquina não entra para fazer limpeza, não tem condições como o senhor falou, mas tem condição de mandar carta cobrando 10 reais de multa porque a casa está caindo e tem condições de tirar esse pessoal ameaçando-os com cartas, com laudos que têm que abandonar a casa rapidamente, que é o caso de 5, 6 famílias que estão aqui, que foi um cidadão, um estúpido, uma pessoa que não tem condição de trabalhar nem como faxineiro, porque uma pessoa que não tem educação para conversar, acho que não tem condição de ser nada. Ela foi lá ameaçou os moradores, deixou um laudo com um tempo senão sair vão lá, mete a marreta e derrubam. Acho que isso é da sua área. Vou dizer uma coisa, não vou lhe criticar, acho que o senhor pode dar uma boa ajuda se o senhor quiser, a gente solicita, pelo menos o pessoal da região, que o senhor seja um pouco mais consciencioso e dê uma olhada que o senhor vai ver que tem várias áreas que a Regional tem condição de fazer muita coisa por nós. Só isso.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Passo a palavra ao Sr. Luiz Carlos ~~Albuquerque~~ Albuquerque Olandini (?) Versador da Câmara Municipal de Taboão da Serra.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DELEGADO
A23	2	ant.	anche	26.5	funcionário	

Folha n.º 596 de Proc.
 R.L. CONT. APARTE
 19 95
 Funcionário

O SR. LUIZ CARLOS ALBUQUERQUE ORLANDINI - Quero me dirigir

à Mesa, companheiro Maurício, dirigindo os trabalhos, vereador Vital, nos demais componentes da Mesa, sou filho de Taboão da Serra, sou vereador pelo segundo mandato, nascido naquela cidade. Tenho participado com o companheiro Eduardo de algumas reuniões, vejo alguns rostos muito comuns, algumas pessoas amigas, quero responder algumas perguntas com muita clareza, claro que o objetivo de todos nós vereadores é trabalhar com muita clareza. Só que às vezes é preciso falar algumas verdades e quando se trata de falar verdades fica meio dolorido. A problemática é esse tipo de coisa. Entramos por um sistema e gostaria, com anuência do Presidente, anunciar a presença do Sr. Silas Manoel que representa o Prefeito José Vicente Buscarini, que é companheiro de Taboão da Serra e trabalha na assessoria do Sr. Prefeito.

Quero falar em nome da Câmara Municipal, não tenho procuração para falar em nome da Prefeitura, mas tenho que responder algumas perguntas, porque o que se diz em administração pública municipal estamos preparados para responder qualquer tipo de pergunta, porque temos um vasto conhecimento não só na área política mas na administrativa também. Um dos companheiros dizia que temos lá um lixo no Jd. Helena, onde não é bem Jd. Helena, pegamos uma parte do Jd. São Mateus que faz fundo com o Jd. Helena, Jd. Ferreirinha de São Mateus que tem até representante que estava aqui na reunião. O problema é que aquela área é particular, o que o prefeito pode intervir lá é fazer com que o proprietário da área selecione o material que vai ser colocado lá, proibir, a não ser que ele mande uma lei específica para a Câmara proibindo que chegue lá os dejetos, lixo. Se o prefeito mandar uma lei proibindo dessa natureza, vamos



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OPERAÇÃO	CONT. ARTS
A24	3	ant.	enche	26.5	O funcionário	597 do proc. 13 CONT. ARTS 25

fazer uma avaliação, passar pelas comissões e clarear um amplo debate. Dá até para proibir jogar lixo lá, só que é uma área particular. Entramos num sério risco de receber um mandado de segurança, porque é área particular e você não pode privar o proprietário tomar suas medidas, fazer o que bem entende. Partimos do princípio seguinte, não quero fazer nenhuma defesa sobre o que está acontecendo no fundo do Jd. Helena, tivemos presentes, elas começaram a tirar o lixo do Tietê, o barro do rio Pinheiros, aquele lixo que sai, o esgoto, eles começam a remover e foram levando para lá. Nós corremos lá com vereadores da cidade e não permitimos que eles jogassem aquele tipo de material. Se ele está fazendo um aterro e tem necessidade de fazer um aterro, é claro que ele tem que fazer com terra boa, passa pela engenharia da prefeitura paga um laudo, uma autorização e vai fazer o seu aterro e não trazer lixo de fora, fazer um bota fora, aproveitando o lixo de São Paulo, a limpeza do rio Pinheiros e parte do Tietê levando para Taboão da Serra porque é a solução hoje. Aquilo é do Dr. Paulo, da Intra, que comprou faz 2 ou dois anos e meio e já estive conversando com ele algumas vezes para que ele conseguisse disciplinar aquele tipo de coisa. Já vimos pelos slides um companheiro mostrando uma parte do Ferreirinha e a parte de Campo Limpo. Ali foi feito um muro e eu trabalhei muito para que aquele muro acontecesse. Mas como foi feito aquilo? Aquilo foi feito dessa forma. Conseguimos, com algumas reuniões no bairro, não permitir que a Engemix, que é uma empresa de engenharia e que faz concreto na cidade, conseguisse sair da cidade. Ele não tinha como atravessar o córrego senão passar por dentro do Ferreirinha em São Mateus. Por algumas vezes bloqueamos a passagem da Engemix. Qual foi o melhor remédio? Foi chamar o prefeito, a com.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
124	2	ant.	enche	26.5	O funcionário	

Folha n.º 598 do proc.
 N.º 3 de 395
 ORADOR: O funcionário
 CONT. APARTE: 18

munidade e fizemos um acordo com a comunidade. A Engemix vai fornecer o concreto, vai dar o cimento, ferro, e vamos fazer um muro de contenção no córrego, e que a prefeitura levou dois anos para concluir o muro que já pegou pelo caminho errado. Foi um trabalho da comunidade, destas reuniões como vocês estão fazendo e conseguimos fazer aquela pequeno muro que deveria ter sido da extensão do córrego Pirajuçara inteiro, em toda parte do Taboão. Então, é uma luta nossa, comum e de igualdade para todos nós. Não importa se é Campo Limpo, São Mateus ou Ferreirinha, importa que precisamos fazer a canalização do córrego. Já ouvimos as cobranças. Agendei, liguei para o assessor direto do Maluf, bati algumas vezes lá, bati nele deu novo numa reunião que tivemos num congresso no Ipirapuera, conheci o Jesse (?), briguei com ele eu ajudei o Maluf em fui convencional em 78 e hoje não me recebe no gabinete. Vou pedir aos companheiros vereadores que trabalham de fato, que façam já uma indicação, requerimento ou moção pedindo para o Maluf começar já a desapropriação às margens dos córregos, principalmente o Pirajuçara, para começar a entrar as máquinas para fazer limpeza porque a obra está contratada para ser feita e não tem espaço. Precisamos fazer um trabalho em conjunto, fazer com que o Maluf faça um decreto de utilidade pública, vamos desapropriar rapidamente e está resolvido. Vamos remover o pessoal que está morando nas margens do córrego, nos mocambos, nas palafitas, barracos, o Cingapura não está aí, vamos auxiliar esse pessoal e colocar cada um numa boa casa. Tira o pessoal, desapropria aquilo, o Maluf tem condições para isso. Não vai pagar desapropriação agora. Note as máquinas, vamos desobstruir o Pirajuçara. Eu ajudei o Maluf em algumas campanhas, senhores petistas e aprovo hoje veementemente o governo Erundina, dou nota 10.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTÁBIL
A24	3	mt.	enche	26.5		

porque investiu no social o Maluf não investe no social, não está preocupado com quem mora a margem do córrego, porque não elege prefeito, governador de Estado, nem presidente da República. Quem trabalha em torno de vocês são os vereadores que sofrem 24 horas por dia que é o seu elo de ligação, o seu representante legal, o poder mais forte da nossa união é o poder legislativo. Esses cidadãos são os responsáveis pela cidade de São Paulo, eles aprovam as leis, Maluf só executa, só desaproprria e não faz o necessário para a nossa população poder viver tranquilamente. Precisamos continuar nesse propósito de trabalho, continuar com esta luta justa, pensar o prefeito de Taboão da Serra, não tenho procuração nenhuma para fazer defesa, não sou da corrente que apoia o Buscarini, mas quero fazer uma menção sobre a fatura da nossa cidade a receita municipal, em detrimento ao que acontece na receita de São Paulo. Temos uma disparidade muito grande na receita, Taboão arrecada 5 milhões de reais por mês, sendo que 50% é absorvido na folha de pagamento dos funcionários municipais. O prefeito Buscarini não tem pelo menos a 15% da receita para investimento na área de 22 quilômetros quadrados, com 105 bairros.

~~Maluf é o responsável pelo estado de São Paulo~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO CONT. APARTE
A25	1	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

mil e trezentas ruas cheias de problemas e uma população carente em vinte e dois quilômetros quadrados, quarenta e duas favelas. Isso representa, Sr. Presidente, pelo menos duas favelas por quilômetro quadrado.

Então, a nossa cidade não é diferente. E por que que ela cresce dessa forma? Porque São Paulo pressiona, vem um Jânio louco, louco varrido, dá uma devastada num pedaço de São Paulo, vai para Taboão da Serra. Vem a Brundina, consegue contornar algum problema, alguma coisa e ainda assim sobra uma rebarba para nós, para Taboão da Serra. Vem o Maluf com todo esse apetite dele de fazer as obras monstruosas e talvez... enfim, cada povo tem o governo que merece, mas eu acredito nas eleições. Então os três de outubro vem sempre por aí e quinze de novembro também. Então, vem o Maluf, toma as suas medidas necessárias, faz aquilo que é preciso dentro de São Paulo, sobra para Taboão da Serra um outro pedaço de São Paulo. E é dessa forma que numa receita com os recursos poucos, de uma situação muito difícil, o prefeito e a câmara sofrem a pressão da população, onde nós temos também uma dificuldade terrível.

Sr. Presidente, para que o senhor saiba, para que o outro Vereador saiba, o nosso ginásio de esportes... para que que né gi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 601 do proc.
N.º 03 de 1985

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A25	2	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

násio de esportes? Não é para esportes? Me parece que é para espor-
te, mas nós não temos esporte. Sabe o que acontece no nosso ginásio
de esportes? Moram famílias lá dentro, pessoal que foi desabrigado
lá, da margem do Campo Limpo, lá do Maria Helena, São Mateus, de to-
do lado da cidade, pessoas que caíram nos morros. Então, nós temos
que chamar a atenção das autoridades, chamara a atenção do Prefeito Dr.
Buscarini, chamar a atenção do Prefeito Maluf para suas responsabi-
lidades, como disse aqui aquele cidadão que me antecedeu, aquele se-
nhor mais idoso, me permita dessa forma me dirigir ao senhor, mas é
uma verdade o que o senhor colocou aqui, tem coisas que o senhor viu,
uma criança ser tragada com dez anos, que não tem dinheiro na socie-
dade que repare, que prefeito nenhum, nem governador, nem presiden-
te, nem vereador, ninguém consegue reparar uma vida humana, sendo
que é um desleixo dos nossos administradores, principalmente ao tan-
ge a essa condição que é apresentada por nós hoje.

As vezes, sentimos vergonha de ser político porque nós esta-
mos nos omitindo, nós não denunciemos a verdade dos fatos. Estou
aqui observando todo mundo, Sr. Presidente, sei que o senhor tem que
limitar esses tempos, até colocaria como uma questão de ordem isto,
mas com a amuência de V.Exa., com sua tolerância, quero concluir p



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 602 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
E25	3	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

meu raciocínio, Quero colocar a Câmara Municipal de Taboão da Serra à disposição dos senhores, não importa onde o senhor mora, não importa o que o senhor faz; importa o que o senhor está fazendo, e que o senhor está defendendo. Eduardo, a Câmara é sua a hora que você quiser, eu tenho uma estrutura tão boa quanto a Câmara de São Paulo para lhe receber, lhe proponho fazer o debate, dou toda a estrutura da Câmara, a assistência que for necessária, quero ter... inclusive eu recebi uma crítica, Sr. Presidente, rapidamente, no Jornal da minha cidade porque eu fiz um trabalho com o Eduardo lá e mandei para o pessoal, como ficamos conversados lá, Sr. Eduardo, mandei algumas correspondências, me parece que a senhora deve ter recebido lá no Ferreira, em São Mateus, uma correspondência do pessoal que foi atingido pelas enchentes.

Mandei três mil correspondências, O jornal, e por intermédio não sei de quem lá, por forças ocultas, veio de porrada em cima de mim dizendo por que que estou fazendo um trabalho demagogo desse aqui, que o pessoal das enchentes não tem participação comigo, que eu não tenho porque more em lugar alto, sou vereador em Taboão da Serra e que eu não tenho que estar participando de forum de debate de bacía. Vocês são meus irmãos ou não? Nós somos iguais perante a Deus



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

603
03
95
O Inscrito

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A25	4	Monteiro	OEE-Enchente	26.05.95		

ou não? Então, somos iguais perante à sociedade e tenho que defendê-los em qualquer circunstância, não importa onde o senhor mora nem onde o senhor vota. Eu, para entrar aqui e para entrar com o Eduardo lá, não perguntei qual era a cor do partido dele nem se ele tinha título ou em quem ele votava. E não me interessa saber. Estou no mandato, sou vereador e tenho que representar da mesma forma que esses edis de São Paulo estão fazendo com vocês aqui hoje. Alguns desses Vereadores pediram o título de vocês para saber onde vocês votam, se vocês têm título? Então, estão trabalhando por vocês. Estão fazendo algum favor? Não, estão cumprindo a sua missão, seu direito de legislador paulistano que são, estão cumprindo seu dever. E é o que nós precisamos fazer.

Eduardo, minha Câmara está à sua disposição, à disposição do Sr. Presidente, dos Vereadores de São Paulo. Vamos fazer com que Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo, nos torne instrumento de sua paz. Muito obrigado, gente. (Palmas)

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 604 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A25	5	Monteiro	OBE-Enchente	26.05.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Muito obrigado, Vereador
Luís Carlos Aboucar Kanadir (?), Presidente da Câmara de Taboão da
Serra.

Passo a palavra agora, para as considerações finais, ao ...
vamos ouvir primeiro o Eduardo, só que pediria que todos fossem bre-
ves.

O SR. EDUARDO LEITE RIBEIRO - Eu queria colocar algumas pe-
quenas questões aqui. Uma delas é realmente um agradecimento ao compa-
recimento da Administração Regional, aliás o primeiro representante
da Administração Pública de São Paulo que comparece a esses debates.
E, além disso, fazer um convite, mais do que um convite, um aintima-
ção, para comparecer, no dia 05.05, no Comitê de Bacia no DAE. Como
eu coloquei, nós conseguimos constituir esse Comitê de Bacia, que de-
ve reunir Prefeitura de São Paulo, Prefeitura da Cidade Universitária,
Prefeitura de Taboão da Serra, Prefeitura do Embu, DAE, Eletropaulo
etc., enfim, todo mundo que intervém na bacia.

A natureza não se comporta diferente em São Paulo do que no
Taboão, o rio é único, a população é uma única, todos nós sofremos
as consequências das enchentes, todos nós sofremos leptospirose. E



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 605 do proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
A25	6	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

aqui eu queria ressaltar o Butantã, é uma área talvez menos problemática do que o Campo Limpo, porém isso não significa que nossas casas estejam protegidas por canalizações bem feitas, pelo contrário. Antes da canalização, não entrava água na minha casa, depois da canalização passou a entrar água na minha casa. Então, isso nós temos que ter claro: a população é uma única. Conclamo todos os moradores que aqui estejam a participar de uma única comissão, isso nos fortalece, isso nos permite dialogar com as autoridades de uma maneira mais forte. Nós temos comissões por bairros, mas existe uma comissão que pega a bacia inteira, reunindo todas essas comissões de bairro. Então, participamos das reuniões do DAB com informações de cada um dos pedaços do rio. Isso é extremamente importante por que é o morador da região, é o morador da beira do rio, que conhece o rio, que sabe qual é o problema do rio.

A dificuldade de limpeza do córrego às vezes realmente existe, precisamos construir acessos que permitam essa limpeza. Se não tem jeito, se não dá para ser ocupada daquela maneira a margem, então vamos retirar os moradores daí e vamos desocupar a margem, mas tem que dá para entrar no rio. Nós limpamos as galerias da Avenida Caxingui que nem margem tem, elas estão embaixo da terra e existiu

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 606 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E26	1	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

técnica suficiente pra entrar lá com um trator, retirar a limpeza, carregar para fora, colocar em cima de um caminhão e levar embora. Quer dizer, o rio a céu aberto, mesmo com a margens ocupadas, é mais fácil de limpar do que uma galeria. Então, solução técnica para limpeza existe.

Na última reunião do DAE, colocamos algumas tarefas para essa do dia 05.06. Umamêlas foi que a SVP conseguisse trazer, para a próxima reunião, as administrações do Campo Limpo e do Butantã para que se pudessem fazer, junto com Taboão da Serra, um cronograma urgentíssimo de limpeza. Taboão da Serra, o prefeito inclusive estava já na primeira reunião, se compromete a participar com todos os esforços que estiverem ao seu alcance; alega ele que é uma Prefeitura pequena, muito mais pobre do que a Prefeitura de São Paulo, isso a gente tem que reconhecer. Mas o Taboão pode limpar dez metros de rio? Então vamos ver quais são os dez metros de rio, que tenha acesso pelo lado do Taboão de preferência, e vai lá e limpa. A Prefeitura de São Paulo tem capacidade de limpar duzentos metros de rio, então vai limpar duzentos metros de rio. Se tem que entrar pelo Taboão ou se tem que entrar por São Paulo, tanto faz, mas vai lá limpar aqueles trechos. O DAE tem condições de limpar mais trezentos metros de rio?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 60x 42x 95
N.º 03
O. 1.ª Sessão: 11.00

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - APASTE
A26	2	Monteiro	26.05.95			

Então vai limpar trezentos metros de rio. Vamos unir os esforços das diversas prefeituras, Estado etc., dividir aquilo lá em trechos e cada um limpa um determinado trecho, priorizando, evidentemente, os trechos mais complicados.

Então, eu queria fazer esse convite-intimação para que as duas Administrações Regionais comparecessem para poder, junto com a Prefeitura do Taboão da Serra, organizar essa limpeza.

Queria também estender um convite à Comissão de Vereadores para que, junto com a comissão de moradores e junto com as administrações Regionais, acompanhassem, verificassem o rio. Quer dizer, a limpeza existe, mas não mostramos aqui uma fotografia de um automóvel dentro do rio e esse automóvel está numa região em que a margem tem acesso e está lá desde o dia 2 de fevereiro. Quer dizer, se bobear, a daqui a pouco ele está embaixo da galeria também. Ficou lá um caminhão um tampão, acabou entrando na galeria. Quer dizer, aquilo tem que ser retirado com urgência. Existem muros caídos, tem de ser retirados com urgência. São justos pontos de estrangulamento, pontos em que ocorrem inundações com muita facilidade. Então, esses pontos têm que ser trabalhados prioritariamente.

Finalizando, voltar a falar sobre a importância da organização da população. Conclamo, mais uma vez, todos os bairros que têm comis



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 608 do proc.
N.º 03 95

ORADOR) 1111

CGNT. APARTE

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR)	CGNT. APARTE
A26	3	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

são organizadas: vamos sentar juntos, vamos nos reunir ainda hoje aqui, trocar telefones etc. para que a gente passe a fazer uma ação conjunta desde o mais longínquo Pirajuará até a Cidade Universitária. Só assim a gente vai conseguir fiscalizar cada lixo derrubado dentro do rio, cada trecho que cai e que tem que ser consertado e assim por diante.

Existe, além do carro, não conseguimos mostrar a fotografia que não ficou boa para sair no eslaide, um eucalipto, um tronco de eucalipto de cerca de oito metros de comprimento, que está entalado na ponte do Family, em frente ao Family, pronto para entrar na galeria. Quer dizer, se ele entra na galeria, vai mais uma vez bloquear a galeria e dar um trabalho desgraçado para tirar lá de baixo. Esse tipo de coisa é o morador daquela região que está vendo. Então, é extremamente importante a ação da população e a constituição dessa comissão perante os poderes cons-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
A26	4	Monteiro	OEE-Enchente	26.05.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Obrigado, Eduardo, Dra. Ilda, para suas considerações finais, agradecendo mais uma vez a sua presença.

A SRA. ILDA GUTTERA FRANCO - Gostaria de esclarecer alguns pontos que acho que não ficaram claros na minha apresentação. É o seguinte: os casos que apresentei referem-se apenas aos casos do Instituto Butantã, ao qual eu pertença. Esses casos são apenas os casos graves, porque, de um modo geral, os casos leves passam despercebidos, como se fosse uma gripe. De um modo geral, os casos graves representam de cinco a dez por cento do total de casos de um surto. Ou seja, é provável que a gente tenha muito mais casos do que esses 9, quem sabe trinta, quarenta, não sei. Muitas pessoas contruíram gripe, mas na realidade o que elas tinham era leptospirose. Então, era a isso que eu queria colocar porque acho que a com a rapidez com que apresentei aqui os nossos dados esse dado passou despercebido.

A segunda colocação que eu gostaria de fazer é a seguinte: os gastos elevados que o sistema de saúde tem dispendido no tratamento desses doentes na realidade deveriam ser gastos na promoção da saúde, em atividades de prevenção e não em atividades curativas. É



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	IL.	CONT. APARTE
A26	5	Monteiro	CEB-Enchente	26.05.95			

isso que eu quis colocar nessa minha apresentação. Muito obrigada.

(Pausa) Ah, sim. Todos os hospitais são obrigados a notificar determinadas doenças como, por exemplo, a leptospirose. Então, eu tenho aqui, dentre esses nove casos, casos do Hospital Alberto Einstein, casos do Hospital Igatemi, então é assim, toda a rede nos notifica com a maior presteza porque elas têm interesse de que nós desenhamos essas ações de campo.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Obrigado, Dra. Ilda. Passo a palavra então a palavra ao Supervisor de Obras da Administração Regional do Campo Limpo, Sr. Alberto Zanella, agradecendo também a presença dele hoje aqui conosco.

O SR. ALBERTO ZANELLA - Muito obrigado. Meus amigos, quero que vocês entendam uma coisa muito importante: nós somos colaboradores da Administração Municipal e eu também sou um munícipe, sofro tanto quanto todos vocês os efeitos de uma boa ou de uma má administração. Portanto, não estou aqui numa posição antagônica, por favor entendam que estou numa posição de colaborador de vocês.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

611 01 103
M.º 03 03 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
427	1	Monteiro	CEE-Enchante	26.05.95		

Então, gostaria de fazer algumas considerações, que são as seguintes: recebemos, há uns 15 dias atrás, o nosso colega ali solicitando a limpeza da Martinho Lutero, lembra-se?, e nós vamos, já está programada, vamos fazer a limpeza do trecho lá da Martinho Lutero ainda neste primeiro semestre, provavelmente na primeira quinzena de junho que vem.

Com referência ao remanejamento das famílias para possíveis limpeza: não há nenhum tipo de previsão dessa forma, as famílias que estão alocadas nas margens dos córregos aí estão por uma falta de opção e nós, da Administração Municipal, a não ser em casos extremamente necessários, removemos essas pessoas. Então, não existe programa de remoção para limpeza, pelo menos que seja do meu conhecimento.

- o - o -

* Intervenção fora do microfone.

- o - o -

O SR. ALBERTO ZANELLA - Eu queria dar uma olhadinha na interdição porque, provavelmente... (Pausa) O que existe aqui em minhas mãos é um auto de interdição. (Pausa) Guardadas as devidas propor-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A27	2	Monteiro	CEE-Enchante	26.05.95		

gões, pediria para vocês o seguinte: o auto de interdição numa administração municipal é lavrado quando a gente percebe que tecnicamente há perigo de vida. (Pausa) Se você estiver morando numa área de risco, numa área que potencialmente ofereça riscos à sua segurança pessoal, a Administração pode fazer essa intimação para você. (Pausa) Então, você ~~pode~~ pode recorrer à Regional, solicitando uma vistoria técnica mais profunda. (Pausa) Ah, não fala isso. Por favor, eu pediria para você, por gentileza, se você tiver a bondade de me procurar na Administração na terça-feira, não é da minha área, essa área é supervisão de uso e ocupação do solo, mas eu falhe encaminho e procuro resolver seu problema. (Palmas) É das nove até às quinze horas, terças e quintas.

O SR. _____ (Longe do microfone) - Complemen-

tando o que ela disse, esse engenheiro Paulo Hissao é o mesmo que foi lá onde eu morei e ele simplesmente chega, como ele chegou das outras vezes, chegou na frente de todo mundo, inclusive só tinha as mulheres porque os homens trabalham, chamou todo mundo e disse: "Olha, todo mundo tem que sair daqui no máximo daqui a um mês." As mulheres falaram: "Mas a gente tem filhos." Ele falou: "Não, a gente não quer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 613
N.º 03 de 15
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A27	3	Monteiro	CCE-Enchente	26.05.95		

saber porque eu não fiz nenhum.*

O SR. — Para o senhor ver como é esse eng
genheiro.

- o - o -

- Conversas paralelas.

- o - o -

O SR. (Longe do microfone) — Eu não conde-
no o serviço que ele fizer, condeno é a forma de ele chegar, e não ter
educação. É uma autoridade que tenho aqui e estou colocando isso agora.

O SR. ALBERTO ZANELLA — Está bem, vamos cobrar esse aspecto
da educação, da urbanidade no tratamento com a comunidade.

Vou falar sobre a Rua Francisco de Holanda. Essa rua é um
dos pontos críticos, está elencado entre os 27 pontos que eu falei.
Então, falar se o lixo ou a moradia deve ocupar a rua, nem uma coisa
nem outra, a gente acha que a melhor forma de morar é num local
limpo, num local que tenha as condições mínimas de infra-estrutura



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INTER. CONT. APARTE.
A27	4	Monteiro	CER-Enchente	26.05.95		

básica de saúde, muito sanitariamente boa etc.

Com referência ao financiamento do BIRD, o que existe de intenções firmado, a verba, existe já a liberação, vamos dizer, nos papéis, existe acordo desse dinheiro vir para o Brasil, já existe toda uma documentação fundamentando esse pedido do Sr. Prefeito, mas efetivamente esse dinheiro ainda não chegou para a gente. Então, assim que ele chegar o Sr. Prefeito, com cortesia, vai utilizá-lo da melhor maneira possível, acredito.

Aceito o convite feito pelo colega para, no dia 5 de junho, estar presente lá no DAE. Estamos à disposição, gostaria que você, por gentileza, remetesse um convite ao Sr. Administrador e, se ele não honrar com a representação, lá estarei. Caso contrário, ele manda outra pessoa. (Pausa) Tudo bem, vou saber se lá está.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Acho que nesse particular seria bom, depois, passar uma cópia para ele do convite porque, tendo interesse, ele pode...

- o - o -

- Intervenção fora do microfone.

- o - o -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORAÇÃO	DEB. FUNCIONÁRIO	CONT. APARTE
A27	5	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95			

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Em seguida, sobre de nós, Vereadores, que eu lhe respondo. Só para não misturar. Logo em seguida, a gente responde.

O SR. ALBERTO ZANELLA - Outra coisa importante é a comunidade saber que o Córrego Pirajuçara tem trechos em que se usa uma máquina chamada "drag-line", que é aquela que tem a torre bem grande, é uma máquina brutal e existe trechos do córrego que nós limpamos com outro tipo de máquina, mais leve. Então, às vezes dá para entrar um tipo de máquina, às vezes outro tipo, mas a gente tem uma preocupação de manter a integridade tanto das estruturas das moradias, tanto das estruturas de suporte que ficam às margens dos córregos, os muros, e também da pavimentação que eventualmente exista. Então, existe o aspecto técnico que envolve às vezes uma limpeza de córrego que a comunidade desconhece e que, na medida do possível, na medida em que houver interesse de vocês, estaremos disponíveis para explicar. Embora não seja um assunto afeto a vocês que sofrem os efeitos, mas tecnicamente existe uma explicação de porque se usa uma máquina, porque se usa outra, por que não se aprofunda um córrego dois, três metros, por que se limpa somente na sua superfície, enfim, tudo isso é feito



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 611 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A28	1	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

não aleatoriamente, mas obedecendo algumas normas de execução, algumas cuidados mínimos para que possa garantir a tranquilidade e a moradia de todos. Não adianta eu limpar o rio e fazer um efeito negativo, em causar um outro tipo de problema paralelo.

Na Armando Eício Figueiredo também é um dos pontos críticos. Temos lá um problema sério, que se a sustentação do leito da rua. Há que se fazer um muro lá de uns trezentos metros de comprimento, monstruoso, um custo fabuloso que a Administração Regional de Campo Limpo não pôde absorver até hoje por conta de que seria um dinheiro colocado hoje lá no rio e poderia, dentro de pouco tempo, se perder essa verba toda por conta de que aguarda-se ansiosamente a canalização do trecho do Pirajubarã.

Com referência às emergências, perguntaram-me o que a Administração faz nos seus atendimentos de emergência. Existe no Município, um conselho, é o Conselho de Defesa Civil, a Comissão de Defesa Civil, a CONDEC, que tem toda uma estrutura de atendimento, ela atende no socorro do abrigo, no socorro do alimento e no socorro de acidentados. Nessa CONDEC existem envolvidos médicos, bombeiros, engenheiros, assistentes sociais, é todo um grupo de pessoas que trabalham no sentido de dar um apoio à população.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 617 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A28	2	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

Ocorre que, fisicamente, às vezes não temos condições de remover todo mundo. Às vezes nós não temos nem local para abrigar todas essas pessoas e elas então são atendidas, até de certa forma, reconheço, precariamente, mas de qualquer forma são assistidas pela comunidade e existe todo um mecanismo que é desencadeado, a partir do momento que somos acionados pela emergência, para dar um mínimo de atendimento, de conforto àquela que está sendo acometido de alguma catástrofe, algum problema. (Pausa) Envolvidas em todos os problemas de São Paulo porque nós não tivemos uma situação localizada em Campo Limpo, nós tivemos uma situação generalizada em todo o Município. Campo Limpo recebeu... (Pausa) Não, não foi esquecida. Eu, inclusive, assisti... (Pausa)

A SRA. (Fora do microfone) — A minha casa foi utilizada para distribuir comida para o povo porque não tinha lugar para se fazer. Não tinha nem fogão para cozinhar.

O SR. ALBERTO ZANELLA — Eu gostaria de dizer para vocês o seguinte: a Administração de Campo Limpo é uma administração que está sempre atenta aos problemas da comunidade. Nós não temos possibilidade de resolver tudo. Agora, dizer que houve omissão do Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 618 do proc.
N.º 03 de 1995
O. 10.10.10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
A28	3	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

Municipal isso não é verdade. O Poder Municipal esteve presente, talvez não esteve presente com a intensidade e de acordo com as necessidades, mas que o Poder Municipal se fez presente sim, houve preocupações, nós passamos mais de... várias e várias noites lá, sem dormir, porque os acidentes se sucediam, as enchentes, as olamidades, houve-ram vários tipos de acidentes. Ocorre que a nossa capacidade de atividade, de atuação, é limitada por circunstâncias físicas muitas vezes. O colega quer um aparte, se vocês permitirem...

O SR. EDUARDO LETTE RIBEIRO — Acho que em boa parte, nesse aspecto, nós, população do Pirajuçara, somos culpados. A população do Jaguaré conseguiu constituir a Comissão de Defesa Civil do Jaguaré, nós não constituímos a nossa. A estrutura da Defesa Civil funciona com base na própria população mesmo, é uma estrutura civil de defesa. Então, as regiões que não se organizaram, e aí cabe a responsabilidade do Poder Público por não ter levado essa organização até lá, mas algumas regiões conseguiram se organizar, apesar disso, como o Jaguaré.

Então, nessas situações mais dramáticas, a população é melhor atendida porque só a população mesma pode definir as necessidades de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 619 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A28	4	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

atendimento numa hora dessas. Então, a distribuição de alimentos, a distribuição de colchonetes, todo esse tipo de coisa...

— o — o —

— Intervenções paralelas.

— o — o —

O SR. EDUARDO LEITE RIBEIRO — Graças a vocês. Lá no meu pedaço também, a gente é que foi salvar vizinho, a gente é que subiu no telhado, a gente que fez isso, que fez aquilo.

Agora, na região do Jaguaré, eles têm uma comissão de defesa civil. Então, essa CONDEC, que é a comissão do Município atende aos chamadas. Agora, nós nem sequer chamamos. Quer dizer, isso não é a Administração Regional que faz, é essa Comissão de Defesa Civil. Então, isso é um ponto necessário para a nossa organização. Quer dizer, precisamos nos organizar em termos de defesa civil para conseguir reagir rapidamente numa situação como essa, conseguir que o socorro chegue até a gente na hora necessária.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARE
A28	5	Monteiro	CEE-Enchente	26.05.95		

O SR. ALBERTO ZANELLA - Muito bem. Eu gostaria de dizer tam

bém o seguinte: nós nos defrontamos hoje com uma situação absoluta-
mente atípica. A Administração Regional de Campo Limpo está carente
de mão-de-obra, de maquinários, de veículos. Então, nós desenvolvemos
lá algumas atividades de conjunto com a comunidade. Então, estou con-
citando a todos aqueles que têm interesse de fazer algum trabalho
para a comunidade, de utilidade pública, que busquem na Regional al-
guma forma de ajuda para que possamos fazer uma parceria. Estou fa-
lando em vielas, estou falando em calçamento, em pequenos muros de
arrimo, estou falando em algumas obras de guias e sarjetas, peque-
nas obras que a comunidade pode fazer.

Caso contrário, realmente fica difícil porque a demanda é
muito grande e não temos possibilidade de atender todas as necessida-
des, nem perto das necessidades, nem vinte por cento do que Campo
Limpo necessita. Então, quero que todos entendam que existe na nossa
parte uma consciência profissional grande, existe uma consciência
social dos problemas, nós sabemos das dificuldades dos moradores de
Campo Limpo, eu também moro na periferia, moro em Pirituba, um bair-
ro tão carente quanto Campo Limpo. Nós sofremos efeitos lá outros
que não sejam das enchentes, mas nós temos outros tipo de calamidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ordem n.º 621 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A28	6	Monteiro	GEE-Enchente	26,05,95		

Embém temos alguns problemas sérios e a gente busca, lá em Porituba,
essa solução conjunta,

~~Assinatura do Sr. Monteiro~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 622
N.º 03
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E29	1	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

Então, eu faço parte de um grupo de pessoas lá, não como engenheiro, mas como munícipe, e nós fazemos muitas coisas, inclusive campo de futebol, pequenas atividades interessantes, centros esportivos, quadras, vielas, muros, uma infinidade de pequenas praças.

Hoje, quem vai em Pirituba, vai notar que existe, realmente, uma movimentação bastante grande, um agrupamento dos moradores em torno dos interesses comuns. Em Campo Limpo precisa se criar esse tipo de coisa também e não somente delegar as obrigações ao poder municipal mas também procurar algum tipo de ajuda mútua. Temos conseguido pequenas coisas, embora em pequena escala, mas temos conseguido.

Gostaria de agradecer pelo convite. (Pausa.)

X - X - X

- É feita uma pergunta fora do microfone.

X - X - X

O SR. ALBERTO ZANELLA - Bem, quanto aos terrenos

baldios eu gostaria de dizer a vocês o seguinte: a comunidade muitas vezes ignora que a obrigação de manter o terreno limpo, cercado e murado é do proprietário. Nós, do poder municipal, nos limitamos a intimar, a multar e a usar de todos os mecanismos para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 623 do proc.
n.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARARTE
E29	2	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

que o dono do terreno acabe ficando conscientizado de que ele tem um patrimônio e de que precisa zelar por ele. Mas nem todos têm a consciência para isso, nem todos têm aquele terreno como um investimento, muitos o têm como especulação, muitos recebem de herança e nem sabem onde é, muitos já morreram, enfim, lamentamos que seja assim.

X - X - X

- A mesma pessoa faz uma observação fora do microfone.

X - X - X

O SR. ALBERTO ZANELLA - Eu gostaria que você fosse na Administração Regional e conversasse sobre esse assunto com o Sr. Administrador, porque ele tem uma equipe de pessoas que só atende essas tarefas.

As vezes o proprietário é relapso e a gente, então, faz esse trabalho e acaba, depois, emitindo uma notificação de pagamento para ~~isso~~ isso.

X - X - X

- Outra pergunta/observação fora do microfone.

X - X - X



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 624
03 95
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E29	3	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria - PT) - Pessoal, gostaria de ponderar o seguinte: algumas pessoas já tiveram de se retirar. O horário está muito adiantado.

Eu e o Vital sabemos do número de pessoas que envolvem a relação dos moradores com a Regional, só que nesta Comissão nós temos de tratar dos problemas das enchentes. ~~Então~~

Acho que foi positiva a vinda do Sr. Zanella aqui, aceitando as críticas e dialogando, e ele me parece que pode ser um canal, na Regional, para que os moradores exerçam o direito que têm de ser atendidos, de encaminharem os seus problemas, de pressionarem, democraticamente, para que esses problemas tenham solução.

Então, se o hoje o Sr. Zanella demonstrou esse espírito, por ter vindo aqui, ter aceito as críticas, se ele pode ser esse canal de contato, de encaminhamento, isso poderia ser desenvolvido, mas aqui não poderemos tratar de todos os problemas do Campo Limpo.

Era isso o que eu queria ponderar, embora eu compreenda a aflição das pessoas, ~~em~~ e aproveitar a oportunidade para estar apresentando as coisas ao Sr. Zanella.

Eu queria agradecer ao Sr. Zanella, mais uma vez ~~por sua presença~~.

O Sr. tem mais alguma coisa a dizer?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 625 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
E29	4	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

O SR. ALBERTO ZANELLA - 2 Não. Eu só queria agradecer e dizer que estamos à disposição. Na medida em que houver novas propostas, novos convites, aqui estaremos, se Deus quiser. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria - PT) - Talvez fosse bom o senhor, depois, pegar ^{seu} o telefone para contato.

X - X - X

- É feita uma observação fora do microfone.

X - X - X

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria - PT) - Dona Ester, uma das questões pendentes aqui na Comissão - eu ia falar sobre isso - é exatamente o seguinte: eu entendo que é obrigação de SVP vir à Comissão apresentar o programa GEPROCAV e, dentro disso, ~~apresentar~~ prestar esclarecimentos sobre os planos em relação ao Pirajussara.

No meu modo de entender - e consulto o Versador Vital Nolasco -, acho que deveríamos fazer um esforço para que eles venham à Câmara. Se eles não vierem vamos pedir uma audiência e vamos lá. Mas eu entendo que o que está ocorrendo é uma desconsideração da Câmara e aí já entro na pergunta que foi feita pelo meu colega Maurício.

O que está existindo é que a Câmara Municipal tem perdido



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 626 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E29	5	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

poder porque ~~predomina~~ predomina no Poder Legislativo uma postura de abrir mão dos poderes dos Vereadores em função do Prefeito. Isso é o que tem predominado, infelizmente.

Nós, Vereadores da oposição, como eu, o Vereador Vital Nolasco, ~~ex-vereador~~ o Carlos Zaratiñ, e temos alertado, inclusive, para o prejuízo que é, para a democracia, quando uma Câmara Municipal aceita ~~se~~ se auto-amular, aceita de ela própria se diminuir perante o Executivo. Isso, infelizmente, tem acontecido.

Então, isso se expressa nessa realidade. ~~maxim~~ Esta Comissão de Estudo das Enchentes foi aprovada por unanimidade dos partidos e dos Vereadores. O compromisso que assumíamos era de fazer uma comissão com um debate sério, um debate de alto nível, um debate construtivo. Ela não seria palco nem de se fazer elogios à Prefeitura, mas ~~x~~ também não seria aqui um local de linchamento da Prefeitura. Aqui seria um local de debate.

Em todas as mesas até agora sempre procuramos exatamente trazer as várias opiniões técnicas, no caso das discussões técnicas, e, no caso dos ~~st~~ estudos, queríamos trazer as opiniões da Prefeitura para serem cotejadas com as opiniões dos moradores, num clima de respeito e de debate.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 27 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APAR.
E30	1	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

Isso que foi aprovado por unanimidade — a Comissão de Estudo das Enchentes — não está sendo respeitado pelo Executivo. Tivemos até uma atitude de tolerância, de não precipitar julgamentos, mas o fato é que a Comissão de Estudo das Enchentes já fez várias e várias sessões e até agora o único representante do Executivo que compareceu foi o Sr. Zanella, que não representa politicamente a Administração.

É bom lembrar que o Sr. Zanella é um engenheiro de carreira. Ele está aqui recebendo as críticas, mas ele é um engenheiro de carreira. Na verdade, o representante político da Administração é o Administrador Regional.

Então, ainda não se pode dizer que essa lacuna foi preenchida nem mesmo com a vinda do Sr. Zanella. O Sr. Zanella é funcionário há 20 anos e está sujeito a crises políticas da atual Administração.

Queríamos é ter representantes da ~~mta~~ atual Administração para apresentarem as suas diretrizes administrativas, as suas diretrizes políticas, para podermos dialogar, o que até agora não ocorreu.

Acho que deveríamos insistir e, inclusive, no plenário da Câmara apontar esses fatos, cobrar ~~em~~ dos Vereadores situacionistas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 628 de pros
N.º 3 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
R30	2	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

que aprovaram esta comissão e cabe exigir que venha a Secretária de Vias Públicas à Câmara Municipal, porque esta é uma instituição da Cidade, é um poder que deve ser independente e é perfeitamente razoável, é necessário inclusive, que a Casa mantenha a sua dignidade.

Entendo que devemos fazer mais essa tentativa, Dona Ester, e nessa oportunidade convidaríamos a todos para estar presentes para ouvirmos as explicações, os planos, o que a SVP tem a nos dizer.

Para os senhores terem uma idéia de qual é a realidade que temos enfrentado na Cidade —até estávamos comentando—, relato que existe um ofício da Secretaria de Vias Públicas informando de todos esses planos com relação ao Pirajussara e, no entanto, vemos que ~~há~~ há uma falta de maior entrosamento de informações até da parte dos funcionários da Regional, que deveriam estar inteiramente informados, integrados e ~~já~~ há esse desentrosamento.

Na verdade, a SVP, hoje, é um poder à parte na Cidade, um poder que tem tido uma relação, ~~exata~~ a meu ver, muito negativa com a Câmara Municipal. O Programa GEPROCAV não passa pela Câmara Municipal, é um programa que está sendo encaminhado administrativamente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 628 do proc.
No 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTS
E30	3	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

te, não dependendo de aprovação da Câmara, e nem há, da parte do Executivo, interesse em debater o programa, porque há várias questões sobre a canalização de córregos que mereceriam debate e, insisto, não é um debate para crucificar partido "a" ou "b".

Vários técnicos que estiveram aqui, por exemplo, entendem que está superada a técnica de canalizar córregos e de cobrir com avenidas de fundo de vale, técnica essa que gera esses problemas. Córrego coberto com galeria é córrego que dificilmente é limpo. Então, vários técnicos entendem que o melhor método é canalizar a céu aberto, para ser mais fácil a limpeza. A própria população fiscaliza se está limpo e se não está limpo, é mais prático, etc.

Não sabemos qual é o programa de canalização que a Prefeitura vai adotar. Digo isso com muita abertura porque na Administração Luiza Erundina se fez canalização de córregos cobertos com avenida. A ~~ex~~ Hêlio Pelegrino (?) foi assim, embora fosse de um programa que vinha de antes.

Estou falando com muita abertura, eu insisto, não é com o objetivo de crucificar o Prefeito, embora seja de oposição, mas queremos debater tecnicamente, porque as canalizações cobertas têm dado problemas na Cidade. Nos vários locais onde foram adotadas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 630
do 3 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
E30	4	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

o sistema deu problemas e, logo em seguida, gerou enchentes.

Bem, então, podemos fazer pressão para incluir o Pirajussara. Falo em "pressão" ~~politicamente falando~~ democraticamente falando, apresentando a posição dos moradores, mas ~~essa~~ esclareço que não está na alçada da Câmara dos Vereadores votar e deliberar sobre isso.

Além disso, infelizmente, e digo isso com muita amargura, como Vereador, a maioria dos Vereadores desta legislatura tem aberto mão dos poderes do seu mandato e aceitado uma condição de subalternidade, de uma Câmara ajoelhada diante do Executivo.

Nem falo da realidade de termos oposição e situação. É legítimo o direito de o Vereador apoiar o Prefeito, mas isso não significa abdicar dos seus poderes. É possível, sim, ser um Vereador situacionista.

Na legislatura anterior, da Prefeita Luiza Erundina, eu era um Vereador situacionista, o Vital também apoiava a Administração, mas a Câmara era um ~~país~~ forum, um poder independente e dialogava com o Executivo de igual para igual.

O que está havendo atualmente, no meu entendimento, e esse é até um desabafo, é a confusão entre a maioria situacionista e o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 631
de 02 de 1995
O funcionário
CONT. APART. 28

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
E30	5	Angela	ENCHENTES	26.05.95		

que é a Câmara de joelhos, a Câmara auto-amulada, como infelizmente está ocorrendo.

Passo a palavra ao Vital, para que ele encerre a nossa reunião, agradecendo a presença de todos.

O SR. VITAL ROLASCO — Inicialmente, quero cumprimentar o Haurício por ter tomado essa iniciativa de propor a constituição desta Comissão, e também de todos os presentes aqui na tarde de hoje.

As vezes podemos até pensar: "Mas o que adiantou a gente sair de casa, ir lá para a Câmara, perder uma tarde toda e sairmos de lá do jeito que chegamos?" Eu penso que não é assim.

Nós, que acompanhamos a luta do povo, vemos que não é fácil. As coisas para o povo não são fáceis mesmo. Nada vem de graça para nós, é só como fruto de muita luta, de muita persistência, e ~~é assim~~

~~quantos anos de luta~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 32 de 1905
 N.º 02 de 1905
 O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADJ. E
E-11	1		CEE-Enchentes	26.5.95	vital nolasco	

Eu acho que é isso o que a gente está demonstrando aqui, principalmente essa possibilidade que nós tivemos aqui hoje de ver se a gente consegue juntar todo este movimento, como foi dito por várias pessoas, de que o Pirajugara é um só. Ele atinge as pessoas, quer dizer, o pessoal do Butantã teve 2,5 metros de água dentro de casa. Estava o companheiro dizendo isso. Gente do Campo Limpo também teve. Então, é enchente para todo mundo, é problema para todo mundo. Acho que se a gente pudesse reunir a população e constituir um movimento forte de pressão mesmo, eu acho que isso compete a vocês que estão aqui hoje, não vou ditar regras, acho que a população deve se organizar e ver os canais que têm para ver as formas e os mecanismos de pressionamento, com uma participação aqui na Câmara ou pressionando o Executivo. Enfim, há formas, independente da comissão, porque ela tem uma prazo para se encerrar, mas nós vamos estar aqui juntos com vocês para apoiar as iniciativas do Movimento Popular. Eu acho que esta é a primeira questão. A outra questão que gostaria assim de estar frisando é que eu concordo com isso que o Maurício levanta. Acho que num primeiro momento, nós devemos exigir que o Executivo venha aqui à Casa. Esta é uma comissão que não é só eu e o Maurício, não são

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 633 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
E-31	2			ceo-enchentes 26.5.95		

apenas dois vereadores ficando, mas estamos falando em nome da Câmara, porque fomos eleitos, escolhidos em plenário, portanto ela tem legitimidade e representa a Câmara Municipal. Então, independentemente se o Maurício é do PT, se eu sou do PCdoB, ou se tem um outro vereador aqui do PT, mas é uma comissão que representa a Câmara. Ela foi eleita com este objetivo. Tanto é que quando foi proposta a comissão, foi o Maurício que propôs e, pelo Regimento, o Presidente da Comissão é quem propôs e foi aceito e foi votado. Implicitamente se aceitou que o Maurício Faria fosse o Presidente da Comissão. Então, penso que o desrespeito não é a nossa pessoa, mas é à instituição Câmara Municipal de São Paulo. Acho que essa cobrança nós temos de fazer em plenário, nós temos inclusive que enviar ofício reclamando da postura do Executivo. Acho que a presença aqui do Zanella é boa, aliás saudamos a presença dele, a atenção da Ad. Regional de Campo Limpo, mas é como disse o Maurício, a gente precisa que os órgãos de fato sentem e venham aqui para decidir. Porque o que acontece, nesta administração, é o seguinte. Claro que não vou fazer nenhum juízo, nenhuma análise do comportamento, mas eu disse isso para o Alcides. Uma das últimas vezes que eu estive lá, ele disse: olha, Vital,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 639 do proc.
N.º 03 de 1935
O funcionário
CONT. APARELHO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
E-31	3		CEE-Enchentes	26.5.95		

eu não tenho o dinheiro aqui para fazer a limpeza das praças aqui de Campo Limpo, não tenho dinheiro porque a Secretaria de Planejamento bloqueou a verba aqui, congelou a verba de Campo Limpo e não tem nem dinheiro para limpar a praça. Eu disse: Oh, Alcides, eu no teu lugar, se eu fosse você, eu não ficava mais na Ad. Regional. Mas, é um problema de fórum dele e não sou eu que vou dizer norma para ele. Mas a realidade é esta. Eles, por um problema de projeção política da SVP, porque o Secretário Reynaldo de Barros pretende ser candidato a Prefeito, então ele centraliza nas mãos dele as decisões. E com isso quem sofre é a população, que fica nesse constante desespero sem ter possibilidade de ver atendido os seus pleitos. Mas eu acho que foi válido, valeu a gente estar aqui hoje, eu penso que o pessoal com uma proposta deveria se reunir aqui, com entidades, e ver como é que se constitui o fórum na região do Pirajuçara, envolvendo USP, Campo Limpo, Taboão da Serra, todo mundo deveria constituir um fórum, e da nossa parte vamos estar atendendo aqui, independentemente da comissão, porque, como eu disse aqui, a comissão termina, mas eu acho que a gente pode contatar tanto os vereadores de Taboão, eu acho que está aqui o Presidente da Câmara, que eu acho que poderia estar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

635
03 de 10 95
D. J.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
1-31	4		CEE-Enchentes	26.5.95		

levando este pleito nosso de ver como é que o pessoal de Taboão participa, e outros vereadores de São Paulo também poderiam participar, tanto nós que somos de oposição, quanto aqueles que são da situação. Temos na região sul o Estima, o Mário Dias, que são da região sul de São Paulo, que inclusive convivem ali na região de Campo Limpo, deveriam ser procurados por vocês, no sentido de ajudar. Tem o Zenas Pires, do PMDB, que mora na região do Butantã. Eu acho que vocês enquanto população deveriam procurar os vereadores e pedir que eles também engrossassem este movimento de luta em função da melhoria do Pirajuçara. (Palmas)

O SR. _____ - Já que vai encerrar a reunião, eu gostaria de conversar um pouco de morador para morador. Antes de mais nada, é o seguinte, Não vamos embora sem deixar os contatos. Com relação ao problema do não comparecimento da SVP, eu diria mais: nós como população não vamos apenas exigir que nos apresente o projeto. Só vamos permitir que se construa aquilo que a gente exige. Nós paramos o mercosul por 2 horas, e vamos parar de novo se não cessário, mas vamos exigir o acompanhamento da população de todos os detalhes do projeto. Por favor, deixem o nome e endereço para a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 636 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTER.
E-31	5		CEE-Enchentes	26.5.95		

gente entrar em contato. Boa noite.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 637 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
ORADOR CONTINUA PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTINUA PARTE

REVISÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão Especial de Estudos, que visa analisar a situação das enchentes no Município de São Paulo.

Presidente: Sr. Vereador Maurício Faria

Membros : Srs. Vereadores

Vital Nolasco (relator)

Ana Maria Quadros

José Viviani Ferraz

José Eduardo Martins Cardoso

Hanna Gharib

Reunião realizada no "Salão Nobres", da Câmara Municipal de São Paulo, em 29 de maio de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Maurício Faria

(Memo. nº 05/95 - Comissões Temporárias)



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
E32	1	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Vamos dar início a mais uma sessão da Comissão Especial de Estudos sobre a Situação das Enchentes no Município de São Paulo, sendo que hoje, como estava programado, haverá estudo de caso do Cabuçu.

Convidamos para atuarem como expositores o Sr. Jabes Campos, representante do Movimento SOS Inajar, da Avenida Inajar de Souza, na Freguesia do Ó, o Sr. Valter Alcântara de Oliveira, Administrador Regional da Freguesia do Ó e o Sr. Luiz Eduardo de Souza Ikeda, representante do Centro Tecnológico de Hidráulica.

Com relação à participação do Administrador Regional da Freguesia do Ó, ainda na sexta-feira o Sr. Valter Alcântara de Oliveira confirmou a sua presença e no entanto, até o momento pelo menos, não temos o Sr. Valter aqui conosco e também não recebemos nenhuma comunicação até este instante do Sr. Administrador no sentido de que ele não pudesse estar aqui. Então, estamos na expectativa de que ele ainda possa chegar, mas já preocupados porque tem sido sistemática a ausência dos representantes oficiais da Administração nos trabalhos e nas diversas sessões da Comissão sobre Enchentes.

O Sr. Jabes Campos, representante do Movimento SOS Inajar também havia confirmado a presença e até agora não compareceu. Não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 639 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	APARTE
E32	2	Monteiro	Enchentes	29.05.95			

obstante, entendo que, são já quinze e quarenta, nós devemos fazer a sessão com a ~~pr~~ apresentação do Sr. Luiz Eduardo de Souza Ikeda para que fiquem registrados os dados que o Sr. Ikeda nos traz a respeito da questão do Cabuçu. Então, ~~con~~convido o Sr. Luiz Eduardo para a nossa mesa e já informando que, a menos que compareçam durante a apresentação do Sr. Ikeda o Sr. Jabes e o Sr. Valter Alcântara de Oliveira, esta sessão estará com lacunas importantes e teremos de ver posteriormente como preenchê-las.

Informo a presença também da nobre Vereadora Ana Maria Quadros integrante desta Comissão e passo a palavra ao Sr. Luiz Eduardo Ikeda, sempre renovando aquela orientação de que aqueles que usem da palavra digam o seu nome antes de expor o raciocínio, mesmo que já tenham anteriormente dado o seu nome, mas que a cada vez que usarem da palavra as pessoas devem se identificar para posterior transcrição pelo Serviço de Taquigrafia da Câmara Municipal. Então, agradecendo a palavra do Sr. Luiz Eduardo, lhe passo a palavra.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 640 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E32	2	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

O SR. LUIZ EDUARDO DE SOUZA IKEDA - Boa tarde. Antes de mais nada também gostaria de agradecer terem me convidado para poder falar a respeito do Cabuçu de Baixo. Na verdade, o que a gente vai apresentar aqui seria mais ou menos os resultados de estudos que realizamos ao longo de um ano em cima da bacia do Rio Cabuçu de Baixo, em cima de estudos hidrológicos e também analisando as situações que já existem atualmente na bacia.

A bacia do Rio Cabuçu de Baixo tem aproximadamente uns cinquenta quilômetros quadrados, sendo que toda a região, compreendida desde a sua foz até o Rio Tietê, até mais ou menos a parte superior dele, já está praticamente canalizada, sendo que este trecho mais inferior aqui é feito em galerias e só este trecho aqui, entre este ponto indicado até esta parte aqui em cima, é feita em canal a céu aberto. Então, na verdade, no Cabuçu de Baixo as galerias que foram projetadas, vou até mostrar aqui para vocês... estou mostrando, na verdade, o trecho que foi feito em galerias, todo o trecho de galerias. Então, é mais ou menos o seguinte: ^{ele tem} ~~tem~~ um trecho, que é aquele mais a jusante, mais próximo do Rio Tietê, que é feito em três galerias, tem um trecho que é feito em duas galerias e o outro trecho, mais a montante, em uma galeria só, de uma única célula.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 64 do proc.
N.º 83 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
E32	3/ 4	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

As vazões de projeto, que seria para vinte e cinco anos o período de retorno, para a seção de três galerias é em torno de 198 metros cúbicos por segundo, para seção de duas galerias em torno de 150 metros cúbicos por segundo e para a de somente uma galeria em torno de 95 metros cúbicos por segundo. Agora, acontece o seguinte: nós fizemos o cálculo verificando, para a situação atual dessas galerias, o quanto que cada uma realmente teria condições de transportar de vazão, e chegamos ao seguinte: no caso da galeria da parte mais a jusante ela tem condições de transportar 45,3 metros cúbicos por segundo, a de duas galerias tem condições de transportar 50 e a de uma célula só em torno de 37,4 metros cúbicos por segundo.

O que pode ser verificado em função disso é que realmente, para a situação que o Cabuçu tem hoje em dia, as galerias não são suficientes para transportar as vazões veiculadas pelo rio. Só que, na verdade, esses cálculos, tudo o que realmente acontece é que não necessariamente esse projeto foi malfeito. É que essa região aqui do Cabuçu de Baixo é uma região que está crescendo muito rapidamente e o nível de impermeabilização do solo e, vamos dizer, casas que são feitas, isso acaba fazendo com que o pico da enchente aumente muito rapidamente. Então, acontece que não necessariamente



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
E32	5	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

esses números que estamos mostrando aqui são números tipo assim "o projeto foi feito errado". Na verdade, como a urbanização é feita muito rapidamente, você tem esse problema, que acaba sendo cada vez mais aumentado.

Além disso, é bom que fique frisado que mesmo você tendo essas vazões baixas calculadas, você ainda tem um problema muito sério de lixo e transporte de sedimentos da bacia. Fazendo uma inspeção dentro dessas galerias, você percebe que elas estão muito obstruídas por problema de lixo e também muita terra que desce das cabeceiras da bacia. Só para se ter uma idéia, parece que até já foram encontrados casos de automóveis dentro dessas galerias. Então, esse é um problema muito sério que acho que seria importante que as comunidades locais também procurassem verificar esses problemas, porque a cidade tem sistema de coleta de lixo e mesmo assim as pessoas insistem em continuar jogando entulho e lixo nas galerias e isso acaba também causando certo problema para as galerias que estão com sua capacidade já bem diminuída.

Agora, na verdade o que estamos mostrando aqui é que realmente, para a situação atual, o Cabuçu de Baixo, do jeito que está, com as três galerias, duas e uma, não tem condições para veicular o que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

FOLHA N.º 643 do proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRALIBRE
E33	1	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

atualmente passa nele. Então, o que deveria acontecer? Devem ser feitos mais estudos, projetos em cima disso para poder tentar melhorar a situação de escoamento.

Algumas das situações seriam mais ou menos o seguinte: como a vazão é muito alta, uma das possibilidades seria a gente poder baixar esse pico da vazão. Uma das possibilidades seria tentar fazer uma retenção da água antes de chegar nessas seções. Então, uma das possibilidades seria, por exemplo, você fazer bacias de retenção, ou mesmo algumas barragens, mas a montante, nos afluentes, de modo que você segurasse essa água para diminuir ou aumentar o tempo de concentração até esse ponto da bacia. Fizemos alguns estudos com relação a isso, avaliando, por exemplo, colocando algumas barragens aqui no Bananal, em duas seções desse afluente, o Bananal, também aqui no Itaguaçu. Fazendo esse estudo, colocando essas barragens de retenção, realmente melhoraram bastante, vamos dizer, diminuiria bastante a vazão de pico aqui no exutório da bacia.

Agora, só para ter uma noção também de um problema sério, que é o seguinte: no Cabuçu de Baixo, vamos mostrar aqui um pouquinho, como se encontra a ocupação da bacia. Toda essa região aqui, mais a jusante da bacia, já se encontra com a ocupação completamente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 699 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
ORADOR: CONT: APORTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT: APORTE
E33	2	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

feita. Então, a urbanização foi muito intensa nessa zona e atualmente aqui teria muito pouco para ser feito porque, inclusive, para você colocar um canal lateral aqui você não tem muito espaço porque já tem a avenida logo na lateral, entre as duas avenidas, o rio é coberto. Então, infelizmente, nessa região aqui fica difícil fazer alguma coisa.

Quando você começa a subir, mais aqui a montante, perto do Bispo, Itaguaçu, tem uma concentração muito grande de favelas aqui na região, em toda essa região aqui tem bastante favelas e aqui também. Então, o que acontece? Inclusive quando a gente foi tomar dados aqui para fazer a análise hidrológica foi super difícil porque a gente, para poder fazer a medição do rio, fazer a batimetria, tinha que subir em cima dos barracos, tão próximos que eles estavam já do rio. Então esse aí é outro problema sério que a gente acaba encontrando porque a gente sabe que o rio inunda e mesmo assim as pessoas ficam dentro, praticamente, do próprio rio. Então, eu diria que, por exemplo, daqui a um certo tempo, lá pode ser até que não inunde muito hoje porque a situação... não tem muita urbanização, mas daqui a um certo tempo ali vai chover, vai inundar de qualquer jeito e as pessoas moram exatamente em cima do rio. Portanto, seria necessário que também se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 643 do proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - PÁGINA
E33	3	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

atuasse, por exemplo, não deixando que essas pessoas construíssem ou ficassem naquele local, porque se sabe que hoje em dia é favela, mas daqui dez, quinze anos, fatalmente isso aí vai ser consolidado e vai deixar de ser favela e aí vai continuar tendo problemas de inundações, enchentes, e vai ser mais problemas para todo mundo que trabalhe com isso.

Então, seria interessante que, onde você tem condições, que seria esta região aqui, que ainda está se urbanizando, que houvesse a preocupação de não permitir essa construção de moradias, de prédios ou mesmo de avenidas colados aqui no fundo do vale para que não ocorresse nada disso.

Além disso, também trouxe o mapinha aqui para mostrar para vocês o seguinte: este estudo foi feito pelo IPT e demonstra que na área do Cabuçu de Baixo... esta zona aqui de cima é aquela zona de proteção florestal, então praticamente a gente não tem nenhuma erosão nessa região. Toda essa região aqui de baixo também não tem erosão porque já é aquela parte que tem asfalto, está completamente consolidada. Agora, quando a gente sobe aqui, onde você tem as favelas e onde você tem ainda uma ocupação nova, você pode ver que há uma grande erosão nesse trecho, o que significa que qualquer projeto que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 646 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E33	4	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

seja feito a nível de galeria, mesmo que você faça uma outra tubulação, um outro túnel, tentando aumentar a capacidade de vazão, nenhum projeto desses seria corretamente executado sem prever o problema do transporte de sedimentos, que é muito grande e que se você coloca uma tubulação, uma galeria, fatalmente ela vai ser assoreada e a capacidade de vazão dela diminui muito quando ela está assoreada, sem contar que para poder limpar essa galeria sempre é complicado. Para poder levar máquinas até lá, para poder descer com as máquinas e operar, trabalhar, sempre é bastante complicado.

Então, no caso do Cabuçu de Baixo devem ser estudadas várias alternativas que visem, por exemplo, principalmente essa parte de tentar reter o escoamento antes de chegar no Rio Cabuçu de Baixo efetivamente, para tentar diminuir o pico. E também a nível de medidas não estruturais, ou seja, tentar atuar na bacia para minimizar o problema; ou algumas solução que nós também estudamos um pouco que seria, por exemplo, pegar toda água aqui a montante e vir com um túnel, lateralmente ao canal atual do Cabuçu de Baixo para chegar direto no Tietê e tentar, desse modo, fazer com que a água ^{que} entre no canal atual do Cabuçu de Baixo seja somente das redondezas aqui da área que já está ocupada. Porém, tudo isso leva um custo muito maior às vezes do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 64 + co proc.
N.º 03 de 19 95
O funcionário *PA*



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E33	5	Monteiro	Enchentes	29.05.95		

que efetivamente você atuar na bacia, não deixar ocupar áreas que
possam...

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 648 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário *OK*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APOSTE
E34	1	valéria	cee enchentes	29.5.95		

porventura inundarem aqui na cabeceira para que realmente a gente tenha uma diminuição de pico e assim por diante. Se o Loretti quiser fazer alguma colocação.

O SR. CARLOS LORETTI RAMOS - Eu trabalho junto com o Luiz Eduardo no Centro Tecnológico de Hidráulica, e a gente vem trabalhando ultimamente no estabelecimento de critérios e projetos de drenagem urbana para o município de São Paulo. Uma das coisas que nos preocupa muito, que foi apontada pelo Iñeda, é justamente como se deveria resolver os problemas de combate à inundação. Evidentemente, cada rio tem uma história, cada rio tem sua peculiaridade, suas características próprias e evidentemente vão conduzir a uma solução própria desse rio. Mas uma das coisas que a gente viu, e não é novidade, não é assunto inédito, e é uma prática que já se faz em todo o mundo, há muito tempo, é se adotar medidas não estruturais, que basicamente podem ser entendidas não somente como obras mas como atitudes, não só por parte de órgãos governamentais, mas por parte de toda a população também. Então, pequenas medidas como, por exemplo, aumento da detenção do escoamento, do tempo de retenção do escoamento dentro da bacia é já uma contribuição significativa para a diminuição da enchente em qualquer projeto. Isso pode ser válido tanto para o Cabuçu quanto para qualquer outro rio da região metropolitana. Isso significa dizer que quanto menor for a impermeabi-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	DRADOR	CONTAPARTE
B34	2	valéria	cee enchentes	29.5.95		

lidade da bacia, quanto menor for a impermeabilização maior a possibi-
 lidade da infiltração das águas e nós vamos ter uma redução do tempo,
 uma redução da velocidade de escoamento até a chegada no rio, ou seja,
 um aumento do tempo de permanência na bacia depois da precipitação.
 E aí existem inúmeras soluções que podem ser apontadas. Por exemplo,
 o caso que o Ikeda falou que foram feitos alguns estudos de possibi-
 lidade de detenção, isso numa última reunião o Adúisio também citou al-
 guns exemplos feitos pela Temag, seria a construção de reservatórios
 no sentido de se fazer a detenção, é uma possibilidade, o que não quer
 dizer que seja a solução, que seja utilizado para tudo. Mas é uma das
 alternativas. Isso pode ser feito a nível de residências, um disposi-
 tivo de retardo do escoamento das águas nas residências para o sistema
 de microdrenagem. Isso é uma coisa que já vem sendo discutida há
 muito tempo, é muito difícil de se implementar, mas que se deve bus-
 car. Existem outras soluções, como o Ikeda falou como, por exemplo,
 se tentar bypassar a região de inundação, construindo-se uma galeria
 de reforço, um túnel, alguma coisa desse tipo. Enfim, são soluções
 que a gente pode com isso amenizar o problema. Não é a linha mais ade-
 quada, uma vez que a gente resolve o problema local, mas agrava os
 problemas à juzante, ou seja, tudo que representa fazer um bypass,
 canalizar, aumentar a velocidade de escoamento da água que precipita



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 650 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFASTE
B24	3	valéria	cee enchentes	29.5.95		

numa bacia significa reduzir o tempo de permanência nela e água chegar mais rapidamente no seu destino, então, o Rio Tietê, a gente pode estar resolvendo o problema daquele córrego, mas agravando o problema das enchentes do Tietê. Então, o que nós queremos mostrar aqui é alguns estudos que foram realizados e que devem ser objeto de projeto atualmente, de canalizações, o que é mais importante que estávamos conversando anteriormente é se definir efetivamente quais são as perguntas do projeto, qual é o objetivo principal do projeto. Então, o objetivo principal do projeto, o que se pergunta é como eu devo fazer para combater a inundação em determinado local. Então, eu vou buscar alternativas. O que infelizmente vem ocorrendo sistematicamente ao longo de anos, também fruto de uma não existência de crescimento rápido das cidades, não só São Paulo, mas outras cidades, um crescimento desordenado é que esses objetivos não ficam muito claros. Muitas vezes se faz uma canalização, se faz uma obra de drenagem, mas essa obra de drenagem é um subproduto, por exemplo, de um projeto viário. Enfim, não que aquilo seja o objetivo principal, fazer uma canalização para resolver o problema de drenagem urbana, mas sim se fazer um projeto viário em que a canalização está dentro do contexto porque eu preciso utilizar esse vale para o sistema e muitas vezes esses problemas não são devidamente equacionados. O ideal seria realmente a gente gerir em todas as ba-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. N.º
B34	4	valéria	cee enchentes	29.5.95		

cias de São Paulo, as mais importantes, pelo menos, ter planos diretores de macrodrenagem. É o mesmo que ter um plano diretor de desenvolvimento urbano para qualquer região da cidade, em que se estabelecem diretrizes de como devem ser o desenvolvimento urbano dessa cidade ou determinado bairro, da mesma maneira com relação à questão da implantação dos sistemas de drenagem. Ela deve obedecer a um planejamento, deve ter um plano diretor de macrodrenagem, em que se estabelece a conduta que se deve ter em termos de soluções de engenharia para aquele determinado rio, a curto, médio e longo prazo, de tal maneira que as soluções sejam sempre harmoniosas. Quer dizer, se busca uma solução que nunca vá contra por exemplo àquele objetivo primeiro que foi estabelecido dentro do plano diretor, ou seja, pode se fazer um plano diretor de macrodrenagem de uma determinada bacia já antevendo uma situação futura em que eu vou ter de ter a solução A, B, C, D, todas devidamente implementadas. Evidentemente, muitas vezes a implantação imediata de tudo isso é difícil e às vezes inoportuna, porque muitas vezes aquela região ainda não atingiu um crescimento suficiente a ponto de precisar da implantação completa desse plano de drenagem, mas pode-se ir implantando parcialmente todos esses projetos à medida em que se fizerem necessários, mas sempre dentro de um desenvolvimento harmonioso, é lógico, sempre pode ocorrer a necessidade de alguns ajustes mas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	652	do proc.
N.º	03	de 19 95
Assinatura		CONT. ARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	
B35	1	valéria	cee enchentes	29.5.95	

o importante é que todas essas obras tenham uma continuidade, sejam coerentes com o plano préestabelecido, não sair correndo atrás de soluções milagrosas de uma hora para outra. Basicamente era isso que queria acrescentar.

O SR. LUIZ EDUARDO (K) - Porque, inclusive, tem esse problema sério que o Lorette está dizendo porque sair canalizando tudo por aí, tem que tomar cuidado, porque numa região que ainda está se urbanizando, se você faz galeria para tudo quanto é lado, chega um momento de o que você vai fazer com essas galerias se você não tem para onde fazer mais nada? Isso que o Lorette falou é importante: você ter um plano diretor para você ver como deve ser traçado.

O SR. MAURICIO FARIA - Agradeço ao Sr. Ikeda. São 16:00h e verifico que infelizmente não tivemos o comparecimento do Sr. Valter Alcântara de Oliveira e também do Sr. Jabes Campos. Então, eu abro a palavra aos presentes. Comunico a presença do nobre Vereador Vital Nolasco, que é o relator da Comissão. Abro a palavra aos presentes para aqueles que queiram comentar ou colocar questões para o Sr. Ikeda. Por favor, no microfone.

O SR. FLAVIO FARAH - Sou do IPT, sou arquiteto e as perguntas que vou fazer são relativas às barragens que você sugeriu. Queria saber, do ponto de vista da segurança da implementação de um a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 653 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
B38	2	valéria	cee enchentes	29.5.95		

barragem em relação à população, á molecada que vai nadar, coisas assim. Outra coisa, a questão da higiene nessas barragens, se não há perigo de ser local de proliferação de mosquitos e outros usos que podem ser dados a essas barragens fora a função hidráulica. Se você tem conhecimento de alguma coisa nesse sentido.

O SR. HORACIO GALVANESE - Sou assessor do Vereador Maurício Faria. É o seguinte: de todas as discussões que estão acontecendo nesta Comissão de Estudos de Enchentes, acho que a conclusão é essa: os técnicos controlam perfeitamente a teoria da questão das enchentes. Então, a gente sabe que canalizar significa aumentar a capacidade, a velocidade das águas e que pode significar ter de aumentar a capacidade de evasão em algum ponto, porque com esse aumento, as águas vão chegar mais rapidamente e sempre vai haver algum estrangulamento. Isso é um caminho sem fim, aparentemente. Então, das propostas que foram colocadas, gostaria que você enriquecesse mais a propostas das bacias de contenção, dos reservatórios de contenção. Ao longo do Córrego Cabuçu, qual é comprimento dele e mais ou menos onde vocês sugeriram isso. Até porque na segunda-feira, na sexta-feira houve um debate aqui sobre o Córrego Pirajuçara e pela primeira vez eu vi a população solicitando para ser desapropriada da beira do córrego para que não sofra mais o problema das enchentes. E que isso de repente



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. ASIST.
B35	3	valéria	cee enchentes	29.5.95			

pode estar associado a uma área de contenção, para evitar que a água chegue mais rapidamente em baixo. Mas, de outra parte, a gente teve contato com o pessoal do Córrego das Águas Espraiadas e lá parece que estão previstas desapropriações para fazer um reservatório e parece que a população é contra. Então, se você puder colocar ao longo do Córrego Cabuçu onde poderia ser feito isso e que dimensões isso teria de ter para que a água realmente ficasse represada numa quantidade suficiente para não provocar as enchentes à juzante.

O SR. LUIZ EDUARDO S; IKEDA - Com relação ao Cabuçu de Baixo, na verdade é que nós fizemos um estudo para verificar a viabilidade de se colocar barragens à montante, antes do Rio Cabuçu para tentar fazer a retenção da água. Só que não é verdade, por exemplo, que muita gente pensa que resolver todos os problemas de drenagem urbana vou construindo barragens à montante de todos os córregos que me dão problema que isso vai funcionar. Isso não é verdade porque as barragens funcionam muito na conformação da bacia. Então, se você tem bacias que são muito compridas muito esticadas, você ~~fazer barragens não é tão eficiente porque~~
~~você tem áreas intermédias que você tem um vale grande, mesmo~~
~~depois de feitas as barragens. No Cabuçu de Baixo...~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 655 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário
CONT. ADRIANA

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADRIANA
B36	1	Paula	CEE-enchentes	29.05.95	Ikeda	

Fazer barragens para reter isso aí não fica muito eficiente porque você tem muitas áreas intermediárias que acabam tendo uma vazão grande mesmo depois das barragens.

No caso de baixo, o estudo que fizemos foi para verificar se seria possível fazer essas barragens. A conclusão que chegamos foi a seguinte. Trouxe uma transparência que não coloquei, mas deixa eu marcar onde estão as barragens...Bom, no caso do Cabuçu de Baixo nós procuramos colocar isto aqui. Olha, Duas barragens: uma no Córrego Bananal, nessa posição. Você verifica que seria para pegar toda esta área aqui. Nós estudamos a posição de duas barragens para que toda a água dessa região aqui que tinha declividades mais elevadas fossem retidas antes de chegar no Cabuçu de Baixo, não é? declividades
As ~~extensões~~ aqui para o lado do Bispo são menores e, inclusive, é uma área de proteção com bastante vegetação. Inclusive, aqui, a situação de urbanização deve ser bem mais complicada porque toda esta parte de cima é de proteção ambiental. Não pode ocupar. Então, nos preocupamos de colocar as barragens nessas duas posições para tentar diminuir toda a área, toda essa região aqui, toda a água proveniente dessa região quem na verdade, teria que parar antes dessas barragens para poder diminuir a vazão que chega aqui embaixo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

..... n.º 650 do proc.
03 de 1995
funcionário
CONT. X PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
B36	2	Paula	CEE-enchentes	29.95.95	Ikeda	

Agora, o problema todo é o seguinte: nessas regiões aqui, pelo menos no Cabuçu de Baixo, tinha muita favela por perto. Inclusive, quando fomos verificar a região para saber que tipo de solo havia lá, como era o local, simplesmente no mapa estava desocupado. Quando chegamos lá, era completamente desocupado pelo mapa, mas quando chegamos tinham ruas, tinha a favela e era bastante urbanizado, quer dizer, tinha muita gente. Este é um problema sério porque se for colocar uma barragem tem que tirar todo mundo de lá. Teria esse problema de fazer a turma entender que seria para melhorar as condições da turma de baixo. Eles poderiam dizer: "eu nem moro lá e sou obrigado a sair se não tenho nada a ver". Então, esse seria um problema sério a ser resolvido.

No caso do Cabuçu, não entendo muito de geologia, mas foi contratado um consultor na área de geologia e se verificou que ao contrário da parte mais ~~aj~~ ajusante do Cabuçu, aqui praticamente o terreno tem muito granito e seria um solo bem forte; aqui a montante é muito mole, o solo é mole, não tem quase nada de granito na cabeceira. Então, por isso fizemos apenas um estudo e ~~algumas~~ colocamos como sendo apenas uma possibilidade. Mas, mesmo se fôssemos fazer uma barragemzinha de terra aqui seria meio problemático porque não teria uma condição muito adequada de segurança.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 657 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]
CONT. APART. [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
B36	3	Paula	CEE-enchentes	29.05.95	Ikeda	

Com relação a parte de poluição ambiental, essa região aqui ainda está bem desocupada. Então, se você puder, no caso, manter um controle em toda essa região você tem como evitar o problema de poluição da água. Aqui você ainda tem condições de estar verificando, avaliando o crescimento, por exemplo, se pode ou não instalar ali uma determinada indústria ou se ela tem que cuidar do esgoto. Então, você não tem problema de poluição ambiental desse tipo.

Com relação a parte de criança morrer afogada, essas barragens não são de porte muito grande. Elas são mais para reter a água quando chove de uma área que não é muito grande. E, em segundo lugar, quando não está chovendo o volume dessa barragem é fica quase zero. Por quê? Se ela tiver um volume grande de água, quando chover ela não vai reter mais. Então, a idéia dessas barragens, normalmente, quando não chove o seu nível é quase zero. O problema, no caso, de afogamentos ficam bem reduzidos. E, a nível de problema de poluição, como essa região ainda não está ocupada você pode trabalhar na bacia e não permita que essa água vá causar problemas e assim por diante. Isso de uma maneira geral.

Agora, quanto a dimensões, não chegamos a dimensionar o tamanho total dessas barragens. Não chegamos a fazer isso justamente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Feita a.o. 658 do proc.
120 03 de 1995
ORADOR: funcionário CONT. APART. 11

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
B36	4	Paula	CSE-enchentes	29.05.95	Ikeda	

porque quando pedimos para avaliar o local para saber se teria condição para ter uma noção geral, ~~não~~ chegamos à conclusão de que o terreno era muito ruim. Inclusive, nos perguntamos se poderíamos fazer barragens, daria, mas como o terreno era muito ruim descartamos essa possibilidade. E, em função disso, no final se chegou a duas idéias com relação ao Cabuçu, de possibilidades do Cabuçu, que foi o relatório final que nós emitimos que seria ou fazer esse túnel ou ampliar o canal do próprio Cabuçu de Baixo. Nós descartamos essa idéia de barragem porque o terreno lá era ruim. Então, nem se chegou a dimensionar a barragem. Ficou no relatório parcial nº2 e acabamos deixando para lá.

O SR. _____ - Apenas para fazer um adendo, dizendo que no laboratório em que trabalhamos fazemos como no IPT. Nós fazemos algumas pesquisas aplicadas. E, no caso do Cabuçu de Baixo temos estudado e pretendemos continuar dentro de uma linha de pesquisas, de estudos de drenagem urbana. A idéia é transformar essa bacia como uma bacia piloto para efeito de projeto de estudos. Então, não chegamos a nível de detalhamento, por exemplo, de soluções, do que seria a solução mais ~~adequada~~ adequada ou não. ~~Vamos~~ Vamos dizer que trabalhamos, numa linha geral, dentro dos princípios



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

n.º 659 do proc.
03 de 1995
funcionário
CONT. APARE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
B36	5	Paula	CEE-enchentes	29.05.95		

que seriam importantes de serem atendidos. Mas, evidentemente, no caso de se apresentar uma solução definitiva, quer dizer, aquilo foi um exercício; colocar uma barragem no local "a" e outra no local "b". Isso foi um exercício. Não vão interpretar como se já estivesse se pensando em fazer uma barragem aqui ou ali porque isso é fruto já de um projeto. Num projeto é necessário que tenhamos um domínio muito maior das informações de diversas áreas que aí, efetivamente, cabe muito bem a sua preocupação com relação da questão da adequabilidade de se fazer um determinado reservatório num local ou em outro ou coisas desse tipo.

Para se ter uma idéia, um problema semelhante de falta de capacidade de descarga, um córrego que temos na região central, o Córrego Aclimação que passa pelo Parque da Aclimação e ele tem problema de insuficiência de capacidade de descarga. É um projeto muito antigo, que foi feito há muitos anos atrás, e que hoje é insuficiente porque toda a região está densamente urbanizada.

Uma das coisas que veio, não foi projetado, mas que está sendo pensada em termos de alternativa de solução, por exemplo, seria alteamento desse lado do Parque da Aclimação; um alteamento pequeno que fosse no sentido de tentar laminar mais essa onda de enchentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

O.º n.º 660 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE.
B37	1	Paula	CEE-enchentes	29.05.95		

Então, a idéia é harmonizar as coisas, ou seja, não criar um grande reservatório, mas alguma coisa que possa ser encarado como um espelho d'agua num parque ou coisa desse tipo. Tem que ser harmonizado junto com uma solução mais abrangente.

Agora, por favor, a minha preocupação é essa, quer dizer, nós fizemos exercício, a barragem em local "a" e local "b2" é um exercício e não uma proposta de projeto. Sei que a ~~Transmissão~~ Themag andou estudando isso. Não sei se eles fizeram isso no Cabuçu de Baixo, mas sei que no Aricanduva eles chegaram a fazer um estudo com algumas propostas de reservatório. Não tenho dados para poder analisar. Estamos falando mais em princípios das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Tem a palavra o

Sr. Nilton Milan, do SOS Aricanduva.

O SR. NILTON MILAN - Vim para representar o Córrego Aricanduva que é atípico. Ele é diferente de todos aqueles que se possa imaginar.

Porém, antes quero lamentar o descaso que as autoridades municipais se convidadas oficialmente por uma Comissão de Estudos do por quê das inundações aumentadas em toda São Paulo viram-nos as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 661 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
B37	2	Paula	CEE-enchentes	29.05.95	Nilton Milan

costas semelhante a um bandido que se esconde para que nos assalte quando passamos por ele. Não suporta o que ocorre. A responsabilidade com mortes ocorridas, com gente perdendo tudo, automóveis presos na água, o sofrimento e eles simplesmente viram as costas para o povo que é contribuinte.

Quando falo que tenho um partido que pertence a nós todos que é o PCC, eles nos tiram a última sílaba e colocam um "i" para sermos o "Partido dos Contrinuente Ignorantes", ou "Idiotas". O meu partido, democraticamente falando, porque estive fora do país, estive na África em missão de paz para que nossos irmãos africanos pudessem ter liberdade em seu próprio país. Quando sabemos que respeitando o cidadão criamos o ~~Partido dos~~ Partido do Contribuinte Consciente e como somos conscientes dos nossos deveres, eles simplesmente se escondem como ratos, talvez, para depois causar a leptospirose.

O Córrego Aricanduva é diferente. São duas marginais em sentido ao chamado São Mateus que liga São Paulo ao Grande ABC e à Rodovia Anchieta. Portanto, é um anel viário. E, no entanto, aqui nos foi apresentado um projeto totalmente, na minha opinião e assumo o que digo, absurdo. Está naquela pasta um projeto que em 1992 através de um convite feito pela Regional da Mooca nós comparecemos em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 662 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário *elx*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
B37	3	Paula	CEE-enchentes	29.05.95	Nilton	

massa porque havia grande sofrimento de pessoas daquela região com suas casas inundadas sofrendo e esperando que o radar meteorológico, aquela idiotice, avisasse que ocorreriam grande inundações.

Eu conheço o que é radar. Fui da Força Aérea Brasileira durante ~~xxxx~~ 20 anos. O radar meteorológico roda no espaço e pode avisar que ocorrerá chuvas em determinado local. Porém, não nos esqueçamos de que as nuvens são movimentadas pelo vento e o que parece que vai para a Zona Norte pode ir para a Zona Sul e assim por diante. Enquanto que um radar de um avião, estando a bordo o piloto, ele sabe que se aparecer uma nuvem negra no radar, ~~ela~~ chamada cumulus nimbus, ele sabe que não pode voar nem para cima e nem para baixo; para a esquerda ou direita e retornar a sua origem. É muito perigosa uma situação dessas porque as nuvens se batem umas com as outras como se fosse uma briga de duas pessoas ou mais.

Esse projeto apresentado, nos ofendendo, nos humilhando, fazendo com que soframos espiritualmente, esse projeto que nos deram após a criação de uma comissão denominada SOS Aricanduva pela própria Prefeitura. Esse projeto era muito simples, era um canal paralelo de reforço ao Córrego Aricanduva para ~~xxxx~~ ~~xxxxxxxxxxxxxx~~ aumentar o ~~xxxx~~ escoamento saindo duas vezes, o paralelo e o atual, em direção ao Rio Tietê. Porém, quando estávamos presentes discutindo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 663 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. VOTANTE
B37	4	Paula	CEE-enchentes	29.05.95	Nilton	

esse projeto e propusémos uma grande modificação que diminuiria o trabalho, o valor, mas que teria mais eficiência, simplesmente nos apresentaram uma empresa Themag ~~fazendo o projeto e sempre nós~~
~~desistimos totalmente abandonados nisso.~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	APARTE
E38	1	ant.	enche	29.5.95	Folha n.º 603 do proc. n.º 03 de 19 95		

e fazendo com que nós ficássemos completamente abandonados disso. Protesto a não presença da Emurb e da Secretaria de Vias Públicas, porque como cidadão quero respeito como os senhores todos merecem respeito daqueles que nos dirigem. Apenas digo, feliz o Maurício e os vereadores que participam dessa comissão que Deus lhes ajude porque pensaram na população sofrida. Tenho um projeto mental referente ao Tietê e toda vez que vou falar alguma coisa, fotografam e ninguém se atreveu provar uma coisa em contrária. Vou entregar ao Maurício um pedido referente ao córrego Aricanduva, seja pedido que o engenheiro Aluísio apresente esse projeto à CEE para que não estudando possamos mostrar aquilo que pode e deve ser feito. Tenho uma foto de uma pequena obra idiotamente feita com 297 mil e poucos reais e estive lá hoje para mostrar que quando a engenharia não respeita a natureza ela também passa a não merecer respeito. Quando da canalização dum afluente muito pequeno do córrego Aricanduva estão gastando 800 tubos de 1,60m de diâmetro e 1m de comprimento, está parada e não podem continuar e tratar da montante. A máquina funcionando rebentando a canalização de esgoto, Por que não se preocuparam em saber onde passa a galeria de esgoto rebentando os canos da Sabesp que sai dos canos para as residências. Vou convidar o Maurício e a comissão toda para que compareçam com esse projeto do Aricanduva para que possamos ter certeza daquilo que vai ser feito, porque é o maior absurdo da história da República, que foi apresentado em slides mostra os erros de construção que não respeitaram a natureza. Hoje querem corrigi-lo. Faço um paradigma. Se um cidadão leva um paciente ao médico e ele constata que tem uma veia entupida será que esse médico vai propor que se troque o coração ou que se coloque uma ponte de safena? O que vai ser feito no Aricanduva é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E38	2	ant.	enche	29,5	65 03 951	

tirar o coração que está perfeito para trocar a veia que está entupida. Maurício, peça o projeto que vai ser feito no Aricanduva irmos até o Aricanduva e ver o que vai ser feito.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Obrigado Sr. Nilton, O senhor está entregando o pedido de solicitação à Temac para que forneça à Comissão de Enchentes aquilo que foi apresentado pelo engenheiro Canholi que são os planos do projeto para o Aricanduva.

Eu gostaria de colocar o seguinte, Entendo que com a ausência, hoje, mais uma vez, de um administrador regional que estava convocado e tivemos agora um retorno de uma ligação telefônica que a secretária do Administrador da Freguesia do Ó, nos informou que ele esqueceu do compromisso que tinha com a Comissão de Enchente, isto vai caracterizando a cada sessão uma realidade de que os representantes da atual Administração não tem, sistematicamente, comparecido. Apesar de que os convites foram formulados, esses representantes aceitaram comparecer mas sempre ocorreu a ausência deles e com alguma explicação ~~que~~ dada já no dia da reunião. Como Presidente da Comissão entendo que teremos que conversar com os integrantes da Comissão e fazer um encaminhamento no sentido de cobrar, exigir que os representantes da Prefeitura venham à Comissão. Existe uma lacuna que me parece uma lacuna muito importante de ser preenchida que é a questão dos projetos do Geprocav. Até agora não temos as informações sobre o programa global de canalização de córregos que tem sido anunciado seguidamente através dos meios de comunicação, mas cujos detalhes não foram trazidos ao conhecimento da Câmara Municipal e mesmo na mídia as intenções referentes a esse programa têm sido apresen



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ordem n.º 666 do proc.
N.º 03 de 1995
O funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
E38	3	ant.	enche	29.5		

tada de maneira genérica. Teríamos que ter essas informações, até porque é um elemento fundamental de análise para a Comissão, na medida em que vários técnicos, especialistas, têm apresentado argumentos e teses a respeito dessa questão da canalização de córregos, os problemas que ocorrem quando se aumenta a velocidade de escoamento das águas de chuva e outros urbanistas apresentaram argumentos questionando a tradição da política de canalização de córregos com a superposição de avinidas de fundo de vale. Então, se o município está com um programa de canalização de uma dezena e meia de córregos, segundo tem sido anunciado, se isto envolve um volume elevado de recursos públicos, é absolutamente necessário e inteiramente razoável que a Câmara de Vereadores analise esse programa e que a cidadania tenham conhecimento prévio desse programa e que a opinião possa, tendo conhecimento, se manifestar através de técnicos e instituições especializadas para que esse programa passe pelo crivo de um debate democrático e dentro do debate democrático, de um debate técnico evitando-se o encaminhamento meramente administrativo e automático deste programa quando há uma série de indagações e questões que merecem serem debatidas. Entendo que teremos, faço essa ponderação aos dois colegas que integram a Comissão, Vital Nolasco, que é o Relator e a Vereadora Ana Maria Quadros, que deveremos, a partir dessa realidade da Comissão, fazer gestões junto aos demais integrantes da Comissão para uma posição cobrando do Executivo que se agende uma sessão especial complementar da Comissão em que o Executivo nos traga as informações que não foram trazidas até aqui. Em que pese essas lacunas,avalio que os trabalhos têm sido importantes e de uma riqueza muito grande de elementos, de dados e há o desafio a partir da sessão próxima que será a úl-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

o. h. n.º 667 do proc.
n.º 03 de 1995
O. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
/39	1	ant.	enche	29.5.95		

tima da programação originalmente prevista de nós, de um lado, desenvolvermos todos os esforços, todas as gestões e exigências para que o Executivo nos traga as informações complementares que são imprescindíveis para uma análise global e para as conclusões dessa Comissão e também entendo que nas próprias conclusões do relatório final que nós, a partir do relatório do Vereador Vital Nolasco, deveremos buscar para as conclusões finais a opinião dos técnicos, alguns estão aqui, e outros técnicos que vieram nos trazer suas contribuições para que essas conclusões finais estejam a altura das contribuições técnicas tão valiosas e de nível tão elevado que têm sido trazidas à Comissão e também para que essas conclusões levem em conta a experiência, a vivência, dos moradores das regiões mais afetadas pelas enchentes que têm um conhecimento prático das suas áreas e uma vivência da realidade dessas situações de enchentes e também deverão ter uma participação na elaboração final das conclusões da Comissão.

O SR. VITAL NOLASCO - Só quero dizer que estou de pleno acordo com suas propostas, inclusive de consultarmos os outros membros da Comissão de levarmos ao Executivo essa nossa insatisfação pela forma como tem se comportado perante uma comissão representativa da Câmara Municipal de São Paulo.

A SRª. ANA MARIA QUADROS - Concordando com os vereadores porque estamos aqui para encontrar soluções que o Executivo vai executar, mas tem sido um forum amplo com diversas pessoas estudiosos desse assunto com diferentes visões. Acho importante que façamos um requerimento convocando os responsáveis pela Prefeitura, que a gente apresente



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E39	2 ant.		enche	29,5		

as conclusões e verifique quais iniciativas que vão ser colocadas em prática. Obrigada.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Apenas acrescentando, na qualidade de Presidente da Comissão, que a Comissão, nunca é demais reprimir, foi aprovada pela unanimidade dos vereadores da Câmara e, portanto, pela unanimidade das bancadas partidárias. Havia um objetivo e um compromisso que era o de uma Comissão de Enchentes que adotasse critérios técnicos para análise dos problemas, uma Comissão de Enchentes que ouvisse os moradores das regiões afetadas, enquanto cidadãos, e o compromisso de que a Comissão de Enchentes não seria um foro de oposição política à atual Administração e tão pouco seria um foro de elogio gratuito à Administração. Seria um órgão de análise dos problemas de participação pluralista de técnicos na expectativa de trazer à Câmara, aos vereadores, elementos e subsídios para um aprofundamento das visões a respeito da questão das enchentes.

Eu, como Presidente; vereador Vital Nolasco, como Relator e a vereadora Ana Maria Quadros temos seguido fielmente esse objetivo da Comissão e, infelizmente, tem havido essa situação de desconsideração do Executivo Municipal para com a Câmara de Vereadores, porque esta Comissão representa uma instituição que é o Parlamento Municipal, ela não tem caráter político partidário, não tem um caráter político no sentido de alinhamento político num sentido opacisionista ou situacionista, é um órgão de uma instituição que é política, mas que se propôs a fazer um debate de políticas administrativas e de técnicas de argumentos técnicos. Registro esta posição e tomaremos as providências no intuito de que a Comissão de Enchentes possa preencher essa lacuna que tem existido até aqui.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 663
N.º 03 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E39	3	ant.	enche	29,5		

Agradeço a presença de todos e estão convidados para a próxima sessão, segunda-feira, quando teremos oportunidade de analisar o papel do Legislativo Municipal em relação às enchentes, uma avaliação

~~Em Regime de Plenário - 24/03/95~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
E-40	1		enchentes	29.5.95	maurício	

da legislação existente no Município. E pode essa legislação desempenhar um papel ainda mais eficaz no controle dos fatores que contribuem para as enchentes, e também estaremos debatendo que outras contribuições as instituições políticas do Município podem dar no trato dessa questão das enchentes.

Então, agradeço a todos e até a próxima segunda-feira para a qual estão todos convidados. Obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	03671	de 19	95
n.º			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão Especial de Estudos, que visa analisar a situação das enchentes no Município de São Paulo.

Presidente: Sr. Vereador Maurício Faria

Membros : Srs. Vereadores

Vital Nolasco (Relator)

Ana Maria Quadros

José Viviani Ferraz

José Eduardo Martins Cardozo

Hanna Gharib

Reunião realizada no "Salão Nobre", da Câmara Municipal de São Paulo, em 05 de junho de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Maurício Faria

(Memo. nº 05/95 - Com.Temporárias)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	672	de 19	95
n.º	03		
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
014	1	morg.	CEE Enchantes	5.6.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Vamos iniciar mais uma sessão da programação do Seminário da Comissão Especial de Estudos sobre Enchantes e o tema proposto para hoje é "O Legislativo e as Enchantes", onde se pretende avaliar a atuação do processo legislativo em relação às enchentes, a legislação já existente, a sua efetiva aplicação, as possibilidades de novas proposições para o processo legislativo municipal visando aperfeiçoar a legislação, desenvolver a legislação para efeito de tratamento do fenômeno das enchentes e em princípio esta seria a última sessão da programação da comissão, todavia, tivemos os trabalhos desta comissão um xlacuna que tem sido entendido que deveria ser preenchida pelo menos como é a necessidade da presença de um representante do Executivo Municipal, que apresentasse o programa de canalização de córregos previsto no GEPROCAV, porque é um programa de importância fundamental, talvez seja a política mais importante que está sendo proposta pela atual administração com relação às enchentes e não houve oportunidade até o momento de nós termos uma informação oficial e global a respeito das propostas do Executivo. Então, nós pretendemos consultando os demais integrantes da comissão de estudos prorrogar por um período não muito longo o prazo da comissão com dois objetivos, o primeiro, esse de preencher esta lacuna referente as informações do programa de canalização de córregos e a segunda é a visita, já fizemos reuniões sobre esse tipo de caso, e temos a proposta de uma visita da comissão para examinar "in loco" situações na região do Aricanduva, que também já foi aceita essa proposta feita pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	673	do proc.	
n.º	03	de 19	85
ORADOR	CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
014	2	morg.	Enchentes	5.6.95		

Sr. Nilton, então, isso também seria mais um ~~o~~ fator para recomendar o prolongamento dos trabalhos da comissão de estudos sobre enchentes.

Então, para o tema de hoje nós convidamos três expositores, e a nossa sistemática tem sido a de trazer a contribuição de expositores que farão a sua explanação por um tempo de 15 minutos e temos sido flexíveis, então, falam os expositores depois os comentários e indagações dos presentes.

Temos hoje aqui o Eng^o Ricardo Moretti, do IPT, e tem toda atuação, acúmulo importante na área de políticas públicas especificamente uma reflexão relacionada com enchentes, participou durante um período da realidade do processo legislativo porque era assessor parlamentar, trabalhou no meu gabinete em determinado período e viveu dentro da Câmara Municipal a realidade do processo legislativo, hoje está reintegrado há algum tempo no IPT e queria agradecer a sua presença. A segunda expositora é a arquiteta Bona de Villa, que é assessora técnica da Câmara Municipal, pessoa muito qualificada na área de políticas públicas e conhece por dentro o processo legislativo na Câmara Municipal como assessora técnica da Câmara. E a terceira expositora a arquiteta Ana Lúcia Dacona, de SEMPLA, que traz a experiência de uma profissional que lida com a legislação municipal, que lida com o processo legislativo do ângulo do Executivo, porque como todos sabem o processo legislativo ~~uma~~ é uma relação entre os dois poderes e envolve da parte da Câmara Municipal toda uma tramitação legislativa, envolve de parte do Executivo a análise para orientar a chefia de governo municipal a respeito de sanção ou veto e uma vez completado o processo legislativo cabe ao Executivo a regulamentação das leis aprovadas e a sua aplicação. Entendo que temos aqui três profissionais que têm

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 674 do proc.
n.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
014	3	morg .	Enchentes	5.6.95		

diferentes visões que se completam e bastante enriquecedoras a respeito do tema proposto, ~~mas~~ que é hoje exatamente o Legislativo e as enchentes.

Agradeço uma vez mais a presença do Engº Ricardo Moretti, da arquiteta Bona de Vila e da arquiteta Ana Lúcia Dacona e passo a palavra ao Engº Ricardo Moretti.

O SR. RICARDO MORETTI - Vou falar mais do que o Legislativo e as enchentes, queria inicialmente pensar um pouco a questão da eficácia da legislação. Acho que todos já ouviram falar que a ninguém ~~pé~~ permitido alegar o desconhecimento da lei, não sei se vocês já pensaram na situação de alguém que nasce e tem sobre suas costas todas as leis elaboradas do estadual, do municipal e federal, tendo que conhecê-las todas, em nenhum momento podendo alegar o seu desconhecimento. Então, quando uma pessoa nasce, depois de um certo período ele deveria estar conhecendo todas as leis existentes. Pelo menos não tive uma formação detalhada das leis, da Constituição federal, das leis estaduais, mas em nenhum momento tive uma formação de quais são as leis, ou seja, muito pouco de lei se aprende na escola. Então, restaria uma pergunta: como é que as pessoas ficam sabendo que existe uma lei ? Já que ninguém pode alegar o desconhecimento da lei ?

Repetindo a pergunta: por que se fala tanto que o Brasil é o país onde algumas leis pegam e outras não pegam ? Eu acho que essa é uma afirmação perigosa, porque não é um fenômeno brasileiro. Imagino que existem leis que pegam e que não pegam no Brasil e em todos os países do mundo. Mas queria pensar um pouco sobre o que faz com que uma lei aconteça ou não aconteça. Por que uma lei não acontece ? Foi aprovada, passou pela

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 675 do livro n.º 03 de 1995

ORADOR: [assinatura] EGNT-APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	EGNT-APARTE
015	1	morg.	enchentes	5.6.95		

comissões todas, passou pelo plenário, foi aprovada, no entanto, ela não acontece. O que faz com que uma lei não acontece ? Tem vários fatores que fazem com que uma lei apesar de aprovada não aconteça. Basta por exemplo que a sociedade não aceite a lei, para que ela não prática não aconteça por mais que ela seja uma lei. Se o Executivo estiver entendendo que a lei não deve ser cumprida ele tem mil artifícios e artimanhas para impedir que a lei seja cumprida, Especialmente, quando a lei pressupõe uma ação do Executivo para que ela se efetive. Se uma parcela da sociedade não quiser muitas vezes se consegue que uma lei não seja cumprida e principalmente se os meios de comunicação não quiserem a lei também não é cumprida. Então, o fato de uma lei ser aprovada em qualquer casa legislativa, é apenas e tão somente um primeiro passo para que aquela lei se efetive. Vamos tomar um exemplo recente. Há pouco tivemos um lei que foi aprovada que foi colocada em vigor e está tendo resultados, que é a lei do cinto e segurança, uma lei que inequivocamente pegou, você olha na cidade e está todo mundo com cinto de segurança. O que fez com que a lei do cinto e segurança funcionasse ? Teve toda uma campanha anterior de divulgação dos riscos da necessidade do cinto, teve toda uma campanha de incentivo ao uso do cinto de segurança, teve toda uma divulgação na imprensa e por último veio um porrete enorme de quem não usasse o cinto de segurança teria uma multa altíssima, foi colocada a fiscalização na rua. Como simulação, vamos imaginar a mesma lei, com a mesma redação, com o mesmo teor aprovada por unanimidade na Câmara, mas que simplesmente não tivesse uma campanha prévia e não tivesse divulgação nos meios de comunicação, mesmo que a sociedade estivesse disposta, mesmo que tivesse a multa, seria suficiente?



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
015	2	morg.	enchentes	5.6.95		

Estaria existindo a lei como ela existe ? Simplemente aprovada e mesmo com a multa seria suficiente? Acredito que não. Se não tivesse a divulgação da lei, se não tivesse a penalização, provavelmente, a lei do cinto de segurança seria mais uma das leis que estão aí sem ser efetivadas.

Existe de início uma questão básica que é a seguinte: o Legislativo deve ou não se preocupar com o cumprimento das leis, porque a princípio, executar as leis cabe ao Executivo, agora, é curioso que o Legislativo não se preocupe com isso, por mais que não seja a sua função, é decepcionante que se elaborem leis numa casa, existe uma casa preparando leis e que isso possa não ter o resultado espelhado na sociedade. Então, de uma forma ou de outra mesmo sendo o papel do Executivo fazer com que as leis sejam cumpridas, acredito que tem que existir uma mudança de postura, tem que começar a existir um esforço para acompanhar o que acontece com a lei depois que ela é sancionada na Casa.

Com relação as enchentes, e antes disso deixa fazer um comentário, hoje na área de engenharia civil, de arquitetura, está muito em voga a análise pós ocupação, depois que um empreendimento qualquer termina faz uma análise pós ocupação do empreendimento para que possa avaliar se com o uso os conceitos que foram utilizados no projeto estavam corretos ou não. Isso está sendo cada vez mais frequente na área de engenharia e arquitetura. No Legislativo poderia usar um conceito parecido, poderia fazer uma análise pós uso da legislação, sancionada uma lei, uma lei que pegou, seria extremamente didático que se conseguisse ter uma avaliação pós uso da lei, o que aconteceu, foi bem aplicada, teve os resultados imaginados, porque qualquer lei vem acompanhada de uma exposição de motivos, de fato aconte-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 677 do proc.
n.º 03 de 19.95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
015	3	morg.	enchentes	5.6.95		

ceu aquilo que se estava prevendo ? Foi cumprida? Não foi cumprida ? Onde ? Até como uma prática de realimentação do processo legislativo seria precisa de alguma forma ter uma avaliação do que acontece com as leis depois que elas são sancionadas, no meu entendimento.

No caso das enchentes, quer dizer, já é o nono encontro, então, vocês devem ter tido todo um cenário ~~à~~ importante das medidas não estruturais, além do investimento em obras, país nenhum do mundo defende que se resolve o problema das enchentes tão somente com obras civis, é inevitável que se façam medidas estruturais, de controle do uso do solo de evitar o lançamento de ~~lixo~~ lixo nos bueiros, que ninguém dá conta de ficar limpando o sistema de drenagem, se você não tiver todo um conjunto de medidas que impeçam com que o lixo chegue no sistema de drenagem. Então, esse conjunto de medidas não estruturais que envolvem o uso do solo, código de posturas e todo o conjunto de medidas para que se previna o problema de enchentes é uma questão que pode ter uma forte influência do legislativo.

Queria lembrar quatro leis que foram aprovadas na Câmara, a partir de 92, três delas de autoria do Vereador Maurício Faria, que dão uma idéia de medidas que poderiam ser feitas com relação as enchentes. Uma delas, a mais antiga, a 11.210/92, dispõe sobre a colocação de lixeiras nos passeios públicos, em frente aos estabelecimentos que comercializam alimentos em geral, em frente ao bar, ao restaurante. Se olharem bem o equipamento mais bem distribuído na cidade é bar, em todo lugar que tem muita gente tem um bar e coincide também com um dos lugares que mais se gera lixo, só olhar do lado do buteco tem papel de cigarro, chocolate,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	678	do livro	95
n.º	03		
GRADOR		CONT. APARTE	



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
016	1	morg.	enchentes	5.6.95		

é um lugar de grande geração de lixo, que vai parar num bueiro, que por sua vez entope o sistema de drenagem e todas as consequências que a gente conhece. Essa idéia de colocar em frente ao bar, na calçada, uma lixeira, conseguiria em curto espaço de tempo uma distribuição em toda a cidade de lixeiras que seriam mantidas pelo dono do bar. Já existe legislação que exige que o dono do bar tenha uma lixeira dentro do estabelecimento. Essa lei foi avaliada pela Comissão de Constituição e Justiça, deu um parecer pela legalidade e foi aprovada, a idéia era que o desenho da lixeira fosse objeto de um concurso para garantir que o mobiliário urbano não fosse um problema a mais na cidade, porque temos também o risco de excesso de lixeiras. Então, todo um cuidado com relação a isso.

A lei foi aprovada em 92 e eu não sei de vocês, fora quem já trabalhava na Câmara, quem sabia da existência dela. Pois sabem que ninguém pode alegar o desconhecimento da lei. Essa lei foi aprovada em 92, ela garantiria lixeiras na cidade toda, e nem um passo foi dado para a sua concretização. Outra lei, a 11.435/93 e 11.380/93. Esta última é a que a gente chama dos terrenos erudiços ou erodíveis, uma lei que a Ana Lúcia também participou, uma lei que foi vetada pelo Executivo e depois se derrubou o veto e ela está em vigor, estaria em vigor. Essa lei qual é o princípio básico? Não sei se têm acompanhado que um dos principais motivos da enchente é a erosão que acontece nos bairros da periferia, que por sua vez tampona os córregos e com isso ocorre o extravazamento e um dos casos mais evidentes é o caso do córrego Aricanduva, que tem uma das maiores enchentes da cidade e tem nas suas cabeceiras uma enorme área erodida, que é o conjunto Cidade Tiradentes. Então, já é notório que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	679	do proc.	
n.º	03	de 19	95
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
016	2	morg.	enchentes	5.6.95		

um dos principais problemas da ocorrência das enchentes é a erosão do assoreamento dos cursos d'água. Essa lei que foi aprovada, que provavelmente vocês não conhecem, porque não foi colocada em prática, ela regula-menta duas coisas, uma coisa ela exige que quem venha a fazer uma obra de terraplenagem de determinado porte obtenha a licença para executar a obra de terraplanagem, até para evitar acidente como ocorreu na favela Nova República. Então, exige que as obras de terraplanagem tenham uma li-cença prévia. E a segunda coisa exige que quem tem um terreno exposto, que fez uma terraplanagem e não protegeu a superfície do terreno, que execute as obras de recuperação. Uma indústria que fez uma terraplenagem e deixou lá uma saia de aterro descoberta ela deveria fazer obra de dre-nagem, de capeamento vegetal para impedir a erosão.

Essa lei de 93 foi aprovada, vetada, derrubou-se o veto e não adiantou nada porque ela está aí congelada. Outra lei a 11.435/93 visa evitar um problema que vocês devem ter tido conhecimento, O sofá velho da casa de classe média é dado para alguém mais carente, desde a Casa André Luiz até o empregado, só que a pessoa que mora na favela, ou na periferia, quando o sofá fica velho, deveria contratar um carro para levar nos lugares corretos, evidentemente, quem ganha salário mínimo não pode contratar um caminhão para levar um sofá velho, então, qual é o des-tino do sofá velho? Ele vai parar em algum lugar irregular, ele vai para o córrego. Essa lei institucionaliza uma coleta pública do lixo de grande porte. Já em São Paulo existia esse serviços por algumas administrações regionais. Então, é evidente, que é muito mais barato eu fazer uma co-leta duas ou três vezes por ano do lixo de grande porte do que ficar lim-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	680
n.º	03
ORADOR	[assinatura]
CONT. APARTE	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
016	3	morg.	enchentes	5.6.95		

pando o córrego depois que a desgraça está montada. Então, essa lei é que institucionaliza a coleta de lixo de grande porte. Ela também foi aprovada em 93, em 94

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 681
n.º 63 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
017	1	dalva	Enchebtes	05.06.95		

~~(...)~~

~~essa é a lei 11.435/93, mas também não~~

foi colocada em prática, por último a lei 11.599/94, é a lei que determina o uso de pisos ~~xx~~ drenantes nas áreas dos estacionamento descobertos, quer dizer, se vocês observarem bem, os estacionamento dos grandes supermercados, é um ~~x~~ superfície toda impermeabilizada, seria plenamente factível que se tivesse essa superfície com piso drenante, quer dizer, aumentando a infiltração da água de chuva. A idéia foi tentar uma legislação que desse uma flexibilidade ao projetista, ~~xxx~~ para que não tivesse um único sistema de piso drenante, mas a idéia era que as grandessuperfícies impermeabilizadas tivesse, contassem com o piso que permitisse a infiltração de água no sub solo, também foi aprovada, também foi sancionada, e ~~x~~ também encontra-se no congelador. Como a gente comentou se no começo, quer dizer, uma das questões chaves para se conseguir que a lei seja cumprida, um dos primeiros passos é garantir sua divulgação, eu queria depois mostrar para vocês aqui, eu escrevi um artigo para o jornal, relatando as quatro leis, o artigo não foi publicado, não sei porque. A divulgação, dessas quatro leis, todos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	682	do	proc.
n.º	03	do	19
		95	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.: APARTE
017	2	dalva	Enchentes	05.06.95		

aqui eu considero ~~muita~~ pessoas muito bem informadas, eu não sei qual de vocês sabiam deste texto dessas quatro leis. (Pausa). Um de vocês. Quer então a lei foi promulgada e nem sequer houve a divulgação da sua existência. Então isso posto, nós podemos observar que objetivamente os meios de comunicação podem serem extremamente eficientes para que uma lei não aconteça. Assim como o Executivo ele tem um poder absoluto para que a lei não aconteça também, especialmente nos casos que são necessários uma ação do Executivo para fazer com que a lei seja cumprida, como eu já falei anteriormente, então por exemplo, a lei quem é proprietário de um ~~terreno~~ terreno erudido a fazer obras de recuperação, pressupõe que a prefeitura notifique o proprietário desse terreno para que ele faça ~~am~~ obra. Então precisa de umação do Executivo, para que a lei ~~aconteça~~ aconteça. O Executivo, nem sequer regulamentou a lei. Então eu fico ~~suppreso~~ supresso quando se alega os culpados das enchentes são a população que não eu vejo um ato de omissão gravíssimo no episódio dessas quatro leis ~~me~~ onde eu tive a oportunidade de ajudar a ~~xxx~~ acompanhar a elaboração. A sensação que eu tenho hoje com relação a essa questão legal na Câmara é ~~mais~~ mais ou me-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha	03	683	95
n.º			

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
017	3	dalva	Enchentes	05.06.95		

nos como uma biblioteca pessoal desorganizada. Quando a pessoa começa a ter livro e mais livros, mas a Câmara ela vem acumulando leis e mais leis, e mais leis. É como aquele leitor ganancioso que compra muito mais livros, do que tem condições de ler. Ai ele começa a ler, e não percebe e compra o livro duas vezes, porque nem lembra mais de ter comprado aquele livro, mas também não tem tempo de catalogar o livro e faz colocando em ~~uma~~ qualquer lugar, debaixo da mesa, vai juntando, até que em determinado momento ele já tem uma coleção de livros, quando ele precisa de algum, ele não acha mais, já perdeu completamente o mérito de ter um livro em cada, porque não adianta nada, ele não tem condições de localizar ~~nenhuma~~ informações, nem nada. A impressão que dá das casas legislativas do Brasil, é rigorosamente essa. Existe um absoluto emaranhado legal, quer dizer, veja bem, nós estamos aqui sentados com a Bona, que foi a primeira colocada em um concurso para entrar na Câmara, uma das pessoas mais respeitadas em termos de legislação nesse País. Trabalha na Câmara Municipal, e não sabia da existência de uma lei. Quer dizer, eu falo isso, sem qualquer constrangimento para a Bona, Isso não a denigre, isso denigre a existência, o modo como estão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	684	do livro	
n.º	03	de 13	95
GRADOR		CONF. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	
017	4	dalva	Enchentes	05.06.95	

se organizando as informações. Então se a B_o na, uma especialista em legislação, consultora disso, professora no assunto, primeira colocada ~~xxx~~ no concurso, trabalhando na Casa, não conhece o que tem na Casa. Me parece uma hipocrisia ~~xx~~ que qualquer cidadão deva conhecer as leis que existem. Não tem alguma coisa errada nesse processo todo? Então o que eu sinto hoje, que um dos trabalhos mais importantes a serem feitos na Câmara, e não só nessa Câmara, mas nas diversas, é um trabalho de ~~fazenda~~ faxina, a mesma faxina que ~~xxxx~~ a Bona estava fazendo em sua biblioteca pessoal. dela, é preciso ser feito na Câmara. Deveria ter uma equipe de vereadores na Câmara, que em vez de propor leis, viesse revogando leis. E_n tenho um conhecido que é advogado, em tempo atrás ele comentou comigo em uma roda de bar, que até pouco tempo atrás, ainda estava em vigor a lei que proibia o samba, bem da época da umbigada, quando a lei era associada aos negros, então houve uma legislação que proibia o Samba, E_n tão até pouco tempo atrás estava em vigor a lei que proibia o samba, ~~uma~~ lei está em vigor até que ela seja ~~x~~ revogada; então vocês imaginam a quantidade delei que nós temos aqui em São ~~X~~ Paulo que já são completamente sem validade, e no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	685	do proc.	95
n.º	03		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
017	5	dalva	encnehtes	05.06.95		

entanto elas estão ~~qui~~ ai misturadas, com leis que precisariam de ação, estar sendo, vocês imaginam aquela lei que regoga parcialmente a lei nº tal, ~~que~~ quer dizer, eu trabalhei bastante tempo, para não falar só da B_ona, deixa eu falar de meus desconhecimento. Depois de algum tempo mexendo com ~~te~~ a legislação urbanística de São Paulo, tinha momentos que eu queria arrancar os meus cabelos eu tinha a sensação, de que eu não entenderia daquilo, ~~que~~ aliás essa sensação perdurou de vários anos de estudo, eu fiquei com a plena, o que mudou foi a certeza que eu nunca entenderia daquilo. Depois de vários anos estudando, trabalhando aqui na Biblioteca, tal, eu fiquei, eu percebi claramente que seria impossível alguém saber plenamente sobre aquilo, um dos objetivos era manter aquilo tudo, completamente emaranhado, então esse emaranhado faz parte de uma lógica que é uma lógica de ~~para~~ tornar o cidadão no tal, ele não ter condições de saber o que é a lei. Então eu acho que seria fundamental começar um trabalho de elaborar, consolidação das leis existentes, revogação de leis que já não estão mais em vigor, e principalmente de simplificação das leis. Eu cada vez mais tenho a ~~uma~~ sensação cada vez mais forte, de que a lei só é eficiente se ela for muito curta simples, e não entrar na-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

n.º 03686
95
JF

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
018	1	dalva	Enchentes	05.06. 95		

e não entrar naquilo que não for ... ou melhor, entrar o mínimo possível, aquela lei sobre os terrenos erudidos, ela precisava ser muito mais curta, ela foi longa demais ali, ou melhor, tem que existir umabrutal simples ligação do ato legislativo, porque senão complica. O exemplo de uma lei que simplificou, foi a lei dos condomínios horizontais que começou com ~~um texto~~ um texto enorme, no final de tudo, uma lei de autoria do Maurício ~~que~~ também, que começou com o texto de várias páginas regulamentando detalhes e tal, e que evolui para uma lei que cabe meia folha, e que respondeu a tudo que precisa. Então todos nós envolvidos direto ou indiretamente com a questão das leis, tinha que ter um esforço para fazer com que as leis fossem mais curtas, mais magrinhas, programa lei diet. Então eu acho que precisa urgentemente de um trabalho de rotina, eu acho que vai precisar de várias pessoas trabalhando nisso, eu acho que é necessário que exista aquela avaliação de resultados da lei, nesse aspecto, eu acho que devia a própria equipe técnica da Câmara, iniciar um trabalho de sistematização, de avaliação dos resultados das leis aprovadas no ano, como faz o balanço em uma loja de sapatos, e nesse sentido



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 687
n.º 03
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
018	2	dalva	Enchentes	05.06.95		

fazer um balanço do que foi aprovado, e pegar um determinado período e avaliar o que aconteceu com a lei daquele período. Como grande- parte das leis acabam sendo de dar nome em escolas e nomes de ruas, essa avaliação não demoraria mais do que alguns dias de trabalho, ~~mas~~ poderia ~~ser extremamente~~ extremamente valiosa. Além disso eu acho que cada vereador, deveria anualmente prestar contas sobre o que ele ~~propôs~~ propôs, o que foi aprovado e o que aconteceu com as leis que ele ~~propos~~ propôs, e aprovou, é lógico que o papel do vereador não é tão somente ~~apenas~~ elaborar leis, é um trabalho importantíssimo da fiscalização do trabalho Executivo, e tal, mas se ele vai propor leis, é esse também, sobre essas atividades ele tem que prestar contas, o que ele propôs, o que foi aprovado e principalmente o que aconteceu com as leis que ele conseguiu aprovar, não para cobrar deles o resultado disso, porque não cabe ele, mas apenas para poder servir como alimentação para elaboração de novas ~~leis~~ leis. E por último, tem uma questão básica aqui, gente! É preciso garantir o cumprimento da lei. Não dá para brincar com esse ~~assunto~~ assunto. No caso das enchentes, eu tenho plena consciência de que se essas 4 leis tivessem sido



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	688
n.º	03
DATA	05.06.95
CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CONT. APARTE
018	3	dalva	enchentes	05.06.95	

colocadas em práticas, no prazo coenante, 6 ^{meses} ~~semanas~~ depois de sua aprovação, isso tem mãos de dois anos, essa lei de 92 e 93, uma boa parte dos problemas que nós vivenciamos de enchentes aqui tem melhorado. Vamos pegar a lei, essa questão do lixo na rua, é só olhar em qualquer boca de lobo, essas bocas de lobo estão completamente entupodas estão todas cheias, você pega bairros que tem sistema de drenagem normalmente implantadas, ~~enxux~~ com qualquer chu visco esta enchendo a rua com água, quer dizer o sistema ~~nuxx~~ nosso de drenagem está aos cacos, por causa de lixo na rua. Então eu acho que tem que existir umação afetiva, para garantir o cumprimento da lei. Eu acho que especificamente correlação a essas 4 leis, o Executivo ~~precisava~~ precisava ser convidado, a vir a Câmara para expor quã os motivos que estão fazendo com que o assunto não tenha sido regulamentado e colocado em prática. Eu acho que tem que se pensar umaforma, para otimizar a sua forma de comunicação, porque nós não podemos correr o risco de uma lei ficar completamente ignorada. E não dá para contar com favor ou ~~com~~ com eficiência no meio de comunicação, que pode dar para você publicar aí um artigo dizendo que a lei foi aprovada. Quer não pode. Umacasa que gasta, recursos numax reforma como aqui gastou, poderá



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	689
n.º	03
ORADOR	
CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
018	4	dalva	encnhetes	05.06.95		

se dá o luxo de eventualmente publicar nos meios de comunicação a notificação que um determinado assunto foi aprovado. O fato é, que se existe lei, e ela é para ser cumprida, tem que existir um plano para como ela será divulgada, não dá para continuar com a hipocrisia de que a lei será divulgada pelo Diário Oficial. E por último eu acho que há alguns casos específicos dessas 4 leis que eu citei, provavelmente existirão dezenas de outras, vai ser necessário uma ação mesmo. Vai ser necessário uma ação popular para que se exija do Executivo o cumprimento da lei que foi aprovada. O Executivo tem a oportunidade de vetar a lei, em alguns casos o fez, o veto foi derrubado num dos casos, ele não pode seguir com o veto por omissão. Eu não entendo, eu não sou especialista de advocacia, mas é engraçado, a mim eu posso ser punido por omissão, e ~~o Executivo não pode não cumprir~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	630
n.º	03
<i>[Signature]</i>	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
619	1	valéria	cee enchentes	5.6.95		

E o Executivo não cabe? Não sei se o Executivo é punível por omissão. É? Então, eu queria que a Câmara estudasse os mecanismos que ela pode adotar para que o Executivo seja punido por omissão no caso das enchentes. Era isso que eu tinha para falar.

O SR. MAURICIO FARIA - Obrigado, Angeli Carbureti. Tem a palavra a arquiteta Bona de Villa.

A SRA. BONA DE VILLA - Boa tarde. Eu estava preocupada com o meu limite de 15 minutos e agora já estou muito mais sossegada porque o colega, embora a gente não tivesse combinado quase nada, falou mais ou menos 90% do que eu ia dizer. Então, vou tentar agora não repetir o recado mas quero declarar que eu assino embaixo, em número, gênero e grau, o que ele falou. Vou partir de algumas premissas que acredito que seja algo que se consolidou nas reuniões que precederam a atual. Primeiro, uma política de prevenção e controle de enchentes e de mitigação dos efeitos desastrosos me parece que na cidade de São Paulo deve ter sim uma dimensão local, mas não pode deixar de ter uma dimensão metropolitana, até porque trouxe o mapa que não pode ser examinado via microfone, mas estamos, na verdade, numa porção intermediária da bacia do Alto do Tietê, isto é, todos os trabalhos que visam conter a água nos cursos de água a montante da cidade de São Paulo devem ser feitos em outros municípios. Então, temos todo o conjunto de municípios, Mogi das Cruzes, por exemplo, e os municípios vi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	691
n.º	03
de	25
ORADOR	
CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
019	2	valéria	cee enchentes	5.6.95		

zinhos que estão no curso do Alto Tietê, trabalhos feitos no território desses municípios podem melhorar a situação em São Paulo. A mesma coisa no ABC, isto é, o alto curso do Tamanduateí, que está fora de São Paulo, talvez o Aricanduva seja o único rio só paulistano. O Pirajussara que também tem dado tanto problema, enfim, Taboão e Itapecerica também têm de ser co-autores de uma série de medidas preventivas especialmente das inundações. Em função disso, queria lembrar que existe já toda uma conscientização disso e existe, inclusive, legislação que regula as intervenções do Estado e do conjunto dos municípios nesse campo. Então, queria lembrar que a política estadual de recursos hídricos tem uma Lei 7663, em que rapidamente vou repetir o que nos interessa. Diz: "O Estado realizará programas conjuntos com os municípios com vistas a: zoneamento de áreas inundáveis com restrições a usos incompatíveis em áreas sujeitas a inundações frequentes e manutenção ~~da~~ capacidade de infiltração do solo. Implantação de sistema de alerta da Defesa Civil e combate e prevenção das inundações e erosão". Então, essa mesma lei institui o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas. No Comitê de Bacias Hidrográficas existe um representante do município. Então, nós temos o Comitê da Bacia do Alto Tietê, que tem então uma das missões de exata ente acompanhar, coordenar as intervenções de caráter, de âmbito supramunicipal, âmbito metropolitano e tentar coordenar e orientar os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	362	95
n.º		



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
019	3	valéria	cee enchentes	5.6.95		

programas municipais. O que a Câmara pode fazer nesse campo em que os responsáveis principais são do Executivo? Eu acho que é importante uma ação de acompanhamento, fiscalização e querer saber o que está acontecendo, o que está se decidindo e estar a par do que o município de São Paulo, estão fazendo ou deixando de fazer nesses órgãos instituídos pela legislação estadual. Além disso, aí é que está, o Conselho, o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos e não tem representantes do município, mas, enfim, dentro dessa linha que estamos dizendo que ao Executivo não cabe apenas fazer leis, mas cabe também acompanhar o que está sendo feito na sociedade e reivindicar, se fazer ouvir e ser uma caixa de ressonância - desculpe, o Legislativo parece que tem essa função, parece que seria muito interessante não ficar alheio ao que está acontecendo nesse âmbito. Outra premissa que estou adotando tranquilamente é o seguinte: a política contra enchentes não pode ser feita de forma setorializada, isto é, os próprios engenheiros, repetindo o que já foi falado, se convenceram que não são só as obras que resolvem a questão da enchente, mas é um dos casos típicos, assim como as questões ambientais de maneira geral, que não se resolve apenas com um tipo de intervenção. É preciso uma família de intervenções e uma família articulada, não dá para ficar cada um na sua gaveta, cada um por si e Deus para todos. Então, é algo que exige um trabalho de gestão de intervenções razoavelmente apurado. Basicamente, nós temos a fa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folia n.º	633	de	95
n.º			

fls

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0 19	4	valéria	cee enchentes	5.6.95		

mília das obras e serviços públicos, a família dos incentivos de controle aos agentes privados, particulares, e temos programas que temos de integrar, até cada programa informa isso de forma muito estreita, como, por habitação exemplo, o programa de ~~habitação~~ do interesse social para tratar do problema das favelaas situadas em fundos de vale. Outra premissa, bom, depois vou desenvolver o que caberia à Câmara a respeito disso, mas outra premissa é o seguinte: também, depois de tantos anos estudando a questão das normas urbanísticas e da legislação em geral ligada à Cidade, dá para perceber que temos dois blocos de normas, os blocos de normas voltadas para os cidadãos comuns e o bloco de normas voltadas para os agentes públicos, tanto o Executivo como o próprio Legislativo. E discutimos recentemente a questão do Plano Diretor e a questão de todas as normas que a própria Lei Orgânica dá para que o Executivo tenha uma certa disciplina de comportamento para que o Legislativo possa, inclusive, acompanhar e fiscalizar o comportamento do Executivo. Então, essas são normas para os agentes públicos que são sobre procedimentos, tem que fazer um plano, tem de apresentar, os planos setoriais têm de estar combinado com o plano global, o orçamento tem de ser assim e assado, tem de haver prioridades, uma série de ações do Executivo têm de ser aprovadas através de uma aprovação de planos pelo Legislativo. Esse é um campo também em que as leis não pegam necessariamente e no caso certamente não é uma questão de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 694 do proc.
n.º 834 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.: APARTE
Ø20	1	valeria	cee enchentes	5.6.95		

desconhecimento das leis nem de cipoal(?) que nesse campo, até, a Lei Orgânica está bastante clara. Então, é algo que também precisamos começar a ver se se leva a sério a norma legal que é voltada para o Executivo e os próprios membros da Legislativo. As normas voltadas para os agentes privados, especialmente as normas urbanísticas, além de todos os problemas que o Moretti lembrou, tem uma que é o seguinte: elas são quase sempre preventivas, isso é, elas não são corretivas, as medidas têm de ser tomadas prevenindo a tragédia ou o problema. Então, não é muito fácil para o leigo perceber a utilidade da norma, a importância, o prejuízo que vai haver se desobedecer a norma, a vantagem que vai haver se desobedecer a normaa. Por exemplo, uma lei que já existe, uma lei municipal que diz que 15% do lote deve ser mantido não pavimentado ou o cidadão tem de fazer uma espécie de mini-reservatório dentro de seu lote para captar e reter água da chuva nos picos de chuva. Se eu estou com a minha casa, meu empreendimento ou minha loja fora de uma área de riacho, eu não tenho manutenção precisa do valor daquela medida, do que pode prevenir no futuro para mim mesmo e muitas vezes eu não tenho noção da vantagem pessoal que vou ter ao obedecer essa lei. Tem o problema também do custo da obediência à lei, quer dizer, nas infinitas discussões que nós fizemos a respeito do Código de Obras, Zoneamento e tudo o mais, percebe-se como tem uma série de normas que o cidadão tem dificuldade de atendimento porque repre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 695 de proc.
n.º 83 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
20	2	valeria	cee enchentes	5.6.95		

senta um custo, não é simplesmente não matará, há um custo envolvido na obediência da lei e percebe-se que o pessoal de menor renda às vezes não consegue atender e o pessoal de maior renda tem bastante formas de burlar. De qualquer maneira, realmente, não podemos continuar com essa tradição antiquíssima de que as restrições urbanísticas são até avançadas no papel, são bastante complexas, são bonitas escritas no papel mas são sistematicamente burladas, anistiadas, esquecidas. Então, ou se começa a levar a sério as normas urbanísticas ou então vamos continuar na questão faz a lei, depois anistia e quem tinha obedecido fica se sentindo um pouco trouxa. Então, de novo, me parece que além de divulgar a legislação, além de facilitar o conhecimento das normas por parte da população, é extremamente importante divulgar a utilidade das normas. A vantagem em obedecer e o problema social em desobedecer. Além disso, evidentemente, tem de ser de compreensão fácil. Eu, às vezes, tenho a sensação nítida também que leis são feitas de forma ambígua e esse pessoal também não é por acaso que é mantido, até porque isso dá uma sensação de poder muito grande aos funcionários da Prefeitura. E, finalmente, tem de haver alguma viabilidade de atendimento. Então, se percebe o seguinte. O município de São Paulo, a Prefeitura de São Paulo que já é uma máquina fantástica em termos de complexidade e tamanho, já tenho ouvido vários comentários de que os próprios pensadores e elaboradores de normas dentro do Executivo me-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	696	do proc.	95
n.º	03	de 19	95
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
20	3	valéria	cae enchentess	5.6.95		

mo têm pouco contato com os fiscais, com o pessoal que vai ver a viabilidade da execução da lei. Imaginem então no caso do Legislativo que diz: bom, problema de viabilidade é com o Executivo. O próprio tipo de norma tem de ser feita pensando-se como vai ser aplicada, por quem, como e assim por diante. E também acho que não tem outro jeito, isto é, não podemos trabalhar normas urbanísticas na base do fiscal, temos de trabalhar na base da aceitação social e do controle social dos infratores. Então, o Moretti usou o exemplo do cinto e eu me lembrei o exemplo de não andar na contramão. Esse é o tipo de medida que se a gente pega na contramão, a gente percebe imediatamente o problema que isso causa, imediatamente alguém vai xingar os antepassados da gente, então, não é preciso um mar-ronzinho em cada esquina para que o pessoal não entre na contramão. Então, essa coisa é muito importante, esse trabalho paralelo ao estudo da lei, o trabalho de comunicação com a população para conseguir que haja aceitação social e, portanto, controle social aos infratores, Então, o essencial é isso, que não se dependa tanto dos fiscais e, portanto, diminua a vulnerabilidade à corrupção e assim por diante e isso pode conferir uma certa eficácia às normas urbanísticas. Bom, voltando agora ao papel da Câmara. Em termos de obras e serviços municipais, só para lembrar rapidamente, a lista é a mesma, tem as obras públicas de macrodrenagem, manutenção e assim por diante, tem os serviços públicos de desassoreaa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	697	do proc.	
n.º	3	de 19	95
ORADOR	CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
021	1	valéria	cee enchentes	5.6.95		

mento de cursos d'água, de galerias, coleta e disposição de lixo doméstico, entulho, resíduos industriais, limpeza dos logradouros públicos, ajardinamento de áreas públicas e fundos de vale, se conseguirmos tê-las e os programas - talvez a coisa mais complexa nesse sentido - os programas de habitação de interesse social, visando tentar reduzir o número de moradores em habitações precárias em áreas de risco. Bom, para tudo isso existe legislação? Existe sim, não quero dizer que precisa de uma lei para cada obra que vai ser feita, mas a própria Lei Orgânica do Município diz o seguinte: primeiro que deve haver um Plano Diretor que dê as diretrizes e prioridades gerais; depois fala especificamente que deve haver um plano de saneamento; e fala também especificamente que tem de haver um plano de limpeza urbana aprovado pela Câmara. Fora a questão dos estudos de impacto ambiental para os empreendimentos de impacto ambiental. Então, o que o Executivo tem de fazer? Tanto na questão das obras quanto dos serviços tem de gerir corretamente essa questão, desde o plano até o monitoramento e a questão de avaliação de desempenho do que foi feito, e cabe então à Câmara reivindicar a sua faculdade, a sua obrigação de cobrar essas coisas que a Lei Orgânica está colocando, ou seja, deve haver um plano discutido, aprovado e tal de saneamento, limpeza pública e assim por diante. Então, no caso, não se trata de fazer mais leis, mas de acompanhar e fiscalizar a ação do Executivo e também, é muito



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 638 de proc.
n.º 83 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FONT. APARTE
021	2	valéria	cee enchentes	5.6.95		

importante que a Câmara participe do levantamento de poeira, que até como órgão político sabe fazer muito bem, divulgar informações, análise, sugestões, soluções alternativas, trabalhar não só na cobrança ao Executivo mas na colaboração de comunicar à população as vantagens e desvantagens de determinadas medidas. Finalmente, as questões mais ligadas às medidas chamadas estruturais. Então, agora vou ser muito mais rápida porque o Moretti já fez mais ou menos a listagem das leis municipais pertinentes que já existem. Lembraaria mais uma que é a Lei 10774, de 89, que exige que 15% do lote seja livre de construção ou pavimentação ou a implantação de micro-reservatório para absorver águas pluviais. A propósito dessa lei que não ficou, digamos, tão esquecida, gostaria de contar uma pequena história, acontecimento. Estava conversando com uma colega arquiteta, que faz projetos de casas, basicamente na Zona Leste, e ela chegou e disse: olha, Bona, você que maneja muito essa questão de legislação e é arquiteta, me ajuda a entender, como é que se interpreta esse dispositivo da lei, porque estou com um projeto na Prefeitura, a arquiteta da Regional acha de um jeito, o outro da Regional acha de outro jeito e eu acho de um jeito diferente ainda e estou na dúvida, se realmente é para fazer as coisas sem utilizar o bom senso, se o problema é defeito da lei ou da própria estrutura administrativa que não consegue orientar os projetistas, mesmo aqueles que querem fazer a coisa direito. Então,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 699 do proc.
n.º 83 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
021	3	valéria	cee enchentes	5.6.95		

se percebe como existe esse tipo de coisas também. A lei simples, concor-
do, tem de ser simples e enxuta, porém, é preciso haver todo um trabalho
de responsabilização do pessoal burocrático paraa que não sinta necessi-
dade de ler o Código e dizer: obedeça, um metro e meio, ponto. Que haaja
a possibilidade de uso do bom senso por parte do pessoal que interpreta
e trata dos projetistas e responsáveis pelas construções. Então, de novo,
a legislação me parece até suficiente, isto é, se as leis já citadas fos-
sem efetivamente melhoradas e aplicadas acho que a gente precisaria mais
do que isso o seguinte: precisaariamos de uma revisão da legislação de
uso e ocupação do solo, levando em conta os padrões de ocupação em áreas
digamos de interesse especial em função da questão da inundação, só que
eu realmente não sugeriria fazer mais uma lei de uso e ocupação do solo
que de repente se dirija xespecificamente à área X, Y e Z. Parece-me que
já está tão encruada essa gusão que todo o cipoal da legislação paulis-
tana de uso e ocupação do solo tem que ser revista de maneira mais ou me-
nos radical ~~que a legislação atual~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 100 de 1995
n.º 03 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
022	1	ant.	enche	5.6.95		

Acho que se a gente acrescentasse mais uma lei naquele sistema dos extratos ~~fin~~ geológicos, não sei se seríamos bem sucedidos. Eu preferiria que houvesse uma reivindicação para mordenizar todo o arcabouço das normas de uso e ocupação do solo em São Paulo.

Tem mais um campo que está sendo estudado pelo pessoal do DAE que seria a coleta da água de chuva em sisternas, porque o pessoal dos recursos hídricos está preocupado com a perspectiva de escassez de água. A partir da perspectiva de escassez de água a própria Sabesp e o próprio DAE estão começando estudar maneiras de incentivar e até obrigar a população usar água, não potável, para os usos menos nobres. Se o engenheiro sanitário ficar dezenas de anos insistindo para que só se usasse água potável, e proíbe peços ou qualquer outra coisa que não seja o uso da água da Sabesp essa diretriz está mudando, já que se percebe que usa-se água potável para lavar casa, regar jardim, e tal, e água potável é muito caro em termos de custo. Existiria um hipótese de chegar a obrigar os empreendimentos que têm grande superfície de cobertura a recolher água da chuva e teria o efeito de usar essa água para uso que não precisa de água potável. Eu não sugeriria que se começasse a estudar, amanhã, um projeto de lei obrigando as pessoas nesse sentido, antes disso tem que haver projetos pilotos que têm efeito de demonstração, tem que haver uma demonstração, tem que haver campanhas, para conseguir uma adesão voluntária da população e não depender da obrigatoriedade. Em toda essa questão da legislação municipal eu repetiria. Parece-me que a Câmara tem um papel importante de colaboração e trabalho de avaliação da eficácia da legislação aprovada de propor formas de fazê-la funcionar, melhorar e tem um filão que é interessante que é dos incentivos da população de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	701	do proc.	
n.º	33	de 19	35
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0 22	2	ant.	enche	5.6.95		

compensações. Achei inteligente o programa de Curitiba que instituiu a troca de materiais recicláveis, mas no caso poderia ser de lixo coletado em favelas coletados por crianças e moradores, trocava por vale refeição, vale feijão, tem que se ter um raciocínio de economista para essas coisas para que a população colabore não apenas por uma questão de cidadania, mas que haja um ganho econômico, provavelmente sairia muito mais barato do que contratar uma empreiteira para fazer determinado serviço especialmente nas áreas mais difíceis da cidade. Acho que a divulgação, estudo de medidas desse tipo cabe ao Legislativo.

Queria lembrar alguma coisa sobre a questão da mancha urbana na escala do município. Tive oportunidade de verificar a expansão da área urbana na última década. Então, queria lembrar que em São Paulo, se todo mundo surpreendeu com a diminuição da taxa de crescimento populacional, também nós urbanistas estamos muito menos aflitos do que estávamos há 10, 20 anos com a questão da expansão da mancha urbana porque está famosa expansão descontrolada já não há mais. Realmente a taxa de crescimento da população diminuiu e também que o fato de poder usar a poupança e investimentos facilmente no banco, diminuiu a necessidade do pequeno poupador investir em terreno para se proteger da inflação. Tanto o grande quanto o pequeno especulador tiveram outras alternativas de aplicação de seu dinheiro que não são os lotes. É evidente que a grande expansão da mancha urbana no município de São Paulo não é mais terrível. Em compensação temos problemas de novo, a escala metropolitana no vetor sudoeste, Embu, Cotia, assim por diante, e leste. Outra coisa, qual é o nosso problema em São Paulo? Não é tanto dirigir a expansão de novas áreas urbanas, mas tentar corrigir um pouco as barbaridades que já fize-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	502	do proc.	
n.º	83	de 19	95

[Handwritten signature]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0 23	3	ant.	enche	5,6		

mos ao longo dos últimos 50, 100 anos. A nossa questão é ver se conseguiríamos essa questão do lote ser impermeável, ser permeável, é muito complicado porque temos densidades de mais de 100 habitantes por hectare em periferia de São Paulo, que são aqueles lotes pequenos, casa no fundo ou na frente com caquinho de cerâmica ou cimentado. Os grande empreendimentos têm estacionamento subterrâneo, o nosso padrão de ocupação do solo já é muito consolidado em termos de impermeabilização. Há algumas semanas ouvi # uma advertência sobre os vazios urbanos. Se esses vazios continuam a preocupar vários urbanistas, exatamente pelo custo que ele representa de infra-estrutura, no ponto de vista de inundações até que seria uma bênção, porque ainda temos uma série de glebas e lotes vagos. E como vamos administrar essa questão? Finalmente, mesmo a questão da cisterna que me parece uma idéia inteligente de conjugar a questão do uso da água que está sobrando na época de chuvas com a questão das inundações, tem o problema dos mosquitos, do dengue, essa coisa de reservatório de água parada teria que ser coberto, isso custa mais. Diria que resumando, também sinto o seguinte. Nesse momento histórico da cidade de São Paulo, me parece que o papel básico do legislativo não é tanto de produzir dezenas de textos legais, é muito mais de se debruçar sobre os que já existem, avaliar isso e trabalhar na sua função fiscalizadora e orientadora do Executivo.

Obrigada.

A SRª. ANA LÚCIA DACONA - Trabalho na Sempla da Prefeitura de São Paulo, há 13 anos e na Prefeitura há mais tempo e tenho uma certa experiência nessa questão de equacionamento técnico do problema das en-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 03 do proc.
n.º 03 de 19 95



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
023	2	ant.	enche	5.6		

chentes. Não é um equacionamento da solução, mas do ponto de vista técnico é uma questão que está razoavelmente equacionada devido ao investimento que vem sendo feito nos últimos 15, 20 anos em que se tem se preocupado mais com essa questão ambiental e os diversos problemas da qualidade de vida. Vou dar um panorama da minha experiência salientando alguns pontos em que já se chegou. Realmente o problema é aplicar as leis que já existem, ter vontade política dos governos de enfrentar as questões, desenvolver campanhas de educação ambiental, de conscientização da opinião pública. O problema maior está na área política e técnica. Mas, sendo eu uma pessoa que pertence à área técnica, vou falar da minha área. A questão das enchentes necessariamente tem que envolver os diversos níveis de governo, as instâncias legislativa e executiva e a sociedade civil porque ela é uma questão de múltipla causalidade, as enchentes acontecem por um aglomerado de causas. Na verdade o principal é que as cidades ocupam áreas naturais de enchentes dos rios, quer dizer, as enchentes são fenômenos naturais. Os rios têm regimes que variam muito na quantidade de águas que eles estão levando durante os períodos do ano. Num período de cheias, num período de chuvas o rio é uma coisa larga, caudalosa e pode se tornar um filete d'água numa época de seca. As cidades avançam nessas áreas de enchente natural e obrigam a medidas de controles, de disciplinamento dessas águas, o que se faz? Se aumentam os canais, fazem canais fechados para os rios. Todas essas estruturas vão se complicando e se cria o problema das enchentes. Esse problema é basicamente uma excessiva impermeabilização das bacias, excessiva no caso, concordo com a Bona, que a gente tem um certo padrão de urbanização



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	104	do proc.	
n.º	83	de 19	95
		CONT.	APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0 23	3	ant	enche	5,6		

então não vamos querer que as bacias sejam totalmente permeável, mas
excesiva no sentido de que existe um determinado momento que se faz um
cálculo, se faz um canal, se constrói uma galeria para um rio. Esse ca-
nal prevê uma certa permeabilidade. No projeto do canal está previsto um
certo índice de água que deverá ficar retida na bacia. O nível de imper-
meabilização na bacia acaba superando o que estava previsto no projeto.
Então, vai sempre dar errado porque está matematicamente, errado. Os ca-
nais são subdimensionados de modo geral. Ele estava previsto para uma
certa quantidade da água,

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	53	do livro	95
n.º		de 19	
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
024	1	beth	enchentes	5.6.95		

num certo período de recorrência de chuva, de 100 anos, 50 anos, não se faz assim, se faz para 10 anos. Então é outro índice de subdimensionamento ~~MINIM~~ dos canais e estava previsto para um certo nível de retenção de água na própria bacia, de não escoamento do canal. Essa permeabilidade não é respeitada e tudo escoia rapidamente para o canal. É rejeitada a cobertura vegetal das bacias que é um outro elemento que contribui para ampliar o tempo de concentração da água no canal. Então, isso também é mais um fator. Esses canais que estão sendo feitos, quando são galerias fechadas eles são primeiro antigas, na maior parte das vezes estão fraturadas, quer dizer, elas já estão subdimensionadas em relação à ocupação do solo. Ainda por cima elas não tem a plena vazão daquilo que elas tinham quando foram projetadas. Por que? Esgoto sendo lançado nos canais de drenagem. Isso corrói as estruturas de concreto. Essas estruturas então começam a se corroer e não tem mais continuidade, elas sofrem fraturas nas suas estruturas. Então, de repente ela não continua. Elas sofrem interferências de outras canalizações de outras concessionárias de serviços públicos, redes de água, fios de telefone, de gás, outros ductos que correm na cidade de repente cruzam as galerias de água, depois elas já são assoreadas, cai lixo lá dentro e tapa, completamente. Depois a gente tem um sistema que não está correndo naturalmente. A gente conhece a reversão do Rio Pinhei-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	203	do proc.	95
n.º		da 19	

[Handwritten signature]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0 24	2	beth	enchentes	5.6.95		

ros. Isso é conseguido através de um certo sistema de comportas, de elevatórias e tal. Então, são estruturas hidráulicas, além dos canais estruturas das galerias que comportam bombeamentos que tem que funcionar e que nos momentos de grandes chuvas que são geralmente ~~repentinamente~~ repentinas, apesar delas serem previsíveis, mas ainda assim são repentinas, essas coisas tem que funcionar muito bem articuladas e não funcionam. Então, por exemplo, você está com o canal do Pinheiros correndo no sentido do Tietê. Você começa a ter uma chuva muito grande com enchente no Tietê. Você tem que interromper rapidamente e reverter. Existe essa possibilidade, reverter o Pinheiros. Isso demora um pouco. Existe um manejo, uma manipulação dos grandes rios que teria que ser muito melhor articulado do que é. E também essa questão: se a gente está em uma região metropolitana, a questão da ocupação do solo é dividida em vários municípios e teria que haver, novamente, uma nova articulação. Então vem essa questão da necessidade de entrosamento dos vários níveis de governo, dos vários âmbitos, para se conseguir uma política de controle sobre as enchentes. Essa política vem sendo sempre montada e infelizmente isso se tenta, esses equacionamentos, em março e abril, é que se montam as comissões de enchentes, logo depois dos períodos de grandes chuvas onde ocorrem os desastres, trágicos muitas vezes, em função das enchentes, das inundações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	307	do proce-
n.º	03	da 19. 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
024	3	beth	enchente	5.6.95		

Num desses períodos que foi em março de 91, houve uma grande temporada de chuvas comparadas com as que houve agora em 95, e foi feito um esforço que eu considere mais consistente de sistematização e de equacionamento do que deveriam ser todas essas medidas, não é verdade? Então, foi montada uma comissão da Prefeitura com o Governo do Estado. A Prefeitura de São Paulo tem na região Metropolitana o maior município territorialmente, o maior município do ponto de vista de capacidade financeira, de capacidade econômica, de população, então, realmente, ele se torna um parceiro meio privilegiado do Governo do Estado quando se trata de tomar decisões sobre alguma questão. Então, nessa época em que houve 16 ou 18 mortes devido a enchente, como houve em 95, alguma coisa da mesma ordem, mas naquela época em 91, se tentou fazer esse equacionamento de um programa conjunto. Então, isso saiu um documento que foi uma espécie de carta de intenções da Prefeitura de São Paulo ~~XXXXXX~~, do Governador do Estado, alguns prefeitos de outros municípios da região metropolitana assinaram também e foi um documento bastante completo do ponto de vista de tudo que deveria ser contemplado para uma política de enchentes. Eu vou só dizer: isso se dividiu em sete itens, eles são extramamente desdobrados e detalhados. Inclusive na época se chegou a ~~XXXXXX~~ orçamentos, do que custaria, para a gente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	108	de	prog.
n.º	03	de	1995

[Signature]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE
024	4	beth	enchentes	5.6.95		

ter uma idéia, um parâmetro de comparação de custo entre as medidas preventivas, medidas corretivas. Então, foi um trabalho complexo. Os itens básicos eram: melhoria do conhecimento da Bacia . Estamos falando da Bacia do Alto Tietê que geograficamente praticamente coincide com a região metropolitana de São Paulo. Então, seria, melhoria do conhecimento da bacia envolvendo os principais condicionantes do meio físico e da urbanização para subsidiar as decisões relativas às intervenções necessárias. Melhoria do conhecimento porque sempre há necessidade de priorizar recursos que não são abundantes em nosso país. Melhoria dos recursos de monitorização das condições hidrometeorológicas para aprimorar a superfície e o controle das estruturas hidráulicas existentes e apoiar decisões operativas e de contingência. Para aquela questão que eu estava falando. Quer dizer, existe um radar meteorológico do DAEE que consegue prevenir com antecedência de meia hora, alguma coisa desse tipo, as precipitações na região metropolitana. Esse sistema ~~de~~ tinha que ser articulado com as estruturas que manejam as diversas comportas e bombeamentos nos rios para haver, de fato, um sistema integrado e tudo isso depende de informatização, depende de uma série de avanços tecnológicos que existem mas que tem que ser implantados, pequenas melhorias, manutenção desses sistemas. Item 2 - melho-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Forma n.º 709
n.º 03
de 19. 05
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
025	1	beth	enchentes	5.6.95		

ria das condições de atendimento a situações de emergência incluindo a implementação do plano de contingência para situações críticas provocada por chuvas intensas. Quer dizer, por mais que se melhore, o problema de controle de enchentes a gente sempre tem que trabalhar com a possibilidade, com a hipótese que vai haver enchente. E Precisa, sim, ter um sistema de atendimento de emergência que inclui a questão de trânsito, a defesa civil pessoalmente para atender a população que seja moradora da área onde aconteceu a enchente, enfim, é uma coisa centrada principalmente em uma ação da defesa civil e também da parte de trânsito, para desviar e orientar os cidadãos. Item 4: melhoria das condições de escoamento e de regularização da vazão dos rios, córregos e sistemas de drenagem. Aqui a gente tem as conhecidas ~~MANEIRAS~~ obras de drenagem que são uma parte do pacote de medidas de controle de enchentes porque realmente a gente tem um sistema antrópico em que não se pode contar apenas com o escoamento natural das calhas e tem que mudar as condições de escoamento dos rios e córregos. Então, são obras de drenagem, também previstas. Item 5 - Melhoria das formas de controle do uso do solo visando adequar arborização aos condicionantes do meio físico, e de salubridade que é uma parte dessas ações mais permanentes e preventivas que tem mais a ver diretamente com a]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	710
n.º	3
DATA	5.6.95
CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CONT. APARTE
125	2	beth	enchentes	5.6.95	

gislação da qual já estávamos falando aqui. Item 6 - Intensificação da integração entre Estado União e Municípios e sociedade civil usando a locação de recursos indispensáveis ao controle das inundações. Quer dizer: existem obras de drenagem nos diversos municípios, do Estado e as obras das diversas concessionárias, de outros serviços públicos, não diretamente ligados à questão da drenagem, tudo isso tem que ser integrado. Então, é uma questão a se investir. Finalmente desenvolver programas de ~~XXXXX~~ educação ambiental, dirigidos à população em geral, especialmente à população moradorea em áreas afetadas ~~IX~~ por enchentes e a população escolar. Quer dizer, essa questão da Conscientização, da educação é fundamental para se fazer as leis mas ~~XXXXXX~~ teria que, de fato, despertar a população para a importância da aplicação dessas medidas. Em relação ao âmbito da questão da legislação esse conjunto que foi levantado na época que foi em 91, até agora eu tenho a impressão que a maior parte das ~~IX~~ leis, no que dependia de ter leis, a gente já tem. Como estava sendo salientado aqui pela Bona e pelo Moretti. A gente tem leis exigindo uma permeabilidade mínima dos terrenos, tem essa lei muito importante que deveria ser implantada, apesar dela ser complicada eu acho que com uma regulamentação não teria problema nenhum, não é por isso que ela não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	711	de proc.	
n.º	03	de 19	95

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
025	3	beth	enchentes	5.6.95		

vai ser publicada, A gente tem essa questão da coleta de ~~XX~~ lixo que também é fundamental, a questão da educação ambiental é fundamental. A educação ambiental é importante que seja relacionada com essa questão do lixo, A população tinha que ser alertada, por exemplo, para ~~XX~~ quando está chovendo não pôr o lixo na rua, é tão simples e poderia estar facilitando a vida, Agora, em relação a isso de todo esse conjunto de medidas que tinha sido equacionado em 91 eu tenho a impressão que a parte da educação nada caminhou, a questão da integração nada, muito pouco, a legislação foi aprovada até mas não é aplicada e as obras vão sendo feitas, Mas, na medida que não existe esse entrosamento geral da ação do Poder Público as obras viram uma coisa tipo enxugar gelo: faz obra, faz obra e não se tem um resultado realmente otimizado do dinheiro investido, Uma questão que não andou muito e que eu queria levantar desse elenco seria e a Bona tocou um pouco nesse assunto, a questão dos vazios em relação a um item que eu falei logo no começo que seria dos fundos de vale e do tratamento dos fundos de vale, Quer dizer: as áreas onde vai encher é no fundo de vale, A gente tem hoje não tantos vazios urbanos, muitos poucos vazios nos fundos de vale, No projeto de lei do Plano Diretor da gestão passada tinha-se privilegiado de tentar criar algumas áreas de preservação ambiental

~~representantes projeto de lei de criação de áreas de preservação ambiental (região)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	712	do	95
n.º			
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	1	regina	enchentes	5.6.95		

Para se ter projeto de uso do solo diferenciado nos vazios urbanos ainda existentes junto a polo(?). Seriam áreas quase que naturais de acumulação das águas das cheias. Dessas águas, independente de um estudo mais detalhado, que não tenho no momento, a várzea do Rio Tietê seria a área principal para a gente estar ainda preservando terrenos vazios, e terrenos com possibilidade de serem inundados em momentos de grandes chuvas. Na época, na gestão passada, em 92, estava se começando a estudar um plano de ocupação diferenciada para a várzea do Tietê, a montante do Parque Ecológico do Tietê. Eãe foi criado com a finalidade de controle de cheias, justamente para a preservação do ecossistema, de ser um parque. Quer dizer, na hora que você intervém no território, você atender a diversos objetivos, a diversas finalidades. Então, se casa muito bem essa questão de controle de cheias, você tem um parque, uma área de lazer, você tem vegetação, você tem uma série de usos e finalidades para as áreas. No parque ecológico do Tietê, tem uma parte que está implantada todas essas intenções e finalidades que estou falando, depois tem uma outra parte, que é uma área de propriedade do Estado que, estranhamente, vem sendo sucessivamente aterrada, com a própria terra que é tirada da dragagem do Tietê. Quer dizer, você draga na frente, leva para trás e depois ele vai para frente para depois voltar para trás. Então, aí a gente tem uma situação complicada. Em cima dessa área, existe uma ocupação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	19
n.º	03
PL	95
[Signature]	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	2	regina	enchentes	5.6.95		

que não é mais ocupação, é um bairro, que está sobre terrenos do Estado, mas em áreas que antes tinham sido destinadas ao Parque Ecológico. E mais a montante ainda, no Município de São Paulo, a gente tem áreas que estão inseridas em perímetros um pouco difusos, do que seria uma APA - -área de Proteção Ambiental do Tietê, mas que são terrenos particulares, que estão sendo ocupados de uma forma extremamente precária, de extrema periculosidade para a saúde pública, para a população. Essa área precisaria ser objeto de um projeto, que atendesse, de algum modo, a necessidade de habitação daquela população, mas também que atendesse as condições especiais que a várzea do Tietê tem em relação a ocupação. Eu acho que essa preocupação, por parte do Município de São Paulo, teria de ser levada com mais afinco, com mais seriedade, ~~por~~ porque o Município de São Paulo fica justamente na bacia, se a gente for dividir a Bacia do Tietê, ele está mais a jusante do que à montante. E o centro de São Paulo está muito perto da várzea do Tietê. Metade das nossas enchentes advém das enchentes do Tietê. Se a gente pretende esperar que os municípios à montante, Mogi. Suzano, Itaquaquecetuba, Biritiba, tomem medidas preventivas de uso do solo em relação a questão das enchentes, eu acho que o Município de São Paulo tinha de dar esse exemplo também, preservando alguma coisa da várzea do Tietê que está dentro do seu território, porque certamente quanto mais, ainda que num ritmo de crescimento menor



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 714
n.º 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	3	regina	enchentes	5.6.95		

e tal, quanto mais se impermeabilizar e se ocupar a bacia, à montante do Município, mais vão se agravar as condições de enchentes dentro da nossa cidade. A gente precisaria não só exercer essa liderança, e quando digo a gente é Município de São Paulo, que nós temos na região metropolitana, política em relação a conseguir articular junto com o Governo do Estado uma ação mais geral de âmbito metropolitano, como também dar o exemplo. Se a gente não preservou um milímetro de área verde e de área permeável na várzea do Tietê dentro do Município, fica difícil querer que os municípios à montante, que têm mais problemas ainda econômicos e tal, venham a fazê-la. Ainda só como uma última idéia em relação a essa questão, a gente está agora na época das parcerias, das privatizações, etcétera, é difícil se tentar implantar um modelo, por exemplo, vamos continuar com as desapropriações que estavam previstas, que era maior, no Parque Ecológico, fazer um grande parque público, e talvez isso fosse até o ideal, mas talvez seja difícil nas atuais condições gerais da economia. Existem outras formas, me parece, de se ocupar porque o mais importante é se deixar áreas permeáveis, se deixar área inundáveis, e isso não quer necessariamente dizer que tenham de ser áreas públicas, de parque públicos, apesar de termos carências desse tipo de uso do solo também. No Japão existem grandes edifícios que têm área inundável em volta. Quer dizer, a gente tem modelos de ocupação que podem atender a critérios de estoca-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	715	do grupo	
n.º	03	de 19	95
[assinatura]			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	4	regina	enchentes	5.6.95		

gem, armazenamento de água, para funcionarem nesse sentido e, ao mesmo tempo, ter um uso econômico da terra.

O SR. PRESIDENTE (Mauricio Faria) - Obrigado.

Agora, a palavra está aberta a todos os presentes.

O senhor se identifica, por favor.

O SR. MAURO GARCIA - Sou Diretor do Departamento Ambiental do Instituto de Engenharia, sou engenheiro.

Vim trazer aqui um depoimento que não é, vamos dizer, o depoimento oficial do Instituto de Engenharia, mas depoimento de consenso de todos nós que trabalhamos no Departamento Ambiental e na Divisão de Engenharia Sanitária. Vou resumir bastante, tentarei dar uma forma para se poder aproveitar bem tudo isso.

Todas as discussões que foram feitas aqui, durante essas reuniões, foram muito interessantes porque mostraram problemas muitas vezes pontuais, mas em outros vezes mais gerais, e muitas das tentativas feitas para solucionar esses problemas particulares. Esses são grandes problemas mas o problema geral das enchentes, das enchentes na bacia, não pode ser resolvido parcialmente, mediante medidas às vezes até aparentemente interessantes, para escoamento, construção de vias de escoamento, etcétera. Mas o problema tem de ser considerado com muito critério, dentro do que é natural. O amigo ali falou que as leis não são cumpridas. E



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 16 de 16
n.º 03 do prod.
Assinatura: [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
027	1	regina	enchentes	5.6.95		

quando a lei é realmente lei, são relações necessárias derivadas da natureza das coisas, e quando não há interferências desviando a lei para um lado ou para outro, a tendência delas é serem cumpridas. Essa definição não é de engenheiro, é de filósofo: o que são leis? Leis são relações necessárias derivadas da natureza das coisas. De maneira que se se faz uma lei, para resolver um problema momentâneo e que não esteve na natureza das coisas, essa lei nunca será cumprida. Agora, então todas essas leis e regulamentos que existem, se puderem ser corrigidas e enviadas para esse "planão", que a Hidroconsul(?) estão fazendo por encomenda do Governo do Estado, encarregada pela lei 7663, até um pouco antes, mas as leis derivadas da Constituição do Estado, que chamam a si um campo de ação, foi contratada a ~~Hydroconsult~~ Hidroconsult e outras firmas, e estão fazendo um plano magnífico para a solução dos problemas dos recursos hídricos do Alto Tietê, Baixada Santista, Médio Tietê e Rio Piracicaba, e tudo isso está sendo estudado em conjunto, num projeto de utilização dos recursos hídricos. Entre esses um problema particular, um problema específico, é o das enchentes. Só mediante um projeto, que leva em conta o regime torrennial que vivemos no Tietê, que normalmente na seca são 40 metros cúbicos por segundo, recebe mais 40 obrigatoriamente de recalque da Cantareira, são 80m cúbicos, 40 de água mais 40 de esgotos, misturados dão 80 metros cúbicos. No tempo das enchentes já tem sido medidos 1.000



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	117	do	95
n.º	03	de	19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C27	2	regina	enchentes	5.6.95		

metros cúbicos, isso é um problema sério de engenharia, como é que se vai fazer passar, uma vazão de 1.000 metros cúbicos em um lugar que a natureza fez para receber 80, e isso de um momento para outro, sem extravazão, sem complicações, e sem enchentes. Isso tudo está sendo estudado racionalmente, vai se procurar uma solução. Mas enquanto não houver essa solução razoável, não adianta nada querer resolver as enchentes com os pisciões, até muito bom para resolver um problema pontual. Outras coisas que tem de ser retificadas, a Prefeitura tem um plano de retificação de ... (palavra ininteligível) muito bom, e outros planos que devem ser continuados. Essas leis que existem na Prefeitura, devem ser continuadas mas a solução geral sera como? Quando for possível se enquadrar todas as questões particulares no problema geral, que agora está sendo estudado, que estão tentando resolver. Se for o caso de deixar inundar alguma coisa, vamos dizer, isso aqui não pode ser ocupado porque vai ser inundado, não temos onde por essa água, não há possibilidade. Então, faz túneis de 20 metros de diâmetro, com 100 quilômetros de extensão, pegando o Rio Tietê enfiando nesse túnel e saindo lá em Pirapora. Coitados dos piraporenses quando receberem direto 1.000 metros cúbicos na cabeça. Quer dizer, essas coisas não podem, não devem ser feitas sem que haja um plano geral, porque senão é desperdício de dinheiro, irritação, não atendimento às aspirações legítimas da população. Então, como conclusão, acho



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	78	do	19
n.º	03	de	95
GRADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
Ø 27	3	regina	enchentes	5.6.95		

que a coisa mais interessante a se fazer no momento é pagarmos todas as discussões feitas aqui e mandá-las para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, do DAEE, engloba também o DAEE, que tem representantes de 38 municípios da Grande São Paulo, não sei se tem representantes da Prefeitura, não sei se ~~comparecem~~ comparecem, tem também representantes da sociedade civil. Estão, enfim, representados todos os interesses e estão encaminhando para estudo todos esses dados para solução do problema. Também estão encaminhando para o estudo do Planão todos os dados. E como são pessoas inteligentes, poderão achar uma solução hidráulica para escoar 1.000 metros por segundo na calha que existe e que pode ser um pouco ampliada. Não adianta isso. ~~-----~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	713	de 19	95
n.º			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
028	1	ANA	Enchente	5.6.		

Um problema que se resolve; em um mês está resolvido, mas precisa levar em conta o que já existe. E também os anseios e problemas particulares que estão sendo detectados aqui por esta Comissão, recebendo o aporte de conhecimento de situações locais. Isso, enviado para o comitê dos recursos hídricos que por sua vez vai enviar para a execução do plano, estará no fim do ano um projeto mais razoável para o problema das enchentes, também, concomitante com vários outros, que é o problema dos recursos hídricos, o sanitário, o dos esgotos, o do fornecimento de água e entre eles o das enchentes. O interessante é dar o maior número de dados reais para essa comissão incluir os seus estudos, a existência desses problemas e ver como poderiam ser resolvidos dentro do problema geral. Aqui fica nossa sugestão, do Instituto de Engenharia: pegar tudo isso e mandar para comissão que está estudando plano geral de comitê da bacia hidrográfica do ^{Alto} Tietê. O interessante é pagar tudo que foi dito aqui por todo mundo, se for possível, mandar para lá, interessante porque eles que estão controlando esses estudos.

A SRA. MARIA LUIZA GRANZIERA - Sou consultora do que se chama planão, esse estudo integrado de recursos hídricos e atualmente está se estudando exatamente a questão das medidas não estruturais e onde entra em parte o problema das enchentes na região metropolitana. Não sou advogada mas tem técnico, engenheiro e geógrafos que fazem levanta-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 733 do processo nº 19.931

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - PARTE
028	2	ANA	Enchente	5.6.		

mentos e seria o momento oportuno para se encaminhar o que houvesse, esse trabalho que participei e o (ininteligível) participou.

O SR. RICARDO MORETTI - Emprestem-me esse mapa.

Só para destacar um pouco o que a Analúcia colocou aqui. Eu tenho um dado, depois precisaria ser confirmado em detalhe. O que guardo na cabeça com uma certa precisão é que a quantidade de água que vem do Tamanduatéi, Aricanduva, que é uma bacia mais ou menos do tamanho do meu pulso, a quantidade de água que chega do Tietê proveniente do Tamanduatéi, Aricanduva é praticamente equivalente a quantidade que vem na barragem da Penha, que paga uma bacia que deve dar umas dez mãos minhas. Ou seja, se não se controlar o Alto Tietê, a gente poderá ter na barragem da Penha, numa situação hipotética uma vazão de quatro, cinco, até dez vezes o que existe hoje na barragem da Penha. Então, essa questão de conseguir equilibrar a ocupação do Alto Tietê é uma situação... Então, a vazão dessa minha mão é equivalente a de todo Alto do Tietê até perto de Biritiba, até depois de Biritiba, até o limite com a Bacia do Paraíba. Então só é baixa assim porque ainda não está ocupado, ocupando-se vai ser uma tragédia.

O SR. - Mas esse estudo de

contenção, de regularização da vazão do Alto Tietê, acima do Rio Aricanduva está sendo estudada e contruída há muitas anos: barragem de Portinópolis



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	721	do proc.	
n.º	03	da 19	95
ORADOR		CONT. APARTE	

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
028	3	ANA	Enchente	5.6.		

(ininteligível) Jundiaí, outras pequenas barragens e estão construindo também a grande barragem de Biritiba. Isso fará a regularizaçã da vazão do Tietê, não total; se chover um mês a mil metros, não tem ninguém que segure isso. Elas foram construídas com a x intenção também de regularizar as cheias do Alto Tietê, esses picos de mil metros cúbicos por segundos. Uma parte será absorvido pelo menos por algum tempo. Agora, o restante, o que cai na área ocupada de S. Paulo não está contemplado nesse sistema de contenção de cheias que está em execução.

O SR. _____ - Minha preocupação x é

que essa ocupação do Alto Tietê afora a área que pode ter influência das barragens, a área mais a juzante da barragem da Penha que vai aqui até Mogi das Cruzes, dependendo que acontecer nessa bacia a parte a última barragem que temos ~~xxx~~ aqui, se perde. Nós temos uma área de contibuição até a barragem da Penha que é bastante grande, se não houver um controle dessa área, fácil a gente dobra a vazão da barragem da Penha. Então, essa questão do controle da bacia desse pedaço do Alto Tietê é uma coisa importante, no meu entendimento. Agora, não podemos esquecer que quando dão os mil metro cúbicos por segundos num pico de cheia em S. Paulo, não temos mil metros cúbicos de água, e sim de um caldo, de uma sopa. Quem já viu a inundação no Aricanduva, quando acaba a enchente no final do Aricanduva, o que sobra aí é um caldo. Para se ter uma

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	322	do proc.	
n.º		de 19	95



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
028	4	ANA	Enchente	5.6.		

idéia desse problema da erosão e assoreamento, é preciso conhecer melhor a periferia de S. Paulo. A pessoa que anda entre-rios não consegue imaginar o que é o quadro de erosão e assoreamento na periferia. Tive oportunidade de trabalhar na cartografia técnica de S. Paulo, na equipe que participou disso, vocês não podem imaginar o que é fonte de erosão de solo. Basta pegar os dados da Eletropaulo, quer dizer a remoção de terra do Ext Tietê, Pinheiros varia de três a dez milhões de metros cúbicos por ano, divide por ~~1000~~⁵ metros cúbicos, que é um caminhão, nós transportamos por ano dois milhões de ~~metros~~ caminhões de terra. Quer dizer, é uma fileira. Multiplique dois milhões por dez metros, dá a volta várias vezes na terra, o que tira de terra do Tietê, Pinheiros. Então, lembrando um pouco o que o senhor falou, a lei que pega é a que atende a natureza das coisas, eu até concordo com o senhor, mas a natureza das coisas é relativamente complexa, ela tem pesos diferenciados. Então, se uma lei não atende a natureza de interesse de um determinado grupo, ela não pega. Tente eu aprovar uma lei na Bahia mexendo na concessão da direito de fusão de informações. Talvez a natureza do Antônio Carlos Magalhães não permita que a lei seja ~~pe~~ aprovada. Então, a natureza das coisas de um filósofo é numa época em que o mundo era diferente. A lei que pega é a que atende a natureza das coisas. A natureza das coisas ~~e~~ hoje envolve alguns grupos muito poderosas. Então basta que uma lei seja fantástica e desatenda aos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	723	do proc.	
n.º	03	do 1.º	95
GRADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
029	1	ANA	Enchente	5.6.		

interesses dos meios de comunicação, qualquer um dos donos dos meios de comunicação ou daqueles que são protegidos dos meios de comunicação, que a gente estará contrariando a natureza das coisas, a lei não pega.

O SR. _____ - Isso entra na natureza das coisas, o realismo entra na natureza das coisas.

O SR. _____ - Imagino que o Maurício enquanto representante, eu pelo menos como assessor ~~xxxxxx~~ de alguém que elabora lei, não aceita... espero continuar não aceitando que as leis sejam feitas de acordo com essa natureza. A natureza das coisas para mim ~~xxx~~ envolve o interesse coletivo; não é a dos meios de comunicação e seus apaniguados.

O SR. _____ - Quanto ao restante eu queria felicitá-lo e também às outras ~~p~~ expositoras, pela maneira que apanharam. No seu caso, por exemplo, de dizer que a lei ora é seguida, ora não é, é muito interessante. Por que a lei não pegou? Quais são os interesses? Porque senão não se tem lei nenhuma. Agora, também com relação ao que a Arquiteta aqui falou, muito interessante para resolvermos um problema de regularização de algumas regiões, mas para atender tudo é preciso ser um plano geral, senão, limpan-se os córregos, a Prefeitura tem um plano e vai fazendo isso aí, mas que não vai adiantar para resolver problemas urgentes não vai mesmo. Precisa fazer plano geral e se-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	724	do proc.	
n.º	03	de 13	95
ORADOR	CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
029	2	ANA	Enchente	5.6.		

gui-lo. Outra coisa é preciso lembrar que essas coisas não se fazem depressa. A limpeza do Tâmis levou 150 anos de projeto, depois foi feita em 25 anos porque veio a guerra, precisou reconstruir, porque senão iam resolvendo probleminhas parciais, regionais, econômicos, financeiros, políticos, dos habitantes do vale do Tâmis e nunca resolveriam todo o problema. Depois que veio a guerra viu-se a necessidade de fazer uma lei geral e em 25 anos depoluir, mas levou 125 anos de projeto. Aqui também, esse planão vai fazer uma lei que não se pode esperar que dê resultado imediatamente. O mínimo que se poderia esperar, 25 anos para ter os primeiros resultados e talvez em 50 anos algum resultado razoável, como na Inglaterra, na França. Todo mundo quer rápido, não resolve, a natureza das coisas não deixa. Obrigado.

A SRA. BONA DE VILAA - Só queria lembrar algumas coisas: primeiro, a respeito de planos. Nós temos também uma longa tradição de planos feitos e não executados. Talvez o campeão da família seja o plano do diretor; há planos de engenheiro também que não saem do papel, ou saem parcialmente. Na questão dos interesses envolvidos, acho que já foi falado em outra reunião a questão da indústria do desassoreamento. Talvez seja uma mudança que dê alguma esperança, a questão de que o pessoal do Bubarantan, nas últimas enchentes, foi duramente atingido, o pessoal de alta renda e mobilizaram-me muito para conseguir indenização,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	725	do proc.
n.º	03	de 10 95
ORADOR		CONT.: APARIE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.: APARIE
029	3	ANA	enchente	5.6.		

uma coisa que nem se pensava de a Prefeitura indenizaar por danos decorrentes de inundações. A respeito da questão do assoreamento, exatamente logo depois da inundação que afetou a área da Cidade Universitária, e Butantan, passei por lá de ônibus — não dava para passar de carro — tinha um pessoal com uniforme cor de laranja fazendo a limpeza da lama após a enchente. Sabe o que faziam? Jogavam a lama nos bueiros. Essa questão da conscientização não é apenas do zé da rua, do favelado. Finalmente uma idéia que podia ser aproveitada na operação urbana Barra Funda, fazer um plano piloto de aproveitamento sobre palafitas. Acho que não é tão maluco como parece. Se temos a perspectiva de ter várzeas em área de risco durante um número grande de anos não sei porque não podemos tentar, dentro das medidas mitigadoras, estudar e oficializar ~~max~~ as medidas que o pessoal andou descobrindo por aí, os ceboleiros, antigamente, na área do mercado e agora o pessoal da área (ininteligível)

O SR. MAURÍCIO FARIA - Essa questão que o Morati abordou, que é o problema da eficácia das leis e o processo legislativo é uma questão que tem me preocupado muito. Eu acho que há uma realidade muito complexa no Município a respeito da eficácia das leis. Em alguns casos, tem uma área, por exemplo, que tem uma certa noção do que pode ou não pode, do que deveria ser feito, que é a área de aprovação de plantas, edificação na Cidade. A população, apesar das informações, de padrão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	326	do proc.
n.º	03	de 19. 95
ORADOR		CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
030	1	ANA	enchente	5.6.		

cultura, tem uma certa idéia de que, mesmo o pessoal da periferia, o procedimento é ter uma planta ir na Prefeitura aprova a planta, quer dizer, do conhecimento da lei de como proceder legalmente. No caso do modo de construir há uma certa noção básica. No entanto você tem duas realidades na Cidade, tem uma parte que procede dentro das normas legais e uma parte muito grande, que procede não legalmente. Nessa parte que não procede legalmente envolve a população de baixa renda e setores de alta renda. E há n, nesse particular, por exemplo, uma cultura da anistia e uma cultura do não cumprimento da lei. É um processo muito complexo que é: a legislação é muitas vezes não responde à realidade da Cidade, realidade econômica, social, cultural, é uma legislação com uma série de normas que não leva em conta no caso da população de baixa renda a realidade social da Cidade. Então, cumprir a lei aparece para a população como algo que vai condenar o cidadão a uma peregrinação na burocracia, que é trabalhosa, difícil etc. Há também fatores sociais muito fortes. Na periferia o pessoal ocupa o lote daquela maneira não é porque acha bonito, boa parte vêm inclusive de outra maneira de morar. O pessoal que vem do interior, do nordeste. Então, mora de outra maneira, gostaria de ter um quintal, de ter planta, de ter bicho e ocupa todo o lote porque ele é muito caro, não há condições econômicas de ocupar de outra maneira. Então, eles não têm poder aquisitivo para organizar uma ocupação melhor. E também



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	727	do proc.º	
n.º	03	J. 10.	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
030	2	ANA	enchente	5.6.		

é muito difícil, como existe nesse caso um elemento sócio econômico poderoso que é a questão do preço do lote, da construção e quanto custaria ter uma ocupação mais adequada dos lotes, então nesse caso a legislação é muito difícil de ser cumprida. Tem um elemento, aí, econômico-social muito poderoso. Estou pegando essa ocupação da periferia que é uma ocupação ruim, não existiu uma preocupação de adaptar a legislação, de reconhecer essa contradição entre a lei, os objetivos da lei e uma realidade econômica-social e cultural e procurar encontrar mediações. Ou seja, verificar que legislação permitiria dentro da realidade sócio-cultural existente ordenar um padrão de ocupação melhor do que o que acabou imperando. Então, você tinha uma legislação que em tese, abstratamente permitira uma ocupação adequado e você tem a situação de fato que é uma ocupação antagônica com aquilo preconizado na legislação. No caso das áreas mais tradicionais, mais antigas, o que existe também é uma noção, uma cultura da transgressão, uma cultura de que é possível não cumprir a legislação, de que a fiscalização da Prefeitura é ineficiente, maleável, vamos dizer assim, em certas ~~marcas~~ abordagens. Então, existe toda uma realidade que a cidade não consegue. Na verdade, sou legislador, estou no segundo mandato, e não se consegue quebrar essa dinâmica da não cumprimento da legislação, o ~~acúmulo~~ acúmulo das situações de fato, as anistias e as regularizações. Não tem conseguido quebrar essa realidade. Acho que isso teria que se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º
n.º728
03da proc.
10 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
030	3	ANA	enchente	5.6.		

caminhar para, primeiro, a legislação seja de tal forma que tenha mais legitimidade social. Eu hoje tenho uma visão de que seria essencial que se entendesse o processo legislativo como a construção de pactos de legitimização das leis ~~em que a legislação seja de tal forma que tenha mais legitimidade social~~

~~em que a legislação seja de tal forma que tenha mais legitimidade social~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 229 do proc.
n.º 03 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
031	1	emira	enchentes	5.6.95	mauricio	

que se avançasse para uma legislação mais legitimada socialmente, que correspondesse melhor à realidade sócio-econômica e cultural do conjunto dos habitantes, do conjunto dos agentes econômicos-sociais que atuam na cidade, e combinado com isso, rigor então de uma legislação que tivesse essa legitimidade. Então, quebrando essa dinâmica, que é a falta de legitimidade da lei e a falta de legitimidade da da legislação é o pano de fundo para uma cultura da inobservância, da corrupção da anistia da regularização posterior, etc. Mas, estou me referindo a algo que é mais conhecido, e a população sabe o que é que deve fazer legalmente e não faz. Ex No caso das enchentes, a população não sabe bem o que deve fazer, e uma das conclusões de todo esse processo das nossas reuniões, é que ~~maximamente~~ hoje tenho a convicção de que no caso das drenagens há uma dispersão, uma indefinição de responsabilidades enorme, porque no no caso das regras de uso e ocupação do solo, bem ou mal, existe um órgão da prefeitura, existe uma organização institucional de papéis, de responsabilidade, de procedimentos administrativos. No caso da drenagem não existe. Na verdade, uma série de papéis relacionados com a drenagem se misturam com a coleta de lixo domiciliar, são as mesmas que limpam bueiros. Na verdade, eu tenho uma convicção de que quando não há responsabilidade institucional definida, a responsabilidade fica de nin-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 330 do proc. n.º 33 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARARTE
131	2	emira	enchentes	5.6.95	mauricio	

guém, então é normal nos períodos das enchentes as disputas políticas em torno da realidade das enchentes, a oposição critica o prefeito, que esteja sendo governo, há aquela discussão sobre a responsabilidade do Estado e do município, e me chamou a atenção, num cantato que tive recentemente com experiência institucional, não estou falando politicamente, em Porto Alegre, onde a questão ~~institucional~~ de drenagem é grave, antiga. Então, lá existe uma secretaria municipal de Drenagem, que dá responsabilidade definida, organiza institucionalmente se aquilo é um problema importante para o município, faz parte das características do município, então lá se organizou assim. Acho que aqui não sei qual seria a solução, mas deveríamos pensar porque senão fica o seguinte: depende do governo estadual, das medidas do plano. Acho que depende, mas acho que o objetivo mais importante desta comissão seria exatamente que papel cabe aos poderes municipais para equacionar melhor e encaminhar melhor a questão das enchentes. Então, ~~mas~~ hoje tenho uma convicção de que a questão de organizar a responsabilidade institucional é muito importante. Acho, por exemplo, que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, em que pesem uma série de injunções políticas que presidiram a sua criação, no meu entendimento, acho que ~~foi~~ foi positivo ela ter sido criada. Eu sou de oposição e votei a favor, porque, de uma forma ou de outra, você tem uma organização institu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	191	da série	da 19	95
n.º	031			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
031,	3	emira	enchentes	5.6.95	mauricio	

cional, tem a quem se dirigir, sabe a quem cobrar, criticar, e não só eu mas a sociedade passa a ter uma referência de cobrança institucional e política. Acho ainda que existe, se pegarmos o processo, o problema não é que tem lei demais, acho que ké preciso uma revisão, uma espécie de passar a limpo o ordenamento jurídico municipal, porque ele é um emaranhado e tem muitas lacunas. Então, o Plano Diretor, por exemplo, acho que na jverdade não existe uma consciência e uma responsabilização dos poderes municipais a respeito do Plano Diretor. A Constituição, nesse particular, tem uma lacuna, porque ele determina que tem que ter pãano diretor, e não determina as sanções caso não tenha. Aí, o município que não tem plano diretor atualizados, não acontece nada. Quando não acontece nada fica essa situação se arrastando e dá a impressão de que o plano diretor é uma cantilena de urbanistas e de algumas pessoas, os técnicos, e não uma necessidade fundamental. E a própria idéia de planejamento eu acho que é hoje os poderes municipais teriam que se colocar diante dessa idéia porque há circulando uma noção referente ao conceito de desregulamentação, ela é muito forte hoje mundialmente, e se confunde, a desregulamentação na atividade econômica, como se isso se aplicasse à desrjegu-lamentação da k organização urbana. Acho que a experiência eu conheço



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	332
n.º	03
de 19	95
yf	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE...
031	4	emira	enchentes	5.6.95	mauricio	

pouco, mas de outros países, de outras partes do mundo, é que a ~~regular~~ organização urbana tem que ser regulamentada, e ~~côntinua~~ ~~x~~regulamentada neste país. A idéia de desregulamentação, mesmo nos países que adotaram esse modelo liberal, ultra-leberal, néo-liberal, foram longe nisso, não estenderam a idéia de desregulamentação nas normas urbanísticas de planejamento urbano, porque senão é um caos. Aqui já não tinha muito valor a idéia de planejamento, e agora esse valor diminuiu, então não se tem plano diretor, não tem plano de drenagem. Tem um plano de drenagem, os técnicos ~~faz~~ falaram que tinha que ter um plano de drenagem, tinha que ter plano por bacia na cidade. E isso deveria ser organizado na cidade institucionalmente da maneira a não ficar ao sabor das mudanças políticas de governo, ir consolidando certas ordenamentos. Isso é um parênteses. Eu acho que mesmo em relação a certas regras institucionais, entendo que seria muito importante, por exemplo, que a legislação obrigasse todo candidato a prefeito a ~~x~~ apresentar uma proposta de orçamento para o ano em que ele pretendia exercer o primeiro ano de seu mandato. Porque o orçamento é a expressão exata da relação entre a política e a técnica. Então, você pode saber quais são as prioridades, como distribuir e captar recursos. Deveria haver alguns temas fundamentais do município que todo candidato devesse apresentar obrigatoriamente propostas, incluindo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	733
n.º	83
	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
032	1	emira	enchentes	5.6.95	mauricio	

drenagem. Então, deveria haver uma regra institucional. Você quer se candidatar a prefeito, tudo bem, pode falar um monte de coisas na campanha eleitoral, genéricas, mas terá, ao inscrever a sua candidatura, apresentar uma ~~x~~ proposta de orçamento, uma proposta para drenage, outra para transportes, etc. Para os grandes problemas da cidade, deveria ser obrigatório a apresentação, para você ter elementos, durante o processo eleitoral, que é um momento de maior reflexão da sociedade da cidade, para estar discutindo, e ~~tratar~~ para estar condicionando os ~~poderes~~ a ação dos poderes no sentido de evitar essa coisa caótica.

Terminando, eu acho que tem coisas da relação entre a ação dos poderes públicos e as leis, que são lacunas, a meu ver, enormes. Estamos agora com um programa de corredores de ônibus, são 15, e não passa pelo processo legislativo. É evidente que 15 corredores, está tendo até uma audiência agora aqui, vizinha, na Presidência. 15 corredores não é mais um problema de especialistas em transportes, 15 corredores é uma malha que tem um impacto urbanístico enorme. E o urbanista não está sendo considerado. A coisa é tratada administrativamente, é tratada como uma discussão dos especialistas em transportes, dos vários partidos, e no entanto vai se implantar uma malha de corredores, e ao qual o balanceabilidade, o que é o corredor 9 de Julho e Santo Amaro? É um eixo de de-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	234	do proc.	
n.º	03	de 19	95
JF			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
032	2	emira	enchentes	5.6.95	mauricio	

gradação urbanísticas, de desorganização urbanísticas, de agressão urbanística, de poluição, de caos urbanístico. Agora, você tem uma malha de 15 corredores, que não passa pelo processo legislativo, e o que é o processo legislativo? O processo legislativo não pode ser visto como perda de tempo, como discussão sem sentido. Processo legislativo é a possibilidade de construir um pacto que dá legitimidade às leis. Então, o processo legislativo tem que ser valorizado, e ela é uma relação entre os dois poderes, e desses com a sociedade, que deveria estar discutindo, por exemplo, os corredores de ônibus, o Geprocav(?). Tem toda uma polêmica sobre canalização de córregos, sobre fundo de vale, sobre cobrir córrego canalizado com uma avenida. No entanto, tem um programa de 15 corredores e 13 canalizações e também não passa pelo processo legislativo. Ninguém conhece, a sociedade não o conhece.

Só para terminar, há uma evolução que acho extremamente negativa, da mídia no trato das questões de políticas públicas urbanas. Cada vez mais a mídia trata questões urbanísticas..., não trata, substitui as questões urbanísticas por modismo quotidiano, comportamento. Se pegarmos a evolução dos cadernos de cidades dos principais jornais paulistas, é isso. Cada vez é mais desqualificada a discussão de políticas públicas. E se o jornal, que é a mídia que coloca maior reflexão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	735	do proc.	
n.º	03	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
032	3	emira	enchentes	5.6.95	mauricio	

para o público, tem essa evolução, uma evolução que desqualifica as políticas públicas urbanas, e que cada vez mais substitui a discussão de políticas públicas por modismo cotidiano e comportamento, é evidente que não se pode depois culpar a população de não ter uma cultura urbanística, de não ter consciência ambiental, porque há uma espiral de alienação, de embrutecimento que é o que a cidade tem vivido. Então, acho que essa questão do... E a própria questão do legislativo, eu tenho dito que esta legislatura está num caminho burro, que está provado que quando o legislativo se auto-anula, aceita uma condição de se tornar um mero apêndice do executivo, como aconteceu no governo estadual, sobretudo nas 2 últimas gestões, quem perde é a sociedade, e também os chefes dos governos que pretenderam anular o legislativo. Os dois últimos ex-governadores do Estado, hoje, a meu ver, são figuras políticas com projetos em crise, também porque não entenderam que ter um legislativo atuante, um legislativo que cumpre o processo legislativo debatendo a sociedade e que fiscalize, é uma forma de evitar que erros se acumulem, da maneira como muitas vezes se acumularam, e que levam a situações de colapso, como a que enfrentamos hoje o poder público estadual. Então, o município, na verdade, a Câmara hoje não tem — digo isso com tristeza — nenhuma noção do seu próprio papel institucional, da sua responsabilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 736 do processo
n.º 03 de 1995
ORADOR: [assinatura]
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
032	4	emira	enchebtes	5.6.95	mauricio	

E o preço disso é ela esvasiada politicamente, e uma Câmara em que o termômetros disso é que se ~~xxx~~ todos os analistas políticos quando analisam quem são os candidatos a prefeito no ano que vem, não tem nenhum vereador de nenhum partido, como não tem nenhum deputado estadual de nenhum partido que tenha densidade eleitoral. Porque é o preço de um legislativo que se anula. E um legislativo que se anula, como é que ele vai cobrar as leis que produz? Não cobra. Houve uma questão que é emblemática. Estou analisando em relação a esses poderes, tentando fazer uma análise política. Mas, veja, a lei do cinto foi uma elaboração da Câmara Municipal de São Paulo. Isso foi passado para a sociedade como tendo sido obra do executivo, ~~câmara, como instrumento de...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha: n.º 137 do processo
n.º 05 de 13

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTINUAÇÃO
Nº 1	1	Norma	CEE-Enchentes	05.06.95		

e a Câmara, como instituição, não reagiu, não foi capaz de - quem diz que a lei do cinto é da Câmara são alguns Vereadores; eu disse, na semana passada, lá numa matéria da ...-(incompreensível)-... - é importante a Câmara, ela que fez a lei do cinto; ~~mas~~ então, embora o Murilo seja meu adversário, mas mostra o grau de esvaziamento, de perda da noção do seu próprio papel, não é? Então a Câmara é uma câmara que você tem coisas aqui que são - eu estou desabafando - você tem o seguinte, quando o Plenário da Câmara chega na situação a que chegou, quer dizer, o Plenário deixa de funcionar e a Câmara Municipal de São Paulo passa a funcionar numa saleta, improvisadamente, mostra que este Legislativo chegou ao fundo do poço em matéria de não compreender o seu papel institucional, o seu papel político, as suas responsabilidades perante a sociedade. E aí, quer dizer, mesmo que produza excelentes leis, não vai brigar, produz, às vezes, sem uma consciência coletiva da importância daquelas leis e não vai brigar pelas leis que produz, como não tem brigado, não é? Então, isso não está em questão você ter situacionistas e oposicionistas, você pode ter maioria situacionista no Legislativo mas ele ser um legislativo ~~mas~~ digno, com dignidade, independente. Por exemplo, o Congresso Nacional, o Governo tem maioria, mas o Congresso existe, como instituição, não é esse vazio,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 38 do processo
n.º 03 do 1995
[assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N6	2	Norma	CEE-Enchentes	05.06.95		

auto-amulação, esse cemitériopolítico que são a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. SÉRGIO — (Membro do Instituto de Engenharia da Comissão de Recursos Hídricos) — Nós, no Instituto de Engenharia, estamos de pleno acordo com o nosso Presidente, que a legislação deve ajudar a resolver o problema das enchentes, que está se tornando cada vez mais complexo em vista de ocupação desordenada do solo, pavimentação excessiva desta grande cidade, que é a segunda na América Latina.

Nós achamos, nós ficamos surpresos quando a legislação proibiu bombear água do Rio Tietê e do Pinheiros para a Billings, porque a própria ...-(incompreensível)-... fez um estudo e ~~então~~ distribuiu para os membros, citando, dando as estatísticas das enchentes desde 1877, 1877; em 1929, a enchente causou inundação de quase praticamente toda a Cidade. O Clube Pinheiros ficou inundado até os telhados; na Barra Funda, a água chegou a três metros de altura. Em 1960, a enchente inundou vários bairros. De 1962 até 1977, houve enchentes todos os anos, e isso, a antiga Light Canadense bombeando nos rios Pinheiros e Tietê. Em 1983 houve uma enchente muito grave; em 1992 houve quatro enchentes inundando Cidade Universitária e Butantã. E



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	739	do proc.	
n.º	03	de 19	95
GRADUOR	CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
N6	3	Norma	CEE-Enchentes	05.06.95	

no ano passado, e este ano, as marginais do Pinheiros foram inundadas, a Cidade de ~~MM~~ São Paulo foi isolada do resto do País; e as cargas per-
recíveis sofreram danos.

Não é impossível que a maior cidade do Brasil fique isolada
por enchentes; por várias horas.

A Eletropaulo bombeava água, e agora não está mais bombeando.
A Represe Billings está cheia e não permite mais, não tem volume de es-
pera. Em 1992 caiu uma chuva pesada. Nós engenheiros, estimamos anos
de retorno. O Projeto Itaipu foi projetado, enchentes no projeto eram
de - dez mil anos. Quantos anos de retorno São
Paulo sofre enchentes? Todo ano, a cada cinco anos, cada dez anos,
cada vinte anos, cinquenta anos, quantos? A própria Câmara.....
fez a estimativa. Se nós canalizarmos - esses são dados da própria
Câmara - feitos sob a presidência do Vereador Maurício Faria - se
nós canalizarmos vinte quilômetros por ano, as enchentes só terminarão
em 50 anos.

Agora, eu pergunto aos senhores: como deve ser feita a legis-
lação? Proibindo bombear? A ocorrência de enchentes vai aumentar,
obviamente, porque a Light, a Eletropaulo, antiga Light, tem duas es-
tações elevatórias, uma em Traição, com quatro bombas, 70 metros cúbicos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	740	da proc.	95
n.º	703	de 19	95

[Signature]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N7	1	Norma	CEE-Enchentes	05.06.95		

segundo de caapacidade. Essa capacidade necessita de manutenção cuida-
dosa, porque motores síncronos não podem trabalhar ininterruptamente
como geladeiras domésticas.

Também a Eletropaulo deve desassoriar com dragas o canal do
Pinheiros, para ter uma secção, senão essa capacidade nominal não pode
ser atingida. Em 1992 o Instituto de Engenharia, por iniciativa dele,
convocou todos os responsáveis pelas ^{enchentes} ~~enchentes~~ que ocorreram - quatro
enchentes naquele ano - compareceram lá Eletropaulo, Prefeitura e ou-
tras entidades, DAEE e ocorreram debates, e foi verificado que na hora
"H", na hora de maior fluência de água estimada, mais ou menos 500 me-
tros cúbicos por segundo, a capacidade nominal de ~~x~~ Traição ia apenas
a ~~280~~ 280, mas mesmo nessa época, nessa hora, quase que parou o bombea-
mento, por causa do fluxo de detritos, de falta de limpeza, etc.

Então, eu pergunto: a legislação nossa deve ver essas coisas,
não deve atrapalhar, não deve proibir, porque proibindo vai complicar
a situação, não vai resolver a situação. Esse o apelo que o Instituto
de Engenharia está fazendo para os nossos legisladores: pensem na
população, pensem em São Paulo; nós somos paulistas, eu sou paulista,
naturalizado, e por isso eu acho que não devemos atrapalhar, devemos
aplaudir a iniciativa da Câmara Municipal, que pela ~~segunda~~ segunda vez



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	541	do grupo	
n.º	03	de 13	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N7	2	Norma	CEE-Enchentes	05.06.95		

promove essa discussão; essa discussão não deve ser estéril, não deve ser teórica, ela deve resolver problemas com seus especialistas, com seus legisladores, que devem ter bom senso, em primeiro lugar, para tentar evitar essas enchentes. Muito obrigado.

O SR. NILTON - Senhores, boa tarde. Eu represento o Córrego Aricanduva, uma das ~~maiores~~ maiores vítimas da irresponsabilidade de quem, de direito ou de dever. O Rio ~~de~~ Aricanduva é atípico, ele assemelha-se, mais ou menos, ao Tietê, com duas grandes paralelas, com duas grandes avenidas, irresponsavelmente aterradas e ~~as~~ tornando as bacias mais profundas e mais extensas. Residências que não davam inundação, estão fora da área de risco, passaram a ser áreas inundáveis. Por que áreas inundáveis? Porque quando os rios e córregos não conseguem o escoamento e não conseguem o vazamento, é claro que sobem do seu nível, e no tocante ao Córrego Aricanduva, foi a maior vergonha da Engenharia nacional, comentada pelo Engenheiro Kokei Uehara, Professor da USP. Erros indignos, erros imorais, erros até corruptos, porque a natureza nos ensina, e um córrego nunca deve ter travessas para veículos no mesmo nível do asfalto, porque as vigas transversais têm de ser poderosas, têm de ser fortes para suportar o tráfego, portanto foram ~~feitos~~ vários afunilamentos. Já foi visto aqui em slides



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 742 do proc.
n.º 53 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N7	3	Norma	CEE-Enchates	05.06.95		

o que a nossa comissão projetou. Portanto, atualmente, a maior orgia administrativa de todos os tempos, como os do passado, o efeito, agora, das grandes inundações somente tem o fato de ser irresponsáveis, de orgia administrativa, no tocante ao assoreamento que se falou aqui, ao lixo das ruas, periodicamente eu recebo telefonemas, três horas da madrugada, ou cinco horas da tarde, lá eu vou no Rio Aricanduva, e vejo como, e tenho a corredeira sobre a água de tudo que é lixo que se possa imaginar, cachorro morto, garrafa plástica, tal.

Não é que o povo joga na rua, é que nos fundos de quintais, todos os córregos têm pessoas famintas, que recolhem garrafas plásticas, que recolhem papelão, papéis, madeira, etc. Na ~~grande~~ grande inundação de 05 de fevereiro de 94, onde morreu um casal dentro de casa e mais um garoto em cima de uma ponte, pedindo socorro ao helicóptero, e ele, pelo seu vento(?), fez jogá-lo, e ele foi levado pelas águas.

Irresponsabilidade, sim; note bem, quando nós sabemos que tem fundo de quintal, que está assoreado no próprio quintal, e as águas passam porque sobem de nível, levam, é claro, para o Rio Aricanduva e para o Rio Tietê. O Rio Tietê é o grande ralo de São Paulo, ele merecia respeito. Temos uma tese: estivemos agora, em outubro, na cidade de Veneza, na Itália, onde puxamos assunto com pessoas de lá, e ~~na~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	743	do proc.	
n.º	03	de 19	95

[Handwritten signature]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N7	4	Norma	CEE-Enchates	05.06.95		

concluimos, o que entendemos, quando falamos no Brasil, São Paulo, nós temos de ~~ENUNCIAR~~ adotar a tese - aumentando área imundável, aumentando a área habitável. Um cidadão presente falou: realmente, Veneza era assim; Veneza é uma cidade feita com ~~canais~~ canais; era uma imensa quantidade de lagoas, ou lagunas; é claro - e ao lado esquerdo ~~de~~ de quem chega em Veneza tem mar ...

~~(... e ao lado esquerdo de quem chega em Veneza tem mar ...)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	749	do prog.	
n.º	23	de 19	95

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-8	1	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

com 122 ilhas totalmente ocupadas -naquele tempo- pela Igreja Católica. É claro, temos exemplos aqui em São Paulo, pois todos conhecem o Ibirapuera. Será que aquele lago que está ali não ajudou a fazer ali ao lado uma área habitável, uma área de lazer? Quando se aprofunda um rio, quando se faz um córrego, quando se faz uma lagoa, está-se dando espaço à natureza e à água.

No Rio de Janeiro, na chamada "Região dos Lagos", tem muitas lagoas que a natureza criou. Se a água não ficasse naquelas lagoas obviamente ~~mx~~ a água estaria dentro das residências, invadindo casas de pessoas mais carentes.

Portanto, devemos ~~mx~~ adotar o sistema de aumentar a área inundável para, assim, aumentarmos a área habitável. Ao longo do rio Tietê, e aqui temos as fotos, estivemos no Parque Ecológico que foi citado. Esse Parque Ecológico está completamente aterrado, não que o povo tenha jogado terra no rio, é que veio lá da parte mais alta e vai descendo a água com a terra e ela sedimenta exatamente pela barragem. Está totalmente aterrado.

O que ocasionou, no chamado "Pantanal", onde também estive para chorar com eles, teria uma solução rápida, só que o Estado, o a área Município ou ~~a~~ ~~origem~~ administrativa ali estiveram mas não pensaram



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	795	do total	95
n.º	63		

[Signature]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
N-8	2	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

em por a água para fora para aquela área mandar as suas águas embora. Infelizmente, vivemos uma orgia administrativa.

Quando se fala em desassoreamento eu costumo dizer: "É uma indústria do desassoreamento, porque eu provo que duas vezes no rio Aricanduva, na parte coberta, em 1985, no tempo de Mário Covas, e em 1994, no tempo do atual Prefeito, gastou-se 10 milhões de dólares. A Empresa Nacan ali esteve com duas máquinas sugadoras, ficando 50 dias no mesmo lugar -tenho aqui a foto-, cobraram 10 milhões de dólares e não tiraram uma pedrinha sequer, porque as duas máquinas sugadoras ficaram 50 dias no mesmo lugar, com um tubo de 8 polegadas sugando a água, mas abriam a válvula e a água voltava ao rio."

Procurei ~~me~~ entrar em contato com quatro jornais de grande tiragem: "A Gazeta do Tatuapé", que publica tudo aquilo que nós ~~ex~~ escrevemos, temos mais de 30 matérias sobre o assunto, é a única digna de respeito, porque ela respeita ~~o~~ o cidadão, ela publica para que o cidadão tenha o direito de informar aquilo que sente. Mas, como eu disse, mandei para quatro jornais. Inclusive mandei um relatório, cuja cópia foi endereçada a um Vereador da Câmara, que havia me pedido, só que não se interessou por nada. Parece-me que muita gente tem rabo preso com a corrupção que existe neste Municí-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	746
n.º	63
	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-8	3	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

pio de São Paulo, no Estado e no País.

Ora, se eu mando cópia desse relatório para quatro jornais e digo: "Peçam ao Prefeito Paulo Maluf que diga é que o córrego consumiu 10 milhões de dólares.", simplesmente ninguém se comunicou com a Comissão através de mim. Telefonávamos querendo saber se havia chovido muito, se havia casas inundadas, ~~porque~~ porque eles querem publicar somente o que ocorre de ruim para o povo, mas não a aquilo que deve ser feito para que um povo possa ter melhores condições de vida, possa ter a segurança, possa ter lazer.

A imprensa é maligna, porque também tem o rabo preso com o Sr. Paulo Maluf. Segundo informações de uma senhora, ao receber a imprensa, o fotógrafo chegou a ela e disse: "Dona Ângela, a senhora acredita que vão fazer alguma coisa no rio Aricanduva?" e ela falou: "Eu acredito porque estão falando." E ele disse: "Não acredite, porque nada vai ser feito." Aproxima-se a repórter e diz: "A senhora sabe que eles estão com o rabo preso com a gente?" Ambos estão presos: aquele que paga a propaganda ~~impostos~~ ~~impostos~~ nada pode ser falado ~~contra~~ contra ele.

Posto isso, ~~faixa~~ eu pediria ao Presidente da Câmara que realmente, como ocorreu em 1983, o relatório elaborado, entregue



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	245	do proc.	
n.º	03	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-8	4	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

ao Presidente quando soube que seria realizado este seminário, que se crie uma secretaria estritamente para assuntos de inundações, porque São Paulo, pela irresponsabilidade do passado e do presente, vai sofrer muito com elas. Esse é um crime que se pratica contra a natureza e contra o ser humano.

Se essa Secretaria for realmente criada com esse objetivo, eu pediria que ~~ninguém~~ à frente dela não seja colocado alguém escolhido politicamente, porque quando isso é feito politicamente, não pelo princípio moral e ético, sempre se causará prejuízo à população de São Paulo.

Maurício, ~~proponho~~ proponho a esta Comissão que se crie uma secretaria especialmente voltada para assuntos de ~~x~~ inundações, porque a orgia administrativa tem de terminar, senão o que será desse pobre povo que é filho de Deus e nossos ~~seus~~ irmãos?

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) — Moretti, não sei se consegui me expressar bem, acho que acabou saindo um certo desabafo meu, mas acho que na medida em que as leis que você mencionou, tudo bem que eu tenha sido proponente, mas quando elas são votadas duas vezes pela Câmara e uma terceira vez a Câmara derruba o ~~x~~ veto o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	348
n.º	03
	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-8	5	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

fundamental não é mais o proponente original do R projeto, o fundamental é que a Câmara Municipal é responsável por aquela lei. Foi ela quem produziu aquela lei, pois votou três vezes a mesma e com quorum qualificado.

Então, deveria haver uma dinâmica institucional em que a Câmara zelasse, como instituição, independentemente de maioria oposicionista ou situacionista, mas que a Câmara em si tivesse, normalmente, o cuidado de zelar pelas leis que ela mesma produziu e saber se as leis estão sendo cumpridas ou não. Isso faz parte da função fiscalizadora democrática do Legislativo sobre o Executivo.

Então, é possível que eu tenha de tomar alguma medida cobrando o cumprimento dessas leis, mas não ~~é uma questão~~ deveria ser uma questão política do Vereador proponente. Não é um interesse meu. Supõe-se que esse é um interesse da Cidade. Se a Câmara votou essa lei é porque ela interessa para a cidade. Então, a Câmara, institucionalmente, é que deveria ter um mecanismo, ter um procedimento, ter uma postura, ter uma preocupação ~~xxx~~ viva e permanente de cuidar disso, o que não existe.

O SR. _____

- Maurício, acho que é pre-

ciso esclarecer, porque talvez tenha havido um mal entendido. Con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	749	do proc.	95
n.º	03		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-9	1	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

cordo plenamente com você que a responsabilidade é da Casa, é uma lei municipal, não é uma lei do Vereador, mas uma lei aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Você foi claro, sim.

Só estou esclarecendo.

O SR. - Agora, por outro lado, tam-

bém, concordo plenamente quando você fala do risco dessa desregulamentação que está tão na moda. Acho que tem de existir lei, sim, lei forte, agora, para que a lei seja forte ela tem de ser muito clara, ela tem de ser facilmente entendível pela população, tem de conseguir ser compreensível para a população.

É por isso que eu acho que uma parte das leis precisa ser revogada e, mais do que revogar, precisa consolidar. Hoje, a lei está toda dispersa, está toda confusa, o que faz com que ela não seja operacional. Então, concordo plenamente com isso.

E concordo, também, quando você fala que, independente da necessidade de grandes medidas estruturais, medidas mais gerais, ~~isso~~ é preciso atender no caso a caso também. É aquela história que o Betinha falava na "Campanha da Fome": é preciso distribuir renda, é preciso arranjar emprego, mas, enquanto isso, não podemos deixar o pessoal morrer de fome. Quer dizer, algumas coisas pre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	03750	do proc.	
n.º		de 13	95
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-9	2	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

cisam ser feitas, mesmo que elas sejam pontuais, mesmo que não tenham uma eficácia à na transformação como um todo.

Nesse sentido, eu queria até lembrar uma coisa que o Faráh frequentemente fala, até indo contra aquilo que a Bona falou, que a gente não tem de propor mais leis. Eu ia tomar a liberdade de propor mais uma lei, Bona, até contrariando aquilo que tínhamos falado. O Farah (?) sempre tem comentado a questão do lixo colocado no passeio. Até a Ana Lúcia falou a respeito disso, de que a população deveria estar consciente para não colocá-lo durante as chuvas. Mas eu queria lembrar dois casos pessoais que, à em todo caso, acho que são didáticos.

Em casa o lixo passa às seis horas da manhã. Então, inevitavelmente, eu tenho de colocá-lo à noite. Então, se tem um temporal à noite o lixo vai ser carregado pela chuva. E o que acontece? Recentemente ocorreu um episódio comigo. Estacionei o carro em Pinheiros, num determinado local, e como ~~na~~ grande parte dos boeiros vivem entupidos quando chove a água começa a correr pela calçada. Ela levou dois sacos de lixo, que vieram pela sarjeta, e ficaram presos na frente das rodas do carro. Conforme ficaram presos, toda a enxurrada, que a esta altura já era enorme, lavou completamente o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 03 + 51
n.º 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-9	3	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

motor do carro. Tive um prejuízo de centenas e centenas de reais para poder consertar o carro, por conta desse problema.

Agora, imaginem o impacto desses sacos de lixo todos entupindo os boeiros. Então, na linha do "fazer sua parte", de cada um a ter de colaborar, acho que uma das leis que deveria ser feita adicionalmente é a que obrigue a que o lixo seja colocado fora do nível da calçada. Não é isso que vai resolver o problema, sei disso, mas é uma somatória de esforços.

Só para finalizar, acho que estamos precisando descobrir ~~está precisando de~~ alguma forma, ainda não consegui identificar qual, de atuarmos para pressionar a Casa, e não um Vereador individualmente, para que a Câmara passe a se sentir responsável pelas leis que ela elabora. Quer dizer, faz parte desse processo de reconstrução da legitimidade, da importância da Casa. Quer dizer, a Câmara tem de criar alguns mecanismos para avaliar a sua produção legal, saber como é que ela está sendo tratada pelo Executivo e que efeito ela está tendo na sociedade. É a Casa, realmente. Agora, eu ainda não consigo ver qual o mecanismo para que isso ocorra.

Eu identifico que, por algumas leis que claramente não estão sendo cumpridas, valeria a pena entrar com um mecanismo do tipo a-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-9	4	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

ção popular. Enquanto cidadão eu me disponho, se possível, colaborar, porque acho ~~um~~ realmente um desrespeito à Casa e a todos que estão nesta cidade este tipo de situação.

A SRA. - Gostaria de fazer um aparte, ~~referendo a essa questão~~ fugindo um pouco do problema das enchentes mas reformando um pouco essa questão do cumprimento das leis, que o Vereador mencionou.

Quanto aos corredores de transporte, a Lei Orgânica do Município, que seria a lei maior do Município e da Câmara, define que o Executivo deveria elaborar um plano estrutural de viário e transportes e encaminhá-lo à Câmara juntamente com o Plano Diretor. Certamente esses 15 corredores configuram uma parte substancial do que seria um plano estrutural de viário e transportes e não tiveram nenhuma tramitação legislativa.

O SR. BRUNO - Faço parte do Movimento do Pirajussara. Acho que lei é relativa, porque ela foi feita para algumas pessoas somente.

O exemplo disso é o de uma amiga minha. Ela mora numa residência e fez uma cobertura, uma garagem para o automóvel dela. Aí a Prefeitura foi lá e mandou desmanchar senão ia multar. El



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

03 753
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-9	5	Angela	ENCHENTES	05.06.95		

de desmanchar. Um quarteirão acima havia um terreno que daria para fazer um prédio de dez andares. Eles fizeram um de 22 andares. Outro dia eu vi o Prefeito Paulo Maluf na televisão que estava colocando que um construtor que vai fazer um edifício, se o espaço comporta um edifício de 20 andares e ele faz de 25 andares, por exemplo, ele paga uma pequena multa, uma pequena porcentagem para a Prefeitura e constroi normalmente.

~~.....~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº	03	754	da proc.	da 19	95
OFF					

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N10	1	Monteiro	CEE-Enchent.	05.06.95		

Então, eu acho que a lei é muito relativa. Um outro exemplo: o Lucena foi condenado há pouco tempo pela justiça, porque fez uma roubalheira no Senado. Aí, chegou todos eles, se reuniram e logo absolveram ele. Os petroleiros entraram em greve e não, são tudo bandido. Acho que a lei é relativa. A lei foi feita para algumas pessoas e continua assim. Eu não sei o que tem que ser feito para mudar isso, tanto no caso municipal, estadual e federal. Acho que a lei é muito relativa. É só isso.

A SRA. BONA - Dos trinta segundos, já fico com quinze. Exatamente eu ia lembrar essa questão dos corredores, que não é uma lacuna legislativa no sentido que deveria ser realmente contemplada essa rede de corredores na rede de vias estruturais da Cidade. A Lei Orgânica prevê isso, se aprovado pela Câmara.

Eu só tomaria a liberdade de não concordar plenamente com a ideia de criar mais uma secretaria, pudesse melhorar as questões. Vou dar um exemplo: existe uma secretaria para cuidar de uso e ocupação do solo, existe uma secretaria para cuidar dos transportes e uma para cuidar do sistema viário, mas qual cuida do casamento das duas? Tem uma porção de coisas, acho que a questão das enchentes é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	755	de	proo.
n.º	03	de	19 95
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N10	2	Monteiro	CEE-Enobent.	05.06.95		

típica, que só se resolve mediante um tipo de colaboração de vários centros de decisão. Não é necessariamente mais um centro de decisão que vai resolver porque ~~xxx~~ é preciso realmente sair da lógica que cada um vai cuidar da sua gaveta e ninguém cobra a ação coordenada dos vários centros de decisão porque a somatória de várias intervenções setoriais acho que não vai resolver.

Acredito também que a Secretaria de Meio Ambiente não vai muito longe não, não chegará muito mais longe do que substituir Parques e Jardins se ela não conseguir realmente ser um meio de conseguir decisões coordenadas, digamos assim, articuladas, de outros centros de decisão.

O SR. RICARDO MORETTI - Acho que o plano das bacias, quer dizer, a cobrança do plano das bacias, ele pode ter até uma eficácia ~~mx~~ maior do que a própria figura institucional da Secretaria. Quer dizer, a concretização dessa ação pode surgir através do plano de bacias. Essa eu considero uma idéia extremamente importante.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

756
03
95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
NLO	3	Monteiro	CEE-Enchent.	05.06.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Entendo que deveremos caminhar para o final, não sei se mais alguém...? Essa questão que a Bona levantou é uma questão a ser ponderada. Eu acho, é uma opinião pessoal minha, entendo que tem havido, ao longo do tempo, uma substituição do papel político-institucional da Secretaria do Planejamento Municipal. Acho que essa é uma das ~~maiores~~ causas dessa dispersão de responsabilidades institucionais.

Digo isso inclusive com muita franqueza, muita abertura porque mesmo na gestão do meu partido, acho que foi, hoje vendo retroativamente, um equívoco colocar um economista à frente da Secretaria do Planejamento. Isso significava que a Secretaria do Planejamento, que já estava hipertrofiada pelas responsabilidades de cuidar do planejamento da execução orçamentária, que é uma outra atividade que não necessariamente tem a ver com planejamento urbano, ao se colocar um economista se priorizava a tarefa de planejamento da execução orçamentária em detrimento do planejamento urbano. Estou sendo muito franco porque estou falando da gestão do meu partido.

Agora, de lá pra cá... o Professor Marcos Cintra, que é meu colega aqui, não tem uma especialização em planejamento urbano, a escolha dele foi também a escolha de uma pessoa que é essencialmente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha N.º	75 +	95
N.º	03	

[Signature]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N10	4	Monteiro	CEE-Enchent.	05.06.95		

um economista. O atual Secretário do Planejamento, no meu entendimento, deixa a desejar em termos da condição de planejador, enfim, de ter um desempenho adequado enfatizando as tarefas de planejamento urbano. Então eu acho que uma das questões é essa, é que não tem plano diretor, a Secretaria do Planejamento é enfraquecida, não tem um papel claro. Então, quer dizer, na verdade não, institucionalmente, uma ênfase, não há uma prioridade contínua para a questão do planejamento urbano. Pelo contrário, há uma descontinuidade, uma diluição, uma dispersão de responsabilidades. Então, acho que, além desse discussão se deveria existir ou não uma Secretaria Municipal de Drenagem, se deveria repensar o papel do planejamento nas instituições municipais.

Em relação à Câmara de Vereadores, tem um projeto de resolução meu que está aí há anos, me disseram: "Não adianta aprovar porque não tem condições práticas de implementar". A Câmara gastou tanto dinheiro nessa reforma e a minha idéia era a seguinte: que a Câmara Municipal de São Paulo devesse ter um centro de referência de legislação municipal. Então, um banco de dados, ter um centro de informações não só sobre legislação municipal do Município de São Paulo, mas de outras cidades do mundo, do Brasil, para até haver um debate



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	738	do proc.	95
n.º		de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N10	5	Monteiro	CEE-Enchent.	05.06.95		

permanente sobre isso, a ordenação das leis municipais, o emaranhado das leis municipais, a necessidade de rever essas leis, a necessidade de reordená-las, enfim. Mas isso aqui, infelizmente os gabinetes não são informatizados, a Câmara gasta um monte de coisas... não tem técnicos suficientes, os técnicos que tem, como a Bona, não são prestigiados devidamente e valorizados na atividade da Câmara. Então, é lamentável. E a Câmara vai para o "Fantástico" ontem por projetos, vamos dizer assim, polêmicos como o projeto da educação para a morte nas escolas municipais, o projeto do "Dia do Surf". Então essa é a situação aqui.

Agora, a questão das leis, para quem valem, é mais complicado porque também na periferia a lei não é cumprida. Então, não é que a lei só vale para o pobre, não vale para o rico. Tem coisas na Cidade que são mais misteriosas.

O SR. _____ (Fora do microfone) - O senhor vê,

na Casa de Detenção, que tem quase sete mil detentos, não tem um rico.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	759	do proc.	
n.º	03	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N11	1	Monteiro	CEE-Enchent;	05.06.95		

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Isso é verdade, mas estou dizendo que a questão da lei é mais complicada do que um raciocínio assim, no meu entendimento, respeito outras opiniões, não é que a lei só vale para o pobre, não vale para o rico. É que as penas da lei, é verdade, são diferentes, mas confusão institucional na Cidade é muito grande. Só um exemplo, a questão de anúncios: é uma esculhambação completa esta cidade em termos de poluição visual por anúncios e 80% dos anúncios na Cidade são ilegais. E, no entanto, a Cidade também se habituou a viver assim.

O SR. _____ - Ontem, por exemplo, na Giovani Gonchri eu contei: sabe quantas placas de partamentos tinha? Duzentas e quarenta e oito placas. Você não consegue ver o semáforo, não consegue ver o outro carro.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Pessoal, acho que a gente ~~deveria~~ deveria ir terminando e eu passaria a palavra aos três expositores para as considerações finais. Moretti, por favor.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 760 do proc. n.º 03 de 1995
P

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N11	2	Monteiro	CEE-Enchent,	05.06.95		

O SR. RICARDO MORETTI - Queria agradecer a presença de todos e lembrar uma última coisa com relação às enchentes que tem aquela lei que proíbe a distribuição de papéis nas ruas. Eu não sei se ela foi revogada, mas é uma das leis que mereceria atenção para ver porque ela não está sendo cumprida, porque eu tenho sido entupido de papelada cada vez que paro em qualquer semáforo no fim de semana.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Quando recuso, sou tratado com hostilidade pelos distribuidores que, aliás, precisam daquele trabalho, mas digo: "não, não quero" e eles me olham com a cara feia, resmungam.

O SR. RICARDO MORETTI - Mas, que eu saiba, não foi revogada aquela lei que proíbe, chegou a ser feita uma lei que proibia a distribuição disso. E isso é uma das coisas que tem um impacto grande no entupimento de bueiro. Valeria a pena um esforço, já no bojo da Comissão, de ver quem em que pé anda essa coisa.

A SRA. BONA DE VILLE - Estou pensando que, num programa, digamos, de curto prazo, de impacto e relativamente simples, eu me concentraria na questão do lixo, dos resíduos, do sofá da sala. Porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha 761 95
JF

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N11	3	Monteiro	CEE-Enchant.	05.06.95		

é uma coisa que realmente é fácil de entender, é fácil de divulgar, é fácil qualquer pessoa entender o problema, tem uma série de medidas possíveis. Estou lembrando de mais um efeito secundário do saneamento, a questão da leptospirose, dos ratos, isto é, eu acho que como um programa de impacto e como experiência de política de comunicação social, a sensação que tenho é que a concentração na questão do lixo, mais lixeiras, seria extremamente interessante e talvez com efeito político resultado de curto prazo.

A SRA. ANA LÚCIA DA CONA - Eu só queria falar em relação a essa questão do planejamento. Quer dizer, acho que a compartimentação das funções de governo tende realmente a uma lógica de manter a ineficiência e a não solução dos problemas porque você sempre tem para onde culpar. Quando você tem muito implicados, sempre algum vai falhar e sempre você vai ter condições de dizer: "Não funcionou porque o lixo não foi coletado, ou não funcionou porque os bueiros não foram limpos, ou não funcionou porque as obras não foram feitas a tempo." Você sempre tem vários atores e então tem condições de dizer isso. Então, não acho que seja uma questão de fácil solução.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	362
n.º	19
CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
NLL	4	Monteiro	CEE-Enchent.	05.06.95	

A gente tem uma Secretaria de Planejamento e uma ação de planejamento na Cidade, tem um Departamento de Planejamento desde 1947, antes disso já tinha uma divisão de planejamento na Secretaria de Obras, a gente tem um grupo executivo e ligado diretamente ao prefeito desde 67, desde 83 a gente tem uma Secretaria de Planejamento, que teria então essa função, vamos dizer, precípua, de articular as funções dos vários órgãos e dos vários entes do Poder Público. Então não é a criação de mais um órgão que acho que vai resolver a questão. A questão é de vontade política mesmo, e, em tendo vontade política, a coisa mais fácil é você eleger um órgão afeto à questão e dar para ele a coordenação.

Uma secretaria de planejamento, existindo, acho que ela sempre vai ter um papel de apoio em qualquer ação articulada que envolva vários órgãos, mas não estamos agora querendo disputar a coordenação de todas as ações que envolvam uma articulação de órgãos. Você pode ter, num determinado momento, uma secretaria de Vias Públicas que cuida, digamos, da parte que tem maior orçamento em relação à questão da drenagem e ela coordenar uma ação conjunta dos diversos órgãos. Pode ser a Secretaria do Meio Ambiente, pode ser a Se-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N11	5	Monteiro	CEE-Enchent.	05.06.95		

Folha n.º 03763
n.º 35

cretaria de Obras. É um problema mesmo de vontade política.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - Obrigado a todos, serão avisados, então, do próximo capítulo.

- o - o - o -



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 364 do proc.
N.º 03 de 1957
funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 07 de maio de 1995

MEMO. CT/Nº 07/95

A DIRETORIA DO DT.9-DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMÁTICA

SENHOR DIRETOR,

Conforme deliberação do Vereador Maurício Faria, presidente desta Comissão de Estudos sobre Enchentes no Município de São Paulo, solicito a V.Sa. sejam fornecidos: a) Retro-projetor; b) Projetor de slides; c) Lousa com canetas hidrográficas de várias cores, d) Tela de projeção, para as reuniões desta comissão dias 05, 08, 15, 22, 26 e 29 de maio; 05, 12, 19, 26 de junho do corrente, às 15:00 horas, no 8º andar, Salão Nobre.

Nota: 1) dia 5/5/95 (amanhã, sexta-feira) o horário será das 10:00 às 12:00 horas.

2) dia 19/6/95 a reunião será no Anexo G, 1º andar desta Casa.

Atenciosamente,

LEONARDO CARDOSO
SECRETÁRIO

Leandro Cardoso
2-1-0-51

Ats: Jurelino de Froum
16/08/95
Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10833



MEMORANDO

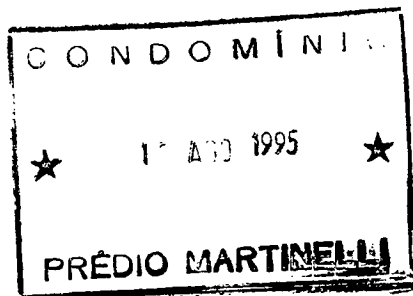
CÂMARA MUNICIPAL

Folha n.º 765 de proc/No 02
O funcionário

São Paulo, 09 de agosto de 1995

Recebi Ofício DT.7/Leg.3 nº 405/95 de 09.08.95, encaminhando ao Sr. Secretário Municipal de Vias Públicas cópia do despacho da Comissão de Estudos Sobre as Enchentes na Cidade de São Paulo.

Anexo: Cópia xerográfica do despacho da Comissão solicitante.





Câmara Municipal de São Paulo

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Senhor Presidente.

Solicito a Vossa Excelência
encaminhamento dos quesitos abaixo discriminados ao
Excelentíssimo Senhor Reynaldo de Barros, Secretário
Municipal de Vias Públicas.

As informações necessárias são:

1- Qual a política de combate às enchentes da atual gestão da Prefeitura Municipal de São Paulo?

2 - Essa Secretaria tem cadastro atualizado dos pontos críticos de inundação na Cidade? Se possui, favor informar. Solicitamos anexar mapa cadastral atualizado para análise desta Comissão

3 - Qual o programa que o GEPROCAV está desenvolvendo no momento? Esse programa já possui financiamento internacional?

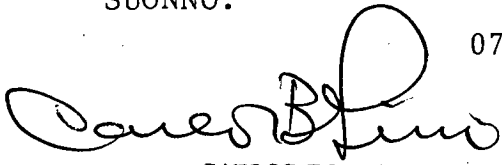
4 - Quais córregos já possuem projeto de obras para intervenção do Município? Favor descrever valores de vazão, as obras previstas, trechos onde haverá intervenção, custos, prazos e critérios adotados para definir ordem de prioridades.

5 - O Executivo decretou de utilidade pública importantes áreas na cabeceira da bacia do córrego Aricanduva para construção de reservatórios de contenção. Solicitamos mapa de localização dessas áreas, e informações

Ao DT.7 - Senhora Diretora.

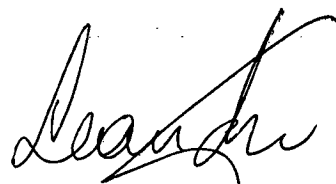
Para adoção das providências que o assunto requer, à vista da respeitável decisão retro do nobre Presidente MIGUEL COLA - SUONNO.

07.08.95


CARLOS BORROMEU TINI
Diretor Geral

Recbi e pto.

08/08/95.


JOAQUIM LEANDRO CARDOSO NETO
Secretário

À LEG.3 - Senhora Chefe,

Para officiar, conforme solicitado.

SP., em 08.08.95


Luiza Takeko Akamine
Diretora Subst.
DT. 7

À Comissão Especial de Estudos

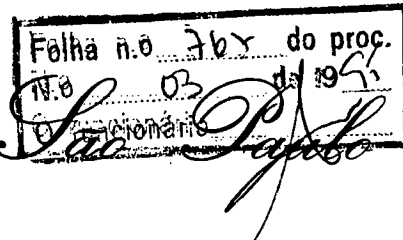
Oficiado ao Sr. Secretário Municipal de Vias Públicas conforme solicitado, e segue em anexo cópia do referido Of. DT.7/Leg.3 405/95 e respectivo recibo.

14.08.95


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica II



Câmara Municipal de



sobre os projetos para esses reservatórios. A mesma solicitação cabe para intervenções similares em outras bacias.

6 - Como o Executivo municipal participa do Comitê da Bacia do Alto Tietê? O programa de combate às inundações do Município está de acordo com os pressupostos adotados por esse Comitê?

7 - Quais as medidas previstas para combater as inundações no córrego Pirajussara? Favor descrevê-las com informações sobre fluxos, vazões, dados técnicos dos projetos, custos, prazos, etc..

8 - O mesmo para o córrego Aricanduva e para o córrego Cabuçu de Baixo.

Ressalte-se que o conjunto indagatório torna sua resposta imprescindível para a conclusão dos trabalhos.

No mesmo ensejo solicito seja sobrestado o prazo desta Comissão com fundamento no artigo 68 do Regimento Interno desta Casa para aguardar o retorno das informações solicitadas.

MAURÍCIO FARIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ESTUDOS
SOBRE AS ENCHENTES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Defiro.

/ /



Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 09 de agosto de 1995.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0405/1995

Senhor Secretário.

Em atenção ao requerido pelo Nobre Presidente da Douta Comissão de Estudos Sobre as Enchentes na Cidade de São Paulo, nos termos do artigo 32, inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Paulo, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho da comissão, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido de que nos envie subsídios para que a referida comissão possa emitir relatório a respeito.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MIGUEL COLASUONNO
Presidente

Anexo: Cópia xerográfica do despacho da comissão solicitante.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Reynaldo de Barros
Digníssimo Secretário Municipal de Vias Públicas.

z.a

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 265	do proc.
03	de 95
O funcionário	

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE ENCHENTES

RELATÓRIO FINAL

INTRODUÇÃO

Convém de início, precisar conceitualmente o problema das inundações da maneira como foi abordado ao longo dos Seminários, e que servirá de base para todo o desenrolar deste relatório.

Existe uma distinção conceitual entre os termos enchente ou cheia e inundação. Todo rio ou córrego possui um leito por onde correm suas águas. As dimensões desse leito foram "determinadas" pela natureza segundo a sua vazão média normal. É tecnicamente chamado de *leito menor* do córrego ou rio, e é limitado pelo que se denominam margens internas. Porém, há condições especiais em que o *leito menor* do rio ou córrego não comporta essa vazão. São os momentos de grande intensidade de precipitações pluviométricas por exemplo, quando a vazão das águas é maior do que o seu *leito menor* pode comportar. Nesses momentos, as águas extrapolam os limites físicos do *leito menor* e extravasam pela várzea, também chamada de *leito maior* do rio, chegando às suas margens externas. É isso o que acontece com qualquer rio, seja no Pantanal Matogrossense, seja na capital paulista. Portanto a cheia ou enchente é um fenômeno natural, e assim deve ser encarada.

Já a inundação, é o fenômeno natural das cheias mas em condições adversas ao homem. Essa nomenclatura deve ser aplicada quando as ações do homem, na tentativa de controlar a natureza, fracassam na sua intenção. Esse é o fenômeno que atinge São Paulo e seus moradores nos períodos de grandes precipitações pluviométricas.



Rio Pinheiros nas proximidades da Estrada de Itapeberica, durante as enchentes de 1929. Acervo ELETROPAULO.

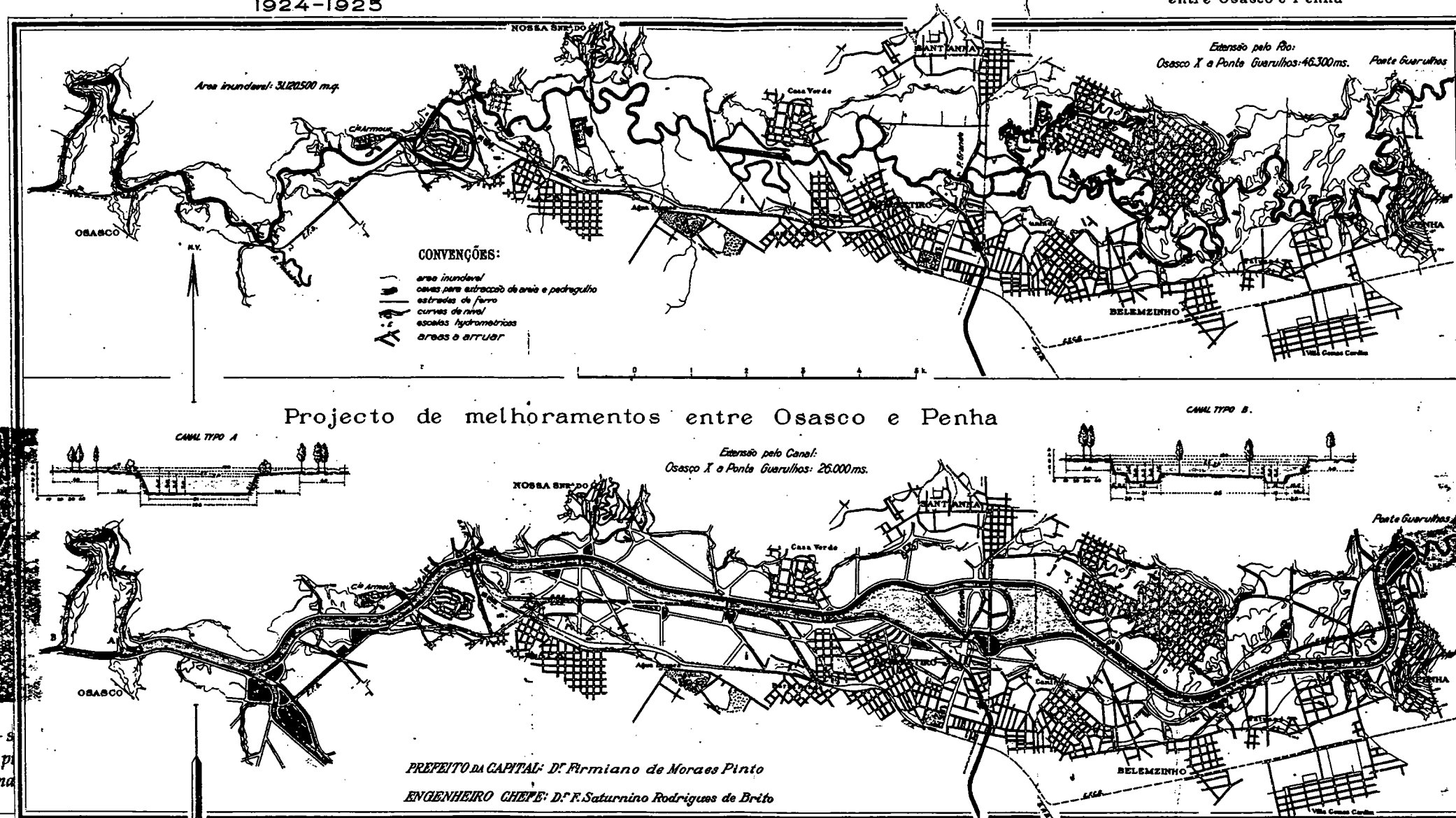
Essa distinção é fundamental para estabelecermos a relação entre o fenômeno das cheias e o grau de desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo, e as consequências resultantes dessa relação.

O problema de inundações em São Paulo é um fenômeno que vem se agravando ao longo do tempo. Suas raízes podem ser encontradas no processo de ocupação do solo e de assentamento urbano. Podem também ser encontradas na forma como tradicionalmente se deu a relação entre o público e o privado em nossa sociedade.

Já nos idos da década de 20, Saturnino de Brito propôs projeto de retificação do rio Tietê. Como se sabe, os rios paulistanos são de baixa declividade e na época serpenteavam por extensa planície, toda ela alagável. Ao propor a retificação do Tietê, Saturnino de Brito sabia que o comprimento do rio entre Osasco e a Ponte de Guarulhos seria reduzido de 46.300 m para 26.000 m,¹ aumentando sua declividade e portanto, a velocidade com que suas águas chegariam a Osasco. A compreensão sistêmica de drenagem fez Saturnino de Brito perceber que, para compensar o aumento de velocidade seria necessária medida de outra ordem. Por isso propôs também dois grandes lagos na altura da Ponte das Bandeiras, um com 1 milhão de m² e outro com 1,5 milhão de m², em áreas de baixa ocupação urbana.

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO RIO TIETÊ
1924-1925

Planta do Rio Tietê
entre Osasco e Penha



Desenho superior - s
Desenho inferior - p
dois reservatórios na

¹ Fonte: Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê, 1924-1925

Do projeto original, apenas a retificação foi aproveitada, devido à forte pressão dos investidores imobiliários, o que permitiu aos proprietários das terras lindeiras ao Tietê "esticarem" suas divisas até o novo leito do rio. Além da indevida apropriação dessas terras, essa ação acabou por inviabilizar a execução das *bacias de contenção*, solução que hoje, passados setenta anos e após o sítio urbano ter sido quase que por completo ocupado, é entendida como tecnicamente correta.

Em menor medida é o que se vê em cada córrego paulistano. Há de um lado uma permissividade legal que admite a ocupação dos fundos de vale e de outro uma contingência econômica que "empurra" os menos favorecidos para os lotes mais baratos às margens dos córregos. É comum observar-se o leito dos córregos confinados pelos muros das propriedades lindeiras, seja por uma legislação deficiente, seja pela negligência do Poder Público.

Outro aspecto que não pode passar despercebido, muito pelo contrário, é o processo de ocupação e impermeabilização indiscriminada do solo urbano, cujas consequências manifestam-se na erosão das camadas superficiais do solo, no crescente assoreamento dos córregos e galerias e no volume das águas que mais rapidamente chegam aos fundos de vale.

Portanto, no processo de ocupação do solo urbano, os interesses particulares sempre prevaleceram sobre os interesses públicos. E a estrutura de crescimento da cidade e mesmo sua legislação ordenadora só reforçam esse aspecto.

A esse respeito as palavras lúcidas do Professor Cândido Malta não deixam dúvidas quando afirma que "uma longa prevalência do interesse especulativo tem feito com que o planejamento não consiga se firmar em nossa cidade".

Se houve algum consenso ao longo dos Seminários, manifestado por todos os debatedores e participantes, foi a constatada ausência de um Plano de Drenagem para a Metrópole, inserido em um Plano Urbano que regulamente o crescimento da Cidade e da Metrópole e que lhe dê contornos claros de uso e ocupação do solo, de critérios de permeabilização do solo, e de concepções de projeto, contribuindo para uma relação mais harmoniosa com a natureza e com o regime das águas.

Porém o que constatamos é que não há nem uma coisa nem outra. Nem há um Plano Diretor que redefina e reordene o crescimento metropolitano de São Paulo, nem há um Plano de Drenagem para a Bacia do Alto Tietê que considere de um lado as especificidades de seus afluentes e os problemas localizados que possam causar e, de outro, que entenda a bacia como algo sistêmico onde cada ação localizada terá consequências em determinado outro ponto a jusante da bacia.

O que se conclui do processo de Seminários é justamente isso. Há que se ter uma compreensão sistêmica de toda a bacia do Alto Tietê para que só então se pense nas ações estruturais. E da mesma forma, as ações não-estruturais devem ser entendidas nesse contexto, dando-lhes inclusive prioridade, dado seu baixo custo de implantação e a gama de bons resultados que se pode com elas auferir.

Há também um problema cultural a ser enfrentado. As cheias são um fenômeno da natureza, que destinou as várzeas para que recebessem as águas dos rios em determinados períodos de chuvas intensas. Nas palavras do Professor Kokey Uehara, "as cheias são um problema porque há uma ocupação inadequada das várzeas. Onde não há população atingida, as cheias são apenas um fenômeno da natureza".

Essa compreensão das enchentes enquanto um natural fenômeno da natureza (vale o pleonasma) é central para a maneira como se queira enfrentar as inundações na cidade de São Paulo, porque determina, de um lado, que política se pretende adotar em relação à ocupação dos fundos de vale, e ao crescente processo de impermeabilização do solo e, de outro, que critérios de projeto se pretende adotar para as obras a serem executadas em

nossos córregos. Na imagem adotada pelo engenheiro Brás Juliano, controlar a cheia dos rios é como querer controlar as dimensões da barriga de uma grávida. É impossível que aos nove meses de gravidez ela mantenha cintura de mulher em estado normal. O mesmo se dá com os córregos em tempos de intensas precipitações pluviométricas.

Foi essa a ótica que prevaleceu durante os Seminários, e é ela que norteia a realização deste Relatório Final. Esperamos que o Poder Público incorpore esses conceitos e os reproduza na sua necessária ação contra as inundações. Mas esperamos também que a população perceba a importância de temas como meio-ambiente e qualidade de vida, e que o problema das enchentes tem que ser enfrentado de maneira sistêmica, global e não apenas pontual.

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório é fruto dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Estudos sobre Enchentes da Câmara Municipal de São Paulo, criada em 08 de fevereiro de 1995 por unanimidade dos Vereadores, e instalada em 06 de abril com o compromisso de desenvolver um debate sério de alto nível e construtivo.

1.1. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão foi constituída pelos seguintes Vereadores:

- Maurício Faria (PT) - Proponente e Presidente
- Vital Nolasco (PCdoB) - Relator
- Ana Maria Quadros (PSDB)
- Hanna Garib (PPR)
- José Viviani Ferraz (PL)
- José Eduardo Martins Cardozo (PT)

O prazo para conclusão dos trabalhos foi inicialmente previsto para 60 dias. Porém a ausência de representantes do Executivo em Seminários, exigiu sua prorrogação por mais 30 dias. Por se tratar de período de recesso parlamentar, o prazo estendeu-se por mais 30 dias. Um novo prazo de 30 dias foi solicitado para que, através de Pedido de Informações, o Executivo enfim se manifestasse sobre o GEPROCAV (Grupo Executivo do Programa de Canalização de Córrego, Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale).

1.2. OBJETIVOS DA COMISSÃO

A Comissão traçou como objetivo primeiro recuperar o Relatório da Comissão Especial de Inquérito sobre Enchentes realizado em 1983. Há uma tradição na vida pública brasileira que é a de constantemente "reinventar a roda". O trabalho desenvolvido pela CEI de Enchentes de 1983 é bastante abrangente, e partir de suas conclusões foi importante para nortearmos os trabalhos desta Comissão e para concluirmos, daquele relatório, que propostas foram ou não incorporadas e quais ainda hoje são atuais.

Outro objetivo firmado foi o de, a partir de debates de alto nível técnico, reelaborar um diagnóstico das causas estruturais das inundações. De 1983 para cá, os conceitos de qualidade de vida e de meio-ambiente desenvolveram-se e difundiram-se sobremaneira. Compreender o fenômeno das inundações sob essa ótica tornou-se fundamental para reflexão sobre as iniciativas que devem ser adotadas para controlá-lo ou ao menos amenizá-lo.

Da mesma forma, o debate aprofundado sobre as políticas de enfrentamento das enchentes, dos locais onde o fenômeno se manifesta mais intensamente, das consequências

que as inundações trazem à rotina da cidade, da metrópole e de seus moradores, e ainda o debate sério sobre os planos de prevenção, se desenvolveram sob a perspectiva da reflexão crítica acerca das soluções tradicionalmente adotadas.

Por final como objetivo adotado, este até inerente ao trabalho, a apresentação de sugestões ao Executivo e ao Legislativo.

1.3. PROGRAMAÇÃO DOS SEMINÁRIOS

Os Seminários foram programados de maneira a abordar o problema das enchentes sob os mais diversos aspectos, de forma a compreendê-lo como um todo. Os temas desenvolvidos foram:

17 de abril: **"Causas Estruturais das Enchentes. Uso e Ocupação do Solo em São Paulo e o Sistema de Drenagem"**. Os debatedores foram o professor e geógrafo Aziz Ab'Saber; o professor e arquiteto Cândido Malta Campos Filho; o arquiteto Alberto Rubens Botti; e o engenheiro Manoel Henrique Campos Botelho.

24 de abril: **"Operação das Barragens do Pinheiros e Tietê. O Programa de Aprofundamento da Calha do Tietê"**. Debatendo estiveram o professor e engenheiro Kokey Uehara; Antônio de Pádua Perosa, engenheiro e Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE); Sidney Simonaggio, engenheiro e Superintendente de Operação do Sistema da ELETROPAULO; Sergie Hsu, engenheiro representante do Instituto de Engenharia; e Benedito Luis Ribeiro, advogado.

05 de maio: **"A Política de Canalização de Córregos e Avenidas de Fundo de Vale"**. Como debatedores compareceram o professor e arquiteto Siegbert Zanettini; e o geólogo e ex-Secretário de Vias Públicas Delmar Mattes. O engenheiro Emílio Azzi, responsável pelo GEPROCAV da Secretaria de Vias Públicas, embora convidado, não compareceu.

08 de maio: **"Bacias de Contenção, 'piscinões' e propostas alternativas"**. Os debatedores presentes foram o engenheiro Aluísio Pardo Canholi da THEMAG; engenheiro Carlos Lloret Ramos, do DAEE/CTH; e engenheiro Brás Juliano.

15 de maio: **"Planos de Prevenção e de Contingência"**. Para debater compareceram o arquiteto Renato Arnaldo Tagnin, representante da SBPC no Comitê da Bacia do Alto Tietê; Capitão Marcos Figueira, coordenador da Defesa Civil do Município de São Paulo; engenheiro Ricardo Brandão; e Jesemiel Seluque, empresário e membro do Núcleo de Defesa Civil do Córrego Jaguaré. Convidado mas ausente o sr. Rubens Elias, representante da Secretaria das Administrações Regionais.

22 de maio: **"Estudo de Caso: O Córrego Aricanduva"**. Como debatedores estiveram presentes o sr. Nilton Milan, do Movimento SOS Aricanduva e o engenheiro Aluísio Pardo Canholi da THEMAG. Ausente esteve o sr. Ricardo Fratic Bacic, Administrador Regional de Vila Formosa/Vale Aricanduva.

26 de maio: **"Estudo de Caso: O Córrego Pirajuçara"**. Com Euardo Leite Ribeiro, do Movimento contra Enchentes do Jardim Juçara; Ilda Cintra Franci, médica veterinária do Distrito de Saúde do Butantã; engenheiro Alberto Zanella, Supervisor de Obras da Administração Regional de Campo Limpo; e engenheiro e professor Kokey Uehara. Não compareceu, embora convidado, o Administrador Regional do Butantã, Jorge Luis Monastério Telles Ferreira.

29 de maio: "Estudo de Caso: O Rio Cabuçu de Baixo". Estiveram debatendo o engenheiro Carlos Lloret Ramos do CTH/DAEE e o engenheiro Luiz Eduardo de Souza Ikeda do CTH. Convidado, porém ausente, o sr. Valter Alcântara de Oliveira, Administrador Regional da Freguesia do Ó. Também esteve ausente o representante do movimento SOS-Inajar, sr. Jabes Campos.

05 de junho: "O Legislativo e as Enchentes". Engenheiro Ricardo de Souza Moretti do IPT; Bona de Villa, arquiteta da Assessoria Técnica da Câmara Municipal de São Paulo; e arquiteta Ana Lúcia Ancona do Amaral de SEMPLA.

1.4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

O debate democrático e técnico que caracterizou os Seminários, não sensibilizou o Executivo Municipal. A ausência de seus representantes, para que as políticas de combate às inundações fossem apresentadas e discutidas, representou um vácuo no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão. Mas além da lacuna nos debates técnicos, a ausência do Executivo significou também um desrespeito ao Legislativo e uma desconsideração com o público presente aos Seminários.

É fundamental aos trabalhos legislativos a possibilidade do contraditório, seja no debate técnico, seja no debate político-administrativo, até mesmo para ilustrar os legisladores que não têm uma formação técnica especializada e que necessitam desses elementos para irem formando convicção a respeito das várias dimensões, e das várias nuances do problema de inundações.

2. CONSEQUÊNCIAS DAS INUNDAÇÕES

As consequências das inundações para a cidade e para a população de São Paulo, hoje, não diferem muito das verificadas pelo relatório da CEI de 1983. Entretanto, pelo adensamento populacional que se verificou desde então, o maior grau de impermeabilização verificado, o aumento de veículos em circulação, entre outros fatores, faz concluir que como resultado geral, as enchentes de nossos dias provocam consequências mais graves que as provocadas há cerca de dez anos. A sua extensão é mais "democrática", pois atinge desde a população mais carente, moradora das habitações conhecidas como sub-normais, à beira dos córregos, até a população mais privilegiada de classe média alta, como por exemplo, a que habita o bairro da City Butantã, próximo da foz do córrego Pirajuçara.

2.1. PLANO PESSOAL

No plano pessoal, a escala da inundação só faz agravar os números do flagelo. Os depoimentos comovidos e as fotografias apresentadas nos Estudos de Caso demonstram a dramaticidade do problema. As repetidas reincidências das inundações localizadas transformam a vida dos atingidos num eterno reiniciar e produzem consequências comuns a todos:

a) Prejuízo material com a danificação do imóvel, a perda de móveis, de aparelhos eletro-eletrônicos, de documentos pessoais e da própria memória pessoal (fotografias, correspondências, etc);

b) Transtornos como falta ao trabalho para limpeza do imóvel e para reorganização da vida;

c) Perda da privacidade, ainda que temporária, nos casos de abrigos coletivos.



Inundação em favela à beira de córrego. Acervo de Ricardo Moretti

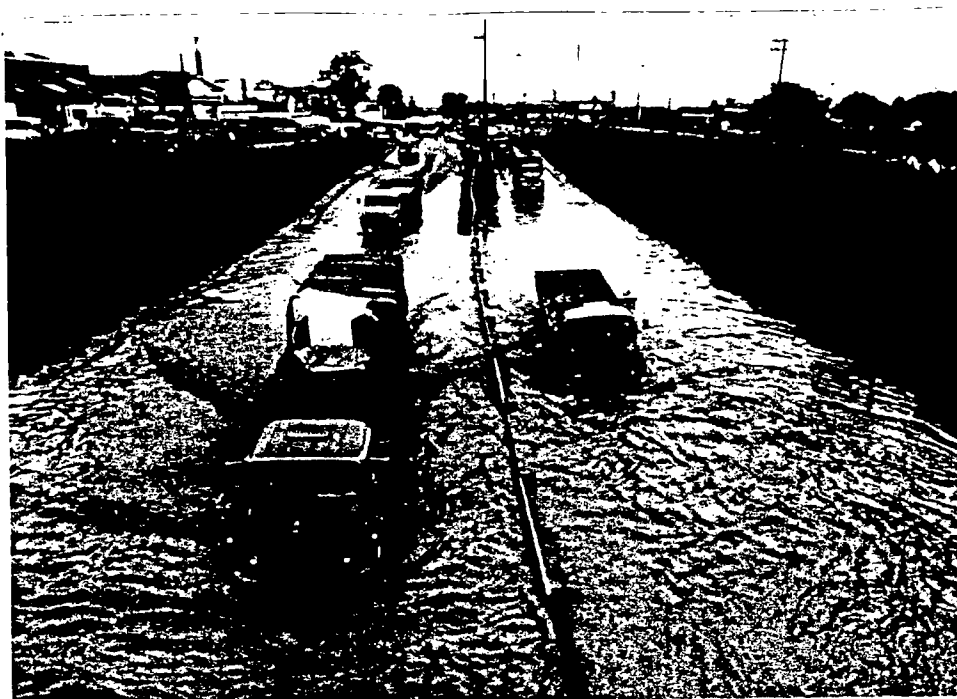
2.2. PLANO SOCIAL

Do ponto de vista social, os transtornos causados pelas inundações e a mudança de rotina manifestada acabam por atingir amplitude maior do que a restrita apenas ao âmbito da mancha urbana de inundação:

a) Atendimento a desabrigados: envolvendo diversos setores da Administração Pública, mas também entidades e instituições como Associações de Moradores, Igrejas e uma rede de solidariedade que se forma, cuja dimensão é diretamente proporcional às próprias dimensões do flagelo;

b) Transferência dos atingidos para abrigos de emergência: os Planos de Prevenção e Contingência prevêm a remoção de desabrigados para equipamentos públicos nas proximidades. Normalmente ocupam-se escolas e creches, gerando sérios problemas para alunos, professores e pais. Merece referência o caso de desabrigados do Jardim de Abril no Butantã que, removidos em fevereiro de 1995, permaneceram na EMPG Conde Luis Eduardo Matarazzo até fins de junho, sendo então novamente transferidos para prédio público da Secretaria de Abastecimento do Município de São Paulo;

c) Circulação: a política de avenidas de fundo de vale, adotada como solução para a crescente circulação de transporte individual em São Paulo, acabou por tornar o fluxo de pessoas refém dos espasmos climáticos na cidade.



Cheia do rio Tietê com inundação sob viaduto e obstrução da avenida Marginal

2.3. PLANO ECONÔMICO

Os prejuízos econômicos das inundações são de difícil dimensionamento numa cidade como São Paulo, cujas funções econômicas vêm se caracterizando nesta década como de serviços, o que ao menos teoricamente, aumenta a demanda por circulação. De qualquer forma, para que se tenha uma idéia da ordem de grandeza, as inundações de março de 1995 na Cidade afetaram basicamente as Marginais, e os prejuízos foram estimados em 65 milhões de dólares.

a) Congestionamentos: além das inundações pontuais e localizadas, São Paulo tem que conviver, nos dias de fortes chuvas, com a paralisação das suas principais vias de circulação e escoamento de tráfego que são as Marginais. Como exemplo, em 06 de fevereiro deste ano os dados da CET- Companhia de Engenharia de Tráfego, registram congestionamentos da ordem de até 118,2 km². Além dos custos diretos em combustíveis, congestionamentos como os verificados nas Marginais significam paralisação do fluxo de cargas (às vezes perecíveis).

b) Paralisação da operação de trens e metrô. Boa parte da malha ferroviária paulistana desenvolve-se ao longo dos rios que, ao transbordarem para o seu leito maior, provocam a paralisação da operação do sistema de transporte sobre trilhos.

c) A falta dos atingidos ao trabalho e sua mobilização no "day after" para limpeza e providências para regularizar documentação pessoal.

² Fonte: CET - Companhia de Engenharia de Tráfego

2.4. AS INUNDAÇÕES E A SAÚDE

Além desses prejuízos que são materiais, há aqueles que são consequência das más condições sanitárias que as inundações só fazem agravar, e que se manifestam nas estatísticas dos serviços de controle epidemiológico municipal e estadual.

Em saúde pública, o principal agravo relacionado às enchentes é a leptospirose. Trata-se de uma doença relacionada à urina de animais, principalmente dos roedores que albergam a leptospira no trato gênito-urinário. O ser humano ao ter contacto com a lama ou água contaminada sofre penetração da bactéria pela pele (mesmo íntegra), mucosa nasal e bucal. A letalidade da leptospirose atinge 20% das pessoas infectadas e seus picos ocorrem justamente nos períodos de enchentes.³

Os casos registrados nos meses de outono e inverno, são casos endêmicos relacionados à deficiência de saneamento básico, por contato com roedores e se manifestam junto à população mais carente, principalmente à população favelada. Já os surtos de leptospirose relacionados às enchentes, atingem indiscriminadamente todas as classes sociais e se manifestam por contato com a lama ou água barrenta.

O maior número de casos de leptospirose seria evitado se houvesse controle das enchentes na cidade.

Por outro lado a ação de combate a roedores tem que ser eficaz, e ela é feita através dos setores de zoonoses que realizam desratização para cobrir o foco de área.

Outras manifestações em saúde são hepatite, diarreia, febre tifóide, doenças respiratórias e outras.

É importante dizer que elas atingem também os desabrigados cujo destino imediato são os alojamentos e cuja precariedade leva a doenças respiratórias e das vias aéreas superiores, como bronco-pneumonia, tuberculose, otite e diversas viroses.

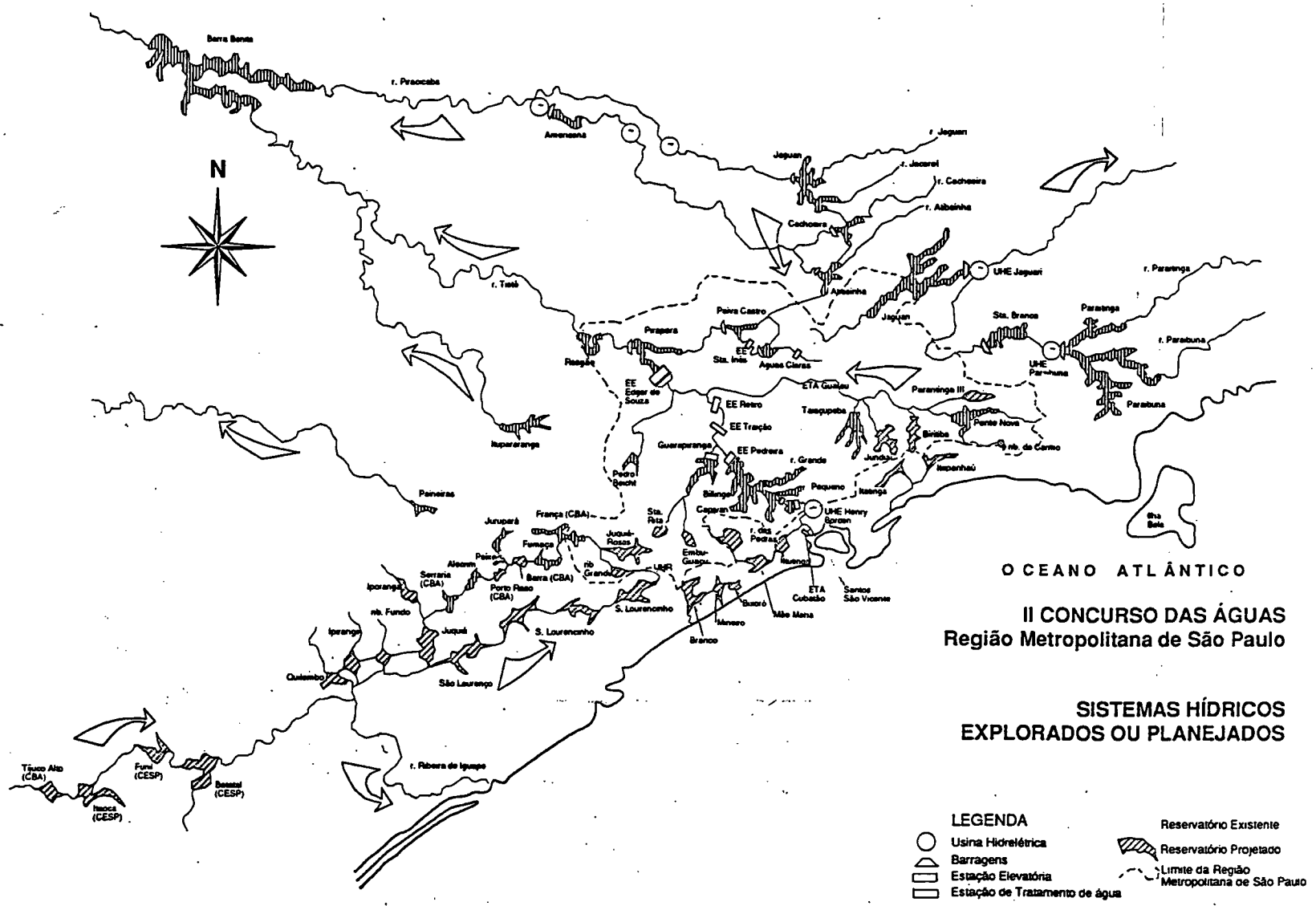
3. SISTEMA HÍDRICO DA BACIA DO ALTO TIETÊ

O rio Tietê é considerado o "ralo" de São Paulo. Nasce a leste do Município em Salesópolis e, em São Paulo, recebe as águas dos outros dois rios que atravessam a cidade, o Tamanduateí que vem do ABC, e o Pinheiros. Além desses rios, o Tietê tem como afluentes uma série de outros córregos cuja importância (em volume) vem crescendo conforme aumenta o grau de impermeabilização em suas cabeceiras e ao longo de suas bacias. Portanto é o rio Tietê o destino de todas as águas que as chuvas trazem para a cidade. Imagine-se a grande várzea que a natureza lhe reservou e que a urbanização predatória e especulativa lhe ceifou. É natural considerar-se que o rio Tietê a jusante da foz do rio Pinheiros transformou-se, sem suas várzeas, e com o importante aumento do volume das águas de seus afluentes, no grande gargalo da drenagem da bacia do Alto Tietê, de montante até esse ponto. Hoje esse "gargalo", localizado entre a barragem de Edgard de Souza e o chamado Cebolão (no trecho mais próximo a este), é capaz de absorver a vazão máxima de 700 m³/segundo.⁴

³ Fonte: Zoonoses do Distrito de Saúde do Butantã

⁴ Fonte: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo

03 10



remanso nas águas do Tietê. Com isso a cota do espelho d'água do rio Pinheiros subia e, através das usinas elevatórias da Traição (cuja capacidade de bombeamento é de 280m³/segundo) e de Pedreira (com capacidade de 395 m³/segundo)⁵, suas águas eram lançadas no reservatório Billings.

⁵ Fonte: ELETROPAULO

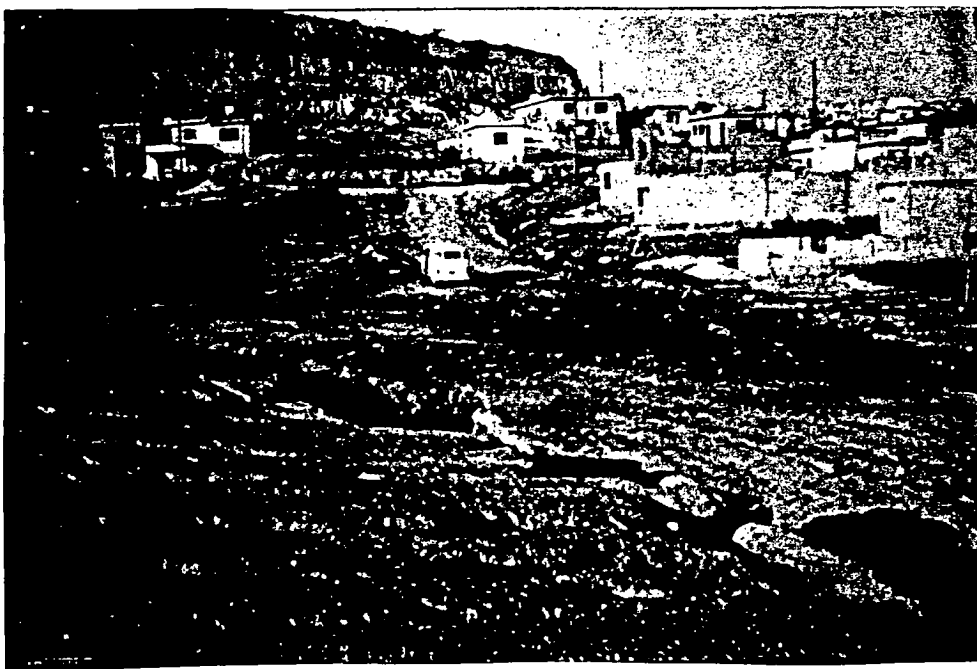


intermitente em 1992, em conformidade com a Constituição Estadual, e mediante Resolução Conjunta nº. 03/92 de SMA e SEES ⁶, quando sua adoção foi autorizada apenas nos momentos de grandes precipitações pluviométricas, para que as poluídas águas do Tietê e Pinheiros não mais contaminassem a represa Billings enquanto manancial de água potável.

A bacia do Alto Tietê, cuja abrangência vai da sua nascente até a barragem de Edgard de Souza, corresponde a uma área de 4.815 km², dos quais 27% ou cerca de 1.800 km² correspondem à área urbanizada. O sistema de barragens permite controlar 2.052 km² (43%) do total da bacia do Alto Tietê, enquanto que a área não controlada pelas barragens equivale a 2.763 km² (57%).⁷

⁶ SMA - Secretaria do Meio Ambiente; SEES - Secretaria do Estado de Energia e Saneamento

⁷ Fonte: Prof. Kokey Uehara - POLI/USP



Exemplo de erosão causada por ocupação predatória na zona leste de São Paulo. Acervo de Ricardo Moretti.

4. DIAGNÓSTICO DAS INUNDAÇÕES

O fenômeno das inundações permite duas abordagens: a estrutural e a não-estrutural. A estrutural diz respeito à drenagem propriamente dita; a sistemas de micro drenagem⁸ e macro drenagem⁹; à operação de sistemas de barragens; a bacias de contenção; desassoreamento de córregos e galerias, etc. Já a abordagem não-estrutural, refere-se a aspectos periféricos (porém determinantes) do fenômeno das inundações, tais como legislação pertinente; processos de crescimento urbano; uso e ocupação do solo; processos de erosão; processos de impermeabilização do solo; destinação do lixo urbano, etc.

Para fazermos um diagnóstico mais preciso das inundações em São Paulo analisaremos primeiro os aspectos não-estruturais e depois os estruturais.

4.1. ASPECTOS NÃO-ESTRUTURAIS

a) Características geomorfológicas do sítio paulistano

A natureza proveu São Paulo com alguns dos mais largos trechos de inundação de todos os planaltos brasileiros, o que dificultava o assentamento urbano dos seus sítios mais inundáveis. Para se ter uma idéia do que isso significa, em geomorfologia a razão entre a largura de um rio e a largura de sua planície é tida em média como de 1 para 18, chegando até a 1 para 20. No rio Tietê, essa razão é de 1 para 40, configurando portanto uma largura desmesurada da planície meândrica da região de São Paulo. Acima dessa planície há um terraço com cotas 3m ou 4m acima da planície, e 6m ou 7m acima do nível

⁸ Micro-drenagem é a drenagem das águas das inúmeras sub-bacias que compõem as bacias do Tietê e do Pinheiros.

⁹ Macro-drenagem é a grande drenagem da bacia do Alto Tietê, a montante da barragem Edgard de Souza, e que se desenvolve pelos rios Pinheiros e Tietê

médio do rio. O crescimento urbano mais recente fez a cidade descer para as planícies. Construíram-se as Marginais e a especulação com a terra motivou a ocupação das várzeas, fazendo com que os aterros se sucedessem para então ocupá-las. Esse uso predatória estrangulou o fenômeno natural das cheias dos nossos grandes rios procurando confiná-las ao seu leito menor.

Essa breve análise geomorfológica do sítio paulistano permite identificar que os terraços não são atingidos pelas cheias do Tietê. Porém é justamente na sua grande planície hoje urbanizada que se registram as maiores inundações em nossa cidade. Portanto, a origem das inundações está na ocupação imprópria do solo que o desenvolvimento urbano de São Paulo se permitiu.

b) Uso e ocupação do solo, o processo de impermeabilização e suas consequências nas diversas sub-bacias que compõem a bacia do alto Tietê

O crescimento urbano da cidade de São Paulo nas últimas décadas foi caótico. Não se desenvolveu nenhum plano urbano para a Metrópole nascente que fosse proporcional ao papel que o modelo econômico nacional reservou para São Paulo. O que se viu foi uma maciça imigração de população atraída pelas oportunidades de emprego e ascensão social que a cidade mais desenvolvida do país oferecia. Esse processo aumentou a demanda por habitação, por sistema viário, por saneamento básico, por transportes, enfim por infraestrutura urbana num ritmo que o poder público não pôde (ou não quis) prever e muito menos atender.

A ausência de políticas públicas mais compatíveis com o processo de crescimento populacional, e mesmo a ausência de uma legislação de uso e ocupação do solo que desse conta desse crescimento, resultou no aparecimento e expansão da chamada "cidade ilegal", que foi ocupando os espaços vazios da cidade, particularmente aqueles menos valorizados, porque localizados junto aos córregos, nas periferias e junto aos mananciais. Com a ocupação caótica vieram a impermeabilização do solo, fazendo com que as águas pluviais cheguem mais rapidamente aos fundos de vale, e a erosão, resultando no assoreamento dos rios, córregos e galerias.

O coeficiente de "run-off", que mede a relação entre a água que escorre e a água que cai com as chuvas, aumentou substantivamente com o crescimento urbano. Hoje, parcela significativa das águas pluviais não infiltra, escoando superficialmente ou através de sistema de micro-drenagem até o fundo de vale, e acaba contribuindo para as inundações. Os números adotados para o coeficiente de "run-off" não são consenso pois os modelos adotados para sua quantificação ainda estão em desenvolvimento. Porém foram citados como ordem de grandeza, antes da fase mais aguda de urbanização, os coeficientes de 0,4 a 0,5 ou seja, o solo absorvia nesse período, de 50% a 60% do volume das águas da chuva. Hoje esse coeficiente seria de 0,7, ou seja, apenas 30% da água que cai com as chuvas infiltra, os outros 70% contribuem para o aumento dos picos de vazão nos córregos e rios.¹⁰

Na verdade o único plano que se adotou na década de 30 e que continua a ser referência até hoje é o Plano de Avenidas do engenheiro e ex-prefeito Prestes Maia. Esse Plano previa a abertura de avenidas integrando os quatro cantos da cidade, mas previa também a sua implantação nos fundos de vale. Foi esse plano que permitiu a construção das Marginais. Os Seminários registraram críticas a esse modelo, justamente por induzir a ocupação urbana nas várzeas inundáveis, os chamados leitos maiores, dos rios e córregos.

Portanto, se não se equacionar o processo de uso e ocupação do solo, se não houver controle de erosão, se não se redefinir índices e critérios de impermeabilização do solo, se

¹⁰ THEMAG Engenharia.

não se criar faixas de proteção junto ao leito dos córregos, mecanismos de proteção das várzeas e áreas de preservação ambiental, se esse conjunto de ações não-estruturais não for adotado, as ações estruturais serão pouco efetivas, e mais água e mais rapidamente estará chegando aos córregos. Da mesma forma, se não houver uma compreensão macro-sistêmica da drenagem da bacia do Alto Tietê, maior volume d'água estará chegando aos rios Pinheiros e Tietê, sem que sua calha tenha capacidade de comportar tal volume.

Isso significa a adoção prévia de um Plano Diretor para a Metrópole e para a Cidade de São Paulo que contemple um Plano de Drenagem global para a bacia do Alto Tietê. Significa que, sem essa visão macro, as ações estruturais, as grandes obras localizadas atendem, na verdade, àquilo que se chama de "indústria das enchentes", que ao "resolver" um ponto crítico de inundação, na verdade apenas o transfere para algum outro ponto a jusante da bacia.

c) A legislação vigente e a ação fiscalizatória do Executivo

Quando se abre o debate sobre a relação entre o Legislativo e as enchentes, passa-se, necessariamente, pela questão da legislação geral existente, muitas vezes ultrapassada e de difícil aplicabilidade, seja por questões sócio-econômicas, seja pela interpretação dada.

Esses fatores levam, muitas vezes, a uma cultura de transgressão da lei, ou porque o cidadão não tem condições financeiras para aplicá-la ou porque resiste a cumpri-la por não acreditar em sua eficiência. Assim urge, antes de mais nada, um esforço concentrado por parte do Executivo e do Legislativo em se promover uma ampla revisão das leis existentes, revogando-se algumas e atualizando-se outras, sempre com participação da população.

Outro aspecto importante é inoperância das Instituições municipais em implantar leis aprovadas, em especial do Executivo, responsável pela regulamentação e implementação das normas legais. Dessa forma, muitas vezes, quando uma lei fere os interesses políticos do chefe do governo municipal, é neutralizada, não divulgada e seu processo de implantação chega a não acontecer, mesmo que seja do interesse da população.

Um caso específico diz respeito a um conjunto de leis elaboradas e aprovadas pela Câmara Municipal com o intuito de diminuir o impacto das inundações na Capital. A primeira, de 1992, determina a implantação de lixeiras em passeios públicos próximos a locais que vendam alimentos de consumo imediato, como bares e lanchonetes. Os resíduos como embalagens descartáveis e papéis são comumente jogados na rua, levando ao entupimento das bocas-de-lobo. Não foi regulamentada e implantada pelo poder Executivo municipal.

Aprovadas em 1993, outras duas leis, a que implanta a operação "Cata-Bagulho" e a que dispõe sobre o controle e prevenção da erosão, também tiveram o mesmo destino, assim como aquela que determina a utilização de pisos drenantes em estacionamentos e vias de pouco movimento, além de praças e parques.

Esse tipo de postura acaba sendo reforçada pela falta de divulgação, por parte dos Vereadores, das leis aprovadas pela Câmara, que levariam a população a tomar conhecimento da legislação e a cobrar mais agilidade em sua implantação.

Cabe ressaltar que a elaboração de uma legislação eficaz para o controle das inundações na Capital é muito mais abrangente, e necessita da participação efetiva do Governo do Estado, já que o problema atinge também a região metropolitana e está relacionado diretamente com a bacia do Alto Tietê. Assim sendo, o ideal seria um planejamento envolvendo todas as demais prefeituras, para se mudar o conceito de

793
03 15 95
soluções pontuais, onde uma medida estrutural adotada por um município não venha a interferir no cotidiano de uma outra cidade.

O maior consenso entre os debatedores no entanto, é a elaboração de um Plano de Drenagem, em conjunto com um Plano Diretor, com a participação do Executivo, Legislativo e Sociedade Civil, cujo resultado não seja apenas mais um conjunto de leis, mas sim um programa com medidas estruturais e não-estruturais que controlem o ritmo de impermeabilização do solo, solucionem o problema das ocupações em áreas de risco, ponderem-se melhor a opção por construção de vias em fundo de vale e preservem a população dos reflexos das cheias.

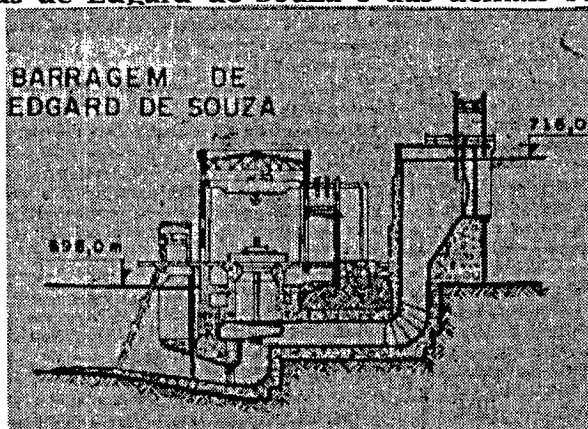
4.2. ASPECTOS ESTRUTURAIS

A abordagem estrutural revela a tentativa do controle dos fenômenos da natureza pelo homem, portanto pressupõe obras e é sempre mais intervencionista.

a) A Operação do Sistema de Barragens, a Capacidade de Vazão, e o Programa de Aprofundamento da Calha do Tietê

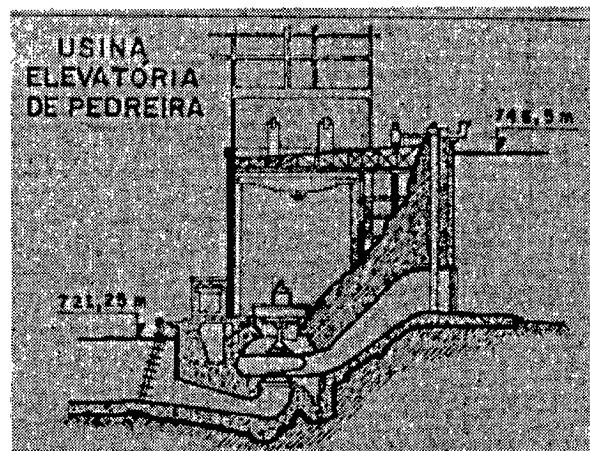
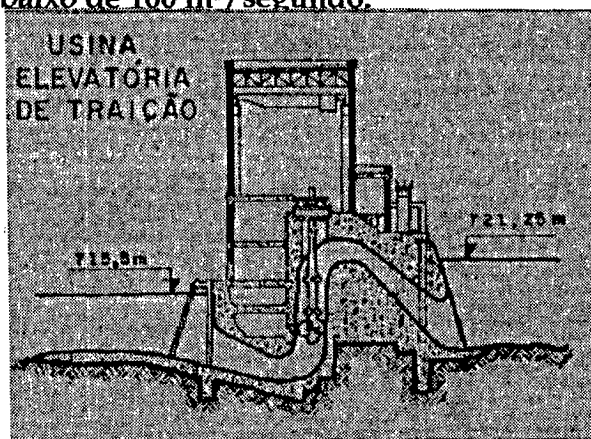
Como já foi visto, o sistema hídrico da cidade de São Paulo se compõe de três grandes rios, o Tamanduateí, o Pinheiros e o Tietê. Desde a implantação do sistema da ELETROPAULO construído pela Light, parte das águas do Tietê são represadas em Edgard de Souza, refluem até a foz do rio Pinheiros, entram pelo canal do Pinheiros e são bombeadas pelas Usinas Elevatórias da Traição e de Pedreira para a represa Billings. Esse sistema de barragens e de operação do regime das águas dos rios foi engendrado para gerar energia elétrica na usina de Henry Borden localizada em Cubatão. Porém, hoje, esse sistema somente entra em operação, da maneira como foi concebido, nos momentos de alta precipitação pluviométrica.

preventiva das comportas. A previsão do volume de chuvas indica a necessidade da operação das comportas de Edgard de Souza e das demais barragens ao longo do rio Tietê.



Detalhe da barragem de Edgard de Souza em corte. ELETROPAULO

Na bacia do Pinheiros, o canal do rio é isolado e a água é bombeada até a represa Billings. Dessa maneira, as águas da sub-bacia do rio Pinheiros não contribuem com a cheia do Tietê. A reversão das águas do rio Pinheiros só entra em operação quando os postos pluviométricos ao longo das bacias indicam possibilidades de cheias. Quando os índices apontam para uma vazão do Tietê superior a 160 m³/segundo, considerada segura, dá-se início ao bombeamento.¹¹ A urbanização da bacia, associada à sua impermeabilização, provocam picos de vazão muito rápidos, por isso o valor nominal baixo de 160 m³/segundo.



*A esquerda, detalhe em corte da usina elevatória da Traição. ELETROPAULO.
À direita, detalhe em corte da usina elevatória de Pedreira. ELETROPAULO.*

Originalmente o rio Tietê era bastante sinuoso, e justamente por isso possuía baixa declividade. Após sua retificação, o comprimento do rio que corta a cidade diminuiu em mais de 20 km, aumentando portanto sua declividade. As águas - que demoravam a percorrer toda aquela sinuosidade - aumentaram sua velocidade e hoje chegam rapidamente ao "Cebolão" acarretando um volume muito maior do que a secção da calha do rio naquele ponto pode suportar.

Os números fornecidos pelo DAEE situam em 700 m³/segundo a capacidade de vazão máxima do canal do Tietê entre Edgard de Souza e o "Cebolão". Essa vazão não comportaria o acréscimo das águas do rio Pinheiros.

Agora, pensemos em todos os córregos que cortam a cidade, que desaguam em outros córregos maiores para chegarem aos rios Tietê e Pinheiros, e que no seu conjunto formam a bacia do Tietê. E tentemos visualizar a quantidade de pontos críticos de inundação que se multiplicam pela cidade. Se compreendermos isso de forma sistêmica, perceberemos que os córregos e pequenos rios, ao terem resolvido seus pontos críticos de inundação, jogariam mais água e mais rapidamente nos canais dos rios Tietê e Pinheiros, o que os tornaria verdadeiros gargalos no sistema de drenagem da bacia do alto Tietê. Mas não só. As cidades ribeirinhas a jusante, como Santana do Parnaíba, ficariam sob as águas do rio.

Assim, o rio Tietê, na cidade de São Paulo, em suas condições atuais de vazão, não tem capacidade suficiente em seu leito menor para drenar toda a água de sua bacia de contribuição em época de chuvas intensas.

O Programa de Aprofundamento da Calha do rio Tietê, desenvolvido pelo Governo do Estado, prevê em sua primeira fase, o aprofundamento da calha do rio justamente no seu gargalo, ou seja, no trecho entre a barragem Edgard de Souza e a foz do rio Pinheiros. Com isso, a vazão máxima, que é de 700 m³/segundo, passaria para 1.400

¹¹ Fonte: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo

m³/segundo¹², diminuindo a ocorrência de inundações nas áreas próximas à calha do rio Tietê.

A segunda fase do Programa prevê o aprofundamento da calha do Tietê entre o "Cebolão" e a barragem da Penha, ao longo da avenida Marginal. Nesse trecho, a capacidade de vazão do rio passaria para 1.200 m³/segundo¹³.

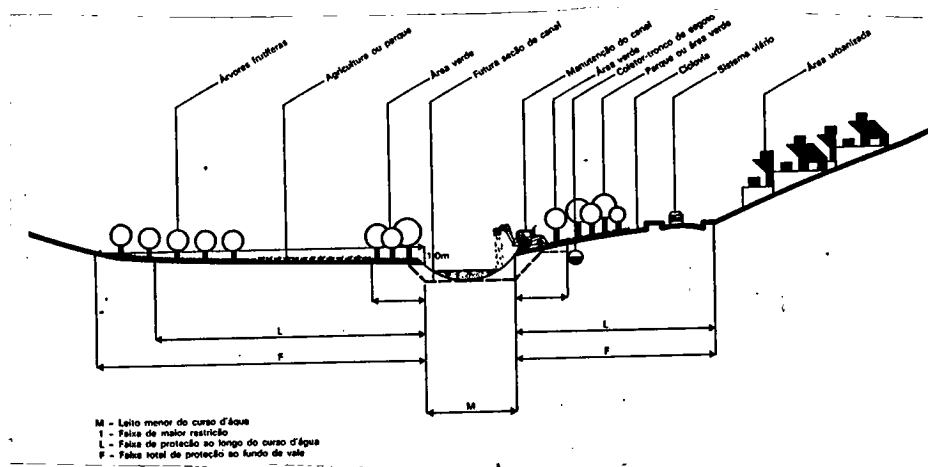
É bom entretanto lembrar que o grande problema nesse Programa não é apenas o desassoreamento do fundo do canal, mas sim os afloramentos rochosos que tornam sua execução bastante dificultosa e cara.

De qualquer forma, 1.400 m³/segundo é o limite de vazão do rio Tietê no trecho que é considerado seu gargalo. Acima disso, há que se reter as águas nas diversas sub-bacias que compõem a bacia do Alto Tietê. Portanto, as obras que permitirão ao Tietê atingir sua capacidade de vazão máxima (naturalmente no limite dessas obras) serão praticamente inócuas se os municípios que compõem a bacia do alto Tietê, no que se refere à micro-drenagem, continuarem a seguir a tese de que a solução boa para as inundações são as obras de canalização de todos os seus córregos.

b) O GEPROCAV - Programa de canalização de córregos com avenidas de fundo de vale

O Programa de Canalização de Córregos com Avenidas de Fundo de Vale foi revisto conceitualmente na gestão passada, transformando-se no Programa de Recuperação Ambiental e Social dos Fundos de Vale do Município de São Paulo. Essa revisão consistia em redimensionamento e revisão dos projetos e dos critérios de cálculo. Mas, de um investimento inicial previsto de US\$ 530 milhões para o tratamento de 22 bacias hidrográficas e 22 córregos, a atual gestão reduziu para 13 córregos e US\$ 250 milhões, e decidiu pela manutenção dos princípios básicos originais do Programa, rejeitando sua revisão conceitual.

Portanto o programa de canalização em curso é ortodoxo, e da maneira como os projetos estão sendo desenvolvidos pode-se prever o aumento da vazão e da velocidade das águas dos córregos, sem que o aprofundamento da calha do Tietê tenha atingido uma mínima parte de sua meta física. Ou, em outras palavras, significa dizer que estar-se-á carregando o sistema hidráulico do Alto Tietê, sem que ele possa comportá-lo.



Faixas de proteção e usos compatíveis em fundos de vale.

Extraído da publicação "O Problema das Inundações na Grande São Paulo: Situação Atual e Implementação de Diretrizes Metropolitanas de Drenagem. EMPLASA, Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos, 1985.

¹² Fonte: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo

¹³ Fonte: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo

286
J3
18

c) A micro-drenagem. As obras localizadas e suas consequências a jusante

Na prática, os pontos críticos de inundação funcionam como pequenas bacias de contenção. Normalmente, esses pontos são causados por um estrangulamento no fluxo normal das águas. Seja uma boca-de-lobo entupida, seja uma galeria obstruída ou subdimensionada, ou mesmo uma travessia mal projetada num canal a céu aberto. A resolução de qualquer desses estrangulamentos significa a eliminação de uma pequena e artificial "bacia de contenção" e o aumento do volume d'água a jusante, com maior velocidade, sempre na direção do fundo de vale. Essa é a solução tradicionalmente adotada. Porém, a execução de qualquer obra deveria considerar a bacia no seu todo.

d) O assoreamento e desassoreamento de córregos e galerias

O assoreamento de canais e galerias é uma constante em nosso sistema de drenagem, macro ou micro. O desmatamento seguido da ocupação indiscriminada do solo, com encostas mal ocupadas e aterros mal executados, faz carrear o material erodido que acaba por assorear rios, córregos e galerias, diminuindo sua capacidade de vazão. Soma-se a isso a ausência de política de Educação Ambiental, de competência do Poder Público, que acaba por transformar os canais de córregos em autênticos lixões a céu aberto. Há registro de redução da capacidade de bombeamento das águas do rio Pinheiros nas Usina da Traição e Pedreira, por excesso de lixo retido nas grades de proteção.



Esquerda - Aonde o problema começa. Processo de erosão grave na zona leste de São Paulo. Acervo de Ricardo Moretti.
Direita - Aonde o problema se manifesta. Lixo e assoreamento em córrego da bacia do Aricanduva. Acervo de Nilton Milan.

Sem contar o lixo que fica retido no meio do caminho, são dragados anualmente no Rio Pinheiros cerca de 2 milhões de metros cúbicos (algo como 500.000 caminhões basculantes!), e 1,2 milhão de metros cúbicos no Tietê. Desse total, 5% em peso, correspondem a lixo e entulho de construção.¹⁴

A constante necessidade de se retirar esse volume de lodo do fundo do canal do rio Tietê cria uma verdadeira indústria da lama.

Nos córregos a situação não é diferente. Para que se tenha uma idéia dos números, calcula-se em 10.000 m³/km² ao ano a contribuição sólida que acaba por assorear os córregos. Desse material, 5% é lixo. Mas nem sempre a manutenção dos córregos é possível. Quando a opção de projeto de canalização é o tamponamento, a sua limpeza se transforma numa tarefa custosa e de difícil execução técnica. Há ainda aqueles cujas margens estão ocupadas e não permitem a operação dos equipamentos adequados ao desassoreamento.

Com relação às galerias, os números de limpeza que as Administrações Regionais apresentam carecem de maiores critérios. Por outro lado é flagrante que há, principalmente nas regiões de urbanização mais antiga de São Paulo, um saturamento do sistema de micro-drenagem. Casos como os da avenida Pacaembu repetem-se na avenida 9 de Julho, Rebouças, Euzébio Matoso e tantas outras.

e) As bacias de contenção e os "piscinões".

Atualmente, qualquer pequena chuva causa inundações. É o caso do Pirajuçara, onde chuvas de 15 mm já estão causando inundações. O que aconteceu?

O processo de urbanização ocorreu, a grosso modo, de jusante para montante, justamente porque o centro da cidade de São Paulo foi edificado nas proximidades da confluência dos rios Tietê e Tamanduateí, e o Plano de Avenidas do ex-prefeito Prestes Maia funcionou como uma cunha no processo de ocupação das várzeas dos rios e córregos no sentido do centro para a periferia. Assim, a montante a natureza predominava, o solo era altamente permeável e a tênue ocupação do solo ainda não havia transformado o leito maior dos córregos em problema. A aceleração do processo de urbanização rompeu esse equilíbrio, e as águas das chuvas ganharam volume e velocidade nas galerias e nos canais retificados dos córregos e rios.

Portanto, do ponto de vista do sistema de drenagem da bacia do alto Tietê, ao invés de se adotar a filosofia vigente, muito ao gosto dos interesses das empreiteiras, de se retificar, canalizar, e aumentar o volume e velocidade das águas, a filosofia a ser adotada é justamente a inversa, ou seja, a de retardar escoamentos através de mecanismos de retenção das águas, diminuindo sua velocidade e retardando o tempo de chegada aos fundos de vale.

A impermeabilização é uma causa deletéria do aumento dos picos de vazão, mas há casos em que pior é a aceleração do fluxo das águas dentro de uma galeria ou de um córrego canalizado, o que leva a uma amplificação dos picos muito maior do que aquela causada pelo aumento da impermeabilização do solo.

Esse enfoque remete às bacias de contenção. Como já foi dito, Saturnino de Brito teve essa compreensão ao propor dois grandes reservatórios no rio Tietê, ainda na década de 20. Nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, essa tem sido a filosofia de projeto adotada nos últimos 20 anos, fundamentalmente, para cuidar de enchentes que estavam ocorrendo devido à expansão rápida de alguns centros urbanos.

A solução de reservatório de contenção leva sempre ao conceito de retardamento dos escoamentos. Em outras palavras, ao invés de se fazer mais obras de canalização que

¹⁴ Fonte: FCTH/ELETROPAULO

acelerem em demasia os fluxos d'água, deve-se fazer o amortecimento das enchêntes e a contenção dos escoamentos onde eles são produzidos, na fonte.

Existe uma classificação em dois grupos para as obras de retenção: contenção na fonte e contenção a jusante. São três os tipos básicos de contenção na fonte.

O primeiro refere-se àquelas ações em que se procura incrementar a disposição no local por meios naturais, como infiltração e percolação. A utilização de pavimentos porosos responde a essa solução.

O segundo tipo refere-se aos processos de contenção que possuam capacidade de armazenamento das águas pluviais na fonte, retardando seu escoamento através do sistema de micro-drenagem. Seriam sistemas criados nos telhados, nas coberturas, nas áreas de estacionamento, para causar algum tipo de retardamento no fluxo das águas.

O terceiro se aplica no processo de assentamento de loteamento urbano em áreas ainda permeáveis. Através de pequenos reservatórios se contém as águas que em excesso sobrecarregariam as estruturas existentes de captação das águas pluviais.

Contenção a jusante se refere às estruturas montadas para que o excesso de vazão não comportado pelos canais de córregos e rios seja armazenado, e só retorne à estrutura de macro-drenagem após o retorno da vazão à condição normal.

Em Osaka e em Tóquio por exemplo, a água é aduzida para um sistema de túneis subterrâneos onde fica armazenada até o final das chuvas, aguardando que o nível dos rios baixe. Só então ela é bombeada para os rios.

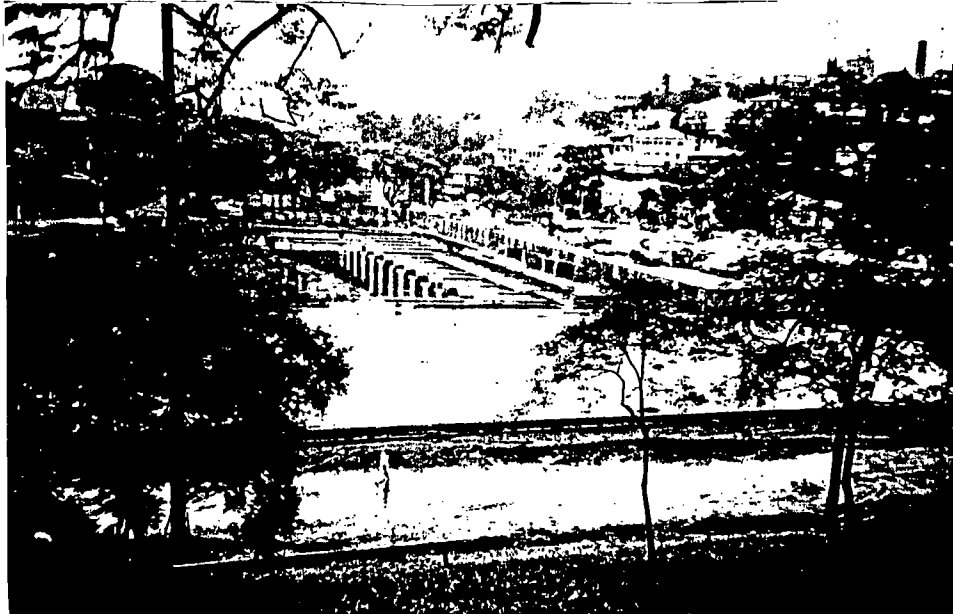
Outro exemplo é o do lago de Denver nos Estados Unidos que é um lago a céu aberto. Existe uma praça central em Denver, mais baixa, que só é fechada na época das grandes chuvas e que cumpre o papel de reservatório para o excesso de águas pluviais. Essa mesma solução é adotada em outras cidades do mundo.

Do ponto de vista hidráulico, é no impacto a jusante que reside a grande diferença entre a reservação e a canalização. A canalização aumenta significativamente os picos de vazão, pela aceleração dos fluxos e pela redução dos tempos de concentração. Mas também do ponto de vista ambiental ambas soluções devem ser analisadas. No reservatório há maior possibilidade de controle do lixo sólido, porque permite o processo de gradeação e decantação, o que facilita sua remoção. Já a manutenção de galerias fechadas é bastante difícil, e muito pouco transparente. Porém em se tratando de rios altamente poluídos como os nossos, a reservação traz o grave inconveniente de poder transformar os reservatórios, sejam subterrâneos ou superficiais, em importantes focos de doença e de reprodução de insetos e roedores, o que demanda limpeza e manutenção constantes.

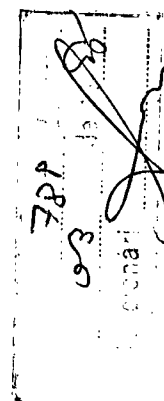
Na linha das intervenções estruturais de contenção das inundações, a primeira experiência adotada em São Paulo foi a do "piscinão" do Pacaembu.

A opção por essa solução se deu em função das alternativas apresentadas e dos custos considerados. Trata-se de uma área já completamente urbanizada, e a construção de um reforço de galeria ao longo da avenida Pacaembu, para elevar sua capacidade de vazão aos necessários 60 m³/segundo, significaria investimentos da ordem de US\$ 60 milhões. O "piscinão", quando pensado, representava um custo próximo de US\$ 15 milhões.¹⁵

¹⁵ Fonte: THEMAG Engenharia



Panorâmica do "piscinão" do Pacaembu. Acervo de Nilton Milan



Mas há questões a serem consideradas. A adoção dessas soluções deve ser sempre bastante ponderada. Há casos em que cabe a execução de "piscinões". Há casos em que a bacia de contenção deve ser a céu aberto. E há casos em que sua aplicação é desaconselhada. No caso de São Paulo, cujos rios e córregos são verdadeiros esgotos a céu aberto, essa solução tem que ser analisada caso a caso.

De qualquer forma, a adoção do "piscinão" no Pacaembu, se de um lado significou a experiência de uma moderna filosofia na difícil tarefa de combate às inundações, de outro configurou desconsideração a um bem público, já que foi executado em bairro tombado pelo Patrimônio Histórico sem os devidos cuidados de aprovação prévia pelos órgãos competentes. Mas há também outro aspecto. A tradição dos serviços públicos municipais tem relegado a plano inferior a atividade de manutenção. A cultura eleitoral brasileira enaltece os "tocadores de obras". Entretanto, como regra geral, quanto mais se investe em obras, mais se descuida da manutenção. Cabe portanto perguntar como e com que periodicidade se realizarão os serviços de limpeza, desinfecção e manutenção do "piscinão" do Pacaembu?

4.3. PLANOS DE PREVENÇÃO E CONTINGÊNCIA

O artigo 205 da Constituição Estadual confere competência ao Governo Estadual para gerenciar águas em todo território paulista, e portanto paulistano. No entanto as sucessivas calamidades a que a cidade tem sido submetida em consequência das chuvas de verão demonstram que esse gerenciamento exige um nível de coordenação entre municípios da Região Metropolitana e Estado, que a prática não tem contemplado.

Historicamente a Prefeitura agiu corretiva e não preventivamente. Porém, as grandes inundações de 1991, cuja maior incidência se deu ao longo dos cursos dos grandes rios, junto às Marginais, e nos seus principais afluentes, exigiu ação conjunta de Estado e Município no campo da prevenção e do combate às inundações. O Grupo de Trabalho, integrado por técnicos das duas instâncias de governo, pôde constatar a existência de planos, projetos e obras coincidentes, o que demonstrava desarticulação entre as duas instâncias. O resultado primeiro desse Grupo foi um plano articulado entre Estado e municípios da Região Metropolitana que estabeleceu alguns pressupostos para um efetivo e articulado plano de prevenção, de contingência e de combate às inundações.

1) Reconhecer a Bacia do Alto Tietê como prioritária no Plano Estadual de Recursos Hídricos;

2) Assegurar aos municípios acesso permanente às informações e regras de operação do sistema hídrico do alto Tietê (níveis d'água, operações dos reservatórios, vazões, bombeamentos, avisos e informações dos níveis críticos e inundações);

3) Constituir Grupo Executivo do Estado e Município para planejamento articulado de defesa civil, segurança urbana e controle sanitário e epidemiológico;

4) Executar programa emergencial de limpeza e desassoreamento de córregos, atentando para as demais questões de saneamento;

5) Criar Consórcios entre os municípios envolvidos para ação permanente voltada para a limpeza e desassoreamento de córregos comuns e saneamento;

6) Autorizar Institutos e entidades estaduais a realizar serviços de diagnóstico, prevenção e controle de inundações para os municípios, além de elaborar projetos básicos de drenagem dos córregos de divisa. Isso equivale a dar suporte técnico aos municípios menores e desaparelhados;

7) Realizar ações conjuntas de fiscalização para controle da expansão urbana sobre áreas rurais, mananciais, vales e cursos d'água principais de divisa;

8) Designar grupos técnicos de trabalho para detalhamento das propostas e recomendações contidas no relatório da Comissão Mista Estado/Prefeitura.

9) Retomar e acelerar as obras da bacia do Tietê. Desde o PLANASA os municípios não têm tido a oportunidade de exercer o seu papel concedente sobre o saneamento. De outro lado as linhas de recursos do BNH para saneamento foram escasseando. Com o alto grau de impermeabilização, não há mais recarga a partir dos lençóis freáticos, o que torna as vazões de estiagem dos córregos em esgoto puro;

10) Solicitar liberação de recursos pleiteados perante o Governo Federal para a realização de obras e controle de inundações e saneamento;

11) Realocar população habitante de áreas críticas de inundação, através de priorização de investimentos em habitação com recursos do Município, Estado e União;

12) Dar ênfase ao tratamento do lixo em âmbito metropolitano, dado seu envolvimento na problemática de saneamento e de controle de inundações. Inclui-se aqui também, a destinação do material resultado das ações de desassoreamento dos córregos;

13) Desenvolver campanhas de Educação Sanitária para esclarecimento sobre a interferência do lixo nas questões de saneamento;

14) Buscar apoio do Governo Federal de modo a assegurar recursos na forma de financiamento ou a fundo perdido para diferentes programas de saneamento e drenagem.

Passados 4 anos, esse Plano teve grande parte de seus objetivos frustrados, mas certamente se houver vontade política e se o enfrentamento sério e consequente às inundações for real prioridade de governo, seja municipal ou estadual, esse Plano deve ser imediatamente retomado.

Outra experiência a que a atual gestão municipal não deu continuidade foi o Plano de Prevenção em Áreas de Risco. Desenvolvido através de Convênio entre Prefeitura de São Paulo e o IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, esse Plano definiu situações de risco (encosta, alagamento e solapamento), e localizou-as no Município. A intervenção articulada entre órgãos municipais e descentralizada na sua coordenação, permitiu intervenções em áreas de risco e pôde prevenir e evitar acidentes geológicos, alguns até de grandes proporções. Esse plano deve também ser retomado com os ajustes que se fizerem necessários.

Quanto à contingência propriamente dita, há o Decreto Municipal n°. 26.188/88 que constituiu a Defesa Civil. Seu acionamento se dá pelo telefone 199 e seu corpo técnico é composto por 30 funcionários entre profissionais da Prefeitura, da CET - Companhia de Engenharia de Tráfego, da Polícia Militar e da GCM - Guarda Civil Metropolitana. Diferentemente de países que convivem com as grandes catástrofes como terremotos,

erupções vulcânicas, tornados etc, e que incorporaram a cultura da prevenção e da contingência, no Brasil, e São Paulo não é diferente, não há essa tradição. De qualquer forma, a experiência tem demonstrado que a Defesa Civil tem que ser fortalecida e devidamente equipada e que a sua estrutura deve ser descentralizada para que surjam Núcleos de Defesa Civil (NUDEC's) nos quatro cantos da cidade, com ativa participação da população. No Japão há perto de 18.000 NUDEC's. Em São Paulo apenas 37.¹⁶

Para uma maior eficiência no atendimento à emergência, foi constituído e está em funcionamento um grupo Executivo do Estado e Município para planejamento articulado de Defesa Civil, segurança urbana, controle sanitário e epidemiológico.

5. QUESTÕES

A Comissão, durante seus Seminários, presenciou divergências técnicas e conceituais que resultaram em debates aprofundados e bastante ricos. Certamente há em andamento algumas experiências no combate às inundações cujos resultados não são conclusivos, o que gerou polêmica e que cumpre a este relatório expressar. São questões em aberto sobre as quais o meio técnico não conseguiu desenvolver convicção. Porém, como será visto, algumas dessas questões são chave para o combate às inundações. Se não cabe a esta Comissão desenvolver conceituação técnica necessária para opinar, o mesmo não se pode dizer sobre o meio técnico por onde transitam essas "dúvidas". Cabe aos órgãos municipais e estaduais competentes, ao ambiente acadêmico e aos técnicos em geral buscar dados, informações e argumentos para que sobre eles reflitam e para que em breve tempo lhes sugiram respostas.

5.1. REVERSÃO DAS ÁGUAS DO RIO PINHEIROS.

A polêmica sobre essa questão divide opiniões. De um lado se defende a necessidade do bombeamento constante das águas do rio Pinheiros através das usinas elevatórias da Traição e de Pedreira, para que a bacia de contribuição do Pinheiros não interfira nos picos de vazão do Tietê a partir do "Cebolão" que mesmo com as obras de aprofundamento da calha do Tietê, estará limitado a 1.400 m³/segundo. O sistema de reversão do rio Pinheiros isola o rio, cria independência entre as bacias do Pinheiros e do Tietê e contribui para a redução das inundações na própria bacia do Pinheiros. Nos argumentos de defesa da tese de reversão, a necessidade de geração de energia elétrica em Henry Borden, no município de Cubatão, aparece com significativa persistência, sobrepondo-se, às vezes, aos argumentos de redução dos picos de inundação.

Na outra ponta da polêmica estão os ambientalistas. Os rios Tietê e Pinheiros são rios mortos, verdadeiros receptores de uma rede de esgotos mal planejada e ineficiente. A incúria administrativa, a ausência de planos de controle de emissão de poluentes residenciais e industriais, transformou nossos rios em verdadeiros esgotos a céu aberto. De outro lado, a ausência de políticas de preservação ambiental dos mananciais de água potável para a metrópole já faz anunciar, para breve, o colapso no sistema de abastecimento de água para toda a região metropolitana. Reverter o sentido natural das águas do rio Pinheiros só fará agravar o grau de deterioração ambiental de um de nossos principais mananciais de água.

No âmbito dessa polêmica é importante registrar que, em 1992, durante as chuvas de março, a reversão do rio Pinheiros ainda desenvolvia-se continuamente. Ainda assim, o nível do rio Pinheiros subiu, superou os limites de seu leito menor e espraiou-se por seu leito maior. As águas de seus afluentes refluíram e provocaram uma das maiores

¹⁶ Fonte: Defesa Civil de São Paulo.

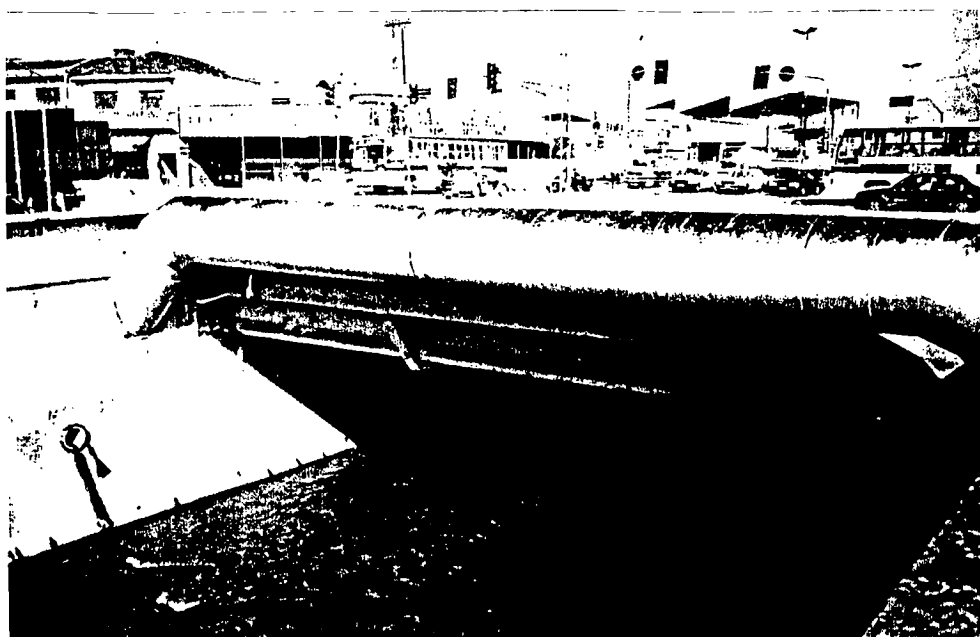
inundações da história do Butantã. A disputa de competências entre os poderes públicos estadual e municipal, na época, não permitiu concluir por completo as causas que fizeram o rio Pinheiros transbordar.

De qualquer forma o melhor procedimento fica condicionado a uma total transparência no gerenciamento dos recursos hídricos e na operação do sistema de barragens dos rios Tietê e Pinheiros.

5.2. PROJETOS HIDRÁULICOS: PARÂMETROS E CRITÉRIOS.

As ações estruturais, quando necessárias, devem ser melhor equacionadas. Como parâmetro, uma obra em países desenvolvidos consome 70% do seu período total de execução no planejamento, e 30% na execução da obra propriamente dita. No Brasil, o perfil das obras é bastante distinto. Gasta-se 30% do tempo no planejamento da obra e longos 70% na sua execução. É fundamental que se dê na execução de obras uma importância maior aos projetos. De modo geral há obras da Prefeitura de São Paulo que têm sido executadas sem que o projeto esteja completamente definido.

A canalização do córrego Aricanduva é exemplo de obra mal planejada. Ao longo de seu leito canalizado, observam-se inúmeras interferências que diminuem a sua seção normal, criando restrições à vazão e provocando inundações. São as travessias para veículos no trecho a céu aberto, e uma sequência interminável de vigas transversais a jusante para sustentar o sistema viário no trecho tamponado. A própria seção do canal mantém-se praticamente a mesma ao longo do canal, desconsiderando os aumentos de vazão naturais a jusante.



Travessia sobre o córrego Aricanduva com restrição da seção de vazão causada por obra mal planejada. Acervo de Nilton Milan.

Outro exemplo é o córrego Pirajuçara. A capacidade de vazão projetada de montante para jusante, ao invés de crescer, diminui. É de 190 m³/segundo a montante, no trecho sob a avenida Eliseu de Almeida; cai para 150 m³/segundo no trecho intermediário, sob a avenida Caxingui; e passa a 90 m³/segundo no trecho final já próximo à foz no rio Pinheiros. É verdade que foram trechos executados em tempos diferentes, de jusante para montante. Mas pergunta-se, como pode-se admitir uma

canalização de córrego realizada sem plano de obras que preveja a impermeabilização da bacia, e portanto a necessidade de aumento da capacidade de vazão ao longo do tempo?

São exemplos que demonstram que a etapa de projeto tem que ser mais valorizada, para que haja estímulo à pesquisa e análise de dados que resultem em otimização das soluções. Nos tempos atuais, os projetos de drenagem contratados pela Prefeitura de São Paulo recebem remuneração inferior a 1% do custo total da obra. Pergunta: quem, por essa baixa remuneração irá investir na pesquisa de dados, e de soluções mais criativas para o combate às inundações? De outro lado há que se atentar sobre a forma como se remuneram tais projetos. Ao se pagar por volume de metros cúbicos de concreto, estimula-se os projetistas a aumentarem, às vezes desnecessariamente, as dimensões das obras. Isso encarece significativamente o seu custo final, reforçando a tese de que as obras (públicas) são o "paraíso das empreiteiras". Mas não é só isso.

Não há critérios únicos para os projetos de drenagem. A obra de canalização tamponada do córrego Pirajuçara, por exemplo, foi concluída em um tempo relativamente curto, há poucos anos, gastou-se milhões de dólares e hoje há mais inundações do que anteriormente. É evidente que esses parâmetros variam de bacia para bacia, mas isso mostra que os períodos de recorrência adotados nos projetos, além de não serem únicos, pois variam normalmente de 10 a 100 anos, são curtos em determinadas circunstâncias. O padrão de recorrência mais adotado nos projetos de drenagem em São Paulo, é de 25 anos. Em outros países adota-se até 100 anos. Se, de um lado, maior período de recorrência significa aumento das proporções do projeto e da obra, portanto dos custos finais, de outro lado, o período de recorrência menor produz custos materiais e sociais incalculáveis. O processo de ocupação do sítio urbano e de impermeabilização do solo traz como consequência picos de enchente cada vez mais elevados, o que exige revisão dos parâmetros de recorrência adotados nos projetos de drenagem.

Ou os parâmetros e os critérios que norteiam os projetos estão superados e têm que ser revistos, ou os dados necessários à compreensão do regime das águas em cada sub-bacia são precários e insuficientes, o que, de qualquer forma, reforça a tese de que antes de se prever qualquer obra que seja, os estudos prévios, os dados, os parâmetros e os próprios projetos de drenagem têm que ser melhor desenvolvidos.

5.3. CANALIZAÇÃO A CÉU ABERTO OU TAMPONADA

Os nossos córregos são verdadeiros canais de esgoto. Se sua canalização a céu aberto traz o inconveniente do mau cheiro, traz de outro lado a viabilidade da sua manutenção e limpeza, medidas fundamentais para a prevenção das inundações. O mesmo não ocorre com córregos tamponados e sistema viário de fundo de vale. Não há o mau cheiro, é verdade, mas a manutenção do canal torna-se bastante custosa, praticamente impossível, e muito pouco transparente. Por outro lado, as soluções tamponadas contribuem para uma maior impermeabilização do solo, fator amenizado quando se trata de canalização a céu aberto.

O que intriga é que não há manifestações técnicas que defendam canalizações tamponadas. Entretanto o cotidiano da cidade tem registrado inúmeras obras cuja solução adotada é o tamponamento de córregos e sistema viário associado. O próprio GEPROCAV vem adotando a solução ortodoxa e pouco voltada ao meio ambiente.

5.4. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.

O sistema de operação de barragens foi inicialmente idealizado para atender à produção de energia elétrica em Cubatão. Tanto é verdade que a polêmica sobre a reversão das águas do rio Pinheiros trava-se de um lado entre os ambientalistas que pretendem salvar a represa Billings das águas poluídas do Tietê e Pinheiros e, de outro,

aqueles que defendem a necessidade de geração de energia e a viabilidade do Polo Petroquímico naquela cidade. O tema inundações fica relegado a segundo plano, e parece só ser utilizado quando se pretende melhorar o nível de argumentação no seio dessa contenda. Portanto, diante dos graves problemas de drenagem da bacia do alto Tietê, o foco que orienta a operação do sistema de barragens deve ser transferido para as sérias consequências que as inundações trazem para a cidade de São Paulo e para os municípios da Região Metropolitana. Em outras palavras, é questionável a ELETROPAULO, responsável pela geração de energia em São Paulo, ser também a responsável, em última instância, pelo controle de inundações na Grande São Paulo, através da operação do sistema de barragens do Tietê e Pinheiros.

O contraponto a essa questão é dado pelos próprios órgão estaduais, DAEE e ELETROPAULO, que defendem a manutenção da gestão da operação do sistema de barragens nos moldes atuais, mediante competências já estabelecidas.

5.5. PROCAV OU BACIAS DE CONTENÇÃO.

Não seria absolutamente correto colocar-se a solução de canalização de córregos em contraposição a bacias de contenção, pois as alternativas de partido de projeto são função das especificidades de cada córrego e de cada bacia. Porém, da maneira como o PROCAV vem sendo adotado, com altos financiamentos para execução de obras de canalização de córregos com sistema viário associado, sem análise transparente das consequências causadas às sub-bacias e às bacias do rio Pinheiros e rio Tietê, no que se refere ao aumento de velocidade e de volume de vazão, essa contraposição tem que ser aventada. É preferível o aproveitamento dos vazios urbanos nos fundos de vale ainda não edificadas, para a reserva das águas, portanto a um custo menor e com melhores resultados do ponto de vista da drenagem, do que altos investimentos na simples canalização, cuja experiência tem apresentado resultados duvidosos.

6. PROPOSTAS DE AÇÃO CONTRA INUNDAÇÕES.

6.1. ASPECTO ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL

Tem sido comum, em nossos chuvosos verões, observarmos a disputa política que se trava entre Estado e Município sobre as competências e responsabilidades em casos de inundações, esquecendo-se que ambos são Poder Público, e que não há distinção entre inundação Estadual e inundação Municipal.

Essa indefinição de competência revela uma visão pequena, setorializada e não global do fenômeno das inundações. Por isso propõe-se:

A) Criação de órgão metropolitano gerenciador das ações anti-inundações

As intervenções nos Seminários da Comissão de Estudos sobre Enchentes sugeriram a necessidade, no âmbito institucional, de um órgão colegiado metropolitano coordenador das diversas entidades e instituições envolvidas na problemática de drenagem, capaz de estabelecer políticas e competências, definir diretrizes, e de apresentar um Plano de Drenagem da Bacia do Alto Tietê. Já há o Comitê da Bacia do Alto Tietê constituído para desenvolver esse trabalho. No entanto, é necessário o completo envolvimento de todos os municípios vizinhos para que se comece a desenvolver ações mais coordenadas e mais integradas, como por exemplo os Planos de Drenagem por Sub-Bacias. Nessa perspectiva, as ações de combate às inundações deixam de ser isoladas e de apresentar como resultado comum a simples transferência para jusante de um problema que se apresenta a montante.

B) Criação de órgão municipal gerenciador das ações anti-inundações.

No município de São Paulo a indefinição e a sobreposição de responsabilidades e competências entre os diversos órgãos têm tornado as ações preventivas de combate às inundações menos eficientes. Há uma indefinição entre as competências da Secretaria de Vias Públicas (SVP) e a EMURB. A própria Secretaria de Administrações Regionais (SAR) tem autonomia para realizar obras de canalização, segundo sua definição ou segundo pressão da população diretamente envolvida com um ponto crítico qualquer de inundação. A proposta de criação de um único órgão municipal gerenciador que, em acordo com o âmbito Metropolitano e de forma coordenada proponha ações preventivas e corretivas de combate às inundações, tem que ser estudada e equacionada. Suas atribuições seriam de coleta de dados, compilação de estudos já realizados, unificação de procedimentos e implantação de um Plano Municipal de Drenagem Urbana, de curto, médio, e longo prazo.

C) Desenvolver planos de drenagem por sub-bacias

A ausência de prática do planejamento no Poder Público é evidente, e objeto de críticas generalizadas. A ausência de planejamento eleva o custo das obras na mesma medida em que reduz a sua eficácia. Mas um Plano de longo prazo significa restrições à mobilidade no exercício do poder político; significa limitação da prática tão difundida na nossa cultura política do "toma lá, dá cá". A necessidade de planejamento e, em particular, de Planos de Drenagem, globais e por sub-bacias, é fundamental para o enfrentamento técnico do problema, justamente para que não se fique ao sabor das injunções político-partidárias alteradas a cada eleição.

D) Alerta aos órgãos de financiamento

Alertar aos órgãos de financiamento internacionais, particularmente ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre o caráter das intervenções contra inundações pretendidas pelos órgãos Executivos, mormente no caso do GEPROCAV, da Secretaria de Vias Públicas do Município de São Paulo, que, ao adotar a política de canalização de córregos privilegiando o viário, estará enfrentando o problema de forma parcial, relegando a segundo plano soluções de caráter definitivo, e transferindo-o para as áreas mais próximas ao vale do Tietê.

Há que se deixar claro que tais medidas colocarão sob risco uma outra parcela da população, e a Instituição poderá ser, também, responsabilizada pelos transtornos.

6.2. AÇÕES NÃO-ESTRUTURAIS

O solo tem papel fundamental no fenômeno das inundações. Mecanismos de controle do uso e ocupação do solo que propiciem a retenção das águas pluviais na fonte, retardando ou mesmo minimizando o volume de contribuição nos fundos de vale, são fatores de redução das inundações, e devem ser incorporados à legislação municipal. As propostas apresentadas nos Seminários referem-se a:

A) Aumento da permeabilidade do solo.

Fazer prevalecer e até ampliar legislação que determina obrigatoriedade na adoção de pisos drenantes em passeios públicos, praças, e estacionamentos a céu aberto;

Alterar critérios dos projetos de ampliação do sistema viário, prevendo redução da caixa de rolamento das vias públicas de trânsito local, com ampliação da largura dos passeios e implantação de faixa vegetal para maior absorção das águas pluviais;

Adoção de pavimento permeável em vias de trânsito local;

Aumento do percentual de área permeável a ser adotado nas novas edificações em lotes urbanos;

Aplicação do conceito de poços de absorção ao longo das galerias de águas pluviais.

B) Retenção dos acréscimos de contribuição na fonte.

Surgiu como proposta, que deve ser considerada, a adoção, em novos empreendimentos, de mecanismos de contenção do volume d'água que possa significar aumento das vazões mais altas dos cursos d'água responsáveis pela drenagem da bacia onde for implantado o empreendimento. Esses mecanismos podem ser a simples previsão de áreas para retenção de águas pluviais em loteamentos a serem implantados.

C) Implementar a fiscalização contra transgressões de uso e ocupação do solo.

A fiscalização de uso e ocupação do solo tem que ser menos conivente e muito mais efetiva. O processo de ocupação predatória das margens de córregos e de mananciais precisa ser contido, e compatibilizado com uma política habitacional que desestimele a sua ocupação.

D) Revisão da legislação referente ao problema das inundações.

À Câmara Municipal cabe o papel de revisar toda a legislação referente ao fenômeno das inundações e reorganizá-la à luz de uma visão sistêmica. Cabe a ela, também, exigir que as leis aprovadas na Casa, tais como a de Terrenos Erodidos e Erodíveis, sejam regulamentadas pelo Executivo para que possam ser imediatamente utilizadas enquanto instrumentos de combate não-estrutural às inundações.

E) Desenvolver campanhas de prevenção e contingência

O Plano de Prevenção e Contingência do Município, e o Programa de Ação em Áreas de Risco, desenvolvidos na gestão 1989/1992, precisam ser retomados, ainda que sob revisão de seus parâmetros e de suas metas. De qualquer forma, as experiências desenvolvidas e os resultados auferidos não podem ser negligenciados e relegados ao esquecimento.

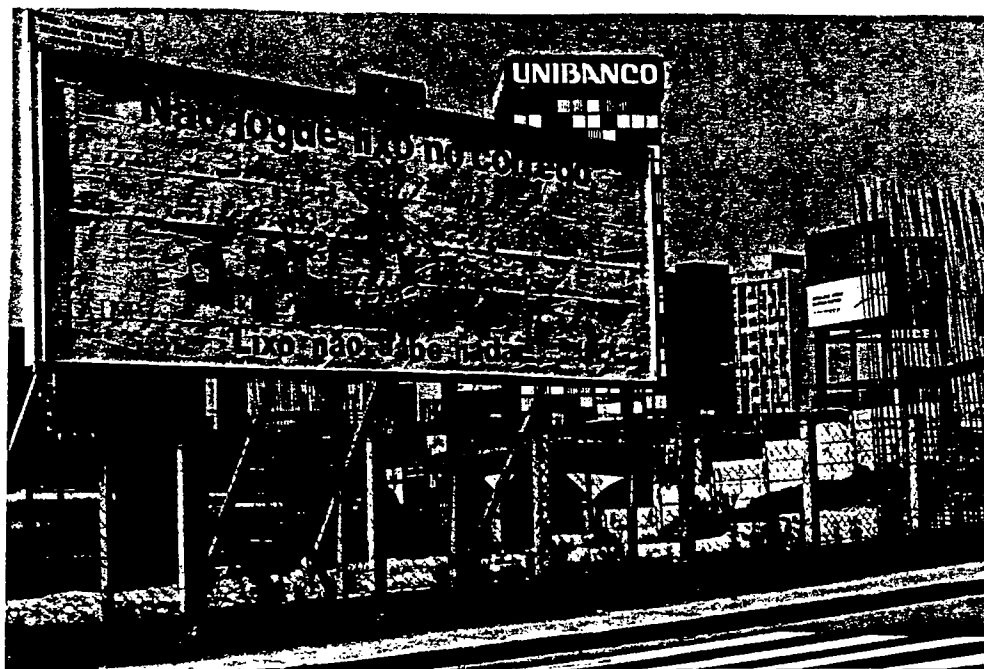
Se faz necessário desenvolver campanhas de esclarecimento público sobre planos de prevenção e contingência, o que permitirá à população enfrentar as inundações, esclarecida dos procedimentos pertinentes às condições de emergência. Ainda no âmbito dessas campanhas, estimular a proliferação de NUDEC's - Núcleos de Defesa Civil, vinculados à Defesa Civil Municipal.

F) Educação Ambiental

A relação que existe entre o cidadão e o fenômeno das inundações vem ganhando novos contornos a partir da difusão de conceitos como meio ambiente e qualidade de vida. Compreender o evento das cheias como fenômeno natural é o ponto de partida para uma relação menos conflitante com a natureza. Mas ainda falta maior compreensão sobre as conseqüências do uso e da ocupação indevida do solo, da destinação final do lixo urbano, das soluções exigidas para os pontos críticos de inundações, e outros tantos aspectos que dizem respeito, em última instância, à cultura e à educação dos cidadãos.

Cabe ao Poder Público promover campanhas de educação ambiental que não se limitem apenas aos intramuros escolares, mas que ganhem as ruas e contribuam para uma nova cultura ambiental. Temas como lixo nos córregos, coleta seletiva de lixo, preservação dos mananciais, aumento da permeabilidade do solo, por exemplo, devem compor esse processo de educação ambiental, criando na sociedade o sentimento de

coresponsabilidade e cooperação, buscando redução do impacto desses agentes no meio ambiente.



Outdoor idealizado e executado por alunos da ECA/USP, 1991.

6.3. AÇÕES ESTRUTURAIS.

As ações estruturais que a redução das inundações impõem devem ser extremamente criteriosas. Precisam ser adotadas sempre à luz de uma visão sistêmica da bacia do alto Tietê e das inúmeras sub-bacias que a compõem e dos Planos de macro e micro drenagem que a responsabilidade administrativa e a consequência técnica exigem. As procedentes críticas feitas publicamente à "indústria da lama" que se criou para o desassoreamento da calha do Tietê, desqualificar-se-iam se o processo de licitação, de plano de obra, de execução e o próprio cronograma fossem absolutamente transparentes, e resultado das exigências de Planos de Drenagem globais, incorporados pelos meios técnicos e pela sociedade civil.

Portanto, sob essa compreensão, propõem-se:

A) Criar e divulgar manuais técnicos de projetos de drenagem

A ausência de critérios de projeto, a adoção de parâmetros diferenciados na elaboração de projetos de drenagem e a falta de estudos prévios e de dados que subsidiem os projetos de drenagem resultam em situações como as citadas nos córregos Pirajuçara e Aricanduva.

Propõe-se que os órgãos municipais e estaduais, o meio técnico e a própria ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas desenvolvam normas e recomendações com dados, critérios e parâmetros para elaboração de projetos mais compatíveis com nossa realidade hídrica.

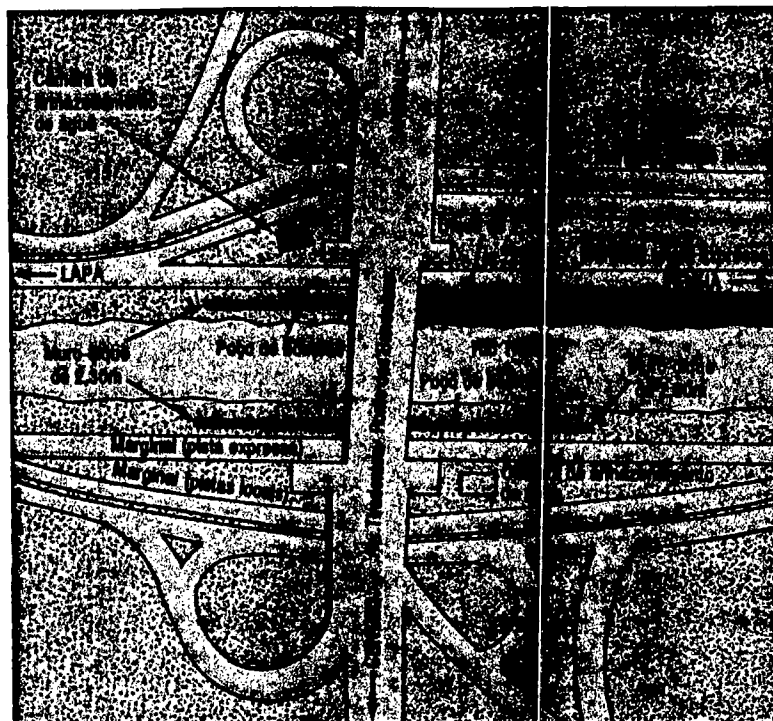
B) Priorizar o Programa de Aprofundamento da Calha do Tietê

Se observado de uma perspectiva macro, o combate ao fenômeno das inundações tem que superar o grande gargalo em que se transformou o rio Tietê, tanto no trecho entre Edgard de Souza e o "Cebolão", como a montante, até a barragem da Penha. O aprofundamento da calha do Tietê é estratégico porque permitirá um aumento

significativo da vazão do rio, e sua execução deve ser viabilizada pelo Governo do Estado através do DAEE, com absoluta urgência, já que o cronograma de obras está em atraso.

C) Execução de novos diques ao longo da Marginal Tietê.

Ao longo das Marginais deve-se adotar, nos pontos de inundações, a solução efetivada na Ponte das Bandeiras. O dique aí construído e o bombeamento que lança as águas de volta ao rio Tietê revelou-se solução eficiente e barata. Sua adoção, no entanto, deve respeitar as especificidades encontradas caso a caso.



Dique da ponte das Bandeiras. Extraído da publicação "Secretaria de Vias Públicas - Relatório de Atividades, 1989/1992"

D) Localizar e preservar áreas desocupadas nos fundos de vale para reservação.

Outra intervenção importante deve ser a construção de sistemas de reservação das águas a montante, e de retardamento de sua chegada aos canais de córregos. O Executivo deve pesquisar e localizar, de imediato, áreas vazias, desocupadas e de porte ao longo das bacias para que, sob estudos prévios de impacto ambiental e de viabilidade técnica, possam vir a ser utilizadas como reservatórios temporários de águas pluviais.

E) Construção de reservatórios no rio Tietê a montante da cidade de São Paulo.

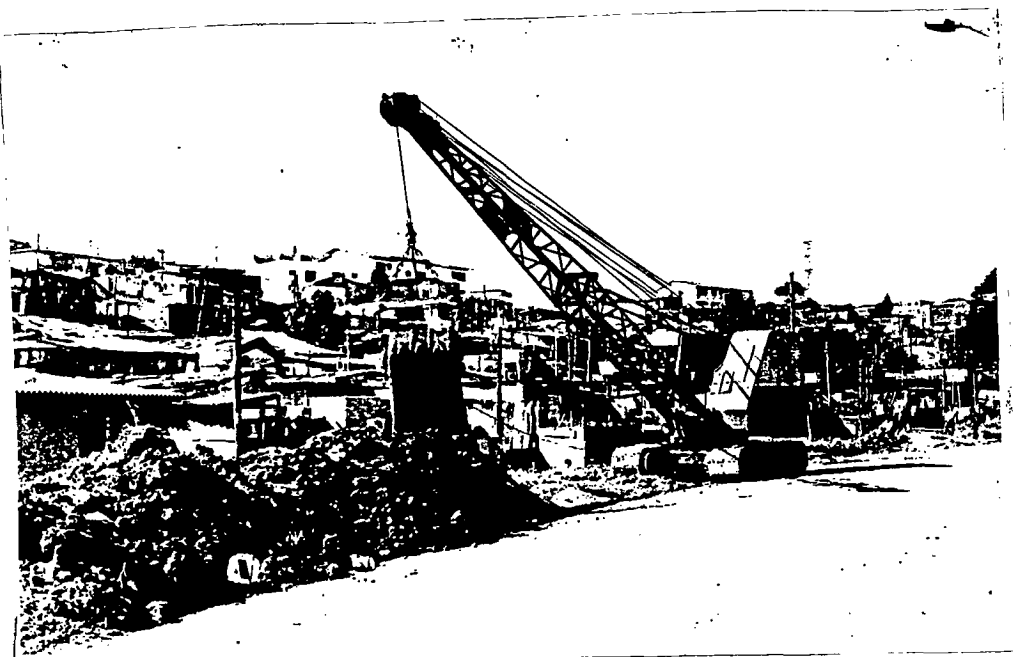
Em escala maior, a construção das represas de Paraitinga e de Biritiba Mirim, além das ligações entre o Tietê e a barragem de Taiaçupeba e desta com a barragem de Jundiá, previstas no Plano de Aprofundamento da Calha do Tietê, devem ser efetivadas, contribuindo para a contenção das águas do rio Tietê a montante da cidade de São Paulo.

F) Ampliação da rede de micro drenagem

Do ponto de vista da micro drenagem, sempre que as condições indicarem, não só prever a construção de galerias e a canalização de pequenos córregos, como também implantar vielas sanitárias, a fim de se reduzir inundações localizadas.

G) Intensificar programa de manutenção e limpeza de córregos e galerias

Instrumentalizar as Administrações Regionais para que se capacitem a executar com maior regularidade e qualidade, a manutenção e limpeza de córregos e galerias.



Limpeza de córrego executada por Administração Regional.

H) Ampliação em caráter de urgência da rede coletora de esgotos urbanos.

Naturalmente que todo processo de intervenções na bacia do Alto Tietê pressupõe o investimento no controle da poluição ambiental. É esse investimento prioritário que permitirá a recuperação de nossos rios, possibilitará a solução do abastecimento de água metropolitano e permitirá soluções de combate a inundações como a reversão do curso d'água do rio Pinheiros. Para isso é necessário que, além dos vultosos e discutíveis investimentos em troncos coletores e grandes estações de tratamento, se procure soluções mais simples, mais modernas e mais baratas. A adoção de soluções locais como as usinas anaeróbicas de tratamento de esgotos em conjuntos residenciais é algo a ser considerado.

7. CONCLUSÕES

A criação da Comissão de Estudos sobre Enchentes foi uma decisão oportuna dos Vereadores que participam desta legislatura. Através de sessões democráticas, pôde-se discutir aprofundadamente o fenômeno das inundações, suas causas e suas conseqüências. A riqueza dos debates técnicos, dos conceitos desenvolvidos, das informações repassadas, e das propostas apresentadas, que este relatório pretende retratar, confirmam a correção da decisão adotada.

A cultura de combate às enchentes é ainda restrita, pequena, e no geral se reduz às intervenções pontuais e às demandas políticas criadas no rescaldo das calamidades causadas pelas inundações. Esperamos que as conclusões contidas neste relatório reflitam a transformação conceitual que se processa no âmbito do combate às inundações, e que tão fertilmente transpareceram ao longo dos nove Seminários efetivados.

Entretanto, como o relatório o demonstra, muito há ainda que se fazer para se reduzir os transtornos que as inundações promovem no cotidiano dos cidadãos e da cidade, e também na relação estabelecida entre o poder público, o comportamento de cada um dos cidadãos, e as causas das inundações.

Na verdade, trabalhos como o relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Enchentes produzido pela Câmara Municipal de São Paulo em 1983; publicações como o II Concurso das Águas (organizado pela SBPC e promovido pela Prefeitura do Município de São Paulo e pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, no ano de 1992); este relatório, e tantas outras publicações desenvolvidas por cidadãos preocupados com o problema das inundações e dos recursos hídricos em geral no âmbito metropolitano, tudo isso já seria suficiente para se desenvolver políticas de drenagem e de gerenciamento de recursos hídricos, se houvesse real vontade política de se enfrentar o problema. Entretanto, quando se pensa que a consciência ambiental, fator preponderante, evolui, ainda se verificam retrocessos em conquistas no campo da qualidade de vida e do meio ambiente.

Fatos como a interrupção de programa de ampliação da coleta seletiva de lixo, desqualificado como "deficitário", não contribuem para com a formação de uma educação ambiental, e tampouco contribuem para com a corresponsabilidade daqueles cidadãos, desinformados, que continuam a encarar os córregos como depositário final de seus entulhos e pertences descartados.

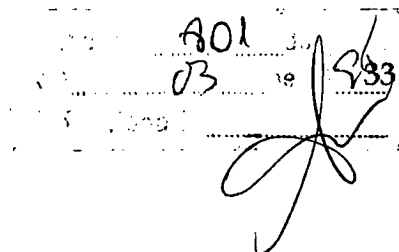
Da mesma forma, preocupa à cidadania a lentidão com que se operam as intervenções de combate às inundações. Casos como os do córrego Aricanduva, Pirajuçara e Cabuçu de Baixo, só para ficar naqueles que compuseram os estudos de caso, exigem ação decidida e emergencial. Os erros de planejamento e projeto, configurados nos dois primeiros casos precisam ser imediatamente reparados, sob pena da população permanentemente atingida mais uma vez vir a sofrer as conseqüências das inundações por inoperância do Poder Público.

A própria ausência do Executivo nos debates é de se lamentar. Afinal é parte integrante e importante do processo de resolução de políticas de combate às inundações. Fomos privados, Vereadores, técnicos e público interessado, das contribuições que certamente o Executivo municipal poderia apresentar.

Os resultados apresentados por esta Comissão oferecem mais uma oportunidade para que o Poder Público se aperceba da real dimensão que o problema oferece e, sob as regras da democracia, do debate técnico, sério e responsável, aprofunde os temas abordados, ouça os órgãos competentes, escute os técnicos e respeite a experiência vivida pela população atingida, para que então, sem mais demora, aja!

ANEXO 1

ESTUDO DE CASO: O CÓRREGO ARICANDUVA



A Comissão de Estudos sobre Enchentes da Câmara Municipal de São Paulo convidou para o Seminário específico sobre o córrego Aricanduva o Administrador Regional de Vila Formosa/Vale do Aricanduva, que não compareceu e nem mandou representante. Para discutir a política de combate às inundações e o programa de canalização de córregos, foi convidado para debater, inclusive a situação do córrego Aricanduva o responsável pelo GEPROCAV, engenheiro Emílio Azzi, da Secretaria de Vias Públicas, que também não compareceu. Naturalmente essas ausências prejudicaram os debates e restringiram as informações necessárias à plena compreensão técnica sobre os problemas que fazem com que o córrego Aricanduva se constitua num dos grandes causadores de calamidades em São Paulo.

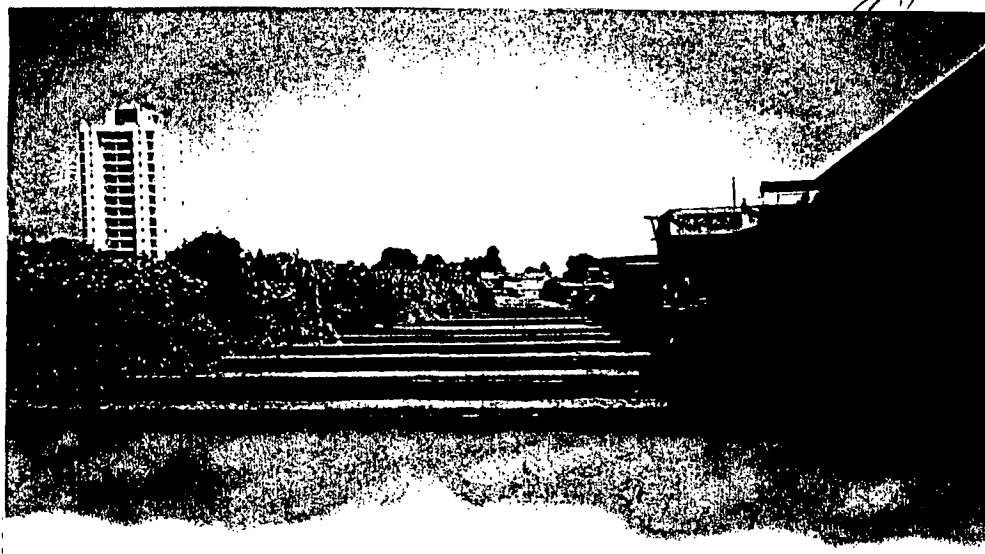
De qualquer forma, diante da importância do córrego Aricanduva, desenvolveu-se no âmbito desta Comissão uma visita à bacia do córrego juntamente com representantes do movimento SOS-Aricanduva para conhecer as questões apontadas no Seminário e sentir a real dimensão do problema.

1. CONFIGURAÇÃO DA BACIA DO CÓRREGO ARICANDUVA.

A Bacia do Aricanduva abrange uma área de 100 km², e se estende ao longo dos 23 km de comprimento do Córrego Aricanduva que nasce no extremo leste da cidade de São Paulo, quase na divisa com o município de Suzano, atravessa bairros de urbanização mais recente como Cidade Tiradentes, Iguatemi, margeia a APA (Área de Proteção Ambiental) do Carmo, corta bairros mais tradicionais da zona leste como Vila Carrão, Vila Matilde e Penha, e por fim, deságua no rio Tietê.

Desenvolve-se nessa região mais a montante do córrego Aricanduva, um processo de urbanização significativo. A Bacia do Iguatemi, São Mateus, e imediações, com 40 km², passa por esse processo de urbanização, impermeabilizando rapidamente a área da bacia. Isso faz prever aumento dos picos de vazão e, portanto, necessidade de ações que revertam ou ao menos contenham essa tendência.

No trecho final do Aricanduva, compreendido entre a foz no Tietê e a avenida Celso Garcia, o córrego é canalizado a céu aberto. A vistoria permitiu conferir que em todo o trecho há vigas transversais estruturais para sustentar a continuação da avenida que nunca chegou a ser executada, e que reduzem substancialmente a secção de vazão do canal. Da avenida Celso Garcia, até aproximadamente 300 m a jusante da foz do córrego da Rapadura, o Aricanduva é tamponado para sustentação do sistema viário. A montante desse ponto até o Carrefour, é canalizado a céu aberto com muros de contenção em concreto. A canalização em gabião a céu aberto, vai desse ponto até aproximadamente 8 km a montante. Resumindo, são aproximadamente 15 km de córrego canalizado, e que correspondem justamente ao trecho de maior incidência de inundações.



Sequência de vigas no trecho a céu aberto do córrego Aricanduva, a jusante da avenida Celso Garcia, que reduzem a capacidade de vazão do córrego. Acervo de Nilton Milan.

Para que se forme juízo sobre a gravidade do problema Aricanduva, o segmento de córrego compreendido entre sua foz junto ao rio Tietê e a avenida Celso Garcia possui capacidade de vazão teórica de $200 \text{ m}^3/\text{segundo}$, porém suas obstruções (e aí incluem-se as vigas transversais) não permitem vazão superior a $100 \text{ m}^3/\text{segundo}$ ¹⁷.

Os principais afluentes do Aricanduva são os córregos Rapadura, que deságua a montante do trecho tamponado do Aricanduva, e Rincão, cujas águas se encontram a jusante da linha leste/oeste do Metrô. O Rincão recebe as águas do córrego Gamelinha e sua contribuição de pico no Aricanduva para recorrência de 25 anos, é de $140 \text{ m}^3/\text{segundo}$, representando mais que 50% do volume de vazão de pico do córrego Aricanduva.¹⁸

2. DIAGNÓSTICO DAS INUNDAÇÕES

A experiência que os moradores da bacia do Aricanduva adquiriram com as repetidas inundações, as questões apontados ao longo dos Seminários e, a visita ao local, permitem registrar que o projeto de canalização do Aricanduva apresenta graves problemas de concepção e de execução.

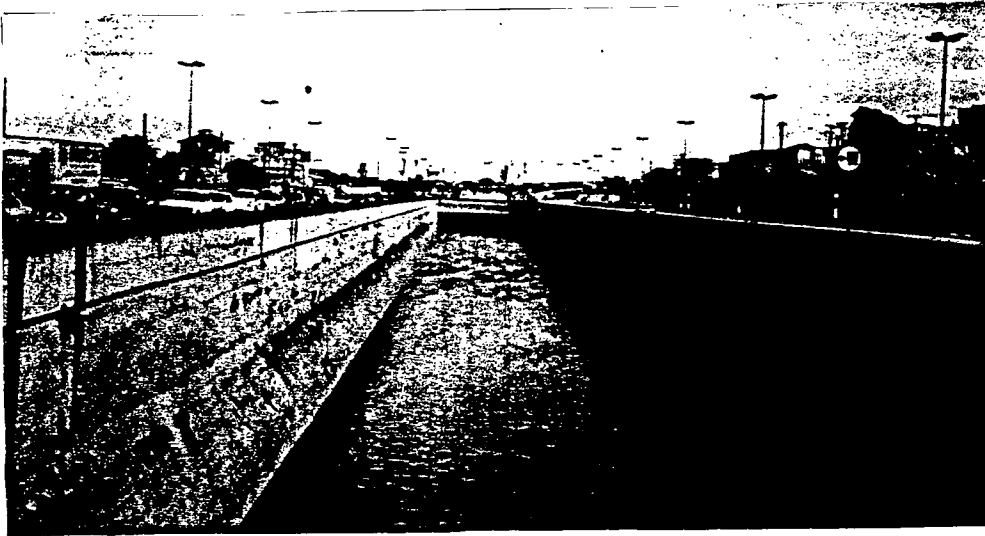
O primeiro, incompreensível do ponto de vista hidráulico, diz respeito à secção do canal que é constante ao longo da canalização, quando a boa engenharia determina que a secção deve aumentar de montante para jusante, conforme o canal vai recebendo mais afluentes e conforme vai acumulando área de contribuição. No caso do córrego Aricanduva não é o que acontece. A secção ao longo do córrego canalizado se mantém em 4,60 metros de altura por 12,00 metros de largura até a foz junto ao rio Tietê. Então fica a questão: ou o córrego foi superdimensionado no trecho a montante, o que é improvável face às constantes inundações a jusante, ou foi subdimensionado a jusante, como a realidade parece confirmar. Convém também lembrar que o desemboque do Aricanduva no Tietê se dá quase que perpendicularmente e não em diagonal como seria desejável, de

¹⁷ Fonte: THEMAG Engenharia

¹⁸ Fonte: THEMAG Engenharia

maneira que suas águas sejam tragadas pelo maior volume do Tietê, como acontece, por exemplo, com a foz do rio Tamanduateí.

Outra solução que não é conforme com a boa engenharia apresenta-se nas travessias sobre o canal a céu aberto. Nesses casos, o que se observa é que optou-se pela redução da altura da secção do canal, causada pelas vigas de sustentação dessas travessias, ao invés de se adotar o alteamento das mesmas ou alternativa que não reduzisse a capacidade de vazão do córrego. Esses elementos acabam por se transformar em graves obstáculos ao fluxo contínuo das águas do canal quando funciona à vazão plena, contribuindo para o refluxo das águas e, portanto, para as inundações no fundo de vale.



Ao fundo, travessia sobre o córrego Aricanduva, com vizível redução de secção. Acervo Nilton Milan.

No trecho tamponado, a solução para sustentação da avenida adotada é igualmente incompreensível. Há uma sequência interminável de vigas transversais ao longo do canal, e que se repetem a cada 3,00 metros. A imagem adotada pelo sr. Nilton Milan, membro do SOS-Aricanduva, é de lombadas na via de tráfego. Nestes casos elas funcionam como redutores de velocidade, naqueles, provocam turbulência nas águas do córrego, e comprometem o seu fluxo contínuo lamelar.



Janela aberta para manutenção do córrego Aricanduva. Ao lado direito da abertura, vê-se uma viga transversal. Acervo de Nilton Milan.

Há trechos significativos ao longo do leito do córrego Aricanduva em que o sistema viário de fundo de vale, no caso avenida Aricanduva, exigiu obras de compatibilização do "grade" da via com o nível da lâmina d'água em projeto. A priorização do viário acabou por "afogar" bairros lindeiros, porque a cota onde eles se situam, é mais baixa do que a cota adotada no viário. O aterro das áreas mais baixas, lindeiras ao córrego para execução da avenida Aricanduva fez com que os imóveis de frente para a avenida adequassem o nível de soleira, compatibilizando-o com a via. Hoje esse aterro constitui-se, em alguns trechos, em barreira ao escoamento da bacia de contribuição, transformando vários bairros em verdadeiros reservatórios da bacia, e que submergem a cada chuva um pouco mais significativa.

Da mesma forma a avenida Radial Leste e o ramal leste do Metrô transformaram-se num dique que durante as fortes precipitações pluviométricas contém as águas a montante dessas interferências, formando um reservatório artificial que, indevidamente, acaba por incorporar um significativo número de imóveis às estatísticas das inundações.

3. PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

A ausência do Executivo nos Seminários certamente prejudicou o debate técnico de idéias sobre a bacia do Aricanduva, e impediu que o plano de combate às inundações do córrego Aricanduva pretendido pelo Executivo fosse apresentado a todos os interessados. De qualquer forma a presença do engenheiro Aloísio Canholi, da THEMAG, no Seminário de estudo de caso, permitiu que se tivesse uma visão global das intervenções pretendidas naquela bacia. Por outro lado, as contribuições apresentadas pelo movimento SOS-Aricanduva, nem sempre coincidentes com as do engenheiro Canholi, enriqueceram o debate sobre as ações necessárias no Aricanduva.

Estudos anteriores à cheia de 1994 levaram a uma proposta de Plano de Ação para Controle das Enchentes no Aricanduva, da Prefeitura, que se desenvolve em três fases.

No curto prazo, prevê a ampliação da capacidade de vazão do canal no trecho final compreendido entre o córrego Rapadura e a foz no rio Tietê. O canal apesar de tamponado não é revestido, e as vigas transversais de sustentação do viário que se repetem a cada três metros ocasionam turbulência e uma grande perda de carga. Por outro lado, a quantidade de sedimentos que assoreia o córrego Aricanduva, devido ao intenso e caótico desenvolvimento urbano que se verifica principalmente no trecho mais a montante da bacia, exige um padrão de manutenção e limpeza que o tamponamento não permite viabilizar. A ação proposta prevê o destamponamento no trecho da Rua Manoel Graça para aumento da capacidade útil do canal e para permitir melhores serviços de limpeza e manutenção do canal do córrego. Convém entretanto lembrar, que a citada rua se desenvolve exatamente sobre o leito do córrego Aricanduva, o que exigiria readequação do sistema viário.

Além disso, prevê-se no curto prazo o alteamento de todas as interferências que restringem a plena vazão do fluxo do córrego.

Outra fase prevista, também de curto prazo, refere-se aos reservatórios para retenção de sedimentos e amortecimento dos picos de vazão das cheias. Em ofício datado de 14 de março de 1995, assinado pelo chefe de gabinete da Secretaria de Vias Públicas, Newton Bastos, e enviado ao movimento SOS-Aricanduva, constata-se que o Executivo pretende a construção de 5 reservatórios assim distribuídos:

Barragem	Volume estimado	Distância da barragem à foz do córrego
Aricanduva 1	200.000 m ³	20,0 km da foz junto ao rio Tietê
Aricanduva 2	250.000 m ³	15,0 km da foz junto ao rio Tietê
Aricanduva 3	310.000 m ³	13,5 km da foz junto ao rio Tietê
Limoeiro	360.000 m ³	0,3 km da foz do córrego Limoeiro junto ao Aricanduva
Caguassu	600.000 m ³	0,4 km da foz do córrego Caguassu junto ao Aricanduva

Com as iniciativas previstas nas duas primeiras fases, o período de recorrência na bacia do córrego Aricanduva amplia-se para 10 anos.¹⁹

A terceira e última fase, dentre as intervenções propostas pelo Plano de Ação para Controle das Enchentes no Aricanduva, esta de longo prazo, refere-se à duplicação do canal no trecho a jusante do córrego Rapadura. Porém, não há concordância por parte do movimento SOS-Aricanduva sobre como o Executivo pretende executar essa obra.

Assim como ocorre ao longo de inúmeras bacias na cidade de São Paulo, a população, até por necessidade de sobrevivência, passa a acompanhar, observar e a compreender o regime das águas dos córregos, e adquire inclusive capacidade de proposição técnica. No caso do Aricanduva não é diferente. O movimento SOS-Aricanduva manifestou-se em vários Seminários e apresentou sugestões compatíveis com a solução ou redução da incidência de inundações naquela bacia.

Um exemplo é a duplicação do canal no trecho mais a jusante. O SOS-Aricanduva, ao contrário do que propõe o Executivo, sugere um traçado de canal auxiliar menos traumático do ponto de vista de desapropriações e possivelmente com um custo final menor, apenas reutilizando o canal original, abandonado para a construção do ramal leste do Metrô, e os espaços livres que as obras do viário criaram.

A própria visita que a comissão realizou à bacia do Aricanduva indicou que há soluções a serem melhor estudadas, como por exemplo os reservatórios. O Executivo propõe a desapropriação de cinco grandes áreas para a construção desses reservatórios. Entretanto pôde-se constatar "in loco" a existência de várias áreas livres ou glebas em processo de especulação, espalhadas ao longo do fundo de vale, e que poderiam ser utilizadas para reservatórios menores nos picos de vazão. De qualquer forma, ao menos a localização dessas áreas, a análise técnica e de impacto ambiental, e o seu congelamento, deveriam ser feitas para que o processo de urbanização predatório (e consentido) não acabe por agravar o problema de inundações nessa bacia.

Mas, ao contrário, preocupa o fato de estarem sendo anunciadas já há algum tempo as obras contra as inundações do córrego Aricanduva, sem que tenham sido absorvidas as sugestões apresentadas pelos moradores e técnicos. Mais do que isso, preocupa a ausência de noção de urgência por parte do Executivo. Para um governo cuja marca são as obras não há argumentos que justifiquem a mais completa ausência de ação. A Câmara Municipal, técnicos e moradores, aguardam um gesto mais democrático do Executivo para que as soluções a serem adotadas sejam discutidas e analisadas e correspondam ao que a boa e moderna concepção de combate às inundações determina.

¹⁹ Fonte: THEMAG Engenharia

ANEXO 2

ESTUDO DE CASO: O CÓRREGO PIRAJUÇARA

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Trata-se de analisar o comportamento do Rio Pirajuçara, em parte canalizado, que durante a época das chuvas sofre, por vezes, inundação em alguns de seus trechos, causando grandes transtornos e prejuízos para a comunidade local.

O Rio Pirajuçara nasce em São Paulo, próximo à Rua Aborígene, na área da Regional do Campo Limpo, segue pela divisa entre os Municípios de Embu e São Paulo, mais abaixo pela divisa entre os Municípios de Taboão da Serra e São Paulo e vem desaguar no Rio Pinheiros em São Paulo, na área da Regional do Butantã, logo a montante do Ribeirão do Jaguaré, na altura da Cidade Universitária.

Ele se desenvolve por 11 km e seus afluentes perfazem cerca de 45 km de córregos.

2. DIAGNÓSTICO DAS INUNDAÇÕES

O que se depreende do que ocorreu na Bacia do Pirajussara é que a canalização do rio agravou o problema das enchentes.

De fato, em épocas anteriores à construção das galerias, as inundações que ocorriam alcançavam uma altura de água de cerca de 30 a 40 cm acima das ruas. Hoje elas chegam a 2,50 m. Atualmente, uma chuva de apenas 15 mm já provoca inundação na várzea do Pirajuçara. Assim, foram detectados 27 pontos de enchentes.

As razões dessas inundações são, entre outras causas, a falta de limpeza de toda a calha do rio, pois apenas 35% do rio pode ser limpo com máquinas em virtude da dificuldade de acesso em canais tamponados e em muitas favelas. Existe uma ocupação das margens do rio da ordem de 80%, incluindo aí cerca de 300 favelas.

Para se ter uma idéia do volume de lixo, entulho e sedimentos que são carreados para este rio, a Regional de Campo Limpo, do ano de 1991 até hoje, já retirou cerca de 100.000 m³ de detritos, o que equivale ao aprofundamento de 4 metros em todo o leito do Rio Pirajuçara. Considerando que se conseguiu limpar apenas pontos estratégicos, este volume significa que há um assoreamento em curso.

Outra causa importante das inundações é a urbanização ocorrida em sua bacia nos últimos tempos. Na vertente Campo Limpo da bacia, 90% das ruas estão pavimentadas e a área de infiltração de água dos terrenos loteados diminuiu consideravelmente.

Segundo informações apresentadas as vazões máximas permitidas pelo Pirajuçara, de jusante para montante, é de 120 m³/segundo em sua foz, de 90 m³/segundo nas pontes da Cidade Universitária, de 150 m³/segundo na Avenida Caxingui e de 190 m³/segundo na Avenida Eliseu de Almeida. Como se nota, não há coerência nos dimensionamentos, mostrando erro existente nos projetos ou, no mínimo, nos critérios adotados e, muito provavelmente, na adoção do tempo de recorrência. Desta forma canalizou-se 7 km do rio, diminuindo-se a capacidade de vazão de montante para jusante, sem antes se corrigir a situação existente.

Vistoria procedida no canal tamponado constatou que a empreiteira negligenciou ao deixar várias interferências que obstruem o fluxo das águas.

3. CONSEQUÊNCIAS DAS INUNDAÇÕES

Como se viu no texto do Relatório as consequências que ocorrem nas inundações do Pirajuçara não diferem das que ocorrem com outros córregos e rios inundáveis da Cidade de São Paulo.

Porém há uma particularidade. A quantidade de casos de leptospirose constatados na Regional do Butantã é extremamente maior do que em qualquer região do Município de São Paulo.

Do ponto de vista sanitário é uma região de saneamento básico deficiente, principalmente nas ações de combate a roedores, através dos setores de zoonoses.

4. PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Deve-se, inicialmente, não permitir que haja refluxo das águas do Rio Pinheiros para o Rio Pirajuçara, fazendo com que o desague deste encontre sempre a menor resistência possível, o que vale dizer que o nível da lâmina d'água do Rio Pinheiros deve estar baixa na época das chuvas. Isto seria feito com a reversão melhor estudada do Rio Pinheiros, inclusive enfocando-se o tema da poluição por esgotos, já que o Rio Tietê não comporta o acréscimo das águas do Rio Pinheiros.

As soluções indicadas são aquelas apresentadas no Relatório, apenas ressaltando-se as seguintes:

A retenção das águas na bacia o maior tempo possível é essencial, pois os córregos e pequenos rios, ao terem resolvidos seus problemas de enchentes localizadas, por meio de canais, jogariam mais água, e mais rapidamente, nos canais do Tietê e Pinheiros. Deveriam ser selecionadas áreas ainda desocupadas para projetos de retenção de água;

O período de retorno para o cálculo das galerias e canais deve ser revisto, de forma que as dimensões dos seus projetos tenham uma segurança maior contra as enchentes. Atualmente ele varia de 10 a 100 anos;

Os cálculos das galerias, canais e bacias de contenção, além de levar em conta a urbanização de toda a bacia, deverão ser certificados pela Prefeitura;

Conclusão das obras do canal no trecho entre a Avenida Vital Brasil e o Rio Pinheiros;

Abertura de janelas na galeria para manutenção do trecho da Avenida Eliseu de Almeida;

Eliminação das interferências nos canais tamponados;

Contenção das margens e desassoreamento no leito a céu aberto no trecho Campo Limpo - Taboão da Serra;

Transferências de famílias para a liberação das margens do rio para que se possa fazer as suas manutenção;

Aparelhamento da Administração Regional de Campo Limpo de forma a se poder fazer mais eficientemente os desassoreamentos;

As soluções não estruturais devem ser adotadas de pronto.

ANEXO 3

ESTUDO DE CASO: O RIO CABUÇU DE BAIXO

A exemplo do que ocorreu ao longo dos Seminários propostos por esta Comissão, o debate onde se realizou um estudo de caso sobre o rio Cabuçu de Baixo foi prejudicado pela ausência do Executivo. Sendo assim, a explanação dos engenheiros Carlos Lloret Ramos e Luiz Eduardo de Souza Ikeda, representantes do CTH - Centro Tecnológico de Hidráulica, foi baseada em estudos desse órgão, sem que se tivesse acesso a informações oficiais sobre a existência ou não de um projeto de combate à inundação na região.

1. CONFIGURAÇÃO DA BACIA DO CABUÇU DE BAIXO

A Bacia do Cabuçu de Baixo tem aproximadamente 50 km². A canalização da nascente até o Tietê é composta por trecho tamponado e trecho a céu aberto. O trecho tamponado divide-se em 3 partes. O primeiro, a jusante, composto por 3 células; o intermediário por 2 células e o trecho a montante com apenas uma célula.

Quando da elaboração do projeto, a vazão prevista para recorrência de 25 anos era de 198 m³/segundo para o trecho construído com 3 células; 150 m³/segundo para o trecho com 2 células e 95 m³/segundo para aquela com apenas 1 célula. Ocorre que o assoreamento das galerias tem permitido apenas a vazão de respectivamente 45,3m³/segundo, 50 m³/segundo e 37,4 m³/segundo.

2. DIAGNÓSTICO DAS INUNDAÇÕES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Ao se levantar as causas das enchentes na região do Cabuçu de Baixo, percebe-se que os problemas são, em sua maioria, de ordem não estrutural, podendo ser resolvidos através de ações governamentais implementadas com o apoio da população local, sem a necessidade de execução de obras de grande porte.

O primeiro ponto abordado é o processo de crescimento desordenado da região, que leva diretamente ao aumento da impermeabilização do solo, aliado ao acúmulo de lixo e sedimentos da bacia, provocando assim a obstrução das galerias.

Este processo já está consolidado à jusante, mas pode ser freado à montante, principalmente na área que inclui os córregos Bispo e Itaguaçu, onde encontramos uma grande concentração de favelas, com barracos muito próximos ao rio.

O Centro Tecnológico de Hidráulica sugeriu em determinado momento, dentro de seus estudos sobre soluções para a região, a construção de bacias de retenção, que poderiam ser implantadas nos córregos Bananal e Bispo, áreas onde o solo permite por não apresentar problema de erosão. Outro fator favorável à implantação desses reservatórios é o baixo índice de ocupação dessas áreas. Esses reservatórios teriam como função principal retardar o fluxo das água pluviais até o ponto crítico da bacia, e restringiriam a ocupação indevida do solo junto aos fundos de vale.

Outra alternativa poderia ser a adoção de um "by pass", ou seja, a construção de um canal lateral ao Cabuçu para levar a água até o Tietê, garantindo que o rio se mantivesse apenas com a água das redondezas. No entanto, essa solução deve ser vista com muito cuidado, pois, além de um custo muito alto, tal medida poderia se transformar em uma "faca de dois gumes", solucionando o problema da região mas refletindo negativamente sobre o volume de água do Tietê.

Os técnicos do CTH também levantaram a possibilidade de se construir dois canais laterais à galeria já existente, derrubando suas paredes logo após a sua conclusão, formando-se assim um único canal aberto com seção bem maior. Porém, esta solução teria os mesmos problemas da alternativa anterior.

São Paulo, em 17 de setembro de 1995

Maurício Faria- Presidente



Vital Nolasco- Relator

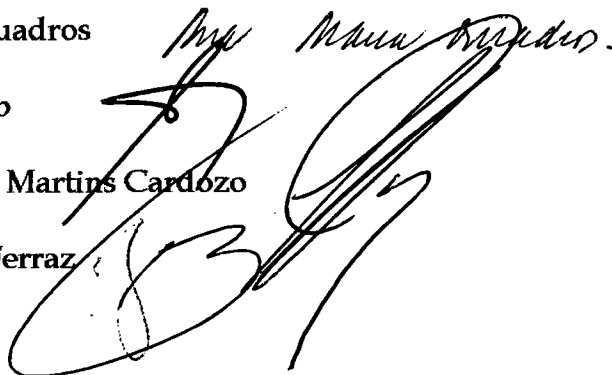
Ana Maria Quadros



Hanna Gharib

José Eduardo Martins Cardozo

José Viviani Ferraz



FICHA TÉCNICA

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE ENCHENTES

Realização: Câmara Municipal de São Paulo

Presidente: Miguel Colassuono

Constituição da Comissão:

Maurício Faria - Presidente

Vital Nolasco - Relator

Ana Maria Quadros

Hanna Garib

José Eduardo Martins Cardozo

José Viviani Ferraz

Coordenação dos Seminários:

Horacio Galvanese - Asses. Técnico Ver. Maurício Faria

Katya Faria - Asses.de Imprensa Ver. Maurício Faria

Secretaria da Comissão:

Arão Martins dos Santos - Secret. de Comiss. Permanentes e temporárias da CMSP.

Joaquim Leandro Cardoso Neto - Secret. de Comiss. Permanentes e temporárias da CMSP.

Marcos Antonio Silva - Secret. de Comiss. Permanentes e temporárias da CMSP.

Elaboração do Relatório Final

Coordenação Geral:

Horácio Galvanese

Redação:

Horácio Galvanese

Katya Faria

Roberto Carvalho Rochlitz - Assessoria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da CMSP.

Colaboração para redação do Relatório Final

Ricardo de Souza Moretti - IPT

Luiz Eduardo de Souza Ikeda - FCTH

Aloysio Canholi - THEMAG - Engenharia

Sidney Simonaggio - ELETROPAULO

Antonio de Pádua Perosa - DAEE

Gerônimo Albuquerque Rocha - DAEE

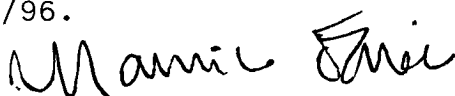
Nilton Milan - SOS Aricanduva

Departamento de Patrimônio Histórico da ELETROPAULO

Senhor Secretário.

Arquive-se o presente processo.

Em, 18/03/96.


Maurício Faria
- Presidente -

Ao ST.21.

Sr. Coordenador.

Processo encerrado. Publicado como encarte da edição do D.O.M. da quarta feira, dia 21/09/95, cujo exemplar encontra-se apensado, juntamente com o índice do processo, na contra capa do volume II.

Solicito autorização para proceder arquivamento do processo.

Em 18/03/96.

Marcos Antonio Silva
Secretario
Reg. 10833

Ao DT.7

Sra. Diretora

Conforme solicitação acima, informo não haver restrição deste Setor quanto ao procedimento reivindicado.

Em 18/03/96.

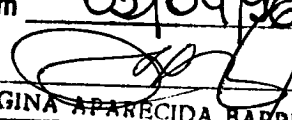

FERNANDO T. H. F. MACHADO
Assessor Técnico Legislativo
Coordenador - ST. 21

À DT.94 - Senhora Chefe,

Para arquivamento.

26.03.96


Luiza Takeko Akamine
Diretora Subst.
DT. 7

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado c/	810 fls.
Arquivo em	22/04/96
O Func.	
REGINA APARECIDA BARRIOS Chefe de Seção Técnica II	



Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS:

SOBRE O FENÔMENO DAS ENCHENTES NA CIDADE DE SÃO PAULO

RPP - 006/1995

INSTALAÇÃO 06/04/95

MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE

VITAL NOLASCO - RELATOR

ANA MARIA QUADROS

JOSÉ VIVIANI FERRAZ

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO

HANNA GHARIB



Câmara Municipal de São Paulo

Í N D I C E

1ª - REUNIÃO - 17/04/95 Fls. 19 A 102
MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:

- | | |
|---|-------------------------------|
| - Alberto Botti - Arquiteto | - páginas 21 a 25 e 64 a 68. |
| - Manoel Henrique Campos Botelho Engenheiro | - páginas 26 a 30 e 84 a 87. |
| - Candido Malta Campos Filho Arquiteto | - páginas 36 a 46 e 87 a 95. |
| - Aziz Ab Saber - Professor | - páginas 47 a 57 e 95 a 101. |
| - Mauro Garcia - Inst. Engenharia | - páginas 57 a 59. |
| - Milton Milani - SOS Aricanduva | - páginas 59 a 62. |
| - Sérgio Eslov - Eng. Civil | - páginas 62 a 64. |
| - Eduardo Leite Ribeiro - M.A.P. | - páginas 69 a 75. |
| - Arthur Breneiser - M.A.P. | - páginas 77 a 79. |
| - Geseniel Celute - Defesa Civil | - páginas 80 a 82. |
| - Helga | - páginas 82 a 83. |

2ª - REUNIÃO - 24/04/95 Fls. 105 a 184
MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:

- | | |
|----------------------------------|---|
| - Kokei Uehara - PMSP | - páginas 109 a 121; 172 a 175 e 177 a 180. |
| - Antonio de Pádua Perosa - DAEE | - páginas 122 a 129; 161 a 164 e 180. |
| - Sidnei Simonádio - ELETROPAULO | - páginas 129 a 139 e 164 a 170. |
| - Sérgio Sergetsu - I.Engenharia | - páginas 139 a 141 e 170 a 171. |
| - Benedito Luis Ribeiro - DAEE | - páginas 141 a 147 e 181 a 184. |
| - Eugênio Dangelo | - páginas 155 a 156. |



Câmara Municipal de São Paulo

- | | |
|------------------------------------|----------------------|
| - Eduardo | - páginas 147 a 152. |
| - Horácio Galvanese - Ass. M.Faria | - páginas 152 a 155. |
| - Bruno | - páginas 156 a 157. |
| - Roberto Rochlitz - Ass. CMSP | - páginas 157 a 158. |
| - Renato Zuppo | - páginas 175 a 177. |

3º - REUNIÃO - 05/05/95 Fls. 189 a 264
MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:

- | | |
|----------------------------------|----------------------------------|
| - Delmar Mates - SVP/PMSP | - páginas 194 a 218 e 254 a 258. |
| - Siegbert Zanittini - Professor | - páginas 218 a 235 e 242 a 247. |
| - Samuel- SOS Mata Atlântica | - páginas 236 a 237. |
| - Inolto Milan | - páginas 238 a 239. |

4ª - REUNIÃO - 08/05/95 Fls. 341 a 438

MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:

- | | |
|---------------------------------------|--|
| - Aloísio Pardo Canhoti
Engenheiro | - páginas 268 a 284;
323 a 328 e 330 a 332. |
| - Carlos Loretto Ramos - DAEE | - páginas 285 a 292;
315 a 317 e 332 a 334. |
| - Brás Juliano - Engenheiro | - páginas 292 a 315 e 338 a 340. |
| - Emira - M.A.P. | - páginas 317 a 318. |
| - Willy Swartz | - página 319. |



Câmara Municipal de São Paulo

5ª - REUNIÃO - 15/05/95 Fls. 341 a 438
MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:

- Renato Arnaldo Tagnin - Arquit. - páginas 343 a 364.
- Marcos Figueira - Cp. PM - páginas 365 a 370 e 423 a 425.
- Ricardo Brandão - Engenheiro - páginas 370 a 392 e 425 a 426.
- Gezemiel Seluque - Defesa Civil - páginas 393 a 405 e 426 a 438.
- Carlos Zarattini - Vereador PT - página 406.
- Eduardo Leite - páginas 410 a 413 e
- Roberto Rochlitz - Ass. CMSP - páginas 413 a 414.

6ª - REUNIÃO - 22/05/95 Fls. 439 a 513
MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:

- Aluizio Pardo Canholi - páginas 441 a 451;
Engenheiro 454 a 459; 491 a 492; 496 a 497; 498 a 500; 501; 503 a 506 e 510 a 512.
- Milton Milan - páginas 452 a 453; 459 a 487; 492 a 494 e 506 a 509.
- Horácio Galvanese - Ass. M.Faria - páginas 490 a 491.
- Eduardo Leite Ribeiro - M.A.P. - páginas 498; 500 a 501.
- Regina - páginas 502 a 503.

7ª - REUNIÃO - 26/05/95 Fls. 513 a 636
MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:



Câmara Municipal de São Paulo

- Eduardo Leite Ribeiro - M.A.P. - páginas 515 a 549;
604 a 609 e 618 a
- Maurício Reggio - páginas 549 a 551.
619.
- Ilda Cintra Franci - Médica Vet. - páginas 552 a 560 e
609 a 610.
- Alberto Zanella - AR-CL/PMSP - páginas 560 a 573;
580 a 583; 610 a
618; 620 a 624; 625
e 635.
- Milton Milan - páginas 584 a 587.
- Ester - páginas 573 a 578.
- Izilda - páginas 578 a 579;
580; 582 e 583.
- Sérgio Eduardo Pereira - SAB/CL - páginas 587 a 590.
- Carlos - página 583.
- Nilson - página 594.
- Custódio Miguel - páginas 591; 592 a
594.
- Maurina Moreira - páginas 590 a 591.
- Antonio Rocha Nunes - página 595.
- Luiz Carlos A. Orlandini - páginas 596 a 604.
- Vereador Taboão da Serra

89 - REUNIÃO - 29/05/95

Fls. 637 a 670

MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:

- Luiz E. de Souza Ikeda - páginas 640 a 648;
Centro Tec. de Hidráulica 652 e 654 a 658.
- Carlos Loretto Ramos - páginas 648 a 652.
Centro Tec de Hidráulica
- Flávio Farah - Arq. IPT - páginas 652 a 653.
- Horácio Galvanese - Ass. M.Faria - páginas 653 a 654.
- Milton Milan - páginas 660 a 665.

9a - REUNIÃO - 05/06/95

Fls. 671 a 763

MEMBROS:

MAURÍCIO FARIA - PRESIDENTE
VITAL NOLASCO - RELATOR
ANA MARIA QUADROS
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO
HANNA GHARIB

DEBATEDORES:

- Ricardo Moretti - Engenheiro - páginas 674 a 690;



Câmara Municipal de São Paulo

- | | |
|---------------------------------------|---|
| | 720; 755; 758; 759;
760; |
| - Bona de Villa - ass. CMSP | - páginas 690 a 702;
724 a 725; 752; 754
755 e 760. |
| - Ana Lúcia Dacona - SEMPLA/PMSP | - páginas 702 a 715 e
761 a 763. |
| - Mauro Garcia - Inst. Engenharia | - páginas 715 a 719. |
| - Maria Luíza Granziera
Consultora | - página 719. |
| - Sérgio - Inst. de Engenharia | - páginas 738 a 741. |
| - Hilton | - páginas 741 a 747 e
748 a 752 |
| - Bruno - M.A.P. | - páginas 752 a 754. |

OFÍCIOS

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO AO EXECUTIVO:

- Ofício Leg3 405/95 - Solicitando informações à S.V.P., apensado às fls. 766 e 767 do processo.
- Obs: Não houve resposta do Executivo.

OFÍCIO RECEBIDO:

- Ofício nº 154/geprocav/95 - Emílio Rizzi - Fls. 188.

RELATÓRIO FINAL:

- páginas 769 a 810.